



Patrimônio, informação e memória

tríade para construção e fortalecimento identitário

Bernardina M. J. Freire de Oliveira
Maria Nilza Barbosa Rosa
Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
Ana Cláudia Cruz Córdula
organizadoras

Patrimônio, informação e memória
tríade para construção e fortalecimento identitário



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA M^a JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

E Editora
UFPB

EDITORA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras e Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais e Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA DE VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Bernardina M. J. Freire de Oliveira
Maria Nilza Barbosa Rosa
Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
Ana Cláudia Cruz Córdula
Organizadoras

Patrimônio, informação e memória tríade para construção e fortalecimento identitário

Editora UFPB
João Pessoa
2019

Direitos autorais 2019 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 18 4 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*

Projeto Gráfico
Editoração Eletrônica
e Design da Capa

EDITORA UFPB

MÔNICA CÂMARA

Foto da Capa
e contracapa

NICOLAS RAYMOND, 2012. Disponível em: <https://www.stockvault.net/photo/135792/flowing-water-abstract>

Revisora

MYRTA LEITE SIMÕES

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

P314 Patrimônio, informação e memória: tríade para construção e fortalecimento identitário / Organizadoras: Bernardina M. J. Freire de Oliveira... [et al.]. – João Pessoa: Editora UFPB, 2019.
305 p. : il.
ISBN: 978-85-237-1466-6
1. Memória. 2. Patrimônio cultural.
3. Informação e memória. I. Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de. II. Título.

UFPB/BC

CDU: 002

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n

João Pessoa – PB

CEP 58.051-970

editora.ufpb.br

editora@ufpb.edu.br

Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

*A todos os que defendem
e lutam pelo patrimônio, dedicamos!*



Detalhe da foto de capa disponível em: <https://www.stockvault.net/photo/135792/flowing-water-abstracts>
Foto: Nicolas Raymond, 2012

PREFÁCIO

Rios da memória

*Há na memória um rio onde navegam
Os barcos da infância, em arcadas
De ramos inquietos que despregam
Sobre as águas as folhas recurvadas.
[...]*

*Há um retrato de água e de quebranto
Que do fundo rompeu desta memória,
E tudo quanto é rio abre no canto
Que conta do retrato a velha história.*

JOSÉ SARAMAGO, MEMÓRIA

O texto de José Saramago que introduz e nomina este prefácio nos leva a compreender os escritos que compõem esta construção coletiva, que resultou das leituras, das provocações e dos diálogos que permeiam as vivências do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (Gecimp), do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os autores nos convidam a transitar pelos acervos reais e ciberespaciais e nos mostram a relevância das instituições memorialísticas para preservar os bens culturais, ao mesmo tempo que nos surpreendem ao apresentar narrativas sobre distintos artefatos impregnados de indícios memorialísticos, identitários e patrimoniais.

Ao navegar nesse rio de escritos, verificamos a sutileza dos barcos da infância acadêmica de seus produtores, dos ramos de suas inquietudes que foram paulatinamente se despregando dos ramos rumo às arcadas da maturidade. Nesse sentido, há um misto de escritos que, na relação teórico-empírica, vão descortinando os desvãos da memória constituídos pelo conjunto de doze textos “*Que do fundo/ rompeu desta memória, / E tudo quanto é rio abre no canto / Que conta do retrato a velha história*”.

No bater dos remos, apresenta-se o *primeiro capítulo*, uma contribuição teórica sobre memória institucional, cujo campo de pesquisa é a Universidade Federal da Paraíba, criada em dezembro de 1955. O estudo destaca a relevância dos documentos provenientes das atividades administrativas dessa Universidade, custodiados no Arquivo da Secretaria de Órgãos Deliberativos Superiores, que registram informações sobre os avanços e os desafios no âmbito do ensino superior, ao mesmo tempo que descortinam a história e a memória institucional da UFPB.

O *segundo capítulo* relaciona a Biologia com os acervos documentais, evidenciando os danos que os agentes de degradação podem causar às unidades de informação, e apresenta características desses agentes, que atuam como catalizadores nos processos de degradação da celulose. Os autores reiteram que as ações de cunho preventivo são extremamente necessárias para garantir a preservação do patrimônio documental em longo prazo e assegurar o acesso à memória.

O *terceiro capítulo* tece considerações acerca dos estudos realizados por José Simeão Leal sobre cultura popular na Paraíba na década de 1940. Os escritos que compõem seu arquivo pessoal registram traços memorialísticos e identitários das manifestações culturais produzidas no estado. A pesquisa aponta que José Simeão Leal mediu a construção de uma memória da cultura popular da Paraíba, ao coletar, acumular e preservar documentos em seu arquivo que retêm a potencialidade reveladora, ao possibilitar a (re)significação da memória sobre cultura popular na Paraíba.

O *quarto capítulo* discorre sobre a relevância de promover ações educativas nos arquivos e nos centros de documentação, apresenta ações educativas desenvolvidas pelo Arquivo Central e pelo Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, ambos pertencentes à Universidade Federal do Oeste do Pará, e reforça a necessidade de realizar tais ações com vistas a difundir os acervos constituídos de valores históricos e memorialísticos.

O *capítulo quinto*, sob o enfoque do protagonismo da mulher, destaca a importância de preservar a memória da produção da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba (AFLAP) e enfatiza a responsabilidade do arquivo da AFLAP de preservar a documentação proveniente das produções

das acadêmicas, para garantir a memória das mulheres como literárias bem como de suas trajetórias de vida.

O *capítulo sexto* traz uma reflexão sobre a memória institucional da Universidade Federal da Paraíba, cujo objeto de análise é a Coleção Paraibana pertencente à Biblioteca Central da UFPB. O texto descreve a relevância histórica, cultural e educacional dessa Coleção ao asseverar que seus documentos auxiliam a compreender os acontecimentos singulares, as trajetórias individuais e/ou coletivas e possibilitam (re)leituras do passado na Paraíba para constituir sua memória.

O *sétimo capítulo* sugere a abertura da caixa mágica do artista plástico Hermano José. Para tanto, traz à baila uma breve história sobre esse artista e revela particularidades de seu acervo pessoal, que foi doado pelo titular à Universidade Federal da Paraíba. Seu espólio é considerado com inestimável valor cultural para a Paraíba. O estudo evidencia que a UFPB tem tratado e preservado o referido acervo e contribuído para difundir a memória das artes plásticas da Paraíba.

O *oitavo capítulo* versa sobre o acesso e o uso da informação fotográfica arquivística, no contexto dos arquivos pessoais, para preservar a memória dos seus titulares. O estudo relata a elaboração e a aplicabilidade de um repositório digital do arquivo fotográfico da atriz e pedagoga paraibana Zezita de Matos e enuncia que o repositório digital Arquimagem possibilitou o tratamento e a disseminação das informações memorialísticas de Zezita de Matos, a partir das fotografias que ela acumulou ao longo da vida.

O *nono capítulo* traz uma abordagem sobre as imagens fotográficas e as práticas de mediação, tendo como referência a metodologia denominada de Fotobiografia. O texto resulta de uma reflexão sobre a prática de organização e descrição do acervo fotográfico de José Simeão Leal, enfatizando que a atuação consciente do cientista da informação é sobremaneira importante nos processos de descrição e indexação de imagens fotográficas, posto que tais processos podem interferir nos contextos de acesso e de uso das imagens pelos usuários e instituir uma memória ou um esquecimento.

O *décimo capítulo* analisa o uso e o usuário da informação no Arquivo Afonso Pereira. Trata-se de um arquivo pessoal, de caráter permanente, considerado como um espaço de memória social, uma vez que possibilita

o acesso a informações memorialísticas sobre a vida e a obra de seu titular, de suas relações sociais e, sobretudo, de suas significativas contribuições de cunho cultural, político e social no cenário da Paraíba. O estudo apontou que o referido arquivo atende a usuários com perfis acadêmicos, como docentes, discentes, mestrandos e doutorandos, e os frequentadores dos eventos realizados no prédio em que o arquivo é custodiado.

O capítulo *décimo primeiro* discute sobre o *Ratio Studiorum*, especificando elementos para se refletir sobre a história da educação no Brasil, e enfatiza que ele é um documento ímpar, em se tratando de educação, que foi gestado no século XVI, mas que, ainda hoje, merece a atenção de educadores. O texto reforça que esse documento é digno de ter seu status elevado de documento para monumento, devido à sua importância para a memória da Pedagogia.

O *décimo segundo* capítulo traz uma reflexão sobre a produção acadêmica vinculada à atuação dos museus e das bibliotecas como centros culturais e questiona sobre o discurso da atuação dessas instituições no campo da memória e da difusão cultural, orientadas para a prática social como uma ação pedagógica. O texto aponta que ainda são escassas as pesquisas referentes à discussão teórica, ao compartilhamento e à disseminação de práticas profissionais que abordem em que medida políticas e ações cotidianas têm se alinhado pela intersecção do campo da educação e da cultura na gestão de museus e de bibliotecas.

O capítulo *décimo terceiro* buscou ressignificar as lembranças das leituras que demarcaram as histórias de vida dos idosos da Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância (AMEM). A pesquisa constatou que os idosos (re)significaram suas lembranças, passando a observar o processo de envelhecimento com um novo olhar, e a compreender a velhice como uma oportunidade de vivenciar novas experiências.

O *décimo quarto* capítulo versa sobre os 'usos e abusos' da memória a partir da perspectiva defendida por Paul Ricoeur para analisar os Arquivos do período da Ditadura militar do Brasil. Discute a preservação de uma memória histórica e coletiva, como fator de identidade de uma sociedade, sem abusos e possíveis silenciamentos, evidenciando a importância da proteção de direitos fundamentais como o direito à memória e ao acesso à informação.

As abordagens teórico-empíricas apresentadas nos capítulos desta coletânea refletem as nuances que medeiam as práticas de organização, preservação, disseminação, recuperação, acesso, uso e apropriação da informação, no âmbito das instituições memorialísticas, como os arquivos, os museus, as bibliotecas e os centros de documentação. Pois bem, depois desta breve narração e devido à infinda contribuição dos pesquisadores do GECIMP, convido-os ao deleite da leitura, navegando nesse rio de memórias, permeada de saberes de valor histórico e científico para a Ciência da Informação.

Salvador, Bahia de Todos os Santos, julho de 2019.

Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Medeiros de Sousa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Detalhe da foto de capa disponível em: <https://www.stockvault.net/photo/135792/flowing-water-abstracts>
Foto: Nicolas Raymond, 2012

SUMÁRIO

1 O ARQUIVO DA SODS NA UFPB: partículas da memória e da história	15
Ellen Pereira da Silva Sheila Larissa Araújo da Silva Maria Nilza Barbosa Rosa Nayana Rodrigues C. Mariano Bernardina M. J. Freire de Oliveira	
2 A PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS E SUA RELAÇÃO COM A BIOLOGIA.....	31
Uthant Saturnino Silva Carlos da Silva Laureano Bernardina M. J. Freire de Oliveira	
3 ARQUIVO PESSOAL JOSÉ SIMEÃO LEAL: um espaço de memória da cultura popular na Paraíba	45
Carla Maria Almeida Bernardina M. J. Freire Oliveira Ana Cláudia Cruz Córdula	
4 AÇÕES EDUCATIVAS E SEU USO PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: estudo acerca da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	67
Jefferson Fernandes Dantas Sérgio Fredrich Rodrigues Jacqueline Dias da Silva	
5 O ARQUIVO COMO FONTE MEMORIALÍSTICA: AFLAP em questão	83
Marcílio Herculano da Costa Aurekelly Rodrigues da Silva Bernardina M. J. Freire de Oliveira	
6 MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFPB: a coleção paraibana da Biblioteca Central.....	105
Everton Fernandes de Lima Nayana Rodrigues C. Mariano Bernardina M. J. Freire de Oliveira	
7 A CAIXA MÁGICA DO COLECIONISMO DE HERMANO JOSÉ.....	121
Ronieli Victor da Silva Edneide Carvalho dos Anjos Bernardina Maria J. Freire de Oliveira	
8 REPOSITÓRIO DIGITAL ARQUIMAGEM: criação e aplicabilidade junto ao acervo fotográfico da artista paraibana Zezita de Matos.....	141
Nataniel José Amorim Fiuza Ana Cláudia Cruz Córdula Geysa Flávia Câmara de Lima Bernardina Maria J. Freire de Oliveira	
9 NARRATIVAS VISUAIS E FOTOBIOGRAFIAS: reflexões sobre a prática dos cientistas da informação no século XXI	165
Kelly Cristiane Queiroz Barros Dulce Amélia de Brito Neves	

10 AFONSO PEREIRA E SUAS FACETAS: um mergulho na memória social sob a perspectiva do acesso e uso da informação 189

Cely Alana Carvalho Modesto | Ana Cláudia Cruz Córdula | Alba Lúcia de Almeida Silva |

Geysa Flávia Câmara de Lima

11 O *RATIO STUDIORUM*: documento/monumento guardião da memória da educação 215

Danuta Carolina das Neves Correia | Bernardina M. J. Freire de Oliveira

12 CULTURA E EDUCAÇÃO PARA MUSEUS E BIBLIOTECAS: perfil da produção acadêmica no Brasil 243

Flávia Paloma Cabral Borba | Gilvanedja Mendes

13 MEMÓRIA DE IDOSO: trajetos de vida e de leitura na experiência de envelhecer – o direito de lembrar o passado no presente 259

Edna Gomes Pinheiro | Eliane Bezerra Paiva | Marynice de Medeiros Matos Autran

14 USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA: transitando por entre os arquivos da ditadura no Brasil 285

Rosilene Paiva Marinho de Sousa | Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira |

Marckson Roberto Ferreira de Sousa | Guilherme Ataíde Dias

1 O ARQUIVO DA SODS NA UFPB: partículas da memória e da história

*Ellen Pereira da Silva
Sheila Larissa Araújo da Silva
Nayana Rodrigues C. Mariano
Maria Nilza Barbosa Rosa
Bernardina M. J. Freire de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Muitas são as definições de memória. Apesar de suas características individuais, a memória apresenta aspectos de caráter social e coletivo, determinantes para se estabelecer os lugares de preservação dessas memórias, já que nenhuma lembrança pode existir separada da sociedade (HALBWACHS, 2006).

No âmbito das instituições, a memória vem assumindo posição estratégica na construção e manutenção da identidade. Nesse entendimento, a temática da memória vem sendo abordada em diversos campos de investigação. Como consequências, inúmeras são as definições e enfoques para este conceito, principalmente porque a memória se constitui no indivíduo e na sociedade, perpassada pelas práticas culturais e integrada às experiências coletivas.

Halbwachs (2006) alega que é difícil compreender a memória sem a referência do contexto, considerando: “é impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos memória” (HALBWACHS, 2006, p. 8). Como esclarece o autor, esses quadros sociais refletem a ligação entre a memória e a experiência do espaço, de forma que o sentido e o significado que a memória coletiva imprime aos espaços do passado ao longo do tempo no presente são capazes de transformá-los em lugares. Como acentua o autor (2006, p.30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós

estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”.

No campo institucional, a memória ganhou destaque no início do século XXI, quando as instituições iniciaram um movimento de preservação e divulgação da sua realidade, caracterizado principalmente pelo avanço das tecnologias de informação que permitiram o acesso a novas redes e interações, o que poderá contribuir para minimizar os danos à percepção pública da instituição. Nesse sentido, concebemos que a memória é a força das experiências passadas, registradas em documentos ou na cabeça das pessoas, consolidando fatos ocorridos.

Nosso estudo está centrado nas abordagens da memória individual, coletiva e social, mais especificamente a Memória Institucional, o que resultará na memória da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), considerando a importância da documentação administrativa, como: atas, discursos, resoluções etc., presentes no Arquivo da Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores (SODS). Ou seja, “[...] história das realizações práticas do que foi instituído” (MATOS, 2004, p. 67). Ao apontarmos o arquivo da SODS como memória institucional, reconhecemos que esses acervos são controlados por critérios arquivísticos, como recurso de memória institucional.

Portanto, neste trabalho, buscamos transcender as possibilidades de análise das práticas de comunicação da memória institucional, pautadas apenas em lembranças, e mergulhamos, também, em outros aspectos, tais como os silêncios que envolvem a seleção do que recuperar ou preservar. Pretendemos, com isso, trazer novos olhares ao estudo dos usos da memória institucional.

TEMPO: o fio que une a memória às instituições

De uma maneira geral, as principais referências sobre memória são as propostas por Henri Bergson e Maurice Halbwachs. O primeiro trata dos aspectos ligados à memória individual e o segundo, sobre a memória coletiva. A partir do século XIX, os estudos de Henri Bergson (1859-1941) com sua obra *Matière et Mémoire* (Matéria e Memória), publicada em 1897,

abrem espaço para a pesquisa sobre memória. Inicialmente, esses estudos ligavam-se à disciplina e ciência psicológica. Posteriormente, o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) desenvolveu o primeiro trabalho intitulado “Os Quadros Sociais da Memória”, de cunho sociológico, sendo o seu cerne a memória coletiva.

Bergson (2006, p. 176-77) propõe duas formas da memória: memória-hábito e memória pura. A primeira, fixada no organismo e adquirida pela repetição de gestos e palavras, representa o “conjunto dos mecanismos inteligentemente montados que asseguram uma réplica conveniente às diversas interpelações possíveis” permitindo nossa adaptação frente às situações do presente. Pode-se dizer que a memória-hábito é um recurso de que a instituição dispõe e, de forma análoga, produz rotinas que devem ser repetidas. Já a segunda, a verdadeira conforme argumenta o autor, é coextensiva à consciência, situando os fatos e acontecimentos dentro de um passado.

Ainda no que diz respeito à memória, Bergson (2006) ressalta que o passado sobrevive sob duas formas distintas, em mecanismos motores e em lembranças independentes. A primeira é conquistada pelo esforço e permanece sob a dependência de nossa vontade. Já a segunda é espontânea, quer seja para conservar ou reproduzir os fatos.

Halbwachs (1999) enfatiza a memória como um fenômeno social e refina-a como quadros sociais. Dirá o sociólogo que é impossível conceber o problema da evocação, bem como o da evocação das lembranças, se não se aplicar os quadros sociais reais que servirão de referência nesta construção da memória.

Não se trata apenas de justaposição de quadros sociais e imagens evocadas. Entendemos que no interior da lembrança são trabalhadas noções gerais transmitidas por meio da linguagem, do conhecimento, e filiação institucional. Essas imagens resistem e são transformadas em lembranças, devido ao seu caráter objetivo e transubjetivo. Prenuncia Halbwachs (1999): quem lembra recorda a vida em sociedade. Com este autor, passa-se a pensar a memória como uma construção social e cultural.

Se relacionarmos o termo instituição como formas de saber/poder, esbarraremos no termo memória, que se coloca como essencial à sua

reprodução. Resta saber, porém, que memórias dizem respeito às instituições. É preciso, então, conhecer as regras da instituição e seu funcionamento, seus critérios e suas normas.

Entender o que vem a ser uma instituição é de fundamental importância para a descrição do processo de institucionalização das relações sociais, que poderá indicar de que maneira uma instituição surge no âmago da sociedade. Não se deve confundir organização com instituição.

Segundo Costa (2013), há uma visão economicista e uma visão jurídicista que nos ajudam nesse entendimento. A primeira vê a organização como uma instituição, talvez pelo entendimento de que toda instituição tem suas formas de organização, sem a qual não poderia exercer sua prática, que é coletiva e social. A segunda tende a definir instituição como um instrumento legal de reprodução das relações sociais. Se concebermos que são as relações de força que determinam o plano institucional, este, por sua vez, é que define a organização. E se pensarmos a instituição como algo dado, o que temos, em termos de memória, é o esquema representativo.

Costa (2013, p. 37) complementa a ideia de Memória Institucional dizendo que se trata de “um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais”. O fio que vai unir a memória às instituições é o tempo, diz Costa (2013). Para esta autora, a memória é “fundamentalmente tempo [...]. Tempo que traz a marca do esquecimento, mas que também se encarrega de conservar os presentes na medida em que passam” (COSTA, 2013, p. 87). O longo discurso sobre o passado não leva ao esquecimento, pelo contrário, impõe uma resistência e um excesso de discurso oficial. Existe uma interação entre o vivido e o aprendido. Isto se aplica a toda forma de memória. Por isso, a história de vida marca os eventos de uma existência porque mesmo o nível de trabalho individual da memória é indissociável da organização social da vida.

A ação do tempo pode ter um efeito paradoxal de destacar e articular novas condições sociais, econômicas e científicas dos espaços e das condições de vida pessoal e profissional de seus contemporâneos. Assim, cada ato do indivíduo acha-se impregnado do saber e do sentir assimilados no passado, sempre prontos a despertarem e a se projetarem no futuro. Desse modo,

o passado é constantemente reconstruído sob a forma de imagens. Essas imagens do passado são constantemente sujeitas a transformações.

A memória institucional é uma reconstrução do passado, visto que não é possível voltar ao que não atua mais, ao tempo decorrido, se não for pela memória (BERGSON, 2006). Como em todo processo de escolha e de seleção, constituirá a memória institucional aquilo que foi relevante para ela e ela estará impregnada de sua cultura. Ou seja, o conjunto de elementos que formam a personalidade de uma instituição são os grandes pilares da memória.

De acordo com Matos (2004), não há garantias ou canais sistemáticos de acesso à memória institucional. A rigor, há um tipo de silêncio que chega a ser notado nos documentos normativos que regulam a estrutura e o funcionamento da instituição. Para a autora,

Não é assegurada a participação da memória institucional no cotidiano operacional das instituições universitárias. Não há políticas de informação nas universidades que incluam os acervos e os conteúdos da memória institucional em seus fluxos de informação digital, admitindo sistemas arquivísticos amplos e integrados em rede. (MATOS, 2004, p. 18-19)

No caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – cerne de nossa proposta de trabalho –, apresentaremos alguns aspectos que abordam como a UFPB manteve e mantém sua memória institucional ao longo de sua história.

A UFPB foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. A Universidade da Paraíba, de responsabilidade estadual, foi fundada por iniciativa de José Américo de Almeida, em 1955, a partir da reunião de onze cursos de nível superior que já existiam no estado, entre eles o curso de Agronomia, que deu origem à universidade. Sua criação se deu primeiramente através da Lei Estadual n.º 1.366, de 2 de dezembro de 1955. Cinco anos depois, em 13 de dezembro, a Lei n.º 3.835 federalizou a então chamada Universidade da Paraíba, que assumiu, enfim, sua denominação atual.

A partir de sua federalização, a UFPB desenvolveu uma crescente estrutura multicampi, distinguindo-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país que, em geral, têm suas atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade expressou-se por sua atuação em sete campi implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

No início de 2002, a UFPB passou pelo desmembramento de quatro, dos seus sete campi. A Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede em Campina Grande. A partir de então, a UFPB ficou composta legalmente pelos campi de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras, passando os demais campi (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa) a serem incorporados pela UFCG. Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a UFPB criou em 2005 mais um campus, no Litoral Norte do estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

Considera-se que as memórias transcritas e/ou copiadas se juntam ao trabalho de recuperação e redefinição de uma experiência individual, que se apoia na reconstrução de outros, ao perceber as diferenças do cotidiano e de suas rupturas. A Memória Institucional se constitui em um dos elementos primordiais deste trabalho. A preservação da memória e a disseminação da experiência coletiva na sociedade poderão contribuir para a perenidade da instituição cultural, além de permitir que gerações futuras conheçam o seu passado. Assim, teremos o Arquivo da SODS como guardião da Memória Institucional da UFPB, considerando suas tipologias documentais como fonte e representação de memórias.

Em relação aos usos dos arquivos nas construções de memórias, Orrico e Silva (2014) destacam a importância de refletir sobre o suporte da memória coletiva na forma de objetos mantidos fora do circuito das atividades originárias e sujeitos a uma proteção especial. Para os autores,

Ao considerar que o fenômeno arquivístico refere-se à burocratização das relações sociais admitindo uma lógica da comunicação mediada pelo ato de documentar, os lugares de memória significariam

meios oficiais e institucionais de pertencimento para além do enfraquecimento dos meios afetivos e sentimentais da lembrança. Assim, um acervo arquivístico, aparentemente só material, é lugar de memória na medida em que se reconhece investido também de forte dimensão simbólica. (ORRICO; SILVA, 2015, p. 6)

Nesse sentido, há uma polaridade entre o esquecimento por apagamento dos rastros e o esquecimento de reserva, mas a finalidade dos arquivos é deter a ameaça de “apagamento”, instituindo a marca material do vivido, do testemunhado (ORRICO; SILVA, 2015). Assim, o arquivo se apresenta no uso da linguagem como discurso, ao mesmo tempo, produtor e suporte de significados. O fenômeno informacional arquivístico é, portanto, um recurso fundamental para evocação e construções de lembranças de acontecimentos passados no presente, considerando a dinâmica das relações entre arquivo e memória.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL: permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas

A memória, como já mencionado, é bastante discutida e estudada tornando-se um rico objeto de estudo, principalmente na área da Ciência da Informação. É crescente o número de trabalhos que abordam a memória como tema, uma vez que se tem a necessidade de rememorar experiências do passado. A memória traz consigo a possibilidade da construção de significados, os quais nos permitirão desenvolver representações de um suposto fato ou acontecimento.

Le Goff (1990, p. 423) ao destacar “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A partir desse raciocínio, podemos entender que a memória nos dá a capacidade de acumular lembranças as quais contribuem para a (re)construção dos fatos e ressignificação de elementos que assumem uma importância num

determinado contexto. Trata-se do exercício de rememorar o que está no passado a partir do contato com elementos que despertam e estimulam nossas lembranças.

Sobre a memória institucional, entendemos que uma instituição é integrada de seres humanos, os quais carregam consigo suas memórias e as constroem cotidianamente, no decorrer do exercício de suas atividades, fato que se aplica à UFPB. Tais memórias construídas são compartilhadas entre si, construindo uma memória coletiva. Ou seja:

Uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e mesmo reconstituir toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo. (HALBWACHS, 1990, p. 17)

Assim, percebemos a necessidade da reciprocidade para a memória coletiva. São essenciais uma comunicação e uma interação no processo de construção dessa memória. Segundo Halbwachs (1990), nossas lembranças permanecem coletivas e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais apenas nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós conhecemos. É assim que pensamos as instituições, apesar de serem compostas por pessoas, cada uma com suas particularidades e experiências distintas ou semelhantes, em algum momento compartilharão informações, conhecimento e experiências, as quais construirão uma memória coletiva.

Os indivíduos possuem acervos de suas memórias, assevera Izquierdo (2002). O autor entende que cada ser humano é individual e peculiar. Dessa forma, a individualidade de cada integrante influenciará no seu papel e realização de suas ações dentro de uma instituição, seja em apenas um ou vários aspectos, como exemplo, sua relação com os demais indivíduos.

Costa (2013, p. 29) alega que “as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer”. Dessa forma, pensando

que cada integrante desempenha sua função numa instituição, analisaremos como as ações desses integrantes interferem na construção da memória institucional, uma vez que “o instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais” (COSTA, 2013, p. 37). Partindo dessas premissas, pensaremos na memória institucional como a junção das memórias individuais e coletivas. Uma pessoa e/ou um grupo terá sua memória construída no universo de uma instituição, composta por um imenso número de funcionários, os quais contribuíram e contribuem para o avanço dessa instituição.

Mais uma vez, devemos mencionar a relação da lembrança com o esquecimento na construção da memória institucional, com o objetivo de entender sua relevância para a instituição. Tal relação é crucial no ambiente das instituições, pois através das relações de reciprocidade estabelecidas entre seus componentes é que se desenvolve uma instituição.

Como esclarece Halbwachs (1990, p. 42),

As lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as lembranças individuais, e nos dariam assim, sobre elas uma tomada mais cômoda e mais segura; mas será preciso então que as lembranças individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa.

Desse modo, pensa-se primeiro em cada indivíduo com seu papel a cumprir, depois nos demais componentes da instituição, existindo semelhanças e diferenças dentro do contexto. Portanto, trabalhar com a memória de uma instituição é trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que se reconhecem como tais e, assim, constroem as identidades individuais e a coletiva, imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição (FONTANELLI, 2005, p. 11). Ao promover a preservação da Memória Institucional, as instituições detêm a possibilidade de disseminá-la com a criação do seu próprio lugar de memória. Lembrando que as memórias individuais e coletivas se relacionam entre si, e nessa relação de troca e compartilhamento ocorre a construção da Memória Institucional, passando a adquirir uma legitimidade, que, segundo Costa (2013), é a sua questão prioritária.

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR (SODS)

Preservar a memória institucional é uma das formas de fortalecer suas bases. Para que essa memória seja preservada, é preciso conservar fotos, documentos, objetos e organizar os registros dos fatos. A história institucional é uma construção que traz em si as marcas dos sujeitos que dela fazem parte. Tanto os servidores que passaram pela instituição como os que continuam trabalhando nela têm dado sua contribuição para construir essa história que se busca preservar. Por trás de cada aspecto observado, há muitos indivíduos que contribuíram com seu trabalho e ações, motivados pelas demandas do seu tempo e pela situação social, política e econômica de cada época. Preservar a memória institucional não é só recuperar o passado, mas, também compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada período.

A Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS) é o setor responsável por dar apoio administrativo aos Órgãos Deliberativos da Administração Superior. Estes são, pois, os Órgãos Deliberativos do Conselho Universitário (CONSUNI), do Conselho Superior de Ensino (CONSEPE), Pesquisa e Extensão e do Conselho Curador, os quais foram criados pelo Decreto nº 73.701 de 28.02.1974.

As competências estabelecidas à SODS são atribuídas pela Resolução nº 279/79 nos Art. 34 ao Art. 37 que dispõem:

Art. 34 - A Secretaria é o setor de apoio administrativo dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior.

Art. 35 - Compete à Secretaria:

1. realizar o serviço de apoio às reuniões dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior e de suas Câmaras, ressalvado o disposto no Art. 37 deste Regimento;
2. elaborar e distribuir as atas das reuniões;
3. datilografar os anteprojetos de resoluções, indicações, proposições e pareceres a serem apresentados aos Colegiados;

4. promover a publicação dos atos e decisões dos Colegiados;
5. organizar e manter atualizado o arquivo de cada um dos Colegiados;
6. expedir as convocações para as reuniões, depois de autorizadas na forma deste Regimento;
7. manter o controle da frequência dos membros dos Colegiados;
8. preparar todo o expediente necessário ao apoio administrativo dos Órgãos Colegiados;
9. providenciar o pagamento do “jeton” previsto em lei e neste Regimento.

Art. 36 - A Secretaria será chefiada por servidor designado pelo Reitor com as seguintes atribuições:

1. dirigir os serviços da Secretaria;
2. secretariar as reuniões dos Colegiados;
3. organizar as pautas das reuniões e submetê-las à aprovação do Presidente;
4. auxiliar o Presidente durante as reuniões e prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados no curso dos debates;
5. preparar o expediente concernente às decisões dos Colegiados e despachá-lo com o Presidente.

Art. 37 - Haverá, junto à Pró-Reitoria para Assuntos do Interior, no Campus II, em Campina Grande, uma Sub-Secretaria para apoio administrativo à Segunda Câmara do CONSEPE e à qual se aplicam, no que couber, os dispositivos deste capítulo.

Parágrafo Único - A Sub-Secretaria encaminhará à Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior as minutas de resoluções provenientes de deliberações da Segunda Câmara.

Na SODS, encontram-se todos os registros das reuniões dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, sendo estes feitos através de atas, as quais Bellotto (2000, p.48) considera como “um documento diplomático testemunhal de assentamento. Registro resumido das ocorrências de uma reunião, assembleia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros”. Segundo a autora, a ata geralmente é lavrada em um livro

próprio, onde se registram o seu número bem como o nome da entidade subscritora da reunião e ainda: a data cronológica, indicando o horário, o local, o endereço, os nomes das pessoas presentes, as suas qualificações e a declaração de abertura da sessão realizada pelo presidente e secretário. Os assuntos discutidos, em obediência ou não, seguem uma ordem do dia ou pauta. Nada mais havendo a tratar, o/a secretário/a, lavra a ata, depois de colher a assinatura do presidente.

Arquivados na SODS estão os processos eleitorais dos Reitores e dos representantes técnicos administrativos que fazem parte dos conselhos, atas de posse dos reitores, bem como resoluções e processos decorrentes das reuniões dos Órgãos Deliberativos. Devido à importância dos documentos encontrados na SODS, podemos considerar o seu arquivo de caráter permanente, que se caracteriza como:

Conjunto de documentos que já cumpriram as finalidades de sua criação, mas são preservados em razão de seu valor secundário, ou seja, probatório, informativo, histórico, cultural ou pesquisa, para consulta pela entidade que os produziu ou por terceiros. (CONARQ, 2014, p. 57)

No arquivo da SODS, encontram-se também arquivadas as atas dos Conselhos Universitários, CONSUNI e CONSEPE (Quadro1). As atas registram as sessões ordinárias, extraordinárias e as declaratórias, que vão conter o registro do local, dia e hora da reunião, as pessoas presentes nas sessões, bem como seus cargos e vínculos com a Universidade. Há, ainda, as comunicações proferidas pelo presidente e pelos conselheiros de interesse geral, propostas de moções, votações e aprovações das resoluções que competem a cada conselho.

QUADRO 1 – Relação das atas do CONSUNI e do CONSEPE encontradas no período de 1955 a 2016 no arquivo da SODS

Conselho	Atas Ordinárias	Atas Extraordinárias	Declaratórias	Não Especificadas	Total
CONSUNI	429	299	117	10	855
CONSEPE	278	134	11	1	424
Total	707	433	128	11	1.279

Fonte: Elaboração própria, 2018.

As atas do CONSUNI registram diversos assuntos como: alterações do estatuto das Universidades; análise de propostas de criação de cursos de Graduação e Pós-Graduação; aprovação da designação dos pró-reitores; apreciação das diretrizes da política universitária; aprovação das propostas orçamentárias anuais; apreciação e deliberações da prestação de contas da Reitoria; decisões; outorga de títulos de professores eméritos, entre outras, conforme definido no regimento do CONSUNI.

Nas atas do CONSEPE encontram-se: regulamentações da jornada de funcionários da Universidade; informações sobre projetos de pesquisa na Graduação e Pós-Graduação; solicitação de quebra de pré-requisito; revalidação de diplomas; proposta de calendário escolar; reingresso nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como outros assuntos que são definidos no regimento do CONSEPE.

Por todo esse registro, o Arquivo da SODS pode ser considerado como um lugar de memória. Como pontua Gonçalves (2015, p. 16):

Quando o lugar de memória é estritamente compreendido como local onde a memória se instala, passa com frequência a remeter a repositório, instância de guarda. Com isso, os 'lugares de memória' não raro se tornam designações que recobrem, de forma bastante imediata, museus, arquivos ou centros de documentação.

Para a autora, num determinado local se instala a memória. Seguindo tal raciocínio para o estudo em questão, podemos considerar o arquivo como um lugar onde existe memória e que deve, de certa forma, ser considerado e tratado de modo cuidadoso, respeitando as políticas arquivísticas, com o objetivo de preservar os documentos nele presentes. Gonçalves (2015) ainda completa afirmando que “conjuntos documentais, acervos institucionais, tornam-se sinônimos dessa memória-coisa, tendendo a perceber como indiferenciadas as ações de preservar artefatos e preservar ‘a memória’” (GONÇALVES, 2015, p. 16). Tais documentos, com suas diversas tipologias e funções, possuem suas características específicas, os quais se tornam registro de memória no Arquivo da SODS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das exposições e reflexões, podemos considerar que a documentação do Arquivo da SODS carrega consigo a memória institucional da UFPB. As informações presentes nas atas, discursos, resoluções, retratam a realidade e o papel da UFPB para a sociedade, que é de contribuir na educação e avanços do país.

Com a presente pesquisa, o Arquivo da SODS passa a ser entendido como guardião de memória. Ou seja, as documentações administrativas e referentes ao ensino, pesquisa e extensão trazem as informações que garantem a autonomia e atuação da instituição, bem como são guardiães das 1.279 atas do CONSUNI e CONSEPE. Decisões tomadas, acordos, conquistas, são assuntos presentes na documentação do Arquivo da SODS.

Ao destacar essa documentação, salientamos também que a história da instituição é o que leva a construção da sua memória, uma vez que a forma de gestão da UFPB pode ser entendida através das atas do Conselho Universitário. De outro lado, reconhecemos os avanços e desafios no ensino, na pesquisa e na extensão, ao estudarmos as atas do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão.

Por fim, os Arquivos da SODS podem ser vistos como um lugar de memória, ou seja, o guardião da memória institucional da UFPB, registrando acontecimentos, o funcionamento e o papel de uma instituição que é referência no ensino público superior. No entanto, para isso, é importante considerar a formalização, como dispositivo regimental e estatutário, de uma política de informação arquivística. Isso significa assegurar a informação de natureza arquivística, garantindo os acervos de memória como fontes de prova documental, pois entendemos que documentar é, sobretudo, ressaltar a relevância de um dado documento no contexto de um processo histórico, considerando suas propriedades arquivísticas.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2000 (Projeto Como Fazer).

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

COSTA, I. T. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

FONTANELLI, S. A. **Centro de memória e ciência da informação**: uma interação necessária. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>. Acesso em 05 abr. 2010.

GONÇALVES, J. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**, v. 7, p. 015, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/6265>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Leon Schaffter. São Paulo, Vértice-Revista dos Tribunais, 1990. São Paulo: Centauro, 2006.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. 549 p.

MATTOS, M. T. N. de B. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil**: o caso da Universidade Federal da Bahia. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ORRICO, E. G. D.; SILVA, E. P. Memória social e o fenômeno informacional arquivístico. In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2015, Brasília. XII ENANCIB, 2015. p. 01-13.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Estatuto aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 112/2002)

e pelo Ministro de Estado da Educação (Portaria nº 3.198 de 21.11.2002, publicada no D.O.U. de 22.11.2002, retificada no D.O.U. de 12.12.2002).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 1955. Lei de criação da Universidade da Paraíba (Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 1960. Lei de federalização da Universidade da Paraíba (Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 1961. Estatuto da Universidade da Paraíba (Decreto nº 50.148, de 27/01/1961), revogado pelo Dec.s/n, de 25.04.1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 1969. Estatuto da Universidade Federal da Paraíba (Decreto nº 65.464, de 21/10/1969), revogado pelo Dec.s/n, de 25.04.1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 2002. Estatuto da Universidade Federal da Paraíba (Portaria MEC nº 3.198 de 21.11.2002).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 1974. Estatuto da Universidade Federal da Paraíba (Portaria MEC nº 3.198 de 21.11.2002).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Decreto nº 73.701 de 28.02.1974 aprova o plano de reestruturação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - Estado da Paraíba.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução nº 279/79 aprova o Regimento dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior.

2 A PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS E SUA RELAÇÃO COM A BIOLOGIA

*Uthant Saturnino Silva
Carlos da Silva Laureano
Bernardina M. J. Freire de Oliveira*

INTRODUÇÃO

O artigo relaciona a biologia com os acervos das unidades de informações, ou seja, os danos que determinadas espécies de bactérias, fungos e insetos causam nos acervos. Mostra as características de cada agente deteriorador, no que diz respeito à ação desses microrganismos que produzem enzimas, como resultado do seu metabolismo, atuando como catalizadores nos processos de degradação da celulose e de colas existentes na produção dos livros. A principal consequência é a transformação das características físicas e químicas do acervo, o qual, logo após o processo, fica com um aspecto fragmentado e com manchas de diversas cores, intensidades e conformações.

A preservação dos acervos é de extrema importância, pois visa protegê-los de possíveis degradações. Para que ocorra a preservação, é necessária a observação da ação dos vários agentes de degradação, que podem ser internos ou externos ao suporte em que se encontra a informação.

Bellotto (2014) aponta que após o documento cumprir a função para a qual foi criado, será preservado para fins de pesquisas, testemunho e herança cultural. Cabe salientar que, independente da finalidade da guarda dos documentos, a preservação é imprescindível para manter o bom estado físico dos suportes, evitando assim a deterioração do patrimônio documental.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 135) traz a seguinte definição para preservação: “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico”.

Nesse sentido, a administração pública tem a responsabilidade de proteger o patrimônio cultural, tendo em vista que a memória de todos é registrada e perpetuada em meio aos bens culturais, refletindo o conjunto de indivíduos da nação. Pode-se, então, remeter à preservação do patrimônio documental (como patrimônio cultural), onde a ligação que a sociedade possui com as formas de registro de seu passado gera uma identidade, pois, por meio dos registros acessíveis, os indivíduos podem rememorar sua história.

Atualmente, em meio à grande produção informacional, os arquivos e as bibliotecas vêm se desenvolvendo juntamente com a tecnologia, que permite cada vez mais produzir e difundir as informações. Para tanto, ações de cunho preventivo são práticas bem-vindas nestas unidades de informação, para que se preserve o patrimônio documental em longo prazo, de maneira que a sociedade possa sempre rememorar sua história, por meio do acesso às informações contidas em seus acervos.

O desenvolvimento dos sistemas de arquivos acompanha a origem da escrita. Do mundo antigo às civilizações clássicas, vulgarizou-se o termo arquivo, contudo, ainda sem a utilização das atuais técnicas de organização e representação do conhecimento.

A preocupação do homem com a ordenação e organização do conhecimento origina-se desde a Antiguidade, com a criação do sistema de registro, para preservar documentos. Ela nasceu e foi utilizada na Roma Antiga “quando os magistrados começaram a fazer notas dos assuntos cotidianos” (SCHELLENBERG, 1974, p. 75). Desde então os sistemas de registros de informações foram tornando-se cada vez mais aprimorados por outras civilizações no decorrer dos séculos. Nas bibliotecas e arquivos estão todas as informações necessárias para a sobrevivência de qualquer sociedade, sendo assim o local de guarda dos acervos também é de sumária importância, e sua preservação mais ainda.

AGENTES DE DEGRADAÇÃO DO ACERVO

A degradação do acervo está diretamente ligada ao controle da temperatura, da umidade relativa do ar, do manuseio e outros fatores. Um

bom programa de monitoração evita os danos internos e externos ao acervo. Relacionam-se a seguir os dois fatores de degradação:

a) Fatores internos: ligados diretamente à composição do papel, tais como: tipo de fibras, tipo de encolagem, resíduos químicos não eliminados, partículas metálicas, ou seja, todos os componentes que fazem parte do papel;
b) Fatores externos: são os agentes físicos e biológicos, tais como: radiação ultravioleta, temperatura e umidade relativa, poluição, micro-organismos, insetos, roedores, o homem, entre outros.

Aqui o foco principal são os agentes externos, especificamente, os biológicos. Antes de se pautar sobre a degradação do papel pelos agentes biológicos, relatam-se sua origem e estrutura.

O papel foi inventado na China no ano 105 d.C., teve sua rota de expansão seguida através da Ásia até o Ocidente pelos mesmos caminhos seguidos anteriormente pela rota da seda e, a partir de Samarcanda, sua expansão chegou à Europa, graças à cultura islâmica. A partir da Europa, chegou a América. No século XVII, o papel já era conhecido em todo o mundo. A invenção da imprensa (os tipos móveis), por Gutenberg, no século XV, foi o ponto de partida para a expansão do uso do papel como suporte original para a escrita (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA (2017, p. 7).

Estruturalmente o papel é uma lâmina que se obtém a partir da união de fibras de origem vegetal (compostas por uma proporção variável de celulose⁵), previamente tratadas e refinadas e as quais são adicionadas outros materiais, tais como: colas, cargas, pigmentos, etc. As fibras sobrepõem-se e são prensadas entre placas de feltro em grandes prensas.

O papel é, sem dúvida, o principal composto vulnerável aos ataques microbiológicos, uma vez que seu principal constituinte, a celulose, sofre degradação provocada por diferentes espécies de fungos, bactérias e insetos. A ação desses microrganismos no papel se manifesta pelo aparecimento de manchas de diversas cores, intensidades e conformações. Os microrganismos produzem as enzimas, como resultado do metabolismo. Estas aceleram os

5 A celulose (C₆H₁₀O₅)_n é um polímero de cadeia longa composto de um só monômero (glicose), classificado como carboidrato. Principal constituinte das paredes celulares das plantas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/celulose>. Acesso em: 20 de maio, 2018.

processos de degradação da celulose e de colas existentes na produção dos livros. Assim, a principal consequência é a transformação das características físicas e químicas do papel, que, logo após o processo, fica com um aspecto fragmentado e coloração diferenciada.

Quanto às bactérias, são seres mais amplamente disseminados pela face da Terra e compõem-se de uma só célula (seres unicelulares), ausência de cariomembrana. Encontram-se no ar, na água, no solo, nos objetos, sobre animais e plantas. Muitas delas vivem livremente, por seus próprios recursos, enquanto outras se adaptam a outros organismos, parasitando-os ou com eles vivendo em mutualismo. Em condições desfavoráveis, certas bactérias também produzem esporos como forma de resistência. Neste caso, há formação de um esporo por célula. Embora as bactérias possam crescer numa ampla faixa de temperatura (de 0 a 80 graus Celsius), as condições ideais estão na temperatura de 20 a 37 graus Celsius. A umidade é indispensável ao desenvolvimento das bactérias, sendo que nos acervos geralmente são transmitidas pelo manuseio de pessoas com mãos contaminadas (SOARES, 1998, p. 29).

Um artigo publicado no site *Mental Floss* direciona a atenção para a possibilidade de contrair qualquer tipo de infecção a partir dos volumes emprestados de locais como explanados. Os cientistas atuais afirmam que manusear uma obra não será suficiente para deixar o indivíduo doente. No entanto, é importante saber que os livros possuem uma quantidade significativa de bactérias em suas páginas.

Em um experimento realizado no início do século 20, um artigo de 1911, publicado no Boletim da Associação Médica Bibliotecária, intitulado “A Desinfecção dos Livros”, mostra que a preocupação com os riscos oferecidos pelas obras já existia. O artigo revela que na época já se tinha conhecimento sobre os tipos de contaminação presentes nesses itens e citam enfermidades, como sarampo, varíola, escarlatina, tracoma (conjuntivite), febre tifoide, difteria, tuberculose, entre outras.

Fica claro que já existia preocupação com danos causados pelas bactérias, porque uma experiência conduzida por um cientista da época mostrou que a contaminação poderia ocorrer mesmo. Em seu experimento, ele retirou algumas das partes mais sujas de uma série de livros e as cozinhou em solução salina. Depois, centrifugou o líquido e injetou em porquinhos-

da-índia. Não demorou até que a maioria dos animais acabasse morrendo por tuberculose ou por infecções por sepse e estreptococos, ou seja, doenças bacterianas. Com a publicação, atentava para um costume não higiênico que as pessoas tinham e têm de umedecer os dedos com a boca ao estarem folheando os livros e documentos.

De acordo com as informações, extraídas no site *megacurioso.com.br* em 2013, as obras mais populares da Biblioteca Pública da Antuérpia, na Bélgica, apresentaram traços de cocaína e herpes. Aparentemente, a droga se justifica pela grande rede de tráfico presente na cidade.

Quanto aos fungos, constituem-se de duas partes diferenciadas: a vegetativa, que é composta de hifas e servem de fixação e absorção de alimentos; e a reprodutiva, onde se encontra uma célula que produz vários esporos. Seres sem clorofila (aclorofilados) e, conseqüentemente, heterótrofos, conhecidos como: bolor ou mofo, levedos e alguns têm atividade parasita causando doenças nos animais e nos vegetais, notadamente no homem. Tais doenças recebem o nome de micose. Estruturalmente, são constituídas por um corpo vegetativo chamado de talo, também composto por filamentos denominados hifas, que formam uma rede microscópica junto ao substrato, estrutura chamada de micélio, através da qual são absorvidos os nutrientes. Em sua fase reprodutiva, os fungos produzem esporos, que são dispersos através do ar, da água ou dos insetos (SOARES, 1998, p. 45).

Com poucas exceções, sua reprodução se faz por esporulação. Os esporos são células ovais, altamente resistentes aos ambientes desfavoráveis. Portanto, além de ser uma forma de reprodução, a esporulação também é uma forma de resistência. Neste caso, há a formação de somente um esporo por célula que, em condições ideais, volta a se desenvolver. As condições ideais para o crescimento dos fungos estão entre 22 a 30 graus Celsius, sendo que este desenvolvimento pode também ocorrer em condições de 0 a 62 graus Celsius.

No papel, as colônias de fungos costumam ser identificadas por manchas de cor amarela, mais escuras no centro e mais claras nos contornos. Dependendo da espécie de fungo, as manchas se ampliam e se apresentam sob diversas tonalidades em livros e documentos. Em condições muito favoráveis, formam bolores e seus esporos, em grande quantidade, dão a impressão de um pó (REVISTA ACB, 2008).

Os fungos se alimentam das substâncias orgânicas existentes no papel (celulose), que, de modo geral, se desenvolvem em condições de umidade e temperatura elevadas (0 a 62 graus Celsius) supracitadas. Os fungos possuem uns filamentos que podem promover alguns tipos de rasgos nos papéis, todavia, o pior dano são as manchas deixadas como resultado de sua atividade de metabolização das substâncias (enzimas) que os alimentam. Esta ação gera a ruptura da cadeia molecular da celulose, tendo como principal consequência sua fragilidade.

Os ataques mais graves podem acarretar o apodrecimento e até a perda total do papel. A disseminação dos fungos se dá através dos esporos (suas células reprodutoras) já supracitados, que são carregados por meio de diversos veículos, por exemplo, correntes aéreas, gotas d'água, insetos, vestuários, etc (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA (2017, p. 12).

Recentemente, cientistas espanhóis identificaram uma nova forma de fungo que durante o seu processo de metabolismo é capaz de comer CDs. Informação que segundo a rede britânica BBC, um geólogo do Museu de História Natural de Madri descobriu o fungo que pertence à família Geotrichum - em CDs trazidos de Belize, América Central. Segundo o cientista, embora esta espécie fungo esteja amplamente disseminada, ele se desenvolve sobre CDs apenas em condições de alta temperatura e umidade excessiva. O fungo ataca a superfície do disco, consumindo plástico e até mesmo alumínio. Especialistas dizem que fungos que atacam substâncias feitas pelo homem, como o plástico, são pouco comuns.

Em relação ao acervo e ao *foxing*, trata-se de uma deterioração que se caracteriza pelo surgimento de manchas com uma coloração castanha no papel (folha do livro ou documento). Até hoje sua origem gera controvérsias se é biológico ou químico. Existem pesquisadores que pensam tratar-se de algum tipo de microrganismo, porém outros defendem que são manchas originárias do processo de oxidação de impurezas metálicas que ficaram aderidas aos papéis durante sua formação. Este tipo de deterioração tende a aparecer em documentos que tenham ficado em contato direto com papéis ácidos, ou em obras que tenham sido emolduradas com cartões e papéis que apresentam em sua composição baixa qualidade arquivística (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2017, p. 13).

Quanto ao acervo e aos insetos, estes compreendem os artrópodes portadores de três pares de patas articuladas, daí a classe *Insecta*, também chamada de *Hexapoda*. São animais com cabeça, tórax e abdômen. O exoesqueleto é revestido de quitina. Existem insetos sem asas (ápteros), com um par de asas (dípteros) e com dois pares (tetrápteros), com um par de antenas (díceros) e a respiração por traqueias (SOARES, 1998, p. 126).

Os danos que os insetos causam aos acervos são bastante conhecidos. Produzem estragos de grande intensidade, durante tempos relativamente curtos. A ação destrutiva é maior nas regiões de clima tropical, cujas condições de calor e umidade relativa elevadas provocam numerosos ciclos reprodutivos anuais e desenvolvimento embrionário mais rápido. São pouco afetados pelo controle ambiental interno e acervos, uma vez que possuem uma grande capacidade de adaptação às transformações ambientais. Além disso, podem adquirir resistência aos inseticidas com o passar do tempo (REVISTA ACB, 2008).

Os insetos, a exemplo dos fungos, alimentam-se de substâncias formadoras dos papéis, fundamentalmente a celulose. Desenvolvem-se em condições de umidade e temperatura elevadas e na ausência de luz. Embora haja uma variedade de insetos que atacam o papel, os mais comuns são os tisanuros, representados pela família das traças; os ortópteros são representados pela família dos besouros; e os isópteros são representados pela família dos cupins (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, (2017, p. 13).

Os que se referem às traças são insetos da ordem dos Tisanuros. São ametábolos, devastam couros, papéis e fotografias pela superfície, instalando-se e desenvolvendo-se em locais escuros, especialmente úmidos. Sua simetria plana lhes permite penetrar os espaços entre as folhas causando danos ao acervo (REVISTA ACB, 2008).

Quanto às baratas (blattaria), pode-se dizer que se trata de uma subordem de insetos cujos representantes são popularmente conhecidos como baratas. Elas pertencem à ordem das Ortópteras e fazem uma metamorfose incompleta, passando do ovo para a ninfa e a seguir à fase adulta. Preferem os locais escuros, quentes e úmidos. Em geral, desenvolvem-se nos depósitos e nos condutores de instalações hidráulicas e elétricas. São atraídas para

os ambientes pelos resíduos alimentares. A grande maioria das espécies é solitária, com algumas delas apresentando hábito gregário (exemplificadas pelas espécies domésticas), sendo *Cryptocercus punctulatus* considerada como uma espécie subsocial, que vive em árvores e, como os cupins, possuem simbioses⁶ intestinais. Esse comportamento de simbioses em muitas espécies silvestres participa da cadeia alimentar como saprófagos⁷, por se alimentarem de material animal e vegetal morto, carnívoros e herbívoros.

Espécies do gênero *Panesthia* e *Cryptocercus* possuem bactérias e protozoários em seu tubo digestivo, que auxiliam na digestão da celulose. De forma similar às traças, elas causam danos nas superfícies e nas margens de livros e documentos (REVISTA ACB, 2008).

Os cupins, por sua vez, são insetos da ordem dos Isópteros e alimentam-se da celulose da madeira e dos papéis. São muito resistentes e vivem em colônias muitas organizadas (sociais divididas em castas). Classificam-se em dois grupos: os de solo e os de madeira. Os dois tipos atacam igualmente as coleções documentais.

Os cupins de solo formam colônias subterrâneas e chegam às edificações através de canais (galerias), que constroem pelas bases de madeira e mesmo de concreto, aproveitando suas falhas estruturais para protegê-los da luz, uma vez que não possuem proteção epitelial. Os cupins de madeira vivem dentro da madeira de móveis, portas, forros etc. Passam, então, para livros e documentos que se encontram em armários, estantes e gavetas infestadas. Têm aversão à luz, uma vez que não possuem pelo. Procuram exatamente os conjuntos compactos de papéis. Apesar de se alimentarem da celulose do papel, preferem as madeiras e por isso mesmo, algumas vezes, as coleções de documentos são usadas apenas como caminho para que possam alcançar seu alimento. Seus estragos

6 Simbiose pode ser definida como uma associação em longo prazo entre dois organismos de espécies diferentes. Essa relação é benéfica para ambos os indivíduos envolvidos ou não. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Simbiose>. Acesso em: 20 mai. 2018.

7 Saprófago, diz-se daquele, ou aquele que se nutre de matérias orgânicas em decomposição. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Saprófago>. Acesso em: 20 mai. 2018.

desenvolvem-se internamente, sobretudo através de furos no acervo (REVISTA ACB, 2008).

As brocas de madeira, assim como o cupim, são insetos xilófagos⁸. São milhares de espécies amplamente distribuídas em diferentes grupos, sendo que os insetos das famílias *Anobiidae* e *Lyctidae* são os principais responsáveis pelo ataque a objetos de madeiras e derivados. A presença da broca de madeira, na maioria das vezes, apenas é notada pelos resíduos que deixam e que têm a aparência de pó. As brocas são insetos da ordem Coleóptera que possuem metamorfose completa, ou seja, passam do ovo para a larva, desta para a pupa e, finalmente, ao inseto adulto. Suas espécies variam de acordo com as condições climáticas de cada região. São vulgarmente denominados de brocas, carunchos ou besourinho. Estes insetos, ao longo de seu desenvolvimento, perfuram as folhas compactadas ou de encadernados, até rendilhá-las, impossibilitando a leitura do texto (REVISTA ACB, 2008).

No que diz respeito aos piolhos, esses são insetos da ordem dos *Psocópteros*. Vulgarmente conhecidos como piolho de livros, são pequenos insetos de cor amarelo-avermelhada, frequentemente encontrados entre as folhas. Sobrevivem em locais muito úmidos, pois são insetos que não atacam diretamente o documento, porém, em seu modo de vida, alimentam-se dos fungos e de restos de outros insetos mortos, e podem causar danos aos livros, roendo os acervos, formando pequenos orifícios de contorno irregular (REVISTA ACB, 2008).

Em se tratando dos roedores, eles se adaptam a quase todas as condições climáticas e alimentando-se da matéria orgânica, geralmente restos de alimentos. Preferem ambientes quentes, úmidos e escuros. Para manterem-se aquecidos, utilizam papéis, couro, tecidos, plásticos picados, principalmente na confecção dos ninhos para reprodução, que ocorre até dez vezes por ano. A invasão nos depósitos pode ser feita pelos porões, portas, janelas, forros, tubulações etc. Além dos estragos nas coleções,

8 Xilófago é um inseto que se alimenta de madeira. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xilofago>. Acesso em: 20 mai. 2018.

os ratos oferecem o risco de transmissão de doenças ao homem, como leptospirose, hidrofobia etc (REVISTA ACB, 2008).

O homem, consciente ou inconscientemente, é um dos maiores agressores do papel. O simples uso normal é o suficiente para degradar este material. A acidez e a gordura do suor das mãos, em contato com o papel, produzem acidez e manchas. Também são nocivos os maus tratos como: rasgar, riscar, dobrar, escrever, marcar, colocar cliques, grampos metálicos, colar fitas, etc. Essas atitudes são comuns, tendo-se tornado um hábito entre as pessoas que não pensam na preservação do documento e que se importam apenas com a informação contida no documento, não levando em consideração os danos, muitas vezes irreversíveis, que estão sendo causados.

PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE CONSERVAÇÃO

O manual técnico de preservação e conservação orienta alguns cuidados no manuseio dos volumes e dos documentos. Seguindo essa linha de raciocínio, alguns agentes biológicos podem ser evitados se os profissionais da informação e usuários sempre limparem e secarem as mãos antes e após o manuseio; não molharem as pontas dos dedos ao manusear os documentos; não expuserem ao sol volumes ou documentos que tenham sido atingidos por água; não fizerem refeições dentro de áreas de guarda de volumes e documentos. Ao adotar estes procedimentos, a contaminação do acervo por agentes biológicos pode ser reduzida.

Em nossas vidas profissionais, atuando nas áreas de arquivo e biblioteca (FIGURA 1), consideramos como fatores importantes a preservação e conservação de objetos tridimensionais, encontrados em locais de crime, que servirão como fontes de informações, para posterior reconhecimento de corpos ignorados, cujos laudos ficam arquivados nos arquivos de medicina legal. É importante informar que todos os objetos de corpos ignorados são acondicionados em sacos especiais, que impedem a proliferação dos microrganismos. O acondicionamento tem por objetivo a proteção dos documentos que não se encontram em boas condições ou a proteção daqueles já tratados e recuperados, armazenando-os de forma segura (CASSARES, 2000, p. 35).

próximo a matas. A umidade produzida nesses lugares adentra nos ambientes trazendo consigo microrganismos que se propagam pelo ar. Os acervos que se encontram no subsolo, como o arquivo e a biblioteca localizados no espaço cultural José Lins do Rego, na capital paraibana, não há nenhuma entrada de ar significativa dependendo exclusivamente da circulação de ar artificial. O ar precisa estar sempre em manutenção para evitar o surgimento e a proliferação de mofo.

Prevenção contra brocas (anobídeos): sua característica é o pó produzido no processo de degradação do material, como: adesivos de amido, papelão da capa e o miolo. Como forma de combatê-lo, faz-se uso de constante higienização selecionando ainda os documentos e livros que não se encontrarem contaminados pelos demais e ainda não foram atingidos pela broca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base o tema exposto, este foi baseado no conceito de gestão de documentos, que foi formulado após o advento da Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu uma explosão documental no âmbito das administrações públicas e a consequente necessidade de controlar os acervos de bibliotecas e arquivos. A reflexão que fica diante da relação destas unidades de informação com a biologia faz sentir que é essencial uma política de preservação, em que o documento passe a ser controlado desde o momento de sua produção até a sua destinação final. Uma criteriosa observação para evitar ao máximo a sua degradação por todo tipo de agentes, aqui em questão o biológico. Como relatado ao longo do texto, os microrganismos, macroinsetos e até mesmo o homem, degradam o acervo no manuseio dos documentos, em sua maioria formados por papel. Em sua composição, está presente a celulose com substância que participa do processo de metabolismo dos seres supracitados, e, como foi citado, até os acervos digitais podem ser alvo dos ataques dos fungos.

A organização das estantes facilita o acesso seguro aos documentos, promove a proteção contra danos físicos, químicos e mecânicos. Os acervos devem ser armazenados em bibliotecas e arquivos. As estantes, os armários

ou prateleiras, devem ser padronizados de acordo com o suporte. Com relação às mídias magnéticas, como fitas de vídeo, áudio e de computador, essas devem ser armazenadas longe de estruturas que emitam campos magnéticos que possam causar a distorção ou a perda da informação pela ação do eletromagnetismo.

As caixas de arquivo devem ser resistentes ao manuseio, ao peso dos documentos e à pressão, caso tenham de ser empilhadas. Precisam ser mantidas em boas condições de conservação e limpeza, de forma a proteger os documentos.

As medidas de caixas, envelopes ou pastas devem respeitar formatos padronizados, e devem ser sempre superiores às dos documentos que irão abrigar, bem como serem resistentes aos agentes biológicos. O crescimento acelerado do acervo nas instituições acarreta o acúmulo cada vez maior da massa documental, já que grande parte do acervo das instituições ainda é de papel, sendo assim, a preservação do acervo não é tarefa fácil. Sabemos que é a mais penosa das responsabilidades dos profissionais envolvidos. Diante desse conhecimento, a preservação dos documentos públicos deve ser claramente definida em leis, e a conservação dos documentos deve ser feita levando em conta um rigoroso diagnóstico com a implantação das melhorias.

Assim, o artigo contribuiu para discutir a preservação dos documentos textuais e não textuais que guardam em seus suportes memórias da sociedade. Alternando-se a realidade das unidades de informações, conseqüentemente provocam-se mudanças no comportamento dos profissionais da informação, exigindo desses profissionais novas metodologias para preservar e conservar o acervo principalmente contra a ação dos agentes biológicos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028:** Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** Informação e documentação – Apresentação de citações. Rio de Janeiro 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 11515:** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro 2011.

BELLOTO, Heloisa Liberal li. **Arquivos permanentes:** tratamento documental, 4. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRICKUS, L. AQUINO NETO, F. R. de. **A qualidade do ar de interiores e a química. Instituto de Química** – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Ilha do Fundão Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: www.scielo.br/pdf/qn/v22n1/1140. Acesso em: 22 mai. 2018.

CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** Arquivo do Estado / imprensa Oficial, São Paulo, v.5, 2000. Disponível em: www.Arqsp.org.br/arquivos/oficinas_coleção_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital.** Rio de Janeiro, 2004.

MANUAL DE CONSERVAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL, **Anais da Biblioteca Nacional**, referente ao ano de 1991, v. 111 p. 63-116. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_111_1991.pdf. Acesso em 20 mai. 2018.

OGDEN, S. *et al.* Emergências com pragas em arquivos e bibliotecas. 2. ed, **Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos.** Rio de Janeiro, 2001. p.19.

REVISTA ACB: **Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 13, n. 2, p. 347-363, jul./dez., 2008

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento de documentos eletrônicos**, 4. ed. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas/ Tradução de Nilza Teixeira. 6. ed. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2006.

SPINELLI, J.; BRANDÃO, E.; FRANÇA, C. **Manual técnico de preservação e conservação.** Documentos extrajudiciais CNJ. Rio de Janeiro: BN, 2017. p. 13.

www.megacurioso.com.br/nojento/89391-voce-sabe-quais-bacterias-epossivel-encontrar-em-livros-de-biblioteca.htm. Acesso em: 20 mai. 2018.

www.clubedohardware.com.br/forums/topic/46452-fungos-que-comem-cds/ Acesso em: 20 mai. 2018.

3 ARQUIVO PESSOAL JOSÉ SIMEÃO LEAL: um espaço de memória da cultura popular na Paraíba

*Carla Maria Almeida
Bernardina M. J. Freire de Oliveira
Ana Cláudia Cruz Córdula*

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Bauman, nas obras *Modernidade Líquida* (2000) e *Tempos Líquidos* (2007), refletiu sobre as noções de liquefação e fluidez para expressar o cenário e dinamismo da sociedade atual, chamada de sociedade pós-moderna.

Em meio a esse contexto de transitoriedade da solidez da sociedade moderna, para a fluidez da sociedade contemporânea, as relações inter-humanas e as próprias estruturas sociais tendem a se transformar e adaptar ao cenário não determinado pelo geográfico e mais individualista. Diante disso, buscamos refletir sobre o arquivo pessoal inserido nesse contexto, considerando-o um espaço de memória (ASSMANN, 2011), que tem, sob sua custódia, documentos de valor histórico, memorialístico e científico.

Concebemos arquivo pessoal como lugar que pode revelar a dimensão da produção social de informação e conhecimento de determinado autor. Para isso, apresentaremos o conjunto documental sobre as manifestações culturais populares no estado paraibano presentes no Arquivo Pessoal José Simeão Leal.

O processo investigativo abre nova perspectiva de estudo, uma vez que considera o arquivo como um sistema de regras, constituído em conjunção com os acontecimentos, declarações e registros que ajudam (ajudaram) em sua formulação. Trata-se, portanto, de um tipo de passagem pela memória que se consubstancia nos trabalhos de José Simeão Leal, numa apropriação de artefatos vários: recortes, fotografias e literatura. Esses fragmentos coligem memórias pessoais de José Simeão Leal com as partes

de uma memória coletiva, em atos de composição que meditam sobre os usos mnemônicos da cultura popular na Paraíba.

A pesquisa científica detém, em seus fundamentos, princípios que operam de modo a manter sua caracterização e a possibilidade de sua verificabilidade (POPPER, 1972). Nossa pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, em que buscaremos a partir dos documentos consultados compreender, qualitativamente, a memória construída sob o prisma da descrição.

A análise bibliográfica, em que se tem consulta da literatura, abarca a Ciência da Informação, arquivo pessoal, memória, cultura, cultura popular, identidade e tradição, a fim de nos aproximarmos e nos fundamentarmos nos posicionamentos e apontamentos escritos sobre esses temas.

Pautamo-nos nos procedimentos propostos pela análise documental com ênfase nos estudos de Aróstegui (2006, p.508), que considera que “a análise documental pode ser definida como o conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado tipo histórico”. Para a pesquisa documental em arquivo, são imprescindíveis uma busca e exploração da documentação fundamentada na planificação da pesquisa. A análise documental deve proceder de forma externa e interna, ou seja, por seu formato e conteúdo.

Reconhecemos que os documentos são fontes de informação e possibilitam o acesso a uma memória do grupo, que se mantém no presente devido à preservação documental. Essa memória, por sua vez, se reconstrói e adquire significados a partir dos processos e conflitos que permeiam (e permeiam) o arquivo ao longo do tempo e do acesso de usuários a ele, além do uso do documento enquanto fonte de pesquisa ou fins diversos. Dito isso, os suportes serão considerados *médiuns* (ASSMANN, 2011), de modo que através deles evocaremos uma memória ali materializada.

Para que não haja fragmentação da representação sobre a cultura popular no acervo José Simeão Leal (AJSL), elencamos os variados suportes, de modo que a partir das múltiplas tipologias informativas que os tipos documentais fornecem, revelam informações passíveis de se evocar uma memória sobre a cultura popular na Paraíba construída por José Simeão Leal.

José Simeão Leal acumulou em seu arquivo pessoal um vasto material, classificado conforme o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (2005) em três grandes signos: a palavra escrita, a imagem e o som. A palavra escrita se encontra nos documentos textuais datilografados e manuscritos, em formas de anotações, correspondências, dedicatórias e fichas; as imagens estão presentes nos documentos iconográficos, produzidos a partir de técnicas diversas, como fotografia, escultura, impressão, pintura, desenho e gravura; o signo som é encontrado na documentação sonora, composta por fitas de rolo. No que tange à cultura popular, a representação é materializada nos três formatos documentais.

O documento textual encontra-se disposto em duas formas. Primeiro, os manuscritos e recortes de jornais referentes à pesquisa do proprietário do arquivo sobre a cultura popular são classificados pela série: Pesquisa Sobre Cultura Popular, com subséries classificadas por letras, em que se apresentam: A – C, D – M, N – Q, R – T, U – Z. As séries se encontram em caixas-arquivo de polipropileno. Além destes, outro tipo de documento textual são as missivas recebidas por José Simeão Leal. Elas constituem em fonte histórica e informacional (MALATIAN, 2012).

Os documentos iconográficos encontram-se presentes nos recortes de jornais, desenhos e fotografias, que estão organizados em caixas-arquivo de polipropileno e pastas classificadas por tema. A documentação sonora encontra-se agrupada às demais fitas de rolo presentes no acervo.

Outros documentos que revelam o caráter sistemático do estudo de José Simeão Leal são as fichas com referências bibliográficas sobre a cultura popular. Registram-se, também, os livros presentes em sua biblioteca particular, de modo que os exemplares referentes ao tema caracterizam a formação intelectual do areense que corrobora as práticas e ações que ele mediou. As referências bibliográficas presentes tanto nas fichas, quanto nos livros de sua biblioteca, indicam o conhecimento adquirido sobre o tema, de modo a contribuir para uma noção de como o intelectual se apropriou das informações produzidas sobre as manifestações para a construção de seus registros. Em sua biblioteca, constam volumes dos autores que trataram sobre a cultura popular e cultura afro-indígena, como Roger Bastide, Câmara Cascudo, Oneyda Alvarenga, Edson Carneiro e Arthur Ramos, além de

autores que discutiram a temática negra, tanto no contexto literário como no histórico-social, como Jorge de Lima, Charles Wagley e Darcy Ribeiro (ALMEIDA, 2017).

Dito isso, buscamos descrever os documentos constantes no Acervo José Simeão Leal considerando-os *médiuns* de memória (ASSMANN, 2011), compreendendo como eles se constituem em fonte de informação para a (re) construção e (re)significação da memória sobre cultura popular na Paraíba.

OS ARQUIVOS PESSOAIS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA LIQUIDEZ

Bauman (2007) apropriou-se das noções de liquefação e fluidez como uma metáfora para expressar o dinamismo do processo de transição entre a modernidade e a sociedade atual, chamada de sociedade pós-moderna.

Conforme o autor, cinco são os desafios impostos ao indivíduo no presente. O primeiro refere-se às instituições, em como a organização social limita as escolhas pessoais, assegurando um padrão e uma rotina de vida; o segundo diz respeito ao divórcio entre a política e o poder, sendo este último agora em uma instância global, enquanto que a política situa-se em uma esfera local; o terceiro desafio está relacionado aos laços inter-humanos, que agora são frágeis e temporários, em detrimento da quebra de estrutura para uma rede dinâmica; o enfraquecimento estrutural, que promove o colapso de pensamento, planejamento e ação voltados para o longo prazo, vem como o quarto desafio; e, por fim, a responsabilidade atribuída ao indivíduo em resolver problemas gerados pelas circunstâncias voláteis e instáveis. Com isso, Bauman (2007) explicita os dilemas impostos ao sujeito, sendo agora um indivíduo (no sentido do individual, não mais coletivo), em um contexto de liquidez e volatilidade.

Para este autor, o cenário líquido suplantou a solidez da sociedade moderna, transformando as estruturas em redes, os indivíduos se tornaram “livres”, porém, impotentes. Apesar de também reflexivos e críticos, a impotência inerente deve-se à constante insatisfação e à não potência de transformação, devido à incapacidade de uma ação afetar a agenda estabelecida na “política-vida” (BAUMAN, 20000).

O autor compara ainda o mundo com um *camping*, em que as pessoas aterrissam, acampam, passam uma estada, mas depois vão embora, sem estabelecer relações com maiores profundidades, nem contribuições que possibilitam a promoção de mudanças no espaço que ocuparam.

Esse “nomadismo raso” interfere também na construção identitária do sujeito. Na sociedade capitalista vigente, o ter tornou-se mais importante que o ser, de modo que o ser está diretamente ligado ao ter. Ou seja, a identidade se solidifica quando se compartilha as mesmas coisas, os mesmos objetos, não por sua dimensão simbólica no contexto da tradição, mas pelo status, tornando, assim, uma autoafirmação perante a sociedade, quem tem se sobressai (BAUMAN, 2000). Na sociedade em que não há hierarquização por títulos de nobreza ou superioridade de sangue, o consumo tornou-se o marcador social para instaurar e comunicar as diferenças (CANCLINI, 2013).

Em meio a essa volatilidade pessimista apresentada por Bauman (2000; 2007), deparamo-nos com espaços que vão contra essa noção da liquidez, visto que eles se mantêm enquanto lugares de preservação da memória individual e coletiva. Os arquivos pessoais, especificamente, têm, sob sua guarda, objetos e documentos que revelam informações referentes não apenas ao sujeito proprietário, mas às pessoas e ao contexto em que se relacionavam e no qual estavam inseridos.

Os avanços nos debates sobre patrimônio vêm proporcionando um desenvolvimento reflexivo na forma como as sociedades devem manter o seu passado (CANDAU, 2005). Apesar dos aspectos e obstáculos apontados por Bauman (2000; 2007), há áreas e políticas que se voltam para a preservação da memória coletiva e da solidez que contribuíram para as construções sociais em seus vários segmentos.

Diferentemente dos objetos presentes nos museus, apontados como “máquinas de esquecimento ativo”, Jeudy (1990, p. 206-207 apud CANDAU, 2005, p. 159) afirma que os documentos e objetos presentes nos arquivos pessoais estão em seu estado de manifesto⁹, ou seja, estão presentes

9 Candau (2005, p. 160) atribui ao termo de estado de manifesto os objetos presentes nos ecomuseus; estes se opõem aos objetos “congelados”, fora do tempo e espaço museológicos.

no local armazenado pelo seu próprio dono, sem caráter museológico, mas, sim, enquanto artefato pessoal ou de ação dialógica entre o pessoal e o contexto no qual o arquivo está situado. Diferente dos museus, que possui uma “memória do fechado a tudo o que não é local e categorizado como antigo ou tradicional”, a memória dos documentos constantes em arquivos pessoais é aberta e em construção à medida que as informações são acessadas.

Diante disso, destacamos a relevância da preservação desses espaços como forma de manter vivas as referências que contribuíram para a construção da sociedade, e contribuem para o conhecimento dela própria, através da evocação memorial extraída das informações constantes nesses arquivos.

REFLETINDO SOBRE ALGUNS CONCEITOS

O atributo de mediador cultural é esclarecido a partir de duas noções complexas. Enquanto intelectual, compartilhamos do entendimento de Gomes e Hansen (2016, p.10), de que são “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social [...] podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam”. A outra noção remete aos atores cujo papel tem grande relevância, mas nem sempre são reconhecidos na sociedade em que estão inseridos. Considerados “guardiões da memória”, são aqueles que “se dedicam a ‘coleccionar’ objetos e a produzir relatos memoriais, escritos ou registrados em outro suporte, com alguma circulação entre o grupo, além de certa permanência no tempo” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9).

Tendo isso em vista, podemos considerar que José Simeão Leal desenvolveu, ao longo de sua trajetória, atividades e práticas de mediação cultural (GOMES; HANSEN, 2016), de modo que não apenas contribuiu com ações políticas direcionadas à transmissão e à propagação da cultura, mas atribuiu um sentido à sua produção, tendo em vista a singularidade de seus registros e seu fornecimento de informações aos pesquisadores que o

buscavam. Como fruto dessas ações, José Simeão Leal acumulou, ao longo de sua vida, um elevado acervo documental.

Assmann (2011, p. 369), ao refletir sobre os espaços de memória, situa o arquivo enquanto um armazenador desta, de forma que seus elementos constituintes retêm “memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras”. O arquivo pessoal neste aspecto constitui-se como uma referência para a percepção da relação entre a memória individual e a memória coletiva. A memória materializada nos documentos pertence tanto ao seu proprietário, quanto aos sujeitos que, de alguma forma, tiveram relação com os documentos ali encontrados.

Os arquivos pessoais têm, em seu acervo, documentos permanentes produzidos a partir de atividades pessoais ou institucionais no âmbito privado. Na qualidade de arquivo privado, os arquivos pessoais detêm um conjunto documental produzido ou recebido, ligado à vida, obras e/ou atividades de um indivíduo. O *Dicionário de Terminologia Arquivística* (2005, p. 34) define o arquivo pessoal como aquele construído e referente à “pessoa física”.

Esses documentos podem ter conteúdos diversos e são mantidos por apresentar interesse patrimonial e para pesquisa, uma vez que trazem informações sobre a vida social e cultural, aspectos históricos, políticos e profissionais da personalidade, como também dos sujeitos que deixaram rastros no arquivo. O conjunto documental organicamente acumulado em arquivo pessoal possui informações que possibilitam evocar a trajetória de vida de seu proprietário e do contexto no qual estava inserido. Nesse sentido, fundamentamo-nos em Assmann (2011) para reconhecer os documentos enquanto *médiuns* que nos possibilitam, a partir do presente, acessar uma memória materializada neles.

Os documentos permanentes são, também, chamados de documentos de terceira idade (BELLOTTO, 2006). Estes abarcam dois aspectos fundamentais: sua idade, fixada entre 25 e trinta anos após a data de sua criação; e seu valor, de cunho memorial, histórico e patrimonial.

Como destaca Bellotto (2006), os documentos permanentes têm sua justificativa por seu valor memorialístico, histórico e patrimonial. Enquanto fontes de informação, eles devem ter sua preservação garantida, visto que eles

possibilitam a transmissão cultural, “visando à constituição/reconstituição incessante das formas de identidade de um grupo social como tal”, de forma que é necessário garantir “os testemunhos de cada geração, o modo de pensar e de atuar seus elementos quando em sua contemporaneidade” (BELLOTTO, 2006, p. 363).

Os arquivos têm a possibilidade de serem pensados enquanto espaços de memória. Assumindo tal caráter, eles podem informar e alterar a realidade que o cerca. O arquivo pessoal, por seu caráter orgânico, constituído de rastros e vestígios que resultam das atividades que lhe deram origem, traz dimensão humana aos processos sociais registrados nos *médiuns*.

Gondar (2005) aponta quatro proposições que envolvem a memória social. A primeira proposição diz respeito ao seu caráter transdisciplinar. Considerando que o conceito de memória é discutido em várias disciplinas, desde uma perspectiva mais física, como na Medicina, a uma visão mais social, como na História e Ciência da Informação, seu conceito está em constante construção, direcionado de acordo com os “novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas”. Sob esse viés, a memória não é a soma dos conteúdos disciplinares, mas ela permeia por eles. Ela produz “efeitos de transversalidade entre os diversos saberes” (GONDAR, 2005, p. 14-15).

Como segundo apontamento, Gondar (2005) destaca o caráter ético e político do conceito de memória, em que envolve os interesses e utilidades de sua produção e preservação. O terceiro aspecto volta-se para sua construção processual, em que, ao longo da história, a noção de memória permeou vários sentidos e perspectivas de seu uso. Compreender a memória enquanto elemento que está além da representação constitui na quarta e última proposição levantada por Gondar (2005, p. 23). Considerando que a esfera social é dinâmica, viva e em constante fluxo, “as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento”. Assim, reduzir a memória à representação não traz para questão seus processos e fatores de produção.

Diante disso, podemos considerar que a memória não apenas representa, mas ressignifica, de forma que admite sua permanente construção, dinamicidade e atuação no presente. Por esse viés, a memória não é estática,

nem está cristalizada, ela é elástica e tem a potencialidade de ressignificar o que é lembrado. Assim:

Conceber a memória como processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas, de fato, nele incluir a invenção e a produção do novo. Não haveria memória sem criação: seu caráter repetidor seria indissociável de sua atividade criativa; ao reduzi-lo a qualquer uma dessas dimensões, perderíamos a riqueza do conceito. (GONDAR, 2005, p. 26)

Conforme Monteiro, Carelli e Pickler (2008), a partir da concepção de Ciência da Informação de Borko (1968), o estudo da memória nesse campo recai sobre a preservação, tendo em vista que esta é o meio de garantia para se guardar e recuperar a memória. Com esse entendimento, a Ciência da Informação tem a preservação da memória como preocupação do campo, visando à recuperação e ao uso da informação.

No ensaio escrito por Silva e Oliveira (2014), a memória informacional é revitalizada a partir de seus próprios conceitos, como a organização, acesso e uso da informação. De acordo com os autores, a memória estudada na CI possui uma relação de diálogo e sociabilidade com o passado; no entanto, ela é transposta em uma representatividade informacional, de forma a garantir o acesso e uso pelo usuário. Nessa linha, a memória se revela enquanto conjunto de elementos apreendidos no presente, que, todavia, remete a um passado real, efetivado através da consciência individual ou coletiva (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2013).

Os documentos preservados no arquivo pessoal de José Simeão Leal não apenas representam a memória, por estar em diálogo com o tempo e espaço, nos quais o arquivo está inserido, sua memória é ressignificada conforme o uso da informação acessada.

Por essa linha, concordamos com Azevedo Netto (2007) quando afirma que a relação entre informação e memória é estabelecida no processo de pesquisa a partir da informação que é extraída do dado. Essa informação, por sua vez, quando socializada, é incorporada ao discurso de determinado grupo, passando, assim, a ser uma referência para o mesmo. Nesse sentido,

visualizamos uma relação entre as noções de informação e memória com as noções de cultura, identidade e tradição.

Cuche (1999) compreende a cultura como algo que se inscreve na construção histórica dos grupos, e não uma herança transmitida de forma imutável. A cultura é inerente ao sujeito, de modo que ela remete intrinsecamente ao modo de vida e à forma de pensamento de um indivíduo ou grupo. Não sendo imutável, para Laraia (1986), a cultura se transforma de duas formas: a primeira, internamente, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural; e a segunda, resultante do contato de um sistema cultural com outro. O autor chama a atenção para a necessidade de se compreender essas mudanças, ressaltando a imutabilidade da cultura:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre os povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. (LARAIA, 1986, p. 52)

Em detrimento dessa não compreensão de mudança e, conseqüentemente, da diversidade cultural, conceitos relativos ao tema foram elaborados numa intenção de hierarquizar os sistemas culturais. O conceito de cultura popular surge atrelado à hierarquização social. Conforme aponta Cuche (1999), as culturas populares são, por constituição, pertencentes aos grupos subalternos, construídas em situações de dominação. No entanto, elas não se configuram, essencialmente, em “cultura de resistência”, visto que assumem funções e formas integradoras da cultura dita dominante. Cuche (1999) concorda com Michel de Certeau quando compreende a cultura popular como cultura comum, ou seja, das pessoas comuns. Construída no cotidiano, nas atividades banais (ou não), ela se desenvolve no aprendizado de se apropriar e adaptar com os produtos que a ela são impostos.

Por vezes, o conceito de cultura popular é comparado ao de folclore. Todavia, a atribuição folclórica a uma manifestação cultural a cristaliza no tempo e no espaço. O uso do termo folclore era, quase sempre, utilizado

em um sentido pejorativo, “algo pitoresco, arcaico, anacrônico, inculto” (AYALA; AYALA, 1995, p. 10). Assim, o conceito de folclore contrapõe à noção de cultura popular, visto que ela está inserida nos processos social e cultural da sociedade, de modo que sua dinâmica de existência é influenciada por eles.

Canclini (2013, p. XXVII) alerta para os processos de hibridização das culturas, “que contêm de desgarre e o que não chega a fundir-se”, ou seja, as culturas não estão fechadas em si mesmas, inseridas em um contexto histórico e social, elas não compreendem unidades estáticas, elas podem englobar diversas mesclas interculturais, sem, no entanto, conglutinar.

Entendemos a cultura comonexo de sociabilidade que forma e consolida, no entanto, é a identidade que, a partir do compartilhamento de elementos, agrega e distingue os grupos. Sendo assim, identidade social, tanto do indivíduo, quanto de um grupo, se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações no tecido social. Ela situa o indivíduo ou o grupo em um meio social, possibilitando que ele se localize e/ou seja, localizado, levando-o à sua distinção e à sua identificação, como ressalta Cuche (1999, p. 182):

Deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais. Para ele, a identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros dos grupos para afirmar e manter uma distinção cultural.

Cuche (1999) reporta-se a Barth para afirmar que não há identidade em si, e sim a partir da relação com outra (identidade). A identidade se constrói a partir do posicionamento oposto ao outro, ou seja, a identidade se elabora a partir da oposição de um grupo que está em contato, em uma relação dialética entre identidade e alteridade. Assim como a cultura, a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais, em constante dinamicidade. Entendemos que não existe uma identidade “pura”, visto que as influências externas também contribuem para a construção identitária.

Na medida em que a identidade resulta de uma construção social, ela faz parte da complexidade do social. Querer reduzir cada identidade cultural a uma definição simples, “pura”, seria não levar em conta a heterogeneidade de todo grupo social. Nenhum grupo, nenhum indivíduo está fechado *a priori* em uma identidade unidimensional. O caráter flutuante que se presta a diversas interpretações ou manipulações é característico da identidade. É isto que dificulta a definição de identidade. (CUCHE, 1999, p. 192)(Grifo do autor)

Enquanto o processo que envolve a cultura se dá de forma inconsciente, a construção da identidade é necessariamente consciente, visto que implica uma consciência de pertencimento. Segundo Azevedo Netto (2007), a afirmação e reafirmação de identidades são vistas como uma forma de sobrevivência e autorreferência de grupos e regiões. A identidade é considerada por sua relação com o conceito de identificação, uma vez que é construída a partir de uma interação entre o indivíduo e seu grupo e entre outros grupos que se relacionam.

Nessa linha, entendemos que a memória está intrinsecamente ligada à identidade, sendo a primeira, um elemento constituinte da segunda (POLLAK, 1992). Para Candau (2005, p. 144), uma se fundamentando na outra, de modo que o peso da memória é refletido na consolidação da identidade:

Às memórias fortes correspondem as identidades sólidas, às identidades fragmentadas as memórias estilhaçadas. Muitos são os exemplos desta intricação entre memória e identidade, múltiplos são os casos em que a memória consolida ou desfaz o sentimento identitário.

O autor reforça essa concepção afirmando que não pode haver identidade sem memória, de modo que quando perdemos a memória, perdemos um pouco de nós mesmos (CANDAU, 2005). Também ocorre o inverso: não pode haver memória sem identidade, devido à impossibilidade de o sujeito evocar estados sucessivos sem ter a consciência dos significados da sequência temporal.

A relação entre memória e identidade é vinculada à tradição, uma vez que esta consiste na constante evocação de traços identitários, transmitidos pelo viés da memória às gerações ao longo do tempo, conforme o sentimento significativo atribuído ao que é transmitido. Candau (2005, p. 179) afirma que “a manutenção da tradição, o respeito dos costumes e a repetição dos rituais baseiam-se, evidentemente, na memória, mas neste domínio tal como nos outros, esta memória toca-nos”. Os elementos de permanência presentes na tradição convivem com os elementos de transitoriedade. A memória permite-se adaptar às mudanças provocadas pelos diversos fatores externos, sendo assim, passível de manutenção; a mudança é “o próprio sinal da vida e não de uma simples sobrevivência” (CANDAUI, 2005, p. 179). Como a memória, a tradição e a cultura são dinâmicas, construídas e reconstruídas a partir das permanências, lembranças e esquecimentos. Todavia, a constância de aspectos memorialísticos mantém a essencialidade da tradição e da cultura, pois, apesar de a memória ser flutuante e dinâmica, existem nela pontos constantes, elementos relativamente invariantes (POLLAK, 1992, p. 2).

A partir da relação entre identidade e memória, concordamos que os referenciais de memória se constituem em elementos fundamentais para a construção de uma identidade de um grupo, de modo que os referenciais memorialísticos mantidos pela tradição afirmam e reafirmam a existência de um grupo.

Os documentos, enquanto *médiuns* de memória (ASSMANN, 2011), constituem suportes informacionais que permitem gerar novos conhecimentos sobre o grupo registrado. Sendo uma prática social (DUTRA; OLIVEIRA, 2005), a informação constante nos documentos é contextualizada a partir das condições humanas. Ela emerge comunicativamente em um processo que transcende o tempo e o espaço, cabendo ao pesquisador decodificá-la.

CONHECENDO JOSÉ SIMEÃO LEAL E SEU ARQUIVO PESSOAL

Na passagem para o século XX, a necessidade de preservação e a busca em evidenciar os traços da cultura nacional para uma afirmação da identidade

brasileira impulsionaram o interesse de intelectuais brasileiros sobre a cultura popular, de modo que houve uma intensificação na produção e coleta sobre as variadas manifestações culturais populares do Brasil (AYALA; AYALA, 1995).

No ano de 1938, a Missão de Pesquisa Folclórica, liderada por Mário de Andrade, à época diretor do recém-criado Departamento de Cultura, realizou registros sobre a cultura popular presente nos estados do Norte e Nordeste, reconhecendo nessas manifestações, importantes aspectos que constituíam a cultura nacional. Na Paraíba, a Missão visitou 18 cidades, do sertão ao litoral do estado.

Pretendendo dar continuidade à pesquisa etnográfica realizada por Mário de Andrade, o intelectual areense José Simeão Leal (1908-1996) realizou uma extensa coleta de dados sobre as manifestações culturais presentes em seu estado durante o governo de Ruy Carneiro (1940-1945). Embora formado em Medicina, sua atuação profissional é destacada por sua dedicação às atividades ligadas ao governo e ao desenvolvimento cultural e intelectual do país. Tal destaque é visto no exercício de seu cargo no Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde (1947-1965), na oportunidade de diretor e organizador da Revista Cultura e das coleções Vida Brasileira, Cadernos de Cultura, Letras e Arte, Teatro, entre outras; também, enquanto diretor executivo da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), além da condição de diretor do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), quando realizou estudos no estado paraibano.

Sua atuação no cenário cultural configura o intelectual como mediador (GOMES; HANSEN, 2016). O areense não apenas viabilizou a propagação e transmissão da cultura, ele agregou valor e sentido através de seus registros e contribuições. Em sua trajetória, José Simeão Leal interagiu com a elite intelectual de seu tempo e compartilhou informações sobre os estudos que realizava e sobre os escritos de outros pesquisadores. Tais dados podem ser visualizados nas correspondências recebidas pelo areense, que se encontram documentadas e organizadas em seu arquivo pessoal, a exemplo das cartas recebidas por Roger Bastide, em que o sociólogo francês agradece ao José Simeão Leal pelas informações sobre o *folklore* paraibano e o convida para a publicação de suas pesquisas na revista do Arquivo Municipal de São Paulo (ALMEIDA, 2017, p. 166).

Durante sua pesquisa na Paraíba, José Simeão Leal coletou dados sobre lendas, hábitos alimentares, religiosidades, dicionário de termos populares, superstições, brincadeiras infantis, contos, cantigas, provérbios, práticas medicinais populares e danças encenadas. Esses registros se encontram em suportes diversos, como fotografia, desenho, manuscrito, ficha de referência bibliográfica, recorte de jornal, fita de rolo (áudio), além de uma extensa coleção sobre o tema em sua biblioteca particular.

A documentação integra o Acervo José Simeão Leal (AJSL), composto pelo arquivo e biblioteca pessoal, custodiado, desde 2009, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR/UFPB). Após sua morte, em 1996, sua esposa, Eloá Leal, doou o acervo ao estado da Paraíba. Desde a doação, até 2009, ele foi transferido para alguns espaços, como o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico do Estado da Paraíba – IPHAEP, órgão responsável por seu tombamento, e o Casarão de Azulejos, no centro histórico de João Pessoa. O acervo está sob a curadoria da professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira e encontra-se aberto para consulta pelo turno da manhã.

O AJSL constitui tanto em um espaço de memória do seu proprietário, quanto das pessoas que tiveram contato e deixaram resquícios em sua vida, como os grupos registrados em sua pesquisa sobre a cultura popular.

As peculiaridades culturais do estado paraibano são traços registrados por José Simeão Leal. Os documentos encontrados no AJSL são importantes por constituir um dos primeiros registros sobre a tradição popular paraibana. Nesse sentido, consideramos que os registros presentes no AJSL configuram-se em referência de memória, identidade e cultura da sociedade de sua época.

ACERVO JOSÉ SIMEÃO LEAL: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA DA CULTURA POPULAR DA PARAÍBA

Venâncio (2003) ao pesquisar sobre a trajetória do historiador, sociólogo e jurista brasileiro da Primeira República, Oliveira Vianna, imergiu no arquivo do intelectual, buscando entender, a partir de seus vestígios, o contexto individual e social em suas multiplicidades. Diante de sua riqueza

informativa, a autora ratifica a contribuição dos arquivos pessoais como sendo um espaço privilegiado de fontes históricas e memoriais.

O arquivo pessoal possui uma função social no espaço que ocupa, constituindo-se em fonte inesgotável para pesquisa. Pelas referências que ele mantém, atribui-se a ele a noção de guarda cultural, que está diretamente ligada a uma busca pela comprovação identitária, que é construída pela manutenção da tradição no passado. Por sua constituição, o AJSL compreende um espaço de memória não apenas de seu proprietário, mas das pessoas que tiveram contato e deixaram resquícios em sua vida, seja por meio de produções próprias ou recebidas.

Os documentos permanentes de um arquivo pessoal trazem em si vestígios da vida privada do proprietário, tornando-se singulares por essa característica inerente a esse tipo de acervo. Essa documentação simboliza a relação de seu acumulador com a sociedade na qual estava inserido, assim como representa distintos segmentos e grupos sociais em determinados espaços e contextos históricos.

Para Assmann (2011, p.24), os documentos “fundamentam e flanqueiam a memória cultural como suportes materiais dela, e que interagem com a memória individual de cada um”. Para a autora, os diversos suportes dotados de potencialidade informativa que possibilita a evocação memorial são denominados de *médiuns*. O AJSL tem documentos que remetem à tradição cultural popular e à memória da sociedade paraibana da década de 1940. Por constituir em um patrimônio tombado, o AJSL retém valores de cunho histórico, cultural e literário comprovados (OLIVEIRA; CÓRDULA; ANDRADE, 2011).

No levantamento dos aspectos culturais de grupos que integravam a população paraibana, José Simeão Leal acumulou uma vasta documentação de distintas modalidades culturais, em que se têm lendas, hábitos alimentares, religiosidades, dicionário de termos populares, superstições, brincadeiras infantis, contos, cantigas, provérbios, práticas medicinais populares e danças encenadas. Entre as lendas, estão presentes em forma de manuscritos e textos datilografados “O cajueiro”, “A pedra da boca”, “O poço de água azul”, “A serra do sino”, “A bica do padre sem cabeça”, entre outras.

Na pasta denominada “dicionário de termos populares”, encontra-se uma extensa lista em fichas e papéis avulsos com palavras, muitas de origem

indígena e africana, faladas no universo popular. No que concerne à medicina popular, têm-se manuscritos intitulados de “*folk-lore* médico”, propagandas e demais textos em português e francês; encontram-se receitas culinárias e escritos sobre os hábitos alimentares de várias cidades da Paraíba; sobre brincadeiras infantis, veem-se simpatias, jogos de tabuleiro, força, mágica e ciranda; em cantigas, têm-se as de ninar e de cego.

Sobre danças encenadas, José Simeão Leal realizou uma ampla pesquisa sobre a Nau Catarineta, também chamada de Barca, que é um dos “romances mais conhecidos do folclore da língua portuguesa e narra a travessia do Atlântico, em circunstâncias trágicas” (ROSA, 2012, p. 111). Os registros remetem aos grupos das cidades de Areia e João Pessoa. A canção e a dança popular portuguesa, mas de origem brasileira, denominada Fado, também estão presentes entre os registros. Ela é caracterizada pela multiplicidade de formas de encenação, “ora é uma figura só, homem ou mulher, que dança no meio da casa por algum tempo [...]; Outras vezes dançam juntos um homem e uma mulher [...]; Há também a roda em que dançam muitas pessoas” (CASCUDO, 1972, p. 381-382); além de outras danças classificadas como “danças antigas do interior” e que envolvem o universo mitológico do bumba meu boi e do boi tungão. No que concerne à religiosidade, encontram-se manuscritos sobre autos natalinos e sobre a jurema, esta última de matriz afro-indígena. Esta fora estudada na dissertação de Almeida (2017), em que foram enfatizados aspectos referentes à riqueza e diversidade ritual registradas por José Simeão Leal, contrapondo-se à mentalidade de sua época, arraigada nos moldes colonialista e positivista, que viam na jurema uma manifestação degenerada do candomblé e espiritismo kardecista.

A partir dos registros constantes no AJSL, percebe-se a pluralidade cultural na Paraíba. À medida que José Simeão Leal retratou a cultura popular, sua ligação com o estado natal e a sociedade em qual estava inserido também foram representadas em sua paisagem sociocultural. Nesse sentido, compreendemos que o estudo sobre a cultura popular paraibana a partir do AJSL é de importância social, de modo que evoca a memória de tradições remotas, das quais muitas se perderam.

Considerando que José Simeão Leal desenvolveu um papel notável para a cultura nacional e internacional (DUTRA; OLIVEIRA, 2005), este

artigo propõe abrir perspectivas de estudo e dar visibilidade às suas pesquisas, visto que ainda se mantêm sem repercussão nos estudos sobre a cultura popular. Evidenciamos as fontes documentais que trazem informações sobre elementos importantes da sociedade, que muitas vezes são deturpados, esquecidos ou silenciados.

O conjunto documental do AJSL serviu de fonte para elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de docentes e discentes. No entanto, a documentação referente à cultura popular ainda não foi analisada. Aqui, elencamos os documentos de modo a entrecruzar informações, dissonâncias e constâncias em relação à representatividade da cultura popular no estado. Dito isso, os documentos constantes no AJSL configuram-se relevantes fontes para o desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura popular na Paraíba. Por sua singularidade, eles não apenas subsidiam novas pesquisas, mas expandem horizontes nos estudos de memória na área da Ciência da Informação. O arquivo pessoal de José Simeão Leal nos revela, além de sua vida privada, um contato e compreensão da sociedade paraibana na década de 1940. Ele possibilita que nos deparemos com frações singulares produzidas e recebidas pelo intelectual, que se estendem aos grupos que ali deixaram rastros.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A chamada sociedade líquida (BAUMAN, 2000; 2007) tem, em suas características, a fluidez e a volatilidades dos processos sociais, transformando as estruturas outrora consagradas durante a modernidade em redes de sociabilidade, tanto virtual quanto no mundo real.

Esses aspectos transformam os modos e formas de ver o mundo e de lidar com a história e a memória da sociedade. O campo das ciências sociais e humanas tem direcionado estudos que visam à reflexão para a salvaguarda das memórias e histórias que contribuíram (e contribuem) para a construção identitária da sociedade. Nesse ínterim, ressaltamos o papel do arquivo pessoal como lugar de memória, onde, a partir dos documentos e objetos pessoais e de família, bem como vestígios do seu entrecruzamento com outras pessoas e contextos, acumula artefatos informacionais que retêm a potencialidade reveladora de memória.

Disto isso, concebemos que José Simeão Leal, por meio de seu arquivo pessoal, mediou a construção de uma memória da cultura popular no estado, de forma a representar a pluralidade dessas manifestações culturais, evidenciando, assim, as identidades da sociedade durante a década de 1940. Candau (2005, p. 190, grifo do autor) concebe os lugares de memória como “lugares que pertencem à memória, que são o seu produto, que vêm dele – do que uma simples indicação de localização: os lugares *onde* a memória se encarna”. O autor considera que “Se existem lugares que parecem predeterminados pela memória, mais votados do que outros para escolher, é porque ela já aí trabalhou e depositou, ao longo do tempo, camadas sucessivas de sedimentos memoriais a ponto de, por vezes, saturar de sentido esses sítios particulares” (CANDAUI, 2005, p. 190).

Nesse sentido, reconhecemos o arquivo pessoal de José Simeão Leal um lugar de memória onde, ao longo de sua vida, os vestígios deixados, hoje configurados em documentos, acumularam memórias referentes ao próprio intelectual como também pertinentes às manifestações de cultura popular no estado da Paraíba. Ali, a memória está depositada e é passível de ser evocada em seus sedimentos conforme as informações acessadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M. de. **Abram as portas da ciência para os mestres e as mestras passarem:** a resignificação da Jurema no Acervo José Simeão Leal. 2017. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica:** teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AYALA, M.; AYALA, M. I. N. **Cultura popular no Brasil.** São Paulo: Ática, 1995.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informação e Memórias: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, vol. 2, n. 1, 2007, p. 1-20. Disponível em: http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/julho_dez_2007/arquivos/informacao-e-memoria-2013-as-relacoes-na-pesquisa. Acesso: 30 ago. 2016.

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2000.
- BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2007.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American documentation**, v. 19, n. 1, jan. 1968, p. 3-5.
- CAMARGO, A. M. A. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso: 12 ago. 2016.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 2013.
- CANDAU, J. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CASCUDO, C. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Ediouro, 1972.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- DODEBEI, V. L. D. L. de M. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. **XI Encontro Nacional de pesquisa em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3617/2741> Acesso: 15 set. 2016.
- DUTRA, C. A. R.; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. José Simeão Leal: na tessitura da História Cultural brasileira. **Biblionline**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/554/398> Acesso: 30 ago. 2016.
- GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação para o objeto de estudo. In: GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.7-37.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005, p. 11-26.

LARAIÁ, R. de B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

LEAL, J. S. L. **Acervo José Simeão Leal**. Série: Pesquisa Sobre Cultura Popular.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p.195-221.

MONTEIRO, Silvana Drummond. CARELLI, Ana Esmeralda. PICKLER, Maria Elisa. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramZero**, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htmAcesso: 30 ago. 2016.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **José Simeão Leal: escritos de uma trajetória**, v.2. 2009. 352f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Na memória da tradição: informação sobre vida e obra de poetas populares brasileiros. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)**, 2013. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/453/228> Acesso: 29 ago. 2016.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de; CÓRDULA, A. C. C.; ANDRADE, B. A. de. Direito à memória: processo de tombamento do Acervo José Simeão Leal. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, vol. 3, edição especial, 2011. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/ARC_Vol_3/DIREITO%20A%20MEMORIA%20PROCESSO%20DE%20TOMBAMENTO%20DO%20ACERVO%20JOSE%20SIMEAO%20LEAL%20bernardina%20de%20oliveira%20ana%20claudia%20cordula%20brenda%20de%20andrade.pdf. Acesso: 06 set. 2016.

POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações: o processo do conhecimento científico**. Tradução de Sérgio Bath. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

ROSA, M. N. B. **Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular em Ademar Vidal**. João Pessoa: Editora F&A, 2012.

SILVA, L. E. F. da; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. Mnemosyne Infor-comunicativa: a possibilidade axiomática da construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, 2014, p.135-143. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/17658/10934> Acesso: 30 ago. 2016.

VENANCIO, G. M. **Na trama do arquivo:** a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). 2003. 340f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

4 AÇÕES EDUCATIVAS E SEU USO PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: estudo acerca da Universidade Federal do Oeste do Pará

*Jefferson Fernandes Dantas
Sérgio Fredrich Rodrigues
Jacqueline Dias da Silva*

INTRODUÇÃO

Os Arquivos e Centros de Memória devem estar atentos quanto ao modo de preservação e atuação ante as necessidades de pensar ações educativas com vistas à preservação da memória e cultura. Nessa perspectiva, pretendemos neste escrito dialogar acerca de sua importância como uma das fontes seguras para a preservação da memória.

Museus, centros de documentação, bibliotecas e arquivos são instituições culturais e de memória, operando com patrimônios e documentos, atravessadas de ponta a ponta por linhas de poder, formando uma espécie de grande teia (CHAGAS, 2002, p. 25).

Ao definir o conceito de Arquivo e Centro de documentação, suas competências e atribuições, apresentamos uma discussão buscando explicar algumas ações educativas que foram elaboradas por outras instituições. Finalizamos este trabalho apresentando algumas das ações desenvolvidas pelo Arquivo Central e Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, ambos integram unidades da Universidade Federal do Oeste do Pará.

OS ARQUIVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO: importância como fonte de preservação da memória

Os espaços de memória nascem pela necessidade de se manter vivos fatos ocorridos e que tenham algum significado para o meio no qual está inserido, proporcionando, dessa maneira, um contato mais próximo com os

novos integrantes sociais sustentando a memória viva do grupo. Nora (1993) retrata que os locais de memória surgem ao se observar a inexistência de memórias espontâneas, o que faz tornar necessária a criação de ambientes que resguardem a memória. Na literatura, encontramos definidos os conceitos atribuídos às instituições Arquivos e Centros de Documentação, com suas especificidades e seus comuns. De acordo com Paes (2004, p.16), arquivo pode ser definido como: “Acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”.

Já o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) (BRASIL, 2005) apresenta, dentre outras, as definições acerca do que vem a ser arquivo:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. (BRASIL, 2005, p. 27)

Nos arquivos, os documentos ao serem produzidos assumem qualidade distintiva, fundamentalmente de caráter funcional, administrativo e jurídico, passando, depois de encerrado o motivo de sua criação e do cumprimento de sua temporalidade nas fases em que se encontram, a assumir valor secundário, quando não compuserem as listas de descartes e após criteriosa triagem.

Nos centros de documentação, o acervo se forma por doação, compra ou permuta, além de documentos de origens diversificadas, apresentando-se como espaço formado de representação de Arquivo, Museu e Biblioteca, sem possível identificação direta com alguns destes (TESSITORE, 2003). Os centros se caracterizam mais como ambiente múltiplo para a recepção de acervos que de área específica ao qual se determina. Ainda de acordo com o autor, os centros possibilitam a este espaço, o cumprimento de diversas funções:

Suas funções de preservação documental e apoio à pesquisa, no mais amplo sentido: não só colocando à disposição do pesquisador referências para a localização das fontes de seu interesse, mas também se tornando um pólo de atração da produção documental de pessoas e entidades que atuam ou atuaram no seu campo de especialização. (TESSITORE, 2003, p. 15).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 46), o centro de documentação é apresentado como “Instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações”, com a mesma definição para centros de informação.

No Centro de Documentação, a composição dos acervos, em qualquer suporte, se acumula, segundo Bellotto (2006), em “um somatório das instituições anteriormente indicadas”, referindo-se a arquivos, bibliotecas e museus, abrangendo as finalidades de informar “[...] com o objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico, conforme a natureza do material reproduzido ou referenciado”.

Arquivo e Centro de Documentação possuem pontos convergentes. Bellotto (2006) aponta ações de recolhimento, de tratamento, da transferência e da difusão, como objetos comuns às finalidades a que se destinam, apesar de instrumentos técnicos distintos, e o papel que eles ocupam na forma de estabelecerem as relações sociais, culturais e administrativas com os grupos sociais.

A forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de Arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu. As distinções entre essas instituições produzem-se, portanto, a partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo de documento a ser preservado[...]. (BELLOTTO, 2006, p. 36).

Muito se discute na área das Ciências da Informação sobre as funções e finalidades dos Arquivos e Centro de Documentação. Aos arquivos, segundo a bibliografia arquivística clássica, lhes é atribuída como finalidade principal a de servir à administração, facilitada com uma gestão documental adequada, informando e disseminando informação. Função essa também atribuída aos centros de documentação, por serem imprescindíveis para a consecução de suas finalidades.

Em relação aos Arquivos e Centro de Documentação que integram as Instituições Federais de Ensino, não podemos deixar de ressaltar a prática de custodiar acervos de terceiros, fundos distintos à Instituição. Mesmo que ainda de forma discreta, eles vêm, paulatinamente, trazendo uma nova roupagem a estes espaços que, além de preservar e disseminar a informação, participam ativamente na construção da cidadania junto às comunidades de seu entorno.

O termo custódia remete ao ato de manter algo ou alguém sob a guarda de pessoa ou instituição, oferecendo as condições para a sua manutenção, conservação e preservação de qualquer perigo que possa interferir com a integridade do que se guarda. O custodiante deverá ter as mínimas condições para receber e manter o que recebe, necessitando, pois, de um planejamento que envolva recursos físicos estruturais, aporte financeiro, de material e de pessoal capacitado para o tratamento do acervo.

A custódia apresenta uma série de obrigações, principalmente para quem detém a guarda do bem, que podem ser elencadas em um convênio entre instituições ou acordos entre pessoas e instituições. No conceito, mas não no mérito, as responsabilidades do custodiante são comparáveis às utilizadas nos tribunais com os fiéis depositários de bens móveis ou imóveis. O fiel depositário, de acordo com o artigo 640 do Código Civil de 2002, é aquele que assume a guarda de determinado bem, devendo ter ou criar condições de mantê-lo e que, sob pena de responder por perdas e danos, poderá responder criminalmente, como é o caso apresentado.

Quanto à participação dessas instituições, arquivos e centros de documentação, na participação ativa junto às comunidades de seu entorno, a oferta de ações educativas e culturais passa a ser inserida nas atribuições desses órgãos, quando se assumem como atores na construção da cidadania.

AÇÕES EDUCATIVAS

Refletindo acerca da importância que os arquivos têm como fonte de informação, cultura, história, memória e educação, passamos a observar que estes perpassam a função de apenas serem utilizados para atender às atividades administrativas de uma Instituição. Conforme Bellotto (2006),

O arquivo é a consciência da administração. Também pode tê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo. A par da cultura tradicional, os arquivos podem enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular, sem se esquecer do constante reaquecimento de suas relações com seus usuários correntes: os pesquisadores – cidadãos comuns ou historiadores. (BELLOTTO, 2006, p. 228)

Nesse sentido, nota-se que ações educativas são possíveis, uma vez que os arquivos têm grande potencial para inúmeras atividades, como mostra Bellotto (2006, p. 228) ao afirmar que:

As atividades culturais que algumas instituições arquivísticas brasileiras já promovem têm sido principalmente palestras, debates, lançamentos de obras e concursos sobre temas de história geral do Brasil e história regional. Têm também patrocinado simpósios, congressos, jornadas e reuniões, não só sobre a profissão e a prática arquivística e/ou histórica, mas também em outros campos da cultura.

Os arquivos constituem um local de memória, uma vez que possuem em sua custódia, obras literárias e produções científicas e não somente documentos administrativos, caracterizando-se como patrimônio cultural brasileiro. É, claramente, uma instituição de fonte de informação que, por sua vez, propicia a geração de ações educativas em prol da sociedade.

Takahashi (2000, p.45) destaca que “a educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado”. A experiência abordada por Fratini (2009) mostra que o

jogo “Arquivo Perdido”, que fez parte do projeto educacional do Centro de Memória da USP, tem a finalidade de oferecer aos docentes o conhecimento relacionado aos termos técnicos dos arquivos, bem como demonstrar a relevância da preservação do patrimônio:

Este projeto, iniciado em 2007, prevê o mapeamento do patrimônio de 215 escolas paulistas. Para despertar o interesse de professores e alunos por essa temática, o projeto conta com uma forma lúdica de abordagem: um kit pedagógico que é composto de um jogo de tabuleiro denominado Arquivo Perdido; uma revista de história em quadrinhos, *Em busca da memória escolar*; e um manual. O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos, de autoria de Iomar Zaia. A doação e a apresentação do kit fazem parte da visita de campo às escolas, feita pelo grupo de pesquisadores. O jogo educativo é um instrumento complementar para as aulas sobre a temática da preservação da memória, sobretudo escolar. A intenção do jogo, e de todo o kit, é estimular a participação e o envolvimento principalmente dos alunos na busca por documentos que podem estar espalhados e perdidos pela escola. O jogo proporciona aos alunos o contato com termos técnicos da área de arquivos e de tipos documentais – há questões sobre Ciência da Informação e Literatura que estão relacionadas também aos arquivos – e através dos personagens do jogo procura-se trabalhar as funções existentes em uma escola. (FRATINI, 2009, não paginado)

Em concomitância ao contexto supracitado, a figura do profissional da informação bem como a dos demais profissionais que trabalham nas unidades custodiadoras são essenciais no gerenciamento da Instituição. De modo similar, os principais agentes e mentores têm o seu papel fundamental para a realização das ações educativas.

O apontamento de Sousa (1999) traz um exemplo construído no estado da Bahia, o que nos permite uma visão mais ampla quanto à extensão de conhecimento e valores que os Arquivos podem oferecer para a Educação, Cultura e Memória de uma região ou país, sendo, pois, verdadeiras fontes de história da produção humana.

As possibilidades de pesquisa, com base em fontes documentais produzidas pelos órgãos da administração pública, são bastante extensas. No que diz respeito à história da Bahia, a análise de temas vinculados aos domínios da política, economia, sociedade e cultura revela a dinâmica das áreas sertanejas, muitas vezes, desprezadas nas investigações circunscritas à capital e/ou ao recôncavo. Tais estudos demonstram que, longe de existir uma uniformização dos processos históricos, as singularidades permitem aflorar a complexidade das sociedades humanas. (SOUSA, 1999, p. 2)

Os arquivos e as bibliotecas têm como desígnio difundir o seu acervo. Bellotto traz a difusão como um serviço e em suas palavras diz:

Cabem ao serviço de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo. (BELLOTTO, 2006, p. 228)

A difusão é um dos “quatro grandes sectores (*sic*) principais que foram objeto (*sic*) dos trabalhos dos especialistas dos arquivos, ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 48). Dessa maneira, as ações educativas são um meio de difusão. Bellotto (2006) aponta que algumas instituições arquivísticas no Brasil têm promovido palestras, debates, lançamento de obras e concursos, sem contar com o incentivo a diversos eventos como: congressos, simpósios e reuniões que tratam sobre diversas temáticas diversificadas de assuntos, não apenas trazendo para o cenário a profissão e prática arquivística ou histórica.

É bastante claro para os arquivos que hoje assumem atividades editoriais que essas se encontram no âmbito da difusão, uma vez que visam à disseminação do conhecimento, seja aquele refletido – no caso dos trabalhos historiográficos –, seja o instrumental – quando se trata de publicação de instrumentos de pesquisa –,

sejam as próprias fontes documentais. Tomando de forma mais restrita a concepção de preservação documental, observamos, pelas experiências editoriais dos arquivos, que publicar livros e periódicos não apenas compunha a parte principal de uma política de difusão, mas também uma ação do âmbito da prevenção, da sobrevivência da informação contida em tão frágil suporte físico como o papel. (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 49-50)

À vista do cenário exposto, efetivamente, são relevantes a repercussão pela imprensa dos eventos acima citados bem como as publicações de trabalhos científicos, amplamente divulgados na comunidade acadêmica. Isso pode ser atestado pelo fato de ser uma forma de disseminar as atividades e alcançar um maior número de pessoas no sentido de trazer para perto a sociedade, despertando curiosidade, interesse e desenvolvendo a educação e o incentivo à pesquisa com base na ação a ser desenvolvida pelas Instituições e seus mentores. Neste sentido, no trabalho de Barbosa e Silva (2012), foram identificadas algumas ações educativas com um perfil pedagógico:

No que diz respeito às oficinas pedagógicas, podemos citar o Programa de Educação Continuada ocorrido em 1998, direcionado aos professores de três regiões periféricas da cidade de São Paulo. Esse programa consistia na oferta de oficinas sobre o uso de fontes iconográficas e documentos oficiais na construção do conhecimento histórico em sala de aula. Essa oficina conseguiu alcançar aproximadamente duzentas pessoas, entre professores e alunos. Além das oficinas pedagógicas, outros dois projetos direcionados ao público escolar podem ser destacados: aulas no Arquivo e exposições itinerantes nas instituições de ensino. No primeiro caso, os professores usavam o espaço do Arquivo como sala de aula e os documentos do acervo como material didático. No segundo, as exposições itinerantes sobre diversas temáticas contidas na documentação do acervo foram montadas em várias instituições de ensino de São Paulo. Já no ano de 2002, podemos destacar a parceria realizada entre o Arquivo e a Secretaria de Educação, que viabilizou a realização de oficinas metodológicas

para professores da rede pública de ensino sobre o uso de fontes documentais como recurso pedagógico. Essa parceria contribuiu para a ampliação da oferta de atividades desse caráter, possibilitando diferentes cursos para a qualificação de professores do estado. (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 59-60).

Acompanhando as ações expostas, é possível tomar como exemplo esse tipo de atividades desenvolvidas pelo Arquivo de São Paulo. Um modelo que vem disseminando o fruto de seu trabalho junto às escolas de sua região; uma maneira criativa e interessante, que, certamente, impacta positivamente a Instituição que agrega valor ao seu trabalho e disponibiliza a informação à sociedade, ensinando-a como explorá-la, gerando interesse e incentivando a cultura no país.

O desenvolvimento de laços entre arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo. São igualmente importantes: o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas. (PAYNE *apud* BELLOTTO, 2006, p. 230)

Diante disto, a relação entre arquivo e educação pode ser estreitada cada vez mais e é o que pode ser observado na atuação da Universidade Federal do Oeste do Pará no que tange à preservação da memória e cultura local.

A UFOPA E SUA ATUAÇÃO EM PROL DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E CULTURA LOCAL: breve explanação

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) é uma instituição criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, a partir do desmembramento do Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Campus Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) ambas na cidade de Santarém/PA, tendo como missão a produção e socialização de conhecimentos que venham a contribuir para a cidadania e inovação

na Amazônia. A criação da UFOPA fez parte do programa de expansão das universidades federais, REUNI e é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica.

Foi a primeira instituição federal de ensino superior na região Oeste do Pará.

A primeira Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes), localizada no interior da Amazônia brasileira, é uma universidade multicampi, com sede na cidade de Santarém e campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém existem a Unidade Rondon (antigo Campus da UFPA), a Unidade Tapajós e a Unidade Amazônia, além de utilizar outros espaços externos para atendimento das necessidades administrativas e acadêmicas da instituição, até a construção de novos prédios. (UFOPA, 2015, p. 19)

Com sede na cidade de Santarém, a UFOPA tem como estrutura física, nesse município, três Unidades: a Unidade Rondon, onde se encontra o Instituto de Ciências da Educação (ICED); a Unidade Tapajós, onde se localizam o Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) e o Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) (colocar os institutos); e a Unidade Amazônia, com o Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA), Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), Instituto de Saúde Coletiva (ISCO), além disso, também se consolida com os Campi de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Como o tema que versa sobre entidades mantenedoras de acervos e sobre a preservação da memória que abrange mais de um setor da Universidade, definimos como *locus* de nossas observações dois espaços: o Arquivo Central, vinculado à Pró-Reitoria de Administração/Proad e o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, idealizado no curso de História e, atualmente, vinculado ao Programa de Ciências Humanas do Instituto de Ciências da Educação/Iced, na Unidade Rondon.

ARQUIVO CENTRAL

Com uma equipe multiformacional composta pelos cargos de arquivista; técnico em arquivo; e assistente em administração, este último com formação em biologia, assistência social e história, o Arquivo Central da UFOPA, além de atuar nas atividades que lhe são inerentes, vem atuando em outras frentes de trabalhos que tangenciam o ensino, a pesquisa e a extensão. Com essa formação do quadro de servidores, o Arquivo Central vem gradualmente desconstruindo a ideia de que Arquivo é apenas um local de guarda documental, despertando junto aos gestores um olhar e a ideia de que, além do trato com processos administrativos e documentos avulsos, a subunidade Arquivo Central pode contribuir com atividades que se alinham com a função social da UFOPA.

A função social dos arquivos, como parte da engrenagem da UFOPA, perpassa as paredes e muros da Instituição de ensino superior, por intermédio de parcerias com outras instituições públicas ou privadas, para, junto à comunidade do entorno da instituição, compartilhar o conhecimento sobre a organização, conservação e preservação de acervos de associações comunitárias e de organizações profissionais, entre outras. Deste modo, compreendemos a importância da conscientização por parte das crianças e adolescentes na reutilização dos materiais didáticos ofertados pela rede pública de ensino, despertando o zelo pelos livros que podem ser utilizados posteriormente pelos próximos alunos. Nesta cena, visa-se à preservação da memória de formação de bairros e comunidade ao ofertar oficinas que incentivam a preservação dos documentos que, de alguma maneira, relataram as origens das associações de bairros.

O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BAIXO AMAZONAS

O Centro de Documentação institucionalizou-se inicialmente devido a um convênio assinado em meados de 2013 pelo Reitor da UFOPA, José Seixas, com o Tribunal de Justiça do Pará, representado à época pela desembargadora Luzia Nadja Guimarães. O convênio versava acerca de uma

atividade cooperativa que vislumbra a higienização, preservação e a guarda dos processos de natureza histórica do Fórum da comarca de Santarém. Segundo informações extraídas do *site* institucional do Tribunal de Justiça, a assinatura integrou o II Encontro Regional de Desembargadores. De acordo com Sousa e Matos (2014), a assinatura do convênio deu-se devido ao:

[...] conhecimento da situação de descuido na qual se encontrava a documentação, o professor João Tristan Vargas notificou e convidou outros professores e duas arquivistas da UFOPA para, em caráter de urgência, ocupar-se de um projeto com a intenção de resgatar essa documentação de notório valor histórico armazenada num galpão do Fórum de Santarém. Informados de que o Fórum não possuía estrutura adequada para um trabalho de recuperação no seu próprio local, a sugestão do grupo foi propor a realização de um convênio entre a Ufopa e o Tribunal de Justiça do Pará, mediados pela juíza, então Diretora do Fórum, Dr^a Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, a Diretora do Departamento de Documentação e Informação do TJE/PA, Pollyanna Pires e Mary Jane Moreira, atendente judiciária do Fórum de Santarém para que essa documentação ficasse sob a guarda da Ufopa. Essa foi a solução encontrada, visto que o local onde estavam abrigadas não era adequado para o trabalho necessário e tampouco para a guarda de documentos tão importantes. (SOUSA; MATOS, 2014, p. 5)

O convênio assinado prevê que a documentação fique sobre a guarda da UFOPA por 50 anos. Atualmente, a documentação está, ainda de forma precária, armazenada no arquivo deslizante da Instituição dividindo espaço com a documentação administrativa da universidade. Ainda de acordo com Sousa e Matos (2014), ao todo, estão sob o cuidado do Centro de Documentação cerca de:

Quatrocentas caixas de arquivo repletas de documentos que compõem o acervo estavam impossibilitadas de servir a qualquer consulta com fins de pesquisa historiográfica,

visto que não possuía o mínimo de organização, nem cronológica e nem temática. (SOUSA; MATOS, 2014, p. 6)

Formado por documentações emergentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Centro de documentação possui um acervo bastante enriquecedor, composto de fontes históricas de cunho jurídico que datam do século XIX e século XX. Porém, antes de ser Centro de Documentação, a documentação recebia o tratamento por meio da idealização do Projeto de Extensão referente à restauração, organização e preservação de documentos históricos. Como principal objetivo, agregar através da realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuar no sentido de salvaguarda de documentos históricos fundamentais para a escrita da história do Oeste do Pará, realizando recuperação (restauração de acervos históricos), organização de acervo e digitalização, para então, disponibilizá-lo para a pesquisa.

Em 2018, o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas foi instituído por meio da Portaria nº 429/GR/UFOPA, criado como Subunidade ou Unidade Especial. De acordo com a portaria, o Centro é ligado ao Programa de Ciências Humanas do Instituto de Ciências da Educação (ICED).

AÇÕES: EVENTOS

Dentre as ações desenvolvidas, achamos pertinentes destacarmos a I e a II Jornadas de Arquivos do Baixo Amazonas, como também a 1ª Conferência de Arquivos do Oeste do Pará. Estes dois últimos integram o macroevento da Semana Nacional de Arquivos, que é uma temporada de eventos de abrangência nacional, promovida pelo Arquivo Nacional em conjunto com a Fundação Casa de Rui Barbosa, onde Arquivos e instituições de memórias de todo o país inscrevem seus eventos. O objetivo é aproximar essas instituições da sociedade e divulgar os valiosos trabalhos nelas desenvolvidos. Também durante evento comemorativo dos 185 anos da Comarca da Justiça do Pará, foi realizada uma exposição no *hall* do Fórum de Santarém. Na ocasião, foram expostos processos históricos, fotos e *banners*.

OFICINAS E PALESTRAS

Sempre que detectada a necessidade pela equipe de arquivistas ou quando provocada por terceiros, oficinas e palestras acerca da temática solicitada são ofertadas. Desta forma, foram disponibilizadas diversas oficinas de noções de restauração e conservação, onde se apresentam noções e conceitos relacionados a documentos e arquivos e sobre a higienização e a guarda de documentos. Anualmente ocorre a Semana Nacional de Museus com a mesma logística que a Semana Nacional de Arquivo. Em Santarém-PA, o Museu João Fona busca integrar-se ao evento, e o Arquivo Central, por meio de sua equipe, anualmente é convidado a apresentar palestras bem como oficinas acerca de Educação Patrimonial.

Uma forma de prover a memória de uma instituição é estudando e aplicando uma política de gestão documental, para assim dar acesso aos documentos. Dessa feita, a equipe do Arquivo Central foi chamada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Itaituba-Pa para dialogar com as escolas acerca da importância da gestão documental com vistas, também, à preservação da memória. O momento foi propício para lançar a semente de que é preciso uma gestão adequada, pois assim a memória preservada por meio dos escritos poderá ter acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São de total relevância os momentos propostos pelo Arquivo Central e o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, no que se refere aos momentos propícios para a difusão e preservação da memória. Dessa maneira, pretende-se após a organização do acervo do TJPA, mantido sob custódia, promover exposições, abertas ao público em geral, do acervo já recuperado, inclusive com disponibilização no sítio da instituição.

Ainda assim, pretende-se inserir no planejamento anual a interação com instituições públicas e/ou privadas com projetos focados na recuperação de acervo bibliográfico através de oficinas, o conhecimento de organização de acervos documentais avulsos, seja qual for o suporte, segundo as especificidades de cada instituição.

É necessário programar oficinas com o mesmo intuito de compartilhar e organizar, junto a associações comunitárias de bairros e outras instituições, com a clara intenção de que essas instituições possam conservar e preservar o acervo documental produzido e recebido. Tratando, assim, de manter todo o processo de salvaguarda da memória, dos caminhos, ações e personagens que fizeram parte dessas comunidades.

Dessa forma, a Universidade Federal do Oeste do Pará, com apoio e por intermédio do Arquivo Central e do Centro de Documentação, poderá participar ativamente com toda comunidade de seu entorno de atuação. Seja local ou regional, deverá cumprir com a função social que vai além da inclusão no ensino, e participar não como tímido coadjuvante, mas ativamente com a cultura local. Isso propicia o conhecimento necessário para as questões de história e memória, possibilitando conhecer o passado para se entender esse intervalo temporal denominado presente, com vistas a planejar o futuro.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. C. O.; SILVA, H. R. K. **Difusão em arquivos**: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan.-jun. 2012.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CHAGAS, M. Cultura, Patrimônio e Memória. **Ciências e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, RS, Porto Alegre, n. 31, p. 15-29, 2002.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SOUSA, L. C. de; MATOS, D. A. de. Resgate, restauração e organização dos documentos históricos do Tribunal de Justiça do Pará – Fórum de Santarém. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS. 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-rio, 2014. p. 1-10. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400201363_ARQUIVO_TextoCompleto.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

SOUSA, M. A. S. de. **Arquivos Educacionais: Preservação do patrimônio e construção do conhecimento**. 1999.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2000.

TESSITORE, V. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003, volume 9. (Projeto como fazer).

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará. **Aditamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa (2012-2016)**. 2015.

5 O ARQUIVO COMO FONTE MEMORIALÍSTICA: AFLAP em questão

*Marcílio Herculano da Costa
Aurekelly Rodrigues da Silva
Bernardina M. J. Freire de Oliveira*

INTRODUÇÃO

A cumplicidade entre Arquivo e Memória é algo indissociável. Reveste-se de importância sob a percepção arquivística, libertando sentimentos e emoções rememorativos correspondentes à identidade social. Assim como os arquivos, as bibliotecas e centros de documentação, as associações culturais compreendem espaços onde são depositadas as memórias coletivas de uma sociedade.

Neste sentido, sabendo que os arquivos privados e institucionais se tornam lugares de narrativas memorialísticas, capazes de expressar a trajetória de um indivíduo ou de uma organização, pretendemos tornar pública a importância da preservação da memória de mulheres paraibanas que contribuem por meio das letras e artes da Paraíba, mediante as acadêmicas da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba (AFLAP).

Os documentos da AFLAP ajudam a compor sua história e memória, além dos depoimentos das acadêmicas que com o seu talento perpetuam e resguardam a cultura em suas diversas formas. Debruçar-se sobre essa documentação é viabilizar a compreensão dos arquivos privados e institucionais enquanto espaços de memória, perspectiva já apontada por Bourdieu (1996, p. 234, apud OLIVEIRA, 2009, p. 36) quando diz: “[...] é preciso compreender criticamente o estatuto social de cada documento, interrogando cada um deles sempre, para que e para quem foi feito e porque foi arquivado”. Ou seja, é preciso atentar para as suas “mediações e práticas, seus usos e destinos, pois a maneira como se acumulam, organizam-se e se armazenam os documentos nos arquivos parece querer defrontar o pesquisador com um itinerário próprio; uma

espécie de texto já codificado, com vistas a orientar sua própria leitura e interpretação” (OLIVEIRA, 2009, p. 36).

Le Goff (1998), ao dissertar sobre a memória, enfatiza-a como elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades contemporâneas.

Como possibilidade de tratamento e disseminação de informações, esta pesquisa centra o foco no arquivo privado da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba. Busca a ampliação do olhar, voltando-se às artistas da terra, às suas obras poéticas, literárias, plásticas, musicais, entre tantas outras. Essa aproximação nos possibilita indagar sobre a documentação decorrente da produção literária das acadêmicas, que traz ao arquivo da AFLAP a responsabilidade de resguardar e manter viva a memória das mulheres que contribuem com as letras e artes na Paraíba.

O objetivo do presente trabalho é efetuar um levantamento da produção literária das acadêmicas, levada adiante, no intuito de preservar a memória da AFLAP. Para o alcance de nossos objetivos, resolvemos vivenciar uma postura que se enquadra dentro de uma concepção qualitativa ou interpretativista de pesquisa, como modo de pensar essa realidade. Portanto, a pesquisa operacionalizou-se por intermédio de levantamentos indiretos, em fontes documentais e bibliográficas, para recuperar aspectos que deem conta da historicidade do arquivo da AFLAP.

Esperamos demonstrar que as memórias, assim como outros documentos, figuram como registros incompletos do passado. A memória se torna ponto forte de indagações que não se limitam ao conteúdo da recordação, mas, especialmente, ao ato de sua constituição, marcado por escolhas e esquecimentos; por suas respectivas motivações; entre outros matizes que não revelam apenas algo de objetivo, mas também de subjetivo sobre o ato de lembrar (POLLACK, 1989); (NORA, 1993). (ROUSSO, 1996).

Essas questões fundamentam-se na conceituação de memória fornecida por Pierre Nora. Para este autor,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta

à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] É um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p. 19).

A história pode recorrer à memória para sua reflexão na medida em que considera suas especificidades. Como afirma Rousso (1996, p. 88),

Um testemunho colhido ou um documento conservado só deixam de serem vestígios do passado para se tornarem fontes históricas no momento em que um observador decide erigi-los como tais. Toda fonte é uma fonte “inventada”, assim como todo indivíduo histórico, no sentido em que falava Max Weber, é uma construção, um tipo ideal.

Halbwachs (1990) considera que há tantas memórias quantos grupos existem; ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória não é apenas de ordem individual, mas também coletiva, um constructo social que toma parte na constituição de identidades. É nesse sentido que procuramos refletir sobre a constituição e a preservação de uma memória institucional, a memória da AFLAP.

O QUADRO HISTÓRICO DA AFLAP¹⁰: quando tudo começou

Dentro do contexto das Academias, os arquivos, além da função de disponibilizar revistas, livros e outros documentos e fontes de

10 O texto referente aos dados históricos da AFLAP é uma reprodução, na íntegra, do texto original cedido pela Presidência da Academia da autoria da acadêmica Maria José Teixeira Lopes Gomes e atualizado pela acadêmica Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira. O uso se deu em atendimento à recomendação da Presidência que solicitou que o texto fosse adotado integralmente, considerando que a história da AFLAP encontra-se em fase de construção por meio de um projeto de história oral em andamento.

informação, podem assumir a tarefa importante de preservar a memória institucional.

A Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba (AFLAP) foi fundada em 27 de maio de 2004, pela escritora paraibana Maria Balila Palmeira. A primeira reunião realizou-se na sede do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) situado na Rua Barão do Abiahy, 64, na capital paraibana em cuja reunião estiveram presentes escritoras, historiadoras, artistas plásticas, atrizes e jornalistas. Todas convidadas pela professora e escritora Maria Balila Palmeira, que dada a sua importância recebeu o título de Presidente Emérita. Na ocasião, se fizeram presentes: Elza Regis de Oliveira, Vera Lúcia Azevedo de Medeiros, Marília Medeiros Loureiro Lopes, Maria do Socorro Aragão, Clemilde Torres da Silva, Messina Palmeira Sobral de Vasconcelos Dias, Terezinha de Jesus Ramalho Pordeus, Neide Medeiros dos Santos, Bella Santiago, Maria Nazareth Xavier Avellar, Neide Polari Souto e América Cantisani.

Por ocasião da segunda reunião, um mês após a sua fundação, foi escolhido, por unanimidade, o nome de Maria Balila Palmeira como a primeira presidente da AFLAP e como vice-presidente a Prof^a. Vera Lúcia Azevedo de Medeiros. Nessa mesma reunião, assuntos de ordem geral foram tratados, como o número das cadeiras e os nomes das patronas que deveriam ser referenciados.

Em 04 de novembro de 2004, o Estatuto foi aprovado fixando os objetivos da Academia, a saber: a) Preservar a memória das mulheres que contribuíram para o desenvolvimento das letras e artes da Paraíba; b) Incentivar a produção intelectual e artística da mulher paraibana; c) Realizar concursos literários e exposições de natureza cultural; d) Promover ações e pesquisas relacionadas com a arte e a literatura; e) Organizar e manter o arquivo das Patronas e das Acadêmicas; f) Realizar mecanismos de reconhecimento a personalidades que se destacaram no cenário científico e cultural, através de comendas e honrarias; g) Manter intercâmbio cultural com entidades congêneres.

No dia 29 de novembro de 2004, no Theatro Santa Roza, na cidade de João Pessoa, realizou-se a posse solene do primeiro grupo de acadêmicas, constituindo a composição da AFLAP em sua primeira investidura, a saber:

Quadro 1: Composição da AFLAP

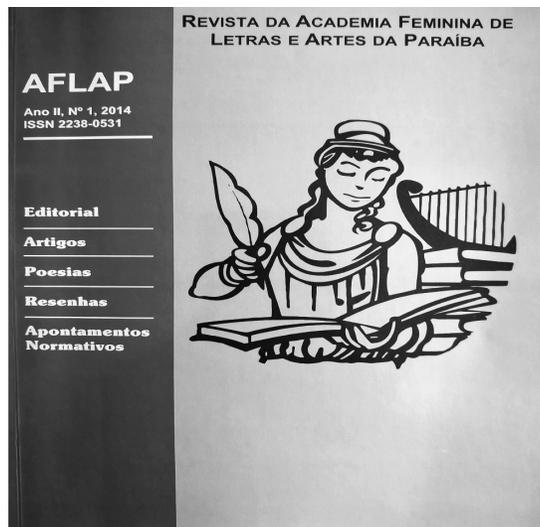
CADEIRA	PATRONAS	ACADÊMICAS FUNDADORAS
01	Maria Azevedo Cabral	Vera Lúcia Azevedo de Medeiros
02	Júlia Verônica dos Santos Leal	Maria de Lourdes Lemos de Luna
03	Olivina Olivia Carneiro da Cunha	Clemilde Torres Pereira
04	Petrolina Marques Pordeus	Terezinha de Jesus Ramalho Pordeus
05	Eudesia de Carvalho Vieira	Evanice dos Santos Silva
06	Liliosa de Paiva Leite	Vaga
07	Ezilda Milânes Barreto	Marta Maria Falcão de C. e Moraes Santana
08	Rosalina Coelho Lisboa	Messina Palmeira Sobral V. Dias
09	Lilian Guedes	Vaga
10	Alcide Cartaxo Carneiro	Marília Medeiros Loureiro Lopes
11	Zulmira Pires Fernandes	Vaga
12	Maria Tercia Bonavides Lins	Vaga
13	Luzia Araújo de Medeiros	Vaga
14	Maria Hilda Coutinho de Lucena	Vaga
15	Luzia Dantas de França	Dalvanira de França Gadelha Fontes
16	Anayde da Costa Beiriz	América Medeiros Cantisani
17	Zeferina Ramos Gaudêncio	Vaga
18	Maria Luiza de Moraes Targino	Vaga
19	Maria das Neves Araújo	Vaga
20	Amélia Teorga Ayres	Vaga

21	Carmem Coelho de Miranda Freire	Carmem Isabel Carlos Silva
22	Maria Eudócio de Queiroz Fernandes	Maria Balila Palmeira
23	Daura Santiago Rangel	Maria Nazareth Xavier Avellar
24	Alaíde de Luna Freire Teixeira	Vaga
25	Luzia Simões Bartolini	Andréia Fernandes Nunes Padilha
26	Vicentina Figueiredo Vital	Thereza Maria Madalena de Lira Braga Vieira
27	Maria das Neves Batista Pimentel	Francisca Neuma Fechine Borges
28	Maria Bronzeado Machado	Vaga
29	Haidée Medeiros Wanderley	Vaga
30	Rosilda Cartaxo	Maria de Fátima M. Bezerra Cavalcanti
31	Maria Rosicler Rabelo Dias	Vaga
32	Maria da Soledade Assis de Freitas	Vaga
33	Lucy de Sousa Camelo	Maria Neide Polari Souto
34	Cleuza Palmeira Bezerra de Menezes	Maria do Socorro Silva de Araújo
35	Isabel Maria Burity Mandl	Maria José Teixeira Lopes Gomes
36	Maria das Mercês de Araújo Gambarra	Vaga
37	Wilma dos Santos Cardoso Monteiro	Ivanice Frazão de Lima e Costa
38	Emília Longo da Silva Fernandes	Geralda Medeiros Nóbrega
39	Necy de Arruda Monteiro	Onélia Setubal Rocha Queiroga
40	Violeta de Lourdes Gonçalves Formiga	Neide Medeiros Santos

No dia 01 de março de 2011, a presidente Vera Lúcia de Azevedo Medeiros apresentou às acadêmicas uma sala nas dependências do Espaço Cultural José Lins do Rego, cedida em regime de comodato pelo então Presidente da Fundação Espaço Cultural – FUNESC – Dr. Mauricio de Navarro Burity. Ali funcionaria a sede da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba. Anteriormente, as reuniões da Academia ocorreram no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), na Fundação Casa de José Américo e na Av. Negro, 260, no *Hall* do Edifício Castellamare em Tambaú.

A ambientação da sala da Academia no Espaço Cultural José Lins do Rego foi desenvolvida e executada pela *designer* de interiores Adelle Mendes Lopes. A partir de então, a presidente Vera Medeiros, com recursos advindos das mensalidades das sociais, adquiriu móveis e equipamentos para subsidiar as atividades-meio. Empreendeu ainda uma série de eventos, marcando sua administração.

Durante a segunda gestão, foi lançada a Revista da Academia Feminina de Letras e Artes, organizada pela acadêmica Maria José Teixeira Lopes Gomes, composta de artigos produzidos pelas acadêmicas, bem como por outras colaboradoras que pesquisam e tratam de temáticas referentes ao campo das artes, da literatura e da mulher. O periódico impresso circulou com a referência:



Outras atividades culturais foram desenvolvidas durante a gestão da Prof^a. Vera Lúcia Medeiros de Azevedo, a exemplo de sarau poético, entre outros fazeres artísticos em comemoração aos sete anos de fundação contando, na ocasião, com a presença do Secretário de Cultura Chico César. Essas questões são relativas à memória, mais especificamente, a uma memória institucional, assim, buscamos fundamentos na conceituação de memória fornecida por Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] É um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (1993, p. 19).

A memória é um fenômeno sempre atual; um elo vivido no eterno presente, como acentua Nora (1993). Ela não se acomoda a detalhes que a confortam; “ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções” (NORA, 1993, p. 19).

FORMALIZAÇÃO JURÍDICA

Em 27 de novembro de 2004, o Estatuto da Academia foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba. Tendo sido reconhecida de utilidade pública pela Câmara Municipal de João Pessoa, através da Lei Municipal nº 10.522 de 2005, por meio de propositura do Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, Fuba, que teve o pleito aprovado por unanimidade.

Em nível estadual, a Assembleia Legislativa da Paraíba reconheceu a AFLAP como de utilidade pública estadual em 08 de maio de 2008, através da Lei Estadual de nº 8.476.

Concluído o mandato da Presidente fundadora Maria Balila Palmeira, foi eleita e tomou posse em 27 de setembro de 2010 a nova Diretoria da Academia, para um mandato de três anos (2010/2012), tendo a seguinte composição:

Presidente: Vera Lúcia Azevedo de Medeiros

Vice-Presidente: Maria José Teixeira Lopes Gomes

Primeira-Secretária: Neide Medeiros dos Santos

Segunda-Secretária: Onélia Setubal Rocha Queiroga

Primeira-Tesoureira: Regina Rodrigues Botto Targino

Segunda-Tesoureira: Edna Paiva Martins Silva

Diretora Cultural: Maria do Socorro Silva Aragão

Diretora de Comunicação: Maria de Lourdes Lemos de Luna

Conselho Fiscal: Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana

Maria Nazareth Xavier Avellar

América Medeiros Cantisani

A nova Diretoria tomou posse, solenemente, no Theatro Santa Roza e na oportunidade a professora Maria Balila Palmeira, na condição de fundadora, passou a ser a Presidente de Honra da Academia, ato que foi muito aplaudido pelos presentes, louvando a iniciativa de a Prof^a. Balila criar a AFLAP. Nesta mesma solenidade, foram investidas as novas acadêmicas, após um processo seletivo, fundamentado nos Estatutos da edilidade.

Quadro 2: Ampliação do número das acadêmicas

CADEIRA	PATRONAS	ACADÊMICAS FUNDADORAS	1ª ampliação em 2012 ACADÊMICAS	2ª ampliação até o presente momento em 2018 ACADÊMICAS
1	Maria Azevedo Cabral	Vera Lúcia Azevedo de Medeiros		
2	Júlia Verônica dos Santos Leal	Maria de Lourdes Lemos de Luna		

3	Olivina Olivia Carneiro da Cunha	Clemilde Torres Pereira		
4	Petrolina Marques Pordeus	Terezinha de Jesus Ramalho Pordeus		
5	Eudesia de Carvalho Vieira	Evanice dos Santos Silva		
6	Liliosa de Paiva Leite	Vaga	Severina Zezita Souza de Matos	
7	Ezilda Milânes Barreto	Marta Maria Falcão de C. e Moraes Santana		
8	Rosalina Coelho Lisboa	Messina Palmeira Sobral V. Dias		
9	Lilian Guedes	Vaga	Vaga	Ana Maria Coutinho de Sales
10	Alcide Cartaxo Carneiro	Marília Medeiros Loureiro Lopes		
11	Zulmira Pires Fernandes	Vaga	Vaga	Vaga
12	Maria Tercia Bonavides Lins	Vaga	Regina Rodrigues Botto Targino	
13	Luzia Araújo de Medeiros	Onelice de Medeiros Borges	Vaga por falecimento em 01 de março de 2012	Vaga
14	Maria Hilda Coutinho de Lucena	Vaga	Vaga	Helena Maria Duarte de Holanda
15	Luzia Dantas de França	Dalvanira de França Gadelha Fontes		
16	Anayde da Costa Beiriz	América Medeiros Cantisani		

17	Zeferina Ramos Gaudêncio	Vaga	Vaga	Maria Auxiliadora Bezerra Borba
18	Maria Luiza de Moraes Targino	Vaga	Vaga	Vaga
19	Maria das Neves Araújo	Vaga	Vaga	Vaga
20	Amélia Teorga Ayres	Vaga	Vaga	Marinalva Freire da Silva
21	Carmem Coelho de Miranda Freire	Carmem Isabel Carlos Silva		Vaga por falecimento em 27 de junho de 2018
22	Maria Eudócio de Queiroz Fernandes	Maria Balila Palmeira		
23	Daura Santiago Rangel	Maria Nazareth Xavier Avellar		Vaga por falecimento em 06 de dezembro de 2015
24	Alaíde de Luna Freire Teixeira	Vaga	Edna Martins Paiva	
25	Luzia Simões Bartolini	Andréia Fernandes Nunes Padilha		
26	Vicentina Figueiredo Vital	Thereza Maria Madalena de Lira Braga Vieira		
27	Maria das Neves Batista Pimentel	Francisca Neuma Fechine Borges	Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	
28	Maria Bronzeado Machado	Vaga	Vaga	Irenita Bronzeado Cavalcanti
29	Haidée Medeiros Wanderley	Vaga	Vaga	Vaga

30	Rosilda Cartaxo	Maria de Fátima M. Bezerra Cavalcanti		
31	Maria Rosicler Rabelo Dias	Vaga	Maria Berenice Ribeiro C. Paulo Neto	
32	Maria da Soledade Assis de Freitas	Vaga	Vaga	Maria Lindalva Xavier
33	Lucy de Sousa Camelo	Maria Neide Polari Souto		
34	Cleuza Palmeira Bezerra de Menezes	Maria do Socorro Silva de Araújo		
35	Izabel Maria Burity Mandl	Maria José Teixeira Lopes Gomes		
36	Maria das Mercês de Araújo Gambarra	Elba Maria Nunes Ramalho		
37	Wilma dos Santos Cardoso Monteiro	Ivanice Frazão de Lima e Costa		
38	Emília Longo da Silva Fernandes	Geralda Medeiros Nóbrega		
39	Necy de Arruda Monteiro	Onélia Setubal Rocha Queiroga		
40	Violeta de Lourdes Gonçalves Formiga	Neide Medeiros Santos		

Fonte: Estatuto da AFLAP (Composição da AFLAP até o presente momento).

Concluído o mandato da segunda gestão, uma nova eleição foi realizada o que constituiu a terceira Diretoria com mandato previsto para o biênio 2012/2014, período compreendido entre 06 de novembro de 2012 e 06 de novembro de 2014. A Reforma estatutária reduziu o tempo de mandato de três para dois anos, ficando a terceira Diretoria assim constituída:

Presidente: Ivanice Frazão de Lima e Costa

Vice-Presidente: Bernardina M^a Juvenal Freire de Oliveira

Primeira-Secretária: Maria Auxiliadora Bezerra Borba

Segunda-Secretária: Evanice dos Santos Silva

Primeira-Tesoureira: Irenita Bronzeado Cavalcante

Segunda-Tesoureira: Maria Nazaré Xavier Avellar

Diretora de Comunicação: Maria de Lourdes Luna

Diretora de Patrimônio: Clemilde Torres Pereira da Silva

Conselho Fiscal: Vera Lúcia de Azevedo Medeiros

Regina Rodriguez Botto Targino

Maria José Teixeira Lopes

A terceira Diretoria enfrentou problemas de toda ordem, dentre o mais significativo diz respeito à perda da sala por consignação nas dependências do Espaço Cultural José Lins do Rego. Em razão da reforma necessária àquele aparelho cultural, a AFLAP deixa suas instalações e passa funcionar na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 753, no Edifício Central Park, sala 1002. Todavia, apesar dos ajustamentos financeiros, os poucos recursos da AFLAP que se mantém, exclusivamente, da contribuição anual das acadêmicas, no valor mensal de R\$ 20,00, totalizando 240,00 (duzentos e quarenta reais) ao ano, associados às despesas fixas de Taxas de Condomínio, Energia, IPTU, aliados ainda à inadimplência de algumas acadêmicas, inviabilizaram a sede, o que se fez necessária uma medida drástica no sentido de apelar para o “espírito da boa vontade”, que veio com a oferta solidária da confrreira Clemilde Torres Pereira da Silva ao ceder um pequeno espaço para abrigar a biblioteca da AFLAP, e todos os demais pertences, passando a funcionar para fins de comunicação no endereço emprestado do Arquivo Afonso Pereira situado na Praça João XXIII, Rua Maximiano Chaves, 78 – Jardim Glória – Jaguaribe – João Pessoa/PB.

Outro problema também enfrentado pela terceira Diretoria referiu-se à enfermidade que acometera a Presidente Ivanice Frazão que se ausentou por determinação médica da Presidência, assumindo em julho de 2014 a vice-presidente a acadêmica Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

A congreira assumiu o cargo entre redemoinhos de vento, sem casa, sem teto, inadimplências e descréditos. Pediu auxílio às congreiras próximas, e, juntas, entregaram a sala, fizeram a mudança para as dependências do Arquivo Afonso Pereira.

Reuniões de sensibilização foram acontecendo e paulatinamente as congreiras foram surgindo das cinzas. Em outubro de 2014, a Diretoria fecha convênio com o INSS cultural, busca parcerias e celebra em alto estilo a primeira década da AFLAP com aproximadamente duzentas pessoas. A atividade que durou todo o mês de outubro contou com exposições, lançamentos de livros, danças, palestras, mesas-redondas, conferência e um coquetel com música ao vivo para celebrar as artes, as letras e a cultura como versa o artigo 27 do Estatuto da AFLAP.

Apesar das dificuldades, a AFLAP mesmo sem sede própria e no momento em que comemora seus dez anos de funcionamento encontra-se em plena efervescência. Seu quadro de sócias contempla vários segmentos de manifestações culturais como escritoras, jornalistas, atrizes de cinema, teatro, artistas plásticas, musicistas, fotógrafas, memorialistas, poetisas, críticas literárias, ensaístas, cronistas, romancistas, historiadoras, entre tantas outras faces, porém todas, inigualavelmente, mulheres!

No dia 15 de dezembro de 2014 realizou-se a quarta eleição da AFLAP para o biênio 2015-2017. Como Quarta Diretoria, com o total de 28 votantes, todas favoráveis à seguinte Diretoria:

Quarta Diretoria – Biênio 2015-2017

Presidente: Bernardina M^a Juvenal Freire de Oliveira

Vice-Presidente: Maria José Teixeira Lopes Gomes

Primeira-Secretária: Marinalva Freire da Silva

Segunda-Secretária: Martha M^a Falcão de C. e Morais Santana

Primeira-Tesoureira: Evanice dos Santos Silva

Segunda-Tesoureira: Edna Martins Paiva

Diretora Cultural: Helena Maria Duarte Holanda

Diretora de Comunicação: Maria de Lourdes Lemos de Luna

Diretora de Patrimônio: Ana Maria Coutinho de Sales

Conselho Fiscal

Vera Lúcia Azevedo de Medeiros

Neide Medeiros dos Santos

Regina Rodriguez Botto Targino

O ARQUIVO DA AFLAP: formação e construção

A AFLAP ao longo dos seus 14 (quatorze) anos acumulou um acervo documental de grande relevância para a sociedade paraibana, visto que ele é resultante da produção literária de mulheres que atuam em diversos segmentos e podem ser consideradas símbolo de garra, de força, de determinação e vitalidade. Mulheres que, por muito tempo, foram responsáveis apenas pelos serviços do lar e com o passar do tempo foram ocupando espaços que de direito sempre foram seus. É nessa perspectiva que toda a produção dessas mulheres, enquanto acadêmicas da AFLAP, faz parte do acervo, e elas contribuem com a inserção e visibilidade do talento e potencial de cada uma delas no âmbito das letras e artes.

O arquivo da AFLAP, devido à ausência de um espaço físico para sua **acomodação (guarda)**, encontra-se em fase itinerante, no entanto, a atual presidente mantém o acervo sobre seus cuidados para que não perca nenhuma peça documental, o que poderia comprometer sua integridade como “lugar de memória”. Em sua composição, encontra-se uma diversidade de tipologias documentais que abarcam as produções artísticas e culturais assim como documentos administrativos.

Quanto ao ciclo de vida dos documentos da Academia, percebe-se que estes se encontram na fase intermediária e permanente, uma vez que constam no acervo documentos de diversos gêneros: textuais, bibliográficos, iconográficos, sonoros, tridimensionais, etc. A fase intermediária, de acordo com Paes (2004), são os documentos que não têm uso ou consulta frequente, e que aguardam o fim do seu valor administrativo para que possam ser descartados ou recolhidos para o arquivo permanente.

Segundo Bellotto (2006, p. 24), “Ultrapassado totalmente o uso primário, iniciam-se os usos científicos, sociais e culturais dos documentos”,

ou seja, a guarda permanente, onde os arquivos passam a ter a responsabilidade de preservar todos os seus documentos para acesso das gerações futuras, resguardando, portanto, a memória do meio ao qual foi produzido.

Considerando sua missão institucional, o arquivo da AFLAP é imprescindível ao desenvolvimento regimental de suas atribuições, de modo que nenhuma ação é executada na Academia sem que sejam gerados documentos; isto tanto do ponto de vista de sua atividade-meio, bem como de sua atividade-fim.

Atividade-meio e atividade-fim referem-se às atividades finalísticas desenvolvidas pela instituição. De acordo com o Arquivo Nacional (2005), a atividade-meio dá apoio à consecução das atividades-fim de uma instituição e também é chamada de atividade mantenedora. Quanto à atividade-fim, esta é desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição e pode ser chamada de atividade finalística.

Em face desse entendimento, considera-se que o arquivo da AFLAP será capaz de subsidiar, informacionalmente, as ações administrativas da entidade que, embora pública, é consubstanciada de interesse público, bem como tornar-se um instrumento de preservação da memória das mulheres paraibanas; isto inclui desde as Patronas às Acadêmicas que por ventura ocupem as cadeiras. Nesse sentido, o arquivo da AFLAP não pode esquecer seu papel histórico de “guardião da memória”, o que deverá implementar uma política também de preservação já em suas ações iniciais.

RECORDAR É VIVER: síntese das produções literárias

O que lemos, vivemos, vimos e ouvimos, marca a nossa vida, alimenta o imaginário e o espírito e isso está ligado tanto à leitura, à criação literária, como às outras artes, sobretudo alimenta não só o trabalho dos artistas, alimenta também todo agir e pensar criativo sobre o mundo. No universo de produção da AFLAP, é possível mergulhar em diferentes gêneros culturais, seja ela nas artes cênicas, nas artes plásticas, na música como também na arte da escrita, essa como sendo o objeto deste trabalho. No quadro a seguir, veremos um pouco das produções literárias dessas mulheres.

Quadro 3: Produções Literárias

CADEIRA	ACADÊMICAS FUNDADORAS	PRODUÇÃO LITERÁRIA
1	Vera Lúcia Azevedo de Medeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Da Cor dos Meus Sonhos
2	Maria de Lourdes Lemos de Luna	<ul style="list-style-type: none"> • Rastros na Areia – Solidão e Glória de José Américo; • José Américo de Almeida em Quadrinhos; • Rádio Tabajara – Um registro Histórico; • Na Varanda do Cabo Branco.
3	Clemilde Torres Pereira	<ul style="list-style-type: none"> • Noventa Anos de Afonso Pereira; • De Mulheres Ilustres; • A História em Discursos; • Afonso Pereira: uma voz no jornalismo; • O sentido da vida: quando o amor procura.
4	Terezinha de Jesus Ramalho Pordeus	<ul style="list-style-type: none"> • A Segunda Conquista da Paraíba: O Sertão – Ancar 1976; • História da Paraíba em Sala de Aula; • A Importância do 05 de Agosto para a História da Paraíba.
5	Evanice dos Santos Silva	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil: uma política necessária; • Eudésia Vieira: rompendo o silêncio.
6	Severina Zezita Souza de Matos	<ul style="list-style-type: none"> • A Docência do Especialista em Educação: uma contribuição ao debate.
7	Marta Maria Falcão de C. e Moraes Santana	<ul style="list-style-type: none"> • Poder e Intervenção Estatal: Paraíba – 1930-1940; • Nordeste, Açúcar e Poder – Um Estudo da Oligarquia Açucareira na Paraíba; • As bases do Argemirismo; • Seca de 32: uma obra memorável; • Santa Rita: um reduto das Ligas Camponesas.

9	Ana Maria Coutinho de Sales	<ul style="list-style-type: none"> • Eudésia vieira: rompendo o silêncio; • Casa da criança: dez anos de mãos dadas pela vida; • Paisagens Plurais: artes visuais & transversalidades; • Mulheres no Brasil: Resistência, Lutas e Conquistas; • A escrita da nova mulher.
12	Regina Rodriguez Botto Targino	<ul style="list-style-type: none"> • Uma Jornada Emérita: breve caminhada no magistério de enfermagem.
13	Onelice de Medeiros Borges	<ul style="list-style-type: none"> • Homenagem aos 100 anos de nascimento de Olívio Travassos de Medeiros; • Expoente da Educação de Santa Luzia: Manoel Octávio de Medeiros-Resgate Histórico; • História Viva: o sentido de uma vida exemplar – Josefina Dantas de Medeiros; • Memórias de uma educadora santa-luziense.
17	Maria Auxiliadora Bezerra Borba	<ul style="list-style-type: none"> • Valores do Serviço Social: a Influência richmoniana no Brasil; • Campina Grande nos meados do século XX; • Análise Linguística: Afinal a que se refere?; • Saberes e Fazeres do Povo - Resgate da Cultura Popular da Paraíba; • Texto Básico do Discurso de Posse.
20	Marinalva Freire da Silva	<ul style="list-style-type: none"> • O Papel da Leitura Rumo à Cidadania; • Ascendino Leite: expoente máximo da literatura paraibana; • Olhares Múltiplos Sobre Produção Textual; • Caminhos Cruzados: Educação, Linguagem, Literatura e História; • Políbio Alves: O Vate do Varadouro.

22	Maria Balila Palmeira	<ul style="list-style-type: none"> • Devaneios; • Barão do Abiahy – Sua vida, sua obra, seus descendentes – Biografia Genealógica; • Infinito e Poesia; • Misticismo e Cangaço em Pedra Bonita, (Ensaio sobre José Lins do Rego); • A Menina e a Boneca;
24	Edna Martins Paiva	<ul style="list-style-type: none"> • Creusa ‘Dos Anjos’ Pires Bezerra.
27	Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> • Na Memória da Tradição: fontes de informação em literatura de cordel; • Informação, Direito Autoral e Plágio; • Afonso Pereira e o campo musical na Paraíba; • Afonso Pereira e o teatro do estudante da Paraíba: educando pela arte dramática; • Fundação Padre Ibiapina: semente fértil no solo da educação paraibana.
32	Maria Lindalva Xavier	<ul style="list-style-type: none"> • Lindalva em Prosa e Versos; • Memórias de um Anjo; • Coisas da Vida, um pouco de mim; • Os Meus Versos.
35	Maria José Teixeira Lopes Gomes	<ul style="list-style-type: none"> • A Escolha de Rita Gadelha; • Meandros da Memória da Faculdade de Direito ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB; • A presença de Mário Moacyr Porto; • Isabel Burity – a musicista da paixão.
38	Geralda Medeiros Nóbrega	<ul style="list-style-type: none"> • Hermilo Borba Filho: memória de resistência e resistência da História; • O nordeste como inventiva simbólica: ensaios sobre o imaginário cultural e literário; • O mito do ciborgue e outras representações do imaginário: androginia, identidade, cultura.

39	Onélia Setubal Rocha Queiroga	<ul style="list-style-type: none"> • Meditações; • Contos Pombalenses I; • Sinestesia; • Releitura dos Contos Fluminenses de Machado de Assis.
40	Neide Medeiros Santos	<ul style="list-style-type: none"> • José Lins do Rego: vozes e visões múltiplas; • Era uma vez um menino chamado Augusto; • Joacil de Brito Pereira: o homem das letras, das artes, da política e do direito; • Violeta Formiga: 30 anos de encantamento.

Fonte: Arquivo da AFLAP e Currículo Lattes 2018.

O levantamento foi feito no arquivo da AFLAP, assim como a partir de uma análise no currículo Lattes das acadêmicas. Para a montagem desse quadro, foi realizado um recorte, listando somente as acadêmicas atuais, como também apenas as que produzem literatura, sejam eles romances, poemas, textos acadêmicos, biografias e memórias. Neste recorte, optamos por listar no máximo 5 (cinco) produções. Na análise feita a partir dos títulos das obras listadas no quadro 3 é possível perceber uma diversidade do campo da escrita, pois são peças teatrais, contos, poemas, biografias, memórias.

Através da escrita é possível representar um tempo passado e manter viva a memória de algo que transpassa o simples fato de ter existido. De acordo com Antunes (2012, p. 190), “Recordar é fazer viver na memória, tornar quase palpável no presente um passado que é a melhor garantia de futuro”. É corroborando esse pensamento que as mulheres da AFLAP, por meio da escrita, nos convidam a viajar no tempo e querer viver, junto a elas, momentos descritos em cada linha provocando sensações que só uma boa leitura é capaz de causar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base este estudo, observam-se alguns pontos identificados no decorrer da pesquisa e que são essenciais para enaltecê-la e solidificar

sua importância. Primeiramente, é a trajetória da AFLAP que, apesar dos percalços, nunca perdeu o foco e se manteve a cumprir a finalidade de sua criação. A escolha de cada acadêmica para ocupar as cadeiras da AFLAP também é algo que merece destaque, visto que cada uma destas mulheres possui características próprias que as moldam no contexto literário, histórico e social mostrando sua relevância para a sociedade paraibana mediante toda produção no decorrer de sua vida. E, por fim, a importância do arquivo enquanto “lugar de memória” e “espaço de referência da produção do conhecimento” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57), responsável por produzir e guardar documentos que retratam não só funções administrativas, mas permitem representar uma história através de seus registros.

Esta pesquisa teve como objetivo efetuar um levantamento da produção literária das acadêmicas conduzido adiante, no intuito de preservar a memória da AFLAP. Assim verificamos, a partir desse levantamento, que toda a documentação traz ao arquivo a responsabilidade de resguardar e manter viva a memória das mulheres que contribuem com as letras e artes na Paraíba.

Assim, o Arquivo da AFLAP tem como objetivo guardar, tratar e conservar os documentos, apesar de sua itinerância, para que por meio desses sejam revelados traços do passado capazes de despertar o desejo de retornar a lugares já revisitados mediante os registros resguardados em seu âmbito. Segundo Barros e Amélia (2009, p. 55), “O arquivo é visto aqui como um lugar em que a memória se torna participante do processo de identidade, como praxe e representação da sociedade da informação”, uma vez que o arquivo e a memória possuem uma relação indissociável. Partindo desse pressuposto, preservar esse acervo significa não só manter a estrutura física de cada documento, mas a essência para o qual esses documentos foram criados, ou seja, a memória da Academia.

A preservação da memória de um grupo ou sociedade é uma obrigação para a reconstituição de sua história. Após quatorze anos de sua criação, a AFLAP segue mantendo a continuidade de suas atividades e, conseqüentemente, de sua documentação somando gradativamente um viés histórico a partir dessa produção e construindo um legado de fontes memorialísticas para futuras gerações. É mediante tal abordagem que os resultados da pesquisa indicam a relevância da AFLAP como preservadora da memória institucional.

A partir desse contexto, o Arquivo da AFLAP assume o papel de guardião de toda uma história memorialística não só das obras literárias de cada acadêmica, mas de sua trajetória de vida enquanto mulheres paraibanas reconhecidas por sua relevância tanto para a literatura paraibana quanto para a brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. M.; ROSA, A. R. **A construção da memória cultural por meio da literatura**: alguns aspectos. Cap. 10. p. 189-211, 2012.

Disponível em: https://www.academia.edu/3604910/A_constru%C3%A7%C3%A3o_da_mem%C3%B3ria_cultural_por_meio_da_literatura_alguns_aspectos?auto=download. Acesso em: 14 jul. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41). Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2018.

BARROS, D. S.; NEVES, D. A. de B. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr., 2009. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518/498>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, Editora dos Tribunais LTDA, 1990.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-29, 1993.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória, 2009, 243 f. Tese (Doutorado em Letras)–Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2009. v. 1.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 85-91, 1996.

6 MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFPB: a coleção paraibana da Biblioteca Central

*Everton Fernandes de Lima
Nayana Rodrigues C. Mariano
Bernardina M. J. Freire de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Para a disseminação da informação e produção do conhecimento em âmbito acadêmico, as universidades devem possuir, em sua rede, infraestrutura que possibilite suporte ao tripé: ensino, pesquisa e extensão; por isso, fazem-se necessários investimentos para salvaguardar e ampliar as informações contidas nas universidades. As bibliotecas, nesse contexto, são preciosos espaços de memória institucional. Tendo em vista que a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba é a mantenedora do maior acervo pertencente a uma biblioteca do estado da Paraíba, no presente texto objetivamos dialogar com a Coleção Paraibana, que nela está contida.

Os livros são mediadores de informação, e a referida coleção é possuidora de um material bibliográfico diferenciado, revelando-nos saberes diversos sobre a Paraíba, visto que o seu acervo é considerado uma referência para os estudos e pesquisas na área. Para Assmann (2011), a escrita é o principal meio de memória. Assim, tal coleção é entendida como parte da memória, e não como um espaço onde a memória ficaria guardada e protegida, pois essa não deve ser reificada, coisificada ou cristalizada, mas, sim, estar num processo dinâmico, vivo, de construções e reconstruções permanentes, um espaço compreendido como um mobilizador ou ativador de memórias.

Nesse processo, a riqueza do referido acervo, tomado como fonte de informação para a escrita da História, corrobora como artefato de memória. Nessa discussão, Thiesen (2013) entende que a memória institucional perpassa discursos, indivíduos, espaços, escrituras, sendo construída e reconstruída continuamente em cada instituição.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL: a Biblioteca Central da UFPB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. O ambiente favorável para tal realização surgiu a partir de um contexto marcado pela crescente influência política do então governador da Paraíba, José Américo de Almeida: pela procura de cursos, pelo aumento do número de alunos, pelas condições precárias de funcionamento de algumas dessas escolas e pela necessidade de uma instituição “ligada à reestruturação do Estado e à formação de quadros técnicos e administrativos” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 169).

Contudo, toda essa história remonta ao ano de 1934, com a criação da Escola de Agronomia do Nordeste, instalada na cidade de Areia, através do Decreto Federal nº 478, de 12 de janeiro, e que abriu perspectivas de criação de outras escolas de ensino superior. Em 1947, na cidade de João Pessoa, foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas, dois anos depois, em 1949, a Faculdade de Filosofia (FAFI). Em 1951, vieram a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Odontologia da Paraíba e a fundação da Escola de Serviço Social. No ano de 1952, foi criada a Escola Superior de Engenharia da Paraíba, no ano seguinte, a Escola de Enfermagem, dentre outras.

Posteriormente, com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº 3.835 de 13 de dezembro de 1960, na “expectativa de desafogo dos cofres estaduais, melhoria dos quadros universitários e ampliação de maiores possibilidades de acesso, sobretudo às classes médias, em virtude de uma aguardada gratuidade do ensino” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 171), foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia e Bananeiras, também ampliando suas fronteiras em Patos, Souza e Cajazeiras.

Ao longo desse tempo, a Universidade Federal da Paraíba foi organizando as suas memórias como “uma instituição, pois é obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento” (THIESEN, 2013, p. 165). E como

as instituições são construídas historicamente, carregam consigo uma bagagem de informações que representam suas memórias.

Segundo Costa et al. (2013), em 1968, um concurso foi realizado para elaboração de um projeto para a Biblioteca Central da instituição, com a participação dos arquitetos Leonardo Stuckert, Carlos Alberto Correia Lima e Waldecy Pinto. Anos antes, a ideia de criação da biblioteca já era debatida e, dentre as prioridades, estava a construção do prédio. Uma proposta foi elaborada pelo bibliotecário Edson Nery da Fonseca, com o projeto “Teoria da Biblioteca Central”.

De acordo com a Resolução nº 31/2009, que aprova o Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba, na Seção III, Subseção III, Art. 26, que dispõe sobre a Divisão de Serviços ao Usuário, a Seção de Coleções Especiais tem como uma das suas atribuições “organizar e manter atualizadas coleções de documentos referentes ao Estado da Paraíba e à região nordestina, procedendo ao levantamento da bibliografia retrospectiva paraibana e mantendo atualizada a bibliografia corrente” (RESOLUÇÃO, 2009, p. 16). Nesse aspecto, contribui de forma específica para a construção e preservação da Coleção Paraibana em questão e para a memória institucional, pois como salienta Thiesen (2013, p. 26): “se a instituição existe, a memória plasma. É prenha. Constitui marcas, rastros ou traços que contêm informação.”

Segundo Assmann (2011), há atualmente uma intensificação das discussões sobre memória nos estudos culturais, nas ciências naturais, nas tecnologias da informação, mas nenhuma área de conhecimento pode monopolizar essas reflexões, pois há uma variedade de abordagens que nos apontam quão complexo é esse fenômeno. Nessa trajetória, seja a partir de diferentes tradições, perspectivas ou mídias memorativas, o passado que buscamos, muitas vezes, é reconstruído a partir das discussões do presente, lugar da problemática da pesquisa e dos sujeitos que a realizam. Logo, a memória está viva em diferentes vetores, como mídias, monumentos, arquivos, museus, bibliotecas, entre outros, e a Coleção Paraibana da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba é um meio de memória institucional que transpõe gerações e épocas.

A COLEÇÃO PARAIBANA: a memória da UFPB em cena

Uma Coleção Especial possui um acervo específico, que, a partir dos critérios estabelecidos pela instituição mantenedora, é selecionado. Assim, sejam pela raridade de suas obras, por temáticas específicas, livros considerados de grande valor, acervos pessoais doados, dentre outros elementos, tais coleções vão sendo construídas e são fundamentais para a memória de uma instituição. Para Nardino e Caregnato (2005, p. 383), “[...] as coleções especiais são obras que se destacam de alguma maneira, por certas peculiaridades, independentemente da época em que foram criadas. Sendo assim, elas constituem uma boa fonte de pesquisa e conhecimento”.

Nessa perspectiva, situamos a Coleção Paraibana da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, uma coleção temática, que agrega outros elementos, como a relevância histórica, por exemplo, visto que é composta por livros que nos ajudam a compreender a Paraíba e sua longa história. De acordo com Azevedo Netto, “a memória está representada em suportes informacionais distintos”, e as informações contidas no acervo em questão estão inseridas no processo temporal de construção da sua coleção. De acordo com Alves,

As bibliotecas universitárias devem fornecer o arcabouço bibliográfico, documental e multimeios que sustentam a academia através dos tempos. Este sustentáculo, para a tríade acadêmica, se faz por meio de seu acervo e de suas ações, que devem mesclar sua história, seu papel educativo-social e o desenvolvimento de produtos e serviços informacionais. (2015, p. 45)

A Coleção Paraibana está situada dentro da Seção de Coleções Especiais (COESP) no térreo da Biblioteca Central. Funciona de segunda a sexta-feira no horário que compreende o período que vai das 07h30min às 18h00, abrindo, excepcionalmente, para execução de aulas e outras atividades após esse horário, quando previamente comunicado ao responsável pelo setor e agendado.

Imagem 1: Entrada da Seção de Coleções Especiais



Fonte: Acervo de Everton Fernandes de Lima.

Segundo o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, em seu Relatório Total de Títulos e Materiais, a Coleção Paraibana possui atualmente 3.524 exemplares. É importante salientar que a atual gestão está fazendo uma avaliação de todo o material que atualmente encontra-se no setor e que um inventário está sendo realizado para uma melhor qualificação do acervo. O diagnóstico ajudará, também, a instituir um plano de recebimento e desenvolvimento da coleção, possibilitando um resgate e registro da sua história. Para Pinheiro et al. (2014, p. 11),

Diante da importância de coleções de livros raros e especiais na biblioteca universitária, que tem o potencial de assumir a função de geradora de novas pesquisas, acumulando a função anterior de coleção memorial, faz-se necessário elaborar uma estratégia de salvaguardar para sua preservação, garantindo a continuidade do usufruto de seus benefícios por seus usuários reais.

Tendo em vista a política ainda vigente na atual coleção, os materiais pertencentes ao acervo que estejam em bom estado de conservação são disponibilizados para empréstimo, que é concedido aos alunos de graduação

e pós-graduação, servidores técnico-administrativos e professores, usuários que estejam com vínculo ativo no sistema de bibliotecas e que não detenham nenhuma pendência, contudo, caso o pesquisador de outras instituições ou a comunidade em geral não possa fazer o empréstimo do material, o espaço físico onde a Coleção Paraibana está alocada dispõe de mesas e cadeiras que possibilitam aos usuários desfrutarem do conteúdo informacional imbuído nos materiais, sem a necessidade de retirá-los do espaço da biblioteca.

Imagem 2: Espaço para Estudos e Pesquisas



Fonte: Acervo de Everton Fernandes de Lima.

Segundo informações colhidas através de relatos de funcionários mais antigos, o acervo que hoje compõe a Coleção Paraibana surgiu a partir da iniciativa de um professor de doar para a Biblioteca Central seu vasto acervo que compunha obras que retratavam a Paraíba. O material doado era composto de livros, panfletos e manuscritos produzidos por autores locais e de outros estados ou países, mas que tinham como foco a Paraíba, pelo viés da sua cultura, geografia, história, literatura, entre outras temáticas sobre o estado. Não encontramos nenhuma documentação que nos ajudasse a entender melhor o processo inicial de estruturação da referida coleção, como o nome do professor que fez a doação ou a data em que o setor entrou em funcionamento. Thiesen (2013, p. 29) alega que “as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer”.

Atualmente, para que uma obra venha pertencer ao acervo da Coleção Paraibana, ela precisa ser doada ao setor, preenchendo alguns requisitos, como o que diz respeito ao assunto abordado, independentemente do livro ser de autoria de algum escritor paraibano, assim poderá fazer parte da coleção, pois cumpre o papel de fornecer ao usuário um conteúdo informacional que abarca o proposto para compor o acervo.

Observamos que durante o passar dos anos, provavelmente pela falta de uma administração composta por especialistas, outros materiais informacionais, que abrangem assuntos que vão além da Paraíba, foram inseridos na coleção, em especial obras de autores paraibanos, mas que não abordam as temáticas que servem como pilares norteadores para compor o acervo. Tendo em vista a necessidade de uma nova política e avaliação do acervo, a atual administração do sistema de bibliotecas tem desenvolvido uma nova política regimental adaptando-a às necessidades atuais e possibilitando a retirada de materiais que não remetam seu conteúdo ao estado da Paraíba, enfatizando, assim, que a coleção trate somente de temas que envolvam o estado, trazendo-a de volta às suas raízes.

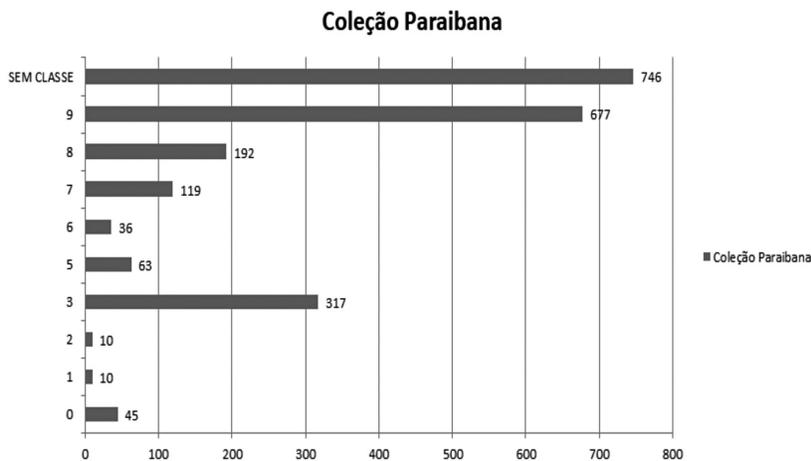
Analisando alguns relatórios da Coleção Paraibana, mediante a obtenção pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), chama a nossa atenção a quantidade de empréstimos realizados que compõe a classe 9 do Código de Classificação Universal (CDU). O referido código possui as seguintes classes: 0 – Generalidades, 1 – Filosofia e Psicologia, 2 – Religião, 3 – Ciências Sociais, 5 – Matemática e Ciências Naturais, 6 – Ciências Aplicadas, Medicina e Tecnologia, 7 – Artes, Recreação e Esportes, 8 – Língua, Linguística e Literatura e 9 – Geografia, Biografia e História, ressaltando que a classe 4 encontra-se vazia aguardando a criação de uma nova área do conhecimento.

No gráfico abaixo, é possível observar o panorama de empréstimos da Coleção Paraibana de acordo com a ordem de classes. É importante salientar que de acordo com o SIGAA foram realizados 2.215 empréstimos no período que abrange os anos que vão de 2013 a 2018, e que o sistema, atualmente, não possibilita visualizar mais que os cem primeiros títulos emprestados por ordem de classes, evidenciando somente os cem primeiros no *ranking* de empréstimos. Tal fato torna inviável uma avaliação mais

completa desse panorama, pois como existem livros com mais de uma edição e, conseqüentemente, ficha catalográfica e registro interno no sistema, o título poderá aparecer nos relatórios mais de uma vez. Essa análise foi possível por meio dos resultados do sistema que dizem que até a data de coleta do material havia 530 registros de empréstimos de títulos classificados e não classificados, e em seus relatórios o sistema disponibilizava somente os 100 primeiros livros registrados mais emprestados e renovados, sendo o primeiro da lista com 38 movimentações, dentre elas, empréstimos e renovações, e o último que em sua totalidade é o de número 100 com 6 movimentações nos dois modos. A seguir, temos um panorama de empréstimos da Coleção Paraibana de acordo com a ordem de classes.

Gráfico 1: Empréstimos por Classificação da Coleção Paraibana (2013-2017)

CLASSE	0	1	2	3	5	6	7	8	9	SEM CLASSE	TOTAL
Coleção Paraibana	45	10	10	317	63	36	119	192	677	746	2215



Fonte: Relatórios de Empréstimos do SIGAA.

Como dito anteriormente, os livros que saem para cedência, em sua maioria, são pertencentes à classe 9 do referido código, que abrange em seu campo científico materiais pertinentes às áreas de Geografia, Biografia e História, sendo esta última, recordista no número

de empréstimos e renovações realizados no período que vai do ano de 2013 a 17 maio de 2017, com um total de 677 empréstimos nesse espaço de tempo.

Dentre os empréstimos, é possível citar o livro *História da Paraíba* (1978), de Horácio de Almeida, que neste período contabilizou 30 empréstimos e 8 renovações, totalizando 38 movimentações no decorrer dos últimos 4 anos, encontrando-se no topo da lista. Horácio de Almeida (1896-1983), natural de Areia-PB, é um dos autores mais representativos da História da Paraíba, considerado um clássico por sua vasta produção e pela fertilidade nas suas reflexões. Os escritos de Almeida proporcionam aos seus interlocutores variadas perspectivas de leitura e apropriações diversas. Ao longo da sua vida, construiu um valioso acervo, composto de livros, revistas, documentos variados, dentre outras preciosidades sobre a Paraíba, seu objeto privilegiado de estudos, visto que “poucos intelectuais paraibanos se dedicaram tanto à história e à memória do seu estado quanto Horácio de Almeida” (GAUDÊNCIO, 2016, p. 3).

A sua obra continua mobilizando escrituras com uma riqueza de abordagens e interpretações, o que atesta para pesquisadores e estudiosos a força de germinação em seus escritos e o coloca na condição de referência em História da Paraíba. Todas as nossas produções têm uma história e no caso da obra de Horácio de Almeida, mobilizando apropriações e escrituras, sendo sempre visitada e revisitada ao longo das últimas décadas, sua trajetória nos faz entender que os seus escritos vieram para ficar, visto que estão presentes na memória histórica da Paraíba. Com o número de 38 movimentações também é possível citar os livros, *Política e Parentela na Paraíba* (1993), de autoria da brasilianista Linda Lewin e *A Questão Urbana na Paraíba* (1999), de Regina Célia Gonçalves et al., ambos com 38 movimentações, sendo 27 empréstimos e 11 renovações. *A Questão Urbana na Paraíba* é o terceiro volume da Coleção História Temática da Paraíba, composta por quatro livros, uma iniciativa do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Além da questão urbana, dentre os temas trabalhados na coleção, podemos citar: o trabalho na Paraíba, as atividades produtivas na Paraíba e estrutura de poder na Paraíba.

Imagem 3: Relatório Parcial de Empréstimos

01/06/2018

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

 Biblioteca	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS EMITIDO EM 01/06/2018 15:32	 SIGAA
--	--	---

RELATÓRIO DE EMPRÉSTIMOS POR CLASSIFICAÇÃO

Bibliotecas : Biblioteca Central
Coleções : Coleção Paraíba
Tipos de Material : Todos
Classificação : CDU
Período : 01/01/2012 até 01/06/2018
Formato do Relatório : Análítico
Agrupado por : Coleção
Resultados : Página 1 de 6, registros 1 ao 100 de 530

Nº do Sistema	Título	Classificação	Quantidade de Empréstimos	Quantidade de Renovações	Empréstimos + Renovações
4157	ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba . 2.ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1978. v.	981.33	30	8	38
3256	LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba . Rio de Janeiro: Record, 1993. 432p. ISBN: 8501036315.	981.33	27	11	38
3054	GONÇALVES, Regina Célia. A questão urbana na Paraíba . João Pessoa : PB: Ed. Universitária/UFPB, 1999. 74p. (Coleção História Temática da Paraíba v. 3) ISBN: 8523701699.	981.33	27	11	38
46727	PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a história da Paraíba . João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. v. (Coleção Documentos Paraibanos, 3)	981.33	26	8	34
3286	AGUIAR, Wellington; OCTAVIO, José. Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro . João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985, 1989. 279p.	981.33	22	13	35
177739	ANDRADE, Maristela Oliveira de; LIMA, Gustavo Ferreira Costa. Gestão e desenvolvimento socioambiental na Paraíba: concepções e práticas . João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. v.1. (Pesquisa - PRODEMA) ISBN: 9788577456994.	504.06(813.3)	22	11	33
177735	BARBOSA, Rita Cristiana; AFONSO, Maria Aparecida Valentim. Educação infantil: das práticas pedagógicas às políticas públicas . João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. 180p. ISBN: 9788577459452.	373.2	21	11	32
57733	LEAL, Wills. Cinema na Paraíba, Cinema da Paraíba . João Pessoa: s.n., 2007. 2v.	791.43(813.3)	18	11	29
3379	AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. Cidade de João Pessoa: a memória do tempo . João Pessoa: PERSONA, 1992. 354p.	869.0(81)	18	4	22
3177	MACHADO, Maximiano Lopes; MELLO, José Octávio de Arruda. História da província da Paraíba . João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. v. (Coleção Documentos Paraibanos, 4)	981.33	17	7	24

Fonte: SIGAA.

Na classe 9, referente à Geografia, Biografia e História, o destaque é para o elevado número de empréstimos e renovações de livros de História, como visto. Dentre estes, também podemos destacar Irineu Ferreira Pinto, com *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1977) e *História da Província da Paraíba* (1977), de autoria de Maximiano Lopes Machado. São obras que discutem a Paraíba e “a história da história tem permitido aos historiadores compreender como o conhecimento histórico se comporta diante das experiências do passado e como as formas de sensibilidade histórica têm sido elaboradas com o passar dos tempos” (CORDEIRO JÚNIOR, 2003, p. 17).

Livros da classe 3 e 8 do Código de Classificação Universal, que abordam, respectivamente, as Ciências Sociais e Língua, Literatura e Linguística, também têm destaque, sendo as classes com o maior número de empréstimos, após a 9. De acordo com o que consta no Relatório de Empréstimos por Classificação, observamos que alguns livros da classe 3 enfocam a temática educação na Paraíba, a exemplo do livro *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba* (2002), resultado da tese de doutoramento defendida na Universidade Estadual de Campinas, de autoria de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, professor no Centro de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, considerado referência nos estudos e pesquisas sobre História da Educação na Paraíba. *Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar* (2012), organizado por Cláudia Engler Cury, Doutora em Educação, Cultura e Sociedade pela UNICAMP, professora nos Programas de Pós-Graduação em História e Educação/UFPB e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, já citado, também tem um número significativo de empréstimos e, segundo o CCU, o livro está sem classificação.

Também sem classificação e contabilizando 12 movimentações, sendo 7 empréstimos e 5 renovações, está o livro *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual* (2009), da historiadora e professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, Solange Pereira da Rocha. O livro é fruto da sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e ganhador do Prêmio ANPUH-Tese.

É possível observar que atualmente existem mais de 740 movimentações de empréstimos ainda sem classes atribuídas. A Biblioteca Central trabalha com uma demanda absolutamente grande de livros envolvendo não só os que pertencem ao seu espaço físico, mas também de todas as demais bibliotecas que compõem o sistema de bibliotecas da UFPB, intitulado SISTEMOTECA. Tais demandas dizem respeito aos processos de compra, tombamento, catalogação, indexação, entre outros, o que resulta em mais empenho de tempo para outras coleções e torna o processo de inserção dos materiais da Coleção Paraibana no sistema um pouco mais lento.

Outro empecilho para a recuperação e análise dos relatórios por meio dos códigos de classificação é o próprio SIGAA, que, em alguns casos, por alguma incompatibilidade de sistema, não reconheceu/reconhece a classificação de determinada obra, a exemplo do livro *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual*, que já tem seu número de classificação atribuído, sendo ele “930:326(813.3) R672g”, não reconhecido nos relatórios, tampouco mencionado como “sem classe”, como podem ser vistos a seguir. (Imagens 4 e 5):

Imagem 4: Livro sem Classe Atribuída no Relatório

67175	ROCHA, Solange Pereira da. Gente negra na Paraíba oitocentista : População, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009. 331p. ISBN: 9788571399242.	Sem Classe	7	5	12
-------	--	------------	---	---	----

Fonte: SIGAA.

Imagem 5: Página de Consulta Pública do SIGAA

The screenshot shows the SIGAA interface with the following details:

- Header:** Universidade Federal da Paraíba, SIGAA Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, João Pessoa, 18 de Agosto de 2018.
- Navigation:** << Primeiro Registro, < Registro Anterior, Próximo Registro >, Último Registro >>
- DADOS DO TÍTULO:**
 - Registro no Sistema: 67175
 - Número de Chamada: 930:326(813.3) R672g
 - Título: Gente negra na Paraíba oitocentista:
 - Subtítulo: População, família e parentesco espiritual /
 - Assunto: História - Escravos - Paraíba. Escravidão - População negra - Não escravos. parentesco espiritual. Paraíba oitocentista - Século XIX.
 - Autor: Rocha, Solange Pereira da.
 - Local da Publicação: São Paulo:
 - Editora: UNESP,
 - Ano Publicação: 2009.
 - ISBN: 978-85-7139-924-2
- EXEMPLAR(ES) 1 A 2 DE 2:**

Código de Barras	Tipo de Material	Coleção	Status	Situação
11700/10	Livro	Coleção Paraíba	REGULAR	Disponível

Fonte: SIGAA.

A atual Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba é do ano

de 1991. Elaborada pela Divisão de Desenvolvimento de Coleções (DDC), tinha como intuito estabelecer normas e regras para possibilitar o sistema de seleção de materiais; para que tivesse um norte, e assim houvesse a “formação, a atualização, a manutenção e o equilíbrio de uma coleção básica” (PDC, 1991), buscando sempre suprir as necessidades de funcionamento, como exposto também na PDC do tripé da instituição que é ensino, pesquisa e extensão.

Imagem 6: Acervo da Coleção Paraibana da Biblioteca Central/UFPB



Fonte: Acervo de Everton Fernandes de Lima.

No que concerne à Coleção Paraibana, esta inclusa nas Coleções Especiais que, de acordo com o PDC de 1991, é “formado por materiais considerados especiais, com importância histórica e de pesquisa, para atender às necessidades especiais dos programas de graduação e pós-graduação”, coleção esta composta de acordo com a política de 1991 por Coleções de Arte, Coleção Americana, Coleção Brasileira, Coleção Braile, Coleção Documentos Brasileiros, Coleção Portuguesa, Folhetos, Publicações Universitárias, Teses, Programa de Pesquisa em Literatura Popular (PPLP) e Coleção Paraibana, acervo que tem como objetivo reunir “matérias informacionais sobre a Paraíba e autores paraibanos” (PDC, 1991).

Com o transcorrer dos anos, foi observada a necessidade de realizar algumas alterações nas coleções. Essas foram inseridas umas

às outras ou foram extintas, tendo em vista a possibilidade de realocar esse material em outros espaços. Dessa forma, a atual administração tem elaborado uma nova política para o desenvolvimento das coleções, visando possibilitar uma maior acessibilidade e procurando elucidar as características das coleções atuais, a exemplo da paraibana, que passará a receber, após a implementação da nova política, materiais que abordem exclusivamente a Paraíba, independentemente da origem do autor, e excluirá matérias de autores paraibanos que não exponham em seus trabalhos conteúdos referentes ao estado. Tal processo possibilitará que, no acervo, sejam encontradas somente obras que, por meio de doações, caracterizem culturalmente, economicamente, geograficamente, socialmente e historicamente o estado da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo da Coleção Paraibana mostra a relevância histórica, cultural e educacional da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba; um espaço memorável, visto que cada memória ali ativada possui um leque de acontecimentos singulares, de trajetórias individuais ou coletivas, uma variedade de possibilidades de (re)leituras do passado na Paraíba, a partir das obras de História, Literatura, Geografia, Educação, dentre outras ali contidas. Enquanto lugar de memória, seu acervo pode recompor um passado, redirecionar um olhar, propor novas escrituras, compreender outras personagens, fazer falar o que pode ter sido silenciado, entender o não dito, um lugar compreendido como um elemento simbólico do patrimônio memorial da Universidade Federal da Paraíba.

Na classe 9, referente aos estudos sobre Geografia, Biografia e História, o maior volume de empréstimos e renovações diz respeito aos livros que abordam a História da Paraíba, dentre esses, tanto os clássicos da historiografia paraibana quanto autores mais recentes estão entre os mais requisitados da Coleção Paraibana. A riqueza do acervo consiste na diversidade de produções nele contida, desde pesquisadores atuais, que estão publicando os resultados dos seus estudos sobre a Paraíba, fruto dos programas de pós-graduação em diversas áreas, como também autores

vistos como tradicionais, muitos membros de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), alguns considerados referências em estudos sobre a História da Paraíba. Todos têm possibilitado (re)leituras e intensa renovação nos estudos e pesquisas sobre a Paraíba, enriquecendo as abordagens teórico-metodológicas, diversificando os objetos de estudos, ampliando as fontes de pesquisa. A partir de tais mobilizações e apropriações, uma Paraíba mais diversa, rica e plural tem sido descortinada, e acervos como o da Coleção Paraibana têm possibilitado reflexões mais densas e complexas sobre o nosso estado.

A Coleção Paraibana é um espaço de memórias vivas, móveis, eletivas, atravessadas por silenciamentos, perdas, esquecimentos, um lugar que tem auxiliado pesquisadores nas suas produções, nas suas atribuições de sentido ao vivido, nas representações a uma época determinada, e esse conhecimento é também história dessa historiografia. Além do apoio ao ensino, pesquisa e extensão, as bibliotecas universitárias devem dedicar-se à história, cultura e memória, e esse papel a Coleção Paraibana vem empenhando-se em realizar.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. de M. História e memória por meio de coleções especiais. In: VIEIRA, Brunno V. G.; Alves, Ana P. M. (orgs.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Unicamp, 2011.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 1-13, 2002. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/143/137>. Acesso em: 24 mar. 2013.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informações e Memória: as relações na Pesquisa. **História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p.1-20, jul./dez. 2007.

BELLOTO, H. L. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Transinformação**, v. 1, n. 3, set./dez., 1989, p. 15 a 28.

BOTTINO, M. Arquivos universitários: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (org.). **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

CASTELO BRANCO, U. V. **A construção do mito do “Meu filho doutor”**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.

CATROGA, F. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CORDEIRO JÚNIOR, R. B. História da história ou da historiografia como história social. In: SÁ, A. N. de M.; MARIANO, S. (Orgs.). **Histórias da Paraíba: autores e análises sobre o século XIX**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003. p. 16-36.

COSTA, C. et al. Estudo de caso: Biblioteca Central/UFPB. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 3, 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2013, p.16-26.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. São Paulo: EDUSC, 2002.

GAUDÊNCIO, B. **Horácio de Almeida em quadrinhos**. João Pessoa: Patmos Editora, 2016.

NARDINO, A.T.D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, jul./dez. 2005.

PACHECO, L. M. S. A informação enquanto artefato. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1995.

PINHEIRO, A. V. et al. O histórico da biblioteca como instrumento de gestão e salvaguarda das coleções de livros raros e especiais na biblioteca universitária brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte, UFMG, 2014.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

7 A CAIXA MÁGICA DO COLECIONISMO DE HERMANO JOSÉ

*Ronieli Victor da Silva
Edneide Carvalho dos Anjos
Bernardina M. J. Freire de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Hermano José foi um artista plástico, militante em projetos de implementação de espaços culturais e pioneiro nas artes plásticas da Paraíba, ativista em causas ambientais e ícone assíduo na formação de artistas plásticos. Faleceu em 2015 e deixou uma coleção de pinturas a óleo, gravuras em metal, desenhos a grafite, carvão e a sanguínea, assim como ilustrações e rascunhos de poesias ainda não publicadas, entre outras documentações, recortes que contribuem significativamente para o entendimento no cenário de evolução cultural das artes plásticas na cidade de João Pessoa e da Paraíba durante o século XX.

Militante em projetos de implementação de espaços culturais e pioneiro nas artes plásticas da Paraíba, Hermano José havia assinado um termo de doação ainda em vida, deixando todo seu espólio e sua residência para a Universidade Federal da Paraíba. O documento estabelecia cláusulas sob a condição de que sua casa fosse transformada em um espaço de referência para as artes plásticas paraibanas, servindo de apoio para preservação de seu legado e suas coleções, voltadas à disseminação e consulta, fomentando assim a cultura local. Todo o seu acervo se encontra em uma reserva técnica na Universidade Federal da Paraíba, onde já existe um projeto de tratamento documental em execução intitulado “Museu Casa de Cultura Hermano José”, sob a coordenação de profissionais das áreas de Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia, e os estagiários de Arquivologia – Ronieli Victor da Silva e Edneide Carvalho dos Anjos.

Não podemos dimensionar a propriedade intelectual do artista Hermano José, nossa jornada se empenha em trazer à baila uma breve

história sobre este engenhoso artista e revelar parcialmente algumas particularidades de seu acervo pessoal, pois seu espólio de coleções ainda é incalculável quantitativa e qualitativamente.

UM HOMEM QUE DUAS VEZES NÃO SE FAZ

O legado desse magistral artista é incalculável. Em uma biografia autorizada, escrita por Andrade (2013), intitulada “A Vida Luminosa de Hermano José”, podemos compreender as vivências e destacar alguns pontos que tangem à história desse homem tão respeitado e lembrado no cenário das artes plásticas paraibanas.

Hermano Guedes de Melo (Hermano José) nasceu em 15 de julho de 1922 em uma região distrital conhecida por Engenho Baixa Verde, pertencente ao município de Serraria no estado da Paraíba. Foi pintor, desenhista, gravador, crítico de arte, cenógrafo, poeta, ilustrador de livros, professor de desenho, agente cultural e militante ecológico.

Primogênito de uma prole de doze irmãos, filhos do coletor público federal e músico Raul Espínola e de sua prima legítima, a dona de casa Maria Alice, ambos ligados a famílias tradicionais na produção da cana-de-açúcar e algodão.

No ano de 1923, a família passou a residir na cidade de Caiçara, onde Hermano começou seu curso primário, tendo como professora Maria Carneiro de Carvalho, mãe do ex-reitor da UFPB, Jackson Carneiro de Carvalho, escritor de renome e membro da Academia Paraibana de Letras. Até os seus doze anos de idade, sua vida esteve dividida entre as paisagens verdes do Engenho Baixa Verde, onde passava as férias, e as paisagens semiáridas do município de Caiçara.

Para Hermano José continuar os seus estudos, o seu pai, Raul Espínola Guedes, em 1936, providenciou sua mudança para a cidade de João Pessoa. Frequentou o primeiro ano do curso ginásial na Escola Normal, onde hoje funciona o Palácio da Justiça, mas no ano seguinte deu continuidade no Colégio Paraibano, que posteriormente tomou o nome de Liceu Paraibano e sua fascinação pela música clássica consolidou-se graças à professora Santinha de Sá (Ambrosina Soares de Sá), uma importante professora de

piano e teoria musical, que, ao levar sua vitrola para a sala de aula, apresentava obras de Chopin, Mozart, Beethoven, Bach, entre outros. Na passagem de Heitor Villa-Lobos por João Pessoa no Teatro Santa Rosa, Hermano, um aficionado por música, conseguira um autógrafo, passando a fazer parte de sua coleção de objetos de arte.

Em 1945, aos 23 anos, foi admitido como funcionário do Banco do Brasil na cidade de Natal, no estado do Rio grande do Norte. Nesta época, realizou seus primeiros trabalhos a óleo sobre tela. No ano de 1946, voltou a morar em João Pessoa, sendo convidado a integrar oficialmente o Conselho Diretor do Centro de Artes Plásticas da Paraíba, entidade privada, com o objetivo de incrementar o ensino de desenho e pintura em João Pessoa. A primeira exposição de Hermano José foi uma coletiva que aconteceu na Biblioteca do Estado, localizada na Rua General Osório. O Centro de Arte ganhou um relativo respeito no meio intelectual da cidade, visto que várias exposições de seus artistas ali ocorreram e foram pioneiras no cenário de artes paraibanas.

A partir de 1949, começa a participar ativamente das ilustrações dos jornais paraibanos junto aos integrantes do Centro de Artes Plásticas, especialmente o Correio das Artes, ao qual foi indicado pela coordenação da exposição *Um Século da Pintura Brasileira* (Prêmio Assis Chateaubriand), para estudar como bolsista na Europa.

Em 1950, viaja por Lisboa, Veneza, Paris, Roma e Florença. Voltando ao Brasil, o artista dedica-se ao gênero de paisagem (marinha), dando várias obras-primas, com o tema Cabo Branco, à pintura paraibana (1951 a 1955). Essa época é marcada pelo falecimento do pai do artista, e Hermano tornou-se importante na estrutura e funcionamento do Centro de Artes, empenhando-se, ainda, na ilustração de livros, mesmo dividido entre a instituição e o Banco do Brasil.

As qualidades intelectuais do artista o levaram ao teatro em 1955, precisamente para o setor de direção de arte. Sua primeira experiência foi um sucesso, com a peça “Cantam as Harpas de Sião”, de Ariano Suassuna, em que, além de diretor-geral, foi cenógrafo, sonoplasta e figurinista onde, na ocasião, o autor Ariano Suassuna teceu grandes elogios e assistiu à estreia do espetáculo. Pela cenografia da peça “A corda”, ele foi agraciado

com a Medalha de Prata, no 2º Festival Nacional de Teatro, em Natal, Rio Grande do Norte.

A vida do artista muda radicalmente com a sua transferência para o Rio de Janeiro, onde depois de muito esforço e amizade, consegue ser lotado no Setor de Arquitetura, que também estava ligado à compra de obras de artes do Brasil inteiro, para uso da instituição. O Rio de Janeiro passa por uma efervescência cultural e, em meados de 1959, o Museu de Arte Moderna inaugura o *Atelier* de Gravura, onde o artista é contemplado com uma bolsa para estudar gravura em metal entre os anos de 1959 a 1963, período em que produziu cerca de 46 trabalhos. Em 1960, participou do I Salão “O Retrato e a Obra” promovido pelo Instituto Brasil – Estados Unidos – IBEU e, posteriormente, de várias edições do Salão de Arte Moderna.

No ano seguinte, foi selecionado com três gravuras para expor na IV Bienal de São Paulo, e em 1962 participou de uma exposição de Gravura Brasileira em Londres, fato que propiciou a venda de três gravuras para colecionadores ingleses. Em maio daquele mesmo ano, participou de uma exposição coletiva de gravura realizada pela *Piccola Galleria* do Instituto Italiano de Cultura do Rio de Janeiro, sendo premiado como o melhor do ano.

Em 1965, foi citado em “A Gravura Brasileira”, de José Teixeira de Leite. Participou em dezembro de 1966, da exposição de *Internationale d’Estampes* na *Vancouver Art Gallery*, convidado para a Bienal Americana de Arte em Córdoba (Argentina) e para o V Salão de Arte Atual, em Valência, na Espanha. Em 1967, recebeu do *The Museum of Modern Art* de Nova York a solicitação para que um dos seus trabalhos integrasse o acervo da instituição.

Em abril de 1968, Hermano recebeu do crítico de arte Roberto Pontual (1939-1992) uma correspondência comunicando a inclusão de seu nome no Dicionário de Artes Plásticas no Brasil da Editora Civilização Brasileira. Posteriormente, passou a ser citado em livros, enciclopédias e dicionários que se referiam a artistas plásticos brasileiros. Foi indicado em 1975 para participar de uma exposição de gravuras em Roma (Itália), realizada na Embaixada do Brasil por Fayga Ostrower.

Em 1979, Hermano José retornou definitivamente para João Pessoa. Um ano antes ocorreu uma tentativa frustrada na implementação de um museu de arte em João Pessoa, ao qual Hermano, aceitando o cargo de assessor

cultural, havia feito parte da comissão idealizadora do projeto junto ao ex-governador Ivan Bichara Sobreira, que assinou e encaminhou o Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, criando o Museu de Arte de João Pessoa. Após muitas dificuldades de instalação e escolha do local e choque de ideias da comissão, o ex-governador encerra os diálogos e decide encerrar definitivamente o assunto a respeito da criação do museu.

A década de 80 fora marcada por sua trajetória na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apesar do ingresso na instituição ter sido em 1976, apoiado pela professora Célia Maria Costa de Carvalho. Idealizou a criação da Pinacoteca da UFPB, sonho consolidado em 1987, ano também em que o artista entra para o Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Iphan-PB, a convite de Luiz Augusto Crispim (1945-2008).

Engajado nas políticas de preservação ao meio ambiente, em meados de 1992, o artista participa da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), onde apresentou a litografia “Cabo Branco: até quando?”, obra premonitória que mostra o desgaste da falésia da barreira do Cabo Branco.

O seu compromisso com a capital paraibana sempre se mostrou latente. Em 1993, a convite do prefeito Sr. Francisco Xavier Monteiro da Franca (1993-1997), assumiu o Departamento de Cultura da cidade e logo implantou a Lei Viva Cultura, hoje o FMC, além de coordenar o retorno do Salão de Municipal de Artes Plásticas – Semap, e consolidou a criação do Projeto Cênico Paixão de Cristo.

Nos anos 2000, várias instituições ligadas à Cultura e à Educação iniciam uma gama de homenagens ao artista. No VII Festival Nacional de Arte, promovido pela Fundação Espaço Cultural em 2002, recebeu o título de Honra ao Mérito, em propositura do Conselho Estadual de Cultura. Em abril daquele ano, Hermano realizou a exposição “A Coleção Hermano José”, apresentando o seu rico acervo. O evento sob a curadoria de Gabriel Bechara Filho ocorreu na Pinacoteca da UFPB.

Em 2010, foi convidado por uma emissora de televisão para dar testemunho sobre a degradação da falésia do Cabo Branco e a sua luta em defesa da ecologia na Paraíba, onde a matéria foi veiculada em rede nacional. Em dezembro daquele ano, esteve na cidade de Caiçara

promovendo, dentro do seu calendário artístico e cultural, um mês dedicado à difusão de sua obra.

Em 20 de julho de 2012, realizou-se a exposição “Hermano José”, que foi publicada na edição do Correio das Artes, página dedicada à arte e cultura do jornal A União. Um extenso grupo de intelectuais, em 21 de abril de 2013, dirigiu-se à Reitoria da Universidade Federal da Paraíba a fim de pleitear a reitora Margareth Diniz, que a universidade agregasse a casa e o acervo do artista ao patrimônio da instituição, com o intuito de preservar e manter o seu legado artístico e pessoal para a posteridade. A proposta foi de grande receptividade pela reitoria e pela comunidade acadêmica.

No dia 21 de maio de 2015, às 17h40min, em decorrência de uma pneumonia, este ícone de tantas singularidades sopra sua luz e morre aos 92 anos na cidade de João Pessoa. Seu corpo foi cremado na cidade de Cabedelo a pedido do artista e suas cinzas jogadas ao mar, simbolizando assim sua homogeneidade com aquilo que sempre amou e representou a natureza.

Acima traçamos uma linha temporal desse ilustre paraibano. Mas qual é a finalidade de preservar seu legado? Não apenas por suas lutas, mas também pela qualidade artística e versátil de seus traços que nos remetem a reflexões acerca dos homens, denunciando suas ações, seus sentimentos mais profundos, acerca da natureza retratando sua sublime beleza e finitude.

O artista que viveu até os noventa e dois anos de idade possuía em sua casa um espólio gerado, colecionado e acumulado durante décadas, o que, devido à falta de gestão, acabou se tornando um ambiente “caótico”. A intenção de se guardar quase tudo se tornou um hábito, entretanto seus objetos remontam a épocas distintas e com tratamento adequado podem contribuir significativamente para a construção da memória coletiva.

COLECIONISMO: conceitos e nuances de um colecionador

A ideia de se produzir, reunir, registrar para recordar, salvaguardar resquícios de conquistas e vivências, está no cerne da natureza humana desde os primórdios. Objetos mecanicamente produzidos ou o simples elencar de réalias, além de recortes do tempo, representam também a materialização das ações do homem em épocas distintas, meio social e

ambiente em que vive, tendo por finalidade preservar simbolicamente modelos resultados no seio das atividades humanas em seus mais diversos significados. Mas em que ponto o que é colecionado pode nos dizer sobre a história e personalidade do indivíduo colecionador? A quantificação e a proximidade entre os objetos colecionados são pontos de intercessão na prática do colecionismo? Tudo é colecionável? O que diferencia uma coleção produzida, recebida e/ou adquirida? Segundo Espírito Santo (2009), podemos considerar o colecionismo como a prática de coletar, reunir e compor acervos ou arranjar peças consideradas memorialistas, fetichistas, históricas e artísticas num determinado espaço. Isto é, a guarda do passado torna-se um “local” imaginário em que se processam imagens de direito humano de apropriação universal. Mas é com o colecionador que, justamente, se encontram as questões profundas referentes ao campo do indivíduo e do coletivo (ESPÍRITO SANTO, 2009).

O colecionador é, principalmente, um garimpeiro das memórias materiais produzidas, recebidas e/ou comumente adquiridas, onde o afeto lapida e elenca significados ora extrausuais da atividade primária do objeto salvaguardado. Assim o colecionismo é a prática intencional seja coletiva ou individual de eleger, reunir e salvaguardar objetos que representem e preservem nuances de um momento, uma época, uma história. O colecionador, ao praticar o ofício do colecionar, torna-se uma engrenagem do produto memorialístico, pois tudo que se é guardado sempre será associado ao detentor ou produtor do objeto colecionado ou a um fundo custodiador, com informações que não apenas resgatam a proveniência, mas revelam novos significados, redimensionando o que se é colecionado a novos patamares de descrição.

O ato do colecionismo pode ser justificado pelo medo do esquecimento, por não sermos capazes de nos recordar de tudo, como também pelo consumismo exacerbado, o inconformismo, a compulsão pelo desejo da aquisição. Tais justificativas podem ainda contribuir para a acumulação, quanto a esta última, necessariamente não corresponde ao ato de colecionar, nem exige métodos sistêmicos de guardar, manter ou até mesmo categorizar objetos, em classes, selecionados ou excluídos no julgamento aferido pela cultura material. Acumular não faz distinções dos

diversos contextos culturais, nem tem o rigor da narrativa e da aplicação das linguagens artificiais (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Em um processo da acumulação, não são realizados os métodos sistêmicos de guarda, nos remetendo a imaginar um lugar, com diversos cômodos repletos por objetos diversificados, sem a seleção categorizada, como também sem aplicação do valor aferido pela cultura material, o que muito difere do colecionismo. Hermano pode ser considerado um acumulador, uma vez que seu espólio não obedecia a uma sistemática de ordenação e arranjo. O ato de colecionar é mais dinâmico e sistemático, divergindo o colecionador do acumulador compulsivo.

O sujeito colecionador, que não sofre de necessidade por acumulação, está sempre buscando itens para compor sua coleção, e é na ausência de determinado objeto que se evidencia ainda mais a diferença entre uma simples acumulação de uma coleção de objetos, pois o formador de uma coleção está em uma constante busca pelo objeto seguinte. A coleção tem por objetivo satisfazer essa necessidade subjetiva do indivíduo e deve apresentar uma finalidade (SANTOS, 2015, p. 25).

Ao iniciar a avaliação, ainda em sua residência, a equipe constatou a ausência de tratamento adequado aos objetos, que se encontravam espalhados por todos os cômodos da casa e literalmente misturados entre caixas empoeiradas e esconderijos, impossibilitando a quantificação e a identificação do que poderiam ser consideradas coleções inicialmente. Apenas após um levantamento geral, a equipe conseguiu arrolar e identificar as peças, que, por possuírem características em comum e quantificação relevantes, passaram a ser consideradas coleções em uma perspectiva museológica.

O ACERVO PESSOAL DE HERMANO JOSÉ: descrevendo coleções

Vimos que o conceito de colecionismo se dá pela ordenação sistemática dos objetos, entretanto Hermano era um “acumulador”. O

acervo é composto por peças que variam de bolas de vidro a molhos de chaves enferrujadas, assim como telas, desenhos inéditos e conjuntos de porcelanas estrangeiras e relógios de algibeira do início do século XX.

Um levantamento feito contabilizou mais de 100 móveis: armários, guarda-roupas, cômodas, mesas, camas, escrivaninhas, aparadores, bancos e cadeiras. O caráter religioso de Hermano José também era visível. Isso se refletiu na quantidade de imaginários sacros encontrados. Um levantamento parcial mostra cerca de doze oratórios e mais de trezentas imagens de culto e adoração, que permeiam da técnica barroca à arte popular.

O acervo bibliográfico do artista, que foi um apaixonado pelo conhecimento, possui também livros raros de arte em língua nacional e estrangeira, assim como literatura em seus mais variados gêneros, onde podemos destacar exemplares de *Dom Quixote de la Mancha* de 1897 do espanhol *Miguel de Cervantes* (1547-1616). A massa documental acumulada ainda está sendo tratada, mas cerca de dois mil e setecentos livros e revistas já foram contabilizados.

O espólio deixado é verdadeiramente uma caixa mágica, revelando surpresas a cada passo e a cada olhar. Nesse sentido, a equipe conseguiu reunir algumas coleções que compõem o acervo e que melhor remontam ao cenário no âmbito do colecionismo vivenciado pelo artista.

CERÂMICAS, PORCELANAS E FAIANÇAS

Reconhecemos o quão difícil é distinguir cerâmica, porcelana e faiança; isso é comum na maioria das pessoas. Por essa razão, faz-se necessário um bom treinamento visual. Então, o que as diferem?

A cerâmica, ou seja, a argila é pura por não conter outros componentes. É um elemento milenar, utilizado na confecção dos objetos utilitários entre os povos antigos. Com o passar do tempo, evoluíram adquirindo novas formas para melhor servir ao homem. A cerâmica possui uma grande relevância até os dias atuais, muito usada na fabricação de louças, esculturas, e também nos revestimentos de pisos e azulejos.

A porcelana, por sua vez, é um produto cerâmico impermeável e translúcido, geralmente na cor branca, com ou sem vitrificação. Em sua composição, encontramos o caulim, feldspato e quartzo. Originou-se na China, em seguida propagou-se nos países da Ásia e Europa. Com a porcelana, são criadas louças, vasos, esculturas, bibelôs, entre outros.

A faiança também é um tipo de cerâmica branca, com menos quantidade de caulim do que a porcelana, bastante resistente, mas que carece de esmaltação devido ao seu alto teor de porosidade. É por esse motivo que as faianças ganham um tom creme ou marfim. O aspecto craquelado ocorre devido à temperatura baixa que é utilizada em seu cozimento. As mais conhecidas e tradicionais são as de origem italiana e portuguesa. Os objetos confeccionados em cerâmica, porcelana e faiança, são de uma beleza inigualável e atemporal que, com certeza, encantaram o nosso ilustre Hermano. O artista não poupou esforços no que diz respeito ao investimento para a aquisição dos objetos independentemente de seu valor, sejam eles raros ou populares.

A representação da porcelana no acervo conta com a presença da Porcelana Monte Sião, fundada desde 1959. Seu sucesso deve-se ao atendimento de um pedido, no qual foram confeccionadas réplicas de uma jarriinha azul e branca trazida de Portugal. Seu processo de fabricação é inteiramente artesanal até os dias atuais. É por esse motivo que suas peças são consideradas como únicas.

As peças da Porcelana Monte Sião têm espaço significativo no acervo de Hermano José. Nele encontramos pratos, copos, canecas, xícaras, jarros, castiçais, paliteiro, tigelas, sopeira, filtro de água, travessa, petisqueira, jarras, vasos, taças para sobremesa, cinzeiros, potes para condimentos, bule e açucareiro, contabilizando um total de mais de cem peças.

No acervo, contemplamos também uma diversidade de outras peças de porcelana, por exemplo, a sua coleção de sopeiras inglesas, seus potes e xícaras chinesas e canecas alemãs.

Quanto às peças de cerâmica, existe uma gama diversificada em sua coleção representada por esculturas, vasos, quadros e utensílios domésticos. Na representação das faianças, vislumbramos belíssimas travessas oitavadas e ovais dos fabricantes Maltese e Albany.

IMAGINÁRIO SACRO: oratórios e imagens

Há muito que o homem busca por uma satisfação espiritual por intermédio de suas crenças e devoções. A necessidade de o homem manter contato com o divino o levou a representar a sua fé por meio dos objetos considerados sagrados.

A origem dos oratórios, conforme Gutierrez (2013), “remonta à antiguidade greco-romana, quando as estatuetas dos deuses lares eram guardadas em tipo semelhante de tabernáculo, visto em determinados lugares do espaço doméstico”, porém, ainda segundo Gutierrez (2013), as casinhas na era cristã passaram a ser consagradas como “os novos lares do império cristianizado”. Com isso, no período da Idade Média, favorecido pelo fanatismo religioso, os oratórios se multiplicaram e evoluíram de uma maneira bastante significativa.

Os oratórios chegaram ao Brasil, trazidos pelos portugueses, por volta do ano de 1500. De acordo com Gutierrez (2014, p.14),

Esses objetos de fé ajudaram a manter a serenidade e a perseverança da gente lançada à assombrosa travessia do oceano. Serviram aos jesuítas como instrumento de catequese dos índios sendo, para os colonos, amuleto privilegiado contra os riscos da selva. Contra a cobiça de invasores franceses e holandeses, a favor do sucesso das safras de cana e da boa viagem dos navios açucareiros, jamais faltou um oratório repleto de santos protetores.

Percebemos na fala da autora a credibilidade na representação do divino por meio dos oratórios. Afinal o que vem a ser um oratório? Quanto a esta questão, de maneira simplificada e objetiva, Santos (2014) define “oratório como um objeto tridimensional, móvel, feito em madeira ou outro material, com formato semelhante ao de uma capela; espécie de nicho ou caixa”. Segundo Santos (2014), a diversidade de oratórios, principalmente os domésticos, ocorre devido à “escassez de templos religiosos. Ainda no século XIX e início do XX, nas regiões mais longínquas era costume possuir pequenos altares e oratórios nas casas como medidas de suprir necessidade

de oração e cumprimento de ritos religiosos”. Para a autora, o oratório era um objeto indispensável na vida particular, no interior das casas; isso ocorria nas moradas dos mais ricos ou até mesmo em casas mais simples de taipa. Hoje a realidade é bem diferente, apenas são encontrados poucos vestígios dessa antiga prática religiosa.

O Dicionário de Artes Decorativas e Decorações de Interiores enuncia que o oratório é um nicho, armário ou pequeno altar onde são dispostas imagens, para veneração desse culto muito característico do mobiliário português. Já os oratórios, segundo Moutinho; Prado; Londres (2011, p. 259),

Figuravam no Brasil, no período colonial tanto nas casas mais humildes quanto nas ricas instituições religiosas ou nas residências abastadas. Os mais importantes apoiavam-se em mesas de encostar ou em cômodas; alguns, de pequeno porte, eram suspensos à parede.

Diante desse contexto, compreendemos a coleção de Hermano José como possibilidade de se fazer o resgate da cultura material religiosa. As peças compostas no acervo do artista dispõem de uma diversidade quanto às classificações e tipos do objeto. Quando em vida, os seus oratórios eram expostos em alguns cômodos da sua residência, de maneira desordenada, porém, próximos do seu olhar. Atualmente, o Museu Casa de Cultura Hermano José conta com um projeto do qual reunirá em lugar específico suas peças, que, certamente, irão colaborar na preservação da memória sociocultural.

CDS, DISCOS E VINIS, DVDS E VHS: som e imagem em movimento

Hermano José herdou a paixão pela música através de seu pai que foi regente. Isso explica a quantidade exponencial de materiais sonoros e audiovisuais encontrados. A figura abaixo relaciona alguns dos títulos musicais que o acervo abarca.

Figura 1 – Lista de CDs catalogados


Caixa: QA21 **Conteúdo: Sonoro**
Total: 32

#	TÍTULO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO
1940	CARMEM MIRANDA/ HOJE	Armário VI	Listado
1941	HEITOR VILLA-LOBOS/ OS CHOROS DE CÂMARA	Armário VI	Listado
1942	JOSEPH HAYDN/ ORGAN CONCERTOS/ GÁBOR LEHOTKA/THE BUDAPEST STRINGS	Armário VI	Listado
1943	BACH/VIOLIN CONCERTOS BRANDEBURG CONCERTO NO 5/ DANIEL HOPE.CHAMBERORCHES	Armário VI	Listado
1944	SIMONE DINNERSTEIN/ SOMETHING ALMOST BEING SAID (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1945	SHUMANN/MARTHA ARGERICH.GIDON KREMER/ MAESTRO (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1946	VIVALDI: LA STROVAGANZA OP 4/ THE ACADEMY AND CHORUS OF ST. MARTIN-IN TH	Armário VI	Listado
1947	MAURO GIULIANO/GRANDE OUVERTURE CONCERTO PARA GUITARRA/ CLASSIC MASTERS (Armário VI	Listado
1948	LUDWIG VAN BEETHOVEN/ SONATAS PARA VIOLINO<PRIMAVERA> E <A KREUTZER> (SEM	Armário VI	Listado
1949	GRAMADOS PIANO (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1950	EUDÓXIA DE BARROS/ INTERPRETA ZEQUINHA DE ABREU (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1951	NIGEL KENNEDY/ A PORTRAIT/ INSPIRATION (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1952	GUITARRA CLASSICA ESPANOLA (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1953	O MEU PRIMEIRO DISCO DE VIVALDI (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1954	BACH/KEYBOARD CONCERTOS (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1955	FRANCISCO ALVES/ O REI DA VOZ II (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1956	LANG LANG/ LIVE IN VIENNA (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1957	NOEL ROSA 1 (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1958	CD SEM IDENTIFICAÇÃO	Armário II	Listado
1959	WAGNER	Armário II	Listado
1960	NELSON GONÇALVES/ A VOLTA DO BOEMIO VL 2	Armário II	Listado
1961	CHOPIN/ MARIA JOÃO PIRES CD1	Armário II	Listado
1962	BACH/KEYBOARD CONCERTOS	Armário II	Listado
1963	ERA/CLASSICS	Armário II	Listado
1964	TCHAIKAVSKY/PIANO CONCERTO N° 1. CONCERT/ FANTASIA/ MAESTRO	Armário II	Listado
1965	THE BEST OF BACH	Armário II	Listado
1966	ALEXIS WEISSENBURG/ GREAT PIANISTIS/ OF THE 20 TH CENTYRY	Armário II	Listado
1967	THE BEST WEDDING MUSIC	Armário II	Listado
1968	BACH E VIVALDI/PEREZ DWORECKI-VIOLA . PAULO GORU-PIANO	Armário II	Listado
1969	BRAHMS PIANO CINCERTO N°1	Armário II	Listado
1970	R.STRAVSS/TILL EULENSPIEGEL.EIN HELDENLEBEN/ MAESTRO	Armário II	Listado
1971	LANG LANG/LIVE IN VIENNA	Armário II	Listado

Fonte: Acervo Hermano José, 2018.

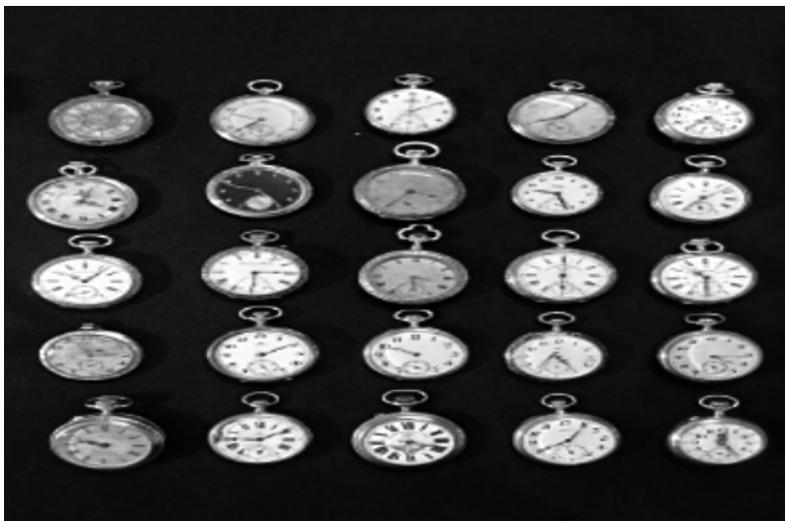
O espólio musical deixado compreende cerca de dois mil e quinhentos CDs, mais de quatrocentos discos de vinil e uma grande quantidade de fitas de vídeo e cassete, além de DVDs ainda não contabilizados, que contemplam em sua essência a música clássica e música popular brasileira, musicalidade que o ajudou a expressar-se em suas obras no ateliê à beira-mar.

BADALADAS DO TEMPO: um passeio pelos relógios de algebeira

Outra coleção da caixa mágica de Hermano José que podemos destacar são os relógios. O quantitativo e a qualidade permitem do ponto

de vista expográfico uma coleção de destaque, pois o acervo possui oito relógios de parede em madeira maciça, alguns da linha carrilhão da Herweg da metade do século passado e outros ainda por analisar. Podemos salientar a coleção de mais de quarenta relógios de algibeira do início do século XX, onde a maior quantidade é da linha de relógios suíços Ômega.

Fotografia 1 – Relógios suíços de algibeira da linha Ômega



Fonte: Acervo Hermano José, 2018.

Foto: Ronieli Victor, 2018.

De acordo com Dohmann (2015, p. 8), “objetos e coleções, sejam particulares ou em museus, representam uma forma de biografia material”. A arte de colecionar relógios confunde-se com o desejo de querermos guardar o tempo, onde cada badalada ressoa pairando no tique-taque das nossas lembranças e todas estas recordações, ainda que empoeiradas, carregam detalhes que representam passagens singulares de toda uma vida.

UNIVERSO NUMISMÁTICO: moedas, medalhas e outras histórias

Com o advento da moeda, o homem conseguiu criar uma unidade representativa de valor não perecível que possibilitou as trocas comerciais

em comunidade, antes trocava-se mercadoria por mercadoria como forma de escambo. Ao estudarmos o conceito, levantamos que etimologicamente o termo “moeda” vem do latim “*moneta*”, que provém do Templo Juno Moneta, local em Roma onde se cunhavam as moedas. A cunhagem de moedas e medalhas representa simbolicamente os ideais de um povo e sua época, onde podemos observar seus aspectos socioculturais.

A numismática compreende uma “ciência que estuda as moedas e medalhas, identificando-as, analisando-lhes a composição e, enfim, distribuindo-as cronológica, geográfica, histórica e estilisticamente”.

Ao longo da vida, Hermano mostrou-se um apaixonado pelo universo numismático. Em seus noventa e dois anos, vivenciou a mudança das moedas brasileiras durante o século XX e em muitas de suas viagens ao exterior também adquiriu moedas e medalhas em seus variados formatos. A fotografia abaixo mostra algumas dessas preciosidades.

Fotografia 2 – Coleção de moedas e medalhas



Fonte: Acervo Hermano José, 2018.

Foto: Ronieli Victor, 2018.

A fotografia acima expõe moedas de cobre que vão do período do império português no Brasil ao início da República e que variam dos anos 1752 a 1922, destaque para a moeda de 500 Réis do ano 1865 em prata 917 do império brasileiro. Ao centro, destacamos as moedas estrangeiras

de países como: Itália, França, Estados Unidos e Chile que vão de 1928 a 1986. Por fim, ao lado direito, ressaltamos as medalhas condecorativas e comemorativas como: a Medalha Militar Condecorativa aos Militares de 1922 pela Comemoração do Centenário do Brasil de 1822/1922 e a medalha comemorativa do 3º centenário de São Francisco de Assis (1635-1935).

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO: o papel social da UFPB no tratamento do acervo de Hermano José

A Universidade Federal da Paraíba ao abarcar todo espólio de Hermano José assume uma atividade de caráter extensivo à comunidade em geral. Quando pensamos na preservação de um acervo, levamos em consideração a sua relevância para a memória coletiva e social. É importante salientar que grande parte das peças do acervo ora tratado possuem um alto valor não apenas financeiro, mas também histórico e social pela unicidade, originalidade e exclusividade em seu caráter de produção. Ao preservarmos acervos especiais, Camargo (1999) destaca que

Tais centros apresentam como característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as “fontes primárias”) e de conjuntos documentais diversos [...], reunidos sob o critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história [...] (CAMARGO, 1999, p. 50).

Atualmente o tratamento documental vem sendo feito em uma reserva técnica na UFPB, coordenado por profissionais das áreas de Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia, seguindo diretrizes voltadas para exposição na perspectiva museológica. O acervo, que além de possuir as coleções de telas e desenhos inéditos, compreende uma vasta gama de objetos, onde podemos destacar coleções de louças, cerâmicas, faianças do início do século XX, porcelanas inglesas e libanesas, potiches alemães, utensílios de cristal, talheres de prata, medalhas e moedas de mais de 200 anos. Ao preservarmos o patrimônio individual, preservamos uma memória

coletiva sobre o olhar individual de um colecionador. Tal concepção nos permite levantar o patrimônio e estabelecer sua relação com a teia social em detrimento da memória coletiva. Dohmann (2015, p.8) enfatiza nossa compreensão ao dizer:

A relação entre coleção e memória é essencial na constituição da primeira, que atrelada às ciências interdisciplinares, responde questões primordiais como o porquê colecionar e suas construções simbólicas. O estudo dos objetos como patrimônio permite analisar a evolução das sociedades que o produziram, colocando, nesse sentido, a coleção como um item importante no estudo das funções sociais da memória e da construção coletiva desta.

Nora (1993, p. 9), ao dizer que “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, traz a percepção que colecionar é um ato consciente em prol da preservação daquilo que somos e o que vivemos.

Para Espírito Santo (2009), “Os objetos, quando privados de sua função e uso, adquirem significados das apropriações objetivas, aqui, na forma da coleção, para representar o que está fora deles”. Nesse sentido, tais objetos passam a ser considerados recortes de um todo, que representam realidades distintas, assumindo um valor simbólico, servindo de referência, na visão de seu detentor, para a reconstrução e compreensão da memória.

Hermano José, ao longo dos anos, dedicou-se não apenas às artes plásticas. O seu acervo pessoal nos mostra sua paixão por colecionar objetos, que carregassem histórias ricas e que representassem momentos de sua passagem por quase um século. Ao doar seu acervo pessoal para a universidade, o artista, que foi professor da instituição, reafirma sua preocupação em garantir que todo o trabalho de uma vida possa ser estudado e preservado. Nessa perspectiva, existe um projeto em execução intitulado Museu Casa de Cultura Hermano José (MCCHJ), onde o tratamento aplicado ao acervo consiste em técnicas de identificação, descrição, higienização e conservação.

Assim, visando garantir a proteção e a integridade dos objetos, deu-se início ao tombamento dos bens, que, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional - IPHAN (2004), pode ser entendido como “[...] o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo IPHAN, tendo sido instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto” (IPHAN, 2014, não paginado).

A Universidade Federal da Paraíba assume um compromisso com a sociedade, ao preservar o patrimônio individual em detrimento da memória coletiva, servindo de referência na recuperação e acesso da informação e contribuindo significativamente para a reconstrução da memória das Artes Plásticas da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um original e inquieto, podemos definir assim Hermano José, que com seus pincéis retratou em uma linguagem poética e quase que sonora, a natureza, os homens e suas expressões ambíguas e a versatilidade imponente e criadora do seu “Eu”. Sua intensidade parecia dar cor às tintas que se confundiam entre o objeto e a poesia, aveludadas ao som da música clássica que tanto amou desde a infância.

Aquilo que expressou remonta à definição de sua imagem, como fiel amante, respeitador e denunciador da magnitude e fragilidade da natureza, um referencial na cultura e ardoroso militante na disseminação das artes plásticas da Paraíba, moldando e abrindo com êxito os caminhos das gerações subsequentes. Sua arte ecoará como paisagens rabiscadas pelo vento, não como o *“Até quando, Cabo Branco?”*, mas timbrada pelo traço singular do homem que duas vezes não se faz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. F. de. **A vida luminosa de Hermano José**. João Pessoa: Sesc Paraíba, 2013.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrumentos de proteção**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CAMARGO, C. R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Z. L. da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 49-63. (Seminários e Debates).

DOHMANN, M. **Coleções de objetos: memória tangível da cultura material**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280495339_Colecoes_de_objetos_memoria_tangivel_da_cultura_material. Acesso em: 14 jul. 2018.

ESPÍRITO SANTO, Sílvia Maria do. **O colecionador público documentalista: Museu Histórico e de Ordem geral “Plínio Travassos dos Santos” de Ribeirão Preto**. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100795/espíritosanto_sm_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 jul. 2018.

FERREIRA, A. B. de H. **O minidicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. rev. amp. 7ª reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GUTIERREZ, A. **Museu do Oratório**. 3. ed. Belo Horizonte: Conceito, 2013.

MOUTINHO, S.; PRADO, R. B.; LONDRES, R. **Dicionário de artes decorativas e decoração de interiores**. 9. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 65-82, set. 2007. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 10., dez.1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 14 jul. 2018.

POMIAN, K. Coleção. In: GIL, Fernando. **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. vol. 1.

RIBEIRO, L. B. Manias, Trecos, Objetos e Coleção: memória, descarte e velhice nas narrativas quadrinistas de Urbano, o Aposentado. In: ENCONTRO

REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276700719_ARQUIVO_anpuh2010textocompleto.pdf. Acesso em: 14 jul.2018.

SANTOS, V. da S. **Santo de Casa Faz Milagre**: desenho e representação dos oratórios populares e domésticos em Feira de Santana. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

SILVA, P. S. da. Patrimônio cultural imaterial: conceito e instrumentos legais de tutela na atual ordem jurídica brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312573747_ARQUIVO_Patrimonio_cultural_imaterial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

STUDIO LAB DECOR. **Diferenças entre cerâmica, porcelana e faiança**. 2016. Disponível em: <http://studiolabdecor.com.br/diferencas-entre-ceramica-porcelana-e-faianca/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SUANO, M. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos.

TURISMO EM MONTE SIÃO. **Porcelana Monte Sião**: a única porcelana azul e branca produzida artesanalmente no Brasil. 2016. Disponível em: <http://turismoemmontesiao.com.br/porcelana-monte-siao-unica-azul-e-branca-do-brasil/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

8 REPOSITÓRIO DIGITAL ARQUIMAGEM: criação e aplicabilidade junto ao acervo fotográfico da artista paraibana Zezita de Matos

*Nataniel José Amorim Fiuza
Ana Cláudia Cruz Córdula
Geysa Flávia Câmara de Lima
Bernardina Maria J. Freire de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Ao longo da nossa vida, temos na fotografia uma forma de registro de lembranças e momentos do convívio com parentes e amigos: são registros das nossas memórias. A fotografia possibilita a conservação de um traço do passado, permitindo a apreensão da realidade. Para Dubois (2010), a fotografia é uma auxiliar da memória, testemunho do passado.

No cotidiano, acumulamos fotografias em nossos armários, gavetas, prateleiras, hoje na era digital, em nosso computador, nas redes sociais, no celular, de modo que a imagem se dissipa de forma rápida e instantânea. Mesmo com todas estas facilidades do campo digital, emergem, nesse cenário, outros problemas, a exemplo da falta de organização pelo excesso de imagens e pelo excesso de espaços de guarda, como a nuvem¹¹, o celular, o computador, o *ipad*, as redes sociais, entre outros espaços digitais. Acumular, guardar e organizar no meio digital torna-se ainda mais complexo, ao passo que no meio analógico, o acesso quando em quantidades elevadas, também carece de um tratamento, de uma organização física, instrumentos que facilitem e viabilizem o acesso de forma rápida e precisa; no meio digital não é diferente. É importante compreendermos que a fotografia assume um posto de documento, pois a ela estão atreladas informações sobre pessoas,

11 A computação em nuvem está se tornando uma das palavras-chave da indústria de TI. A nuvem é uma metáfora para a *Internet* ou infraestrutura de comunicação entre os componentes arquiteturais, baseada em uma abstração que oculta a complexidade de infraestrutura (SOUZA, 2009).

fatos, tempo, lugares. Nesse contexto, ela pode ser considerada fonte de informação e enquanto documento excede às meras ilustrações, o registro que eterniza o instante (TONELLO; MADIO, 2017).

A aproximação com a temática fotografia se deu a partir de uma necessidade de organizar o acervo da atriz e pedagoga paraibana Zezita de Matos. Diante daquela demanda, buscamos organizar e viabilizar o acesso e uso de documentos fotográficos do referido acervo pessoal. No contexto científico, a realização deste trabalho justifica-se no intuito de ampliar as reflexões teóricas e prática da relação entre a tecnologia com a arquivística. Neste caso em especial, os arquivos pessoais, temática que ainda apresenta-se incipiente e, nesse sentido, pretendemos colaborar para a ampliação das discussões no cenário científico em torno da tecnologia aplicada aos arquivos pessoais.

Diante de um acervo fotográfico analógico, com mais de quatro mil fotografias, procuramos viabilizar o acesso e uso das informações imagéticas elaborando um repositório digital a partir de um banco de dados que possibilite o acesso e uso da informação. Elaboramos, então, um repositório digital para organizar e viabilizar este acesso da informação imagética do arquivo fotográfico de Zezita de Matos. A partir do contato com o acervo fotográfico da atriz, elaboramos um quadro de arranjo. Organizamos fisicamente as fotografias de acordo com o sistema de arranjo e aplicamos a tecnologia para viabilizar o acesso e uso das imagens a partir do repositório digital.

Trabalhamos inicialmente com a pesquisa bibliográfica a partir de aportes teóricos que versem sobre banco de dados, repositórios digitais, fotografias e sobre a própria titular do acervo. Em seguida, partimos para a pesquisa de campo que foi realizada na residência da titular do acervo, situado no município de Cabedelo (PB), onde se localiza o seu acervo fotográfico. A pesquisa se caracteriza como descritiva e explicativa, sendo também do tipo quantitativa e qualitativa.

BANCO DE DADOS VERSUS REPOSITÓRIO DIGITAL: o acesso e uso da informação fotográfica arquivística

Vivemos em uma sociedade compreendida como sociedade da informação (CASTELLS, 2011), onde a informação torna-se um insumo

importante para o cotidiano das pessoas. Frente a essa importância, vivemos em um cenário marcado pelas tecnologias da informação e comunicação. Logo devemos repensar as tradicionais formas de geração, transferência, utilização e preservação da informação a partir da mediação de instrumentos tecnológicos, bem como da geração de conhecimentos com apoio de sistemas interativos, que podem potencializar a utilização do documento tanto no contexto digital como real (ARAES *et al*, 2007).

Pensar na construção de um banco de dados é uma saída, mas devemos ponderar o manuseio desses dados com foco no acesso à informação e uso da informação. Nesse contexto, Elmasri e Navathe (2011, p. 3) consideram que “um banco de dados é uma coleção de dados relacionados. Com dados, queremos dizer fatos conhecidos que podem ser registrados e possuem significado implícito”, mas um banco de dados não é apenas isso, uma coleção aleatória de dados. Por essa razão, existe a necessidade de análise e descrição para se chegar até uma modelagem correta que possa atender às necessidades informacionais.

Os bancos de dados estão presentes no nosso cotidiano, não só na forma eletrônica como também na forma analógica, a exemplo de um fichário de cartões de biblioteca. Logicamente que nesta forma o seu acesso e uso ficam comprometidos quando existe um volume muito grande de dados, pois perdemos muito tempo para recuperar a informação, diferentemente da forma eletrônica, que se utiliza de ferramentas tecnológicas para viabilizar a recuperação mais rapidamente e de forma precisa. No contexto tecnológico, o banco de dados sozinho é apenas uma parte da solução para o processo de gestão da informação, a outra parte cabe ao *software*, ferramenta para a coleta, recuperação e gerenciamento correto dos dados. Nesse sentido, emerge o repositório digital, definido no Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação como:

Mecanismos para administrar, armazenar e preservar conteúdos informacionais em formato eletrônico, e que podem ter como foco um assunto (repositórios temáticos) ou a produção científica de uma instituição (repositórios institucionais). Muitos permitem o acesso universal e gratuito a seus conteúdos, que variam de acordo com

a política de cada instituição. São coleções digitais de documentos de interesse para a pesquisa científica e, no caso dos institucionais, representam a sua memória científica. (PINHEIRO; FERREZ, 2014, p. 195)

O repositório digital tem como finalidade gerenciar a informação permitindo o acesso e uso ao seu conteúdo. Na presente pesquisa, trabalhamos com um repositório voltado para o documento fotográfico, modelando-se o banco de dados de acordo com o arranjo elaborado a partir do mapeamento do acervo. Trabalhar com fotografia requer um cuidado específico quanto ao processo descritivo, pois na maioria das vezes as fotografias são documentos desprovidos de metadados e para acessá-los, faz-se necessário o auxílio do titular do acervo, bem como de seus familiares, ou de curador do acervo. Manini e Paiva (2010) destacam que as fotografias são fontes de informação ricas em detalhes, refletindo aspecto do momento e do lugar, de sua produção, representando o contexto político, social, científico e cultural de uma época, de um lugar, podendo estar associado à metadados textuais, através de anotações importantes para facilitar a descrição da imagem. Nesse sentido, quando associado às imagens, existe algum tipo de anotação, como datas, nomes das pessoas, nome dos lugares, entre outras; isso facilita o processo de descrição da imagem.

Conclui-se, então, que a elaboração de um banco de dados associado a um *software* viabiliza a elaboração de uma ferramenta importante para gestão do acervo fotográfico, com a possibilidade de recuperação da informação descrita a partir da imagem fotográfica. Ressaltamos que a elaboração de um repositório precisa ter como base uma Arquitetura da Informação, que fornecerá subsídios para que a construção desses ambientes informacionais digitais considere as necessidades dos usuários e permita a usabilidade e acessibilidade satisfatórias (RIBEIRO; VIDOTTI, 2010).

Nesse contexto, partindo de uma necessidade da titular do acervo, a arquitetura da informação bem como o banco de dados e a elaboração do *software* foram realizados com vistas a alcançar, de forma satisfatória, a sua necessidade enquanto usuária da informação que permeia o seu acervo fotográfico, pois se trata de um arquivo pessoal, de fundo aberto, isto é, de uma produção ativa de informações, de cunho privado e privativo, pois não

é aberto ao público. Diante desse panorama, refletimos sobre a fotografia como documento arquivístico, buscando entender suas peculiaridades.

FOTOGRAFIA: a memória à luz da imagem

A fotografia surge na sociedade industrial, sendo considerada a forma mais adequada para documentar a sociedade nesse período, especialmente em detrimento do seu caráter mecânico de produção, popularizando-se pelo seu uso para ilustrar os textos (ROUILLÉ, 2009). A fotografia vem, cada vez mais, adquirindo relevância como documento, uma forma de expressão e informação. Nesse sentido, não pode ser considerada um simples registro do passado, pois se constitui essencialmente em uma representação a partir do real (TONELLO; MADIO, 2017).

Em consonância com esta acepção, entendemos que a fotografia não é reprodutora, mas, sim, produtora de múltiplas realidades. Ao compreendê-la como documento, quando a “interrogamos”, ela não poderá nos levar ao acontecimento de fato, mas, ao fragmento selecionado para representar determinado fato, em um tempo e em um espaço. A fotografia justifica-se pelo desejo de desvendar verdades ocultas sobre a sociedade e de registrar o que está em vias de desaparecer (SONTAG, 2004). Embora seja um fragmento do fato, ela possibilita uma reflexão sobre o fato, remontando a um contexto.

Para Manini (2011, p. 78), a fotografia está no lócus da memória, uma vez que “a mortalha fotossensível eterniza, contudo, o referente, relegando-o a um lugar de memória”. A autora atenta que a memória é uma espécie de imagem não fotográfica, mas um desenho que vem à mente, que pode completar-se com a visualização da fotografia, reportando-nos mais facilmente às nossas lembranças. No momento em que nasce, a fotografia já se configura como um objeto do passado.

Ao assumir o caráter documental, a fotografia reveste-se de um grau de autoridade permitindo-lhe poder de convencimento. Ancorando-se neste aspecto, Sontag (2004) entende a fotografia como pedaço da realidade. Sobre este aspecto afirma:

Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer, mas

sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem. Quaisquer que sejam as limitações (por amadorismo) ou as pretensões (por talento artístico) do fotógrafo individual, uma foto – qualquer foto – parece ter uma relação mais inocente, e, portanto, mais acurada, com a realidade visível do que outros objetos miméticos. (SONTAG, 2004, p. 16)

A palavra fotografia “tem origem no idioma grego e significa escrever com a luz (foto = luz e grafia = escrita). Nesse sentido, o significado da própria palavra já a nomeia como documento” (BOCATTO; FUJITA, 2006, p. 86). Nesse contexto, Rouillé (2009, p. 27) afirma que:

[...] cada imagem fotográfica possui um valor documental que, longe de ser fixo ou absoluto, deve ser apreciado por sua variabilidade no âmbito de um regime de verdade – o regime documental. O valor documental da imagem fotográfica baseia-se em seu dispositivo técnico, mas não é garantido por ele, pois varia em função das condições de recepção da imagem e das crenças que existem a respeito.

De acordo com Bocatto e Fujita (2006), os documentos imagéticos como fonte de informação devem cumprir o ciclo informacional, desde a sua concepção, passando por algumas etapas como a edição, a seleção, a aquisição, o processamento técnico, a armazenagem e a estocagem, a disseminação, a recuperação e a utilização da informação.

Com relação às fotografias imersas nos arquivos pessoais, como é o caso desta pesquisa, Camargo e Goulart (2007) alertam para a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. Ou seja, considerando o contexto arquivístico e a relação ou vínculo orgânico característicos dos arquivos.

A documentação fotográfica é ponderada como comprobatória, e, desse modo, nos arquivos, a documentação é permanente e deve ser organizada com base nos princípios arquivísticos, iniciando pela análise documentária, descrição e arranjo. A organização de um acervo arquivístico,

portanto, propõe um sistema onde o documento mantenha sua relação orgânica com a instituição ou pessoa que o criou/acumulou e com outros documentos que constituem seu contexto de criação/acumulação. É importante ressaltarmos que nos documentos arquivísticos, a identificação do contexto é essencial para que a organização seja realizada a partir das políticas e/ou ancoradas em ferramentas adequadas.

Os documentos fotográficos apresentam características físicas peculiares, sendo sensíveis à luz, necessitando de um acondicionamento específico. Sobre os documentos fotográficos, Paes (2004) aponta que fazem parte dos arquivos especiais, constituídos por documentos de formas físicas diversas, diferentes do documento convencional e que precisam de um tratamento diferenciado, em detrimento do seu suporte, “[...] por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc.” (PAES, 2004, p. 22).

Lacerda (2012) relata que não é tão fácil trabalhar com a fotografia como documento de arquivo, isso, devido ao próprio suporte, especialmente na atualidade, onde muitas fotografias estão sendo acumuladas no suporte digital. A autora destaca outras características das fotografias que dificultam o trabalho do arquivista, como a diferença de linguagem, a maneira de produção, o motivo da acumulação, entre outros pontos que devem ser ponderados pelo próprio arquivista, levando um pouco de sua formação, de sua experiência para facilitar o processo.

As fotografias são documentos arquivísticos a partir do momento em que refletem e provam a realização de atividades e funções de, no caso do arquivo pessoal, pessoa ou família.

A discussão sobre organização de documentos fotográficos é importante e atual, uma vez que constitui, nas instituições de guarda do patrimônio histórico, um dos assuntos menos discutidos e mais naturalizados no que diz respeito ao cumprimento de metodologias arquivísticas. (LACERDA, 2009, p. 117).

Prosseguindo nessa discussão, pensar a fotografia em sua veia arquivística, projetando-a em um repositório, com vias de acesso e uso, é

uma forma de promover a representação de uma época, de uma história, de relações pessoais, profissionais, bem como o reflexo da vida, neste caso da atriz Zezita de Matos, pelas lentes da imagem fotográfica.

ZEZITA DE MATOS: um acervo, uma história

Severina de Souza Pontes é paraibana, nascida na cidade de Pilar. No final da década de 50, ela foi morar na capital paraibana desembarcando em outro mundo. Na ocasião, vinda do internato no Colégio das Damas em Campina Grande (PB) (**Fotografia 01**), passou a estudar no Lyceu Paraibano onde criou um círculo de amizades com jovens, que, no futuro, se tornariam escritores, cineastas, pintores, “a geração dos anos 60”, entre eles: Jurandi Moura, Marcos dos Anjos, Wladimir Carvalho, Breno Mattos, Ednaldo do Egypto, José Bezerra, Guilherme Caldas, Manfredo Caldas, Raul Córdula, Vanildo Brito, Antônio Lucena, entre outros que fizeram parte do Grupo de Teatro Popular de Arte. O Lyceu Paraibano foi o espaço que levou a atriz a ter o primeiro contato com o mundo das artes, da política e, logo depois, da educação.

Fotografia 01: Zezita na década de 50



Fonte: Acervo pessoal de Zezita de Matos.

Até fazer o exame de admissão no colégio das Damas, ela achava que seu nome era Zezita, apelido dado carinhosamente por sua mãe na sua infância. Pelo apreço ao nome, Zezita de Matos, como é reconhecida no contexto artístico, incorporou o seu apelido ao seu nome no ano de 1992, passando a chamar-se Severina Zezita de Matos. Segundo relatos da atriz, seu nome já lhe foi muito útil, visto que nos momentos tenebrosos após o golpe de 1964, ela participava do movimento jovem comunista e foi procurada no colégio Lyceu por militares, que buscavam por Zezita. Na ocasião, a sua professora e os colegas de turma a protegeram, mesmo ela estando em sala. Como os militares estavam desprovidos de uma imagem dela, a professora alegou a partir da lista de frequência, que não havia aluna chamada Zezita.

Nesse período, ela passou 6 meses escondida na casa de um tio, conhecida apenas por Severina. Zezita usou o teatro e a educação para driblar a censura e aproveitou os tempos difíceis na política para ter os seus 3 filhos, sempre atuando, mesmo grávida. Formada em Letras e Pedagogia com especialização em direção teatral, mestrado em educação popular, Zezita de Matos foi a primeira mulher coordenadora de um curso superior do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é presidente da Academia de Cinema da Paraíba, membro da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba e membro do Conselho de Cultura do Estado da Paraíba. Professora e atriz, ela tem muitos trabalhos publicados.

Fotografia 02:

Breno Mattos e Zezita de Matos, espetáculo *Prima Dona* (1958)

Fonte: Acervo pessoal de Zezita de Matos.



Sua intimidade com o teatro iniciou-se no ano de 1958 após ser convidada por Breno Mattos para o Grupo de Teatro Popular de Arte e para participar do elenco do espetáculo ‘Prima Dona’ (**Fotografia 02**). A princípio com uma pontinha, que acabou tornando-se o papel principal. Em uma época de preconceitos, onde uma moça de família não podia fazer teatro, ela enfrentou a sociedade em prol de sua paixão pela arte, completando 60 anos de carreira.

Considerada a primeira-dama do teatro paraibano, enfrentou todos os preconceitos da família e sociedade e vem construindo uma carreira premiada. Foi a primeira mulher na direção do Teatro Santa Roza. Zezita de Matos participou do primeiro festival de Teatro da Paraíba, realizado no Teatro Santa Roza no ano de 1958 (**Fotografia 03**).

Fotografia 03: Primeiro festival de Teatro da Paraíba, Teatro Santa Rosa (1958)



Fonte: Acervo pessoal de Zezita de Matos.

Outro espetáculo que Zezita de Matos fez parte do elenco foi a peça teatral intitulada “Do tamanho de um defunto”, texto de Millôr Fernandes. Nessa, estiveram também no elenco: Breno Mattos, que era seu esposo, e Ednaldo do Egypto, entre outros artistas (**Fotografia 04**).

Fotografia 04: Maria Helena, Ednaldo do Egypto, Breno Mattos e Firmo Justino no espetáculo “Do tamanho de um defunto” com texto de Millôr Fernandes (1958).



Fonte: Acervo pessoal de Zezita de Matos.

Zezita de Matos afirma que foi sendo atriz que descobriu que queria ser atriz. Em 1965, foi convidada junto com os integrantes da sua turma para fazer teste de elenco do filme ‘Menino de Engenho’, dirigido por Valter Lima Júnior. Fez o teste e foi aprovada. Os anos passaram e somente em 1999, Marcus Vilar fez o convite para ela participar do elenco de ‘A Canga’, um curta-metragem com fotografia de Walter Carvalho. Daí por diante, continuou recebendo convites como os de Marcelo Gomes para participar do filme ‘Aspirinas e Urubus’; o de Karim Aïnouz para o filme: ‘O Céu de Suely’; José Joffily para: ‘Olhos Azuis’; Taciano Valério para: ‘Ferrolho’; Petrus e Rosemberg Cariry para: ‘Mãe e Filha’ e ‘Os Pobres Diabos’; Daniel Aragão para: ‘Boa Sorte, Meu Amor’; Eric Laurence com: ‘Azul’; entre outros, mas foi no ‘Céu de Suely’ que Zezita teve a oportunidade de fazer a oficina com Fátima Toledo que ela considera um “curso de especialização” servindo de base para aceitar o convite de Cláudio Assis para trabalhar na preparação dos atores do Baixio das Bestas.

Como atriz, considera-se uma eterna aprendiz, refletindo sobre cada filme como um aprendizado, pois o cinema tem uma linguagem diferente daquela do teatro. O fato é que, ao fazer cinema ou teatro, esteve sempre “aberta” para “experimentar” viver o “novo” momento, daquele momento.

Em 1985, teve sua primeira participação em novelas com uma pontinha em ‘Vereda Tropical’ e após 30 anos foi convidada para fazer um papel na novela ‘O Velho Chico’, no ano de 2016, novela de Benedito Ruy Barbosa e Bruno Luperi. O papel que assumiu foi de Piedade, uma mulher nordestina na qual ela encontrou semelhanças com a sua própria história da sua infância, vivida na cidade de Pilar (PB). Um de seus últimos trabalhos foi atuando em ‘Onde nascem os fortes’, série da faixa das 23 horas, no papel de Rosa.

Transitar por entre as imagens é possibilitar ressignificar uma história de vida, e foi assim que nas manhãs, na residência de Zezita de Matos, ela nos revelava os meandros de sua trajetória. Remexer seus armários foi remexer as suas lembranças materializadas nas mais de quatro mil fotografias de seu acervo.

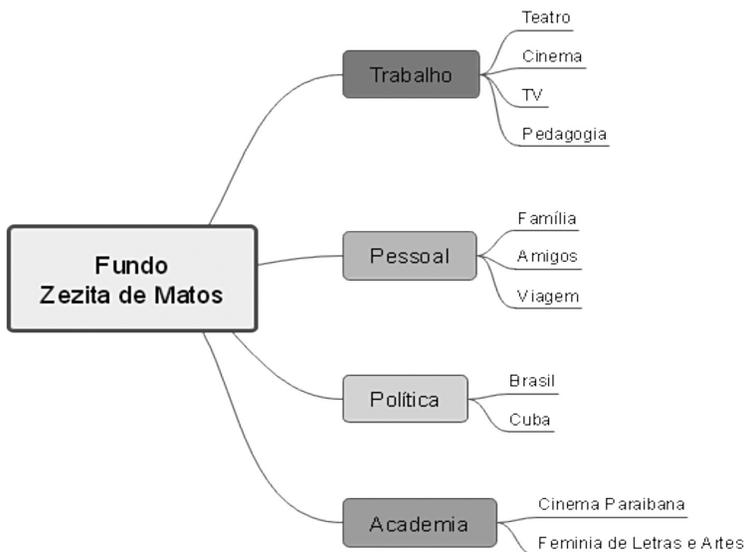
A MULHER E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Por ser Zezita de Matos uma mulher pública, portadora de uma carreira marcada por muitos espetáculos, viagens, entrevistas, amigos, familiares, entre outros, ela, como amante da memória e do registro fotográfico, acumulou ao longo de sua vida muitas fotografias, e pela quantidade elevada, estava tendo dificuldade em recuperar a imagem quando necessitava.

Um exemplo disso foi quando um jornal da cidade de João Pessoa solicitou uma fotografia do seu ex-marido Breno Mattos, já falecido, e ela não conseguiu encontrar a tempo, para ser publicada, o que seria uma homenagem para ele. Diante desta dificuldade e de seus relatos, surgiu a ideia de criarmos, para além da organização no suporte físico, um repositório digital para facilitar a sua recuperação, independentemente até mesmo das questões geográficas, pois a fotografia estando no sistema pode ser recuperada em qualquer lugar do mundo.

Antes de elaborarmos o banco de dados e *software*, fomos conhecer o acervo e a partir de um mapeamento, construímos o arranjo. Mariz e Silva (2017) relatam que é na idade permanente que costuma ser construído o arranjo e realizada a descrição, de modo a facilitar a preservação e o acesso. Para as autoras, de um lado vem a configuração lógica, que determina a maneira como documentos devem ser classificados, que recai sobre a unidade de descrição de modo a preservar sua organicidade, e de outro lado vem a configuração material, que determina a maneira como os documentos devem ser acondicionados e armazenados em ambiente favoráveis à manutenção de sua integridade física. Após conhecermos a documentação, elaboramos uma configuração para o arranjo (**Figura 01**), representando tematicamente as séries e subséries para organizamos as fotografias.

Figura 01: Organograma do Arranjo do Fundo Zezita de Matos



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A configuração estrutural do arranjo temático pautou-se em quatro séries principais: Vida pessoal; Trabalho; Política e Academias. Estas, por sua vez, se ramificam em subséries, conforme vemos no organograma. Após chegarmos

a esta estrutura do arranjo, iniciamos a separação das fotografias, de acordo com as séries e subséries (**Fotografia 05**). Muitas fotografias estavam soltas, outras ainda em álbuns antigos que vinham quando reveladas, em tamanhos variados, coloridas, em preto e branco, refletindo a imagem no tempo e espaço.

Fotografia 05: Separação das fotografias para a Série: Trabalho, Subsérie: Pedagogia



Fonte: Dados da Pesquisa.

Logo que mapeamos as fotografias e separamos pelas séries, passamos a acondicioná-las em sacos plásticos e identificando-as (**Fotografia 06**) para viabilizar, mais facilmente, a etapa seguinte, que foi o processo descritivo da imagem e sua inserção no sistema.

Fotografia 06: Fotografias já separadas em sacos e identificadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Nesse contexto, a proposta do repositório pauta-se em viabilizar o acesso e uso da informação imagética. Foi associada a uma organização física das fotografias, propondo a utilização de álbuns padronizados com o cadastro desses álbuns e controle das fotografias que foram acondicionadas.

Durante essa travessia, passamos a conhecer mais intimamente a atriz paraibana e suas múltiplas identidades. “Nesse sentido, o indivíduo moderno apresenta múltiplas identidades, e os documentos produzidos ao longo da vida representam os vestígios dessa pluralidade” (CÓRDULA, 2015, p. 79).

Compreendendo as fotografias como documentos pessoais, entendemos que elas refletem as múltiplas interferências, confirmando a tese de que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um projeto coletivo, no qual se sobrepõem várias subjetividades (HEYMANN, 2005).

Logo transitar em suas fotografias é transitar sobre suas memórias evocadas especialmente no momento em que iniciamos as descrições das fotografias, possíveis apenas com a presença de Zezita de Matos. A cada manhã, mais histórias eram narradas, mais profundos eram os laços que firmavam Zezita às imagens, e mais identidades sobre ela e suas relações eram reveladas.

ACERVO FOTOGRÁFICO: descrevendo informações, revelando memórias

A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, caso contrário, permanecerá amorfa e inutilizável, sendo importante tratá-la para que esta possa alcançar o nível máximo de seu potencial informacional (ARAÚJO, 2009).

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo, explicitando o seu contexto e conteúdo. Trata-se de uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas.

Para viabilizar o acesso à informação, é necessário organizá-la, sendo a organização da informação um processo de arranjo de acervos com documentos tradicionais ou eletrônicos realizados por meio da descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais (CAFÉ; SALES, 2010).

Andrade (2007) enfatiza a importância do surgimento dessas normas no intuito de padronizar os dados descritivos e possibilitar o intercâmbio de informação. No processo de representação da informação, é necessário que haja uma normalização dos metadados para garantir a efetivação no sistema de informação, quanto maior a padronização, mais facilmente ocorrerá a recuperação da informação.

Para tanto, a utilização de normas reflete o caminhar para a padronização. No entanto sabemos que a NOBRADE, norma que estabelece diretrizes para descrição de documentos arquivísticos no Brasil, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. O pressuposto da norma de descrição arquivística brasileira é o de organizar as informações sobre o documento, e suas relações a partir de metadados, elementos de descrição comuns.

Para atender à demanda de Zezita de Matos, primeiramente conversamos com ela para compreender a sua necessidade de uso e como e quando ela vai recuperar as fotografias. Nesse diálogo, a titular solicitou que organizássemos as informações com base em perguntas norteadoras: QUEM?/QUANDO?/ONDE?/COMO?/O QUE?

Buscando a literatura, deparamo-nos com as categorias elencadas por Smit (1996, p. 32), que relata que “as categorias QUEM, ONDE, QUANDO, COMO e O QUE, são utilizadas por muitos estudiosos como parâmetros para grande variedade de análises de textos, inclusive a documentária, sendo também preconizada para a Análise Documentária da imagem”. A autora se reporta à Ginette Bléry (1976) que desenvolveu uma minuciosa proposta de representação do conteúdo das imagens. Nesse contexto, Smit (1996) elaborou um quadro remontando a essas questões, conforme segue:

Quadro 1: Classificação das Categorias de Representação da Imagem

CATEGORIAS	REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO DAS IMAGENS
QUEM	Identificação do "objeto enfocado": seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais, etc.
ONDE	Localização da imagem no "espaço": espaço geográfico ou espaço da imagem (p. ex. São Paulo ou interior de danceteria).
QUANDO	Localização da imagem no "tempo": tempo cronológico ou momento da imagem (p.ex. 1996, noite, verão).
COMO QUE	Descrição de "atitudes" ou "detalhes" relacionados ao "objeto enfocado", quando este é um ser vivo (p.ex. cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII).

Fonte: SMIT (1996, p. 33).

Após adotarmos as categorias, para representarmos as informações que permeiam as fotografias do acervo pessoal de Zezita de Matos, partimos para a elaboração do sistema, que será explicado no próximo tópico.

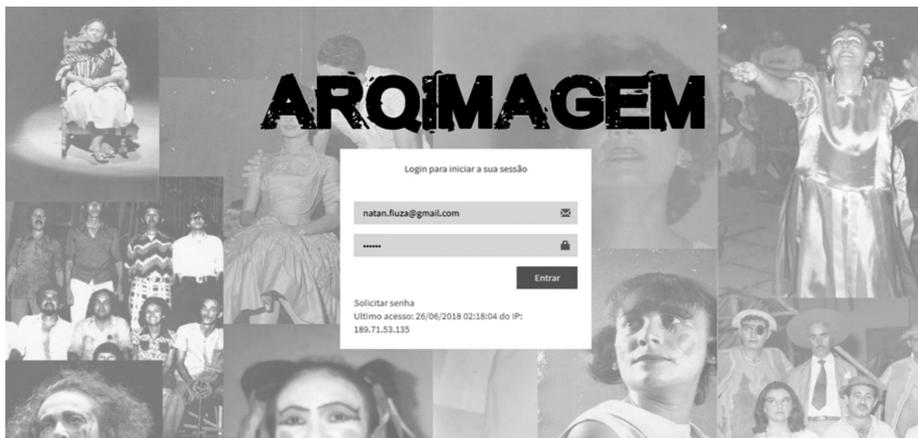
Para a representação, necessitamos de Zezita, pois não teríamos como identificar as pessoas, os lugares, os momentos, sem o seu auxílio. Foi uma espécie de volta ao túnel do tempo, cada imagem uma narrativa, um contexto, uma memória evocada, um suspiro, uma lembrança esquecida, outra lembrada, e assim foram nossas manhãs, ao trabalharmos a subsérie Amigos, a primeira de que tratamos.

O trabalho torna-se lento, em detrimento da agenda da atriz, entre semanas seguidas de encontros, semanas seguidas de viagens. À medida que organizamos e representamos fisicamente as fotografias, organizadas em álbuns padronizados, organizamos no repositório, a partir de sua representação no sistema e de sua digitalização, gerando, assim, um banco de dados, conforme veremos a seguir.

ELABORANDO BANCO DE DADOS: aplicando ao acervo fotográfico de Zezita de Matos

O sistema **ArqImagem (Figura 02)** foi desenvolvido na linguagem PHP (*Hypertext Preprocessor*) utilizando o Sistema Gerenciador de Banco de Dados MySQL, em sua arquitetura cliente/servidor, opção esta que proporciona a utilização do sistema por mais de um usuário simultâneo.

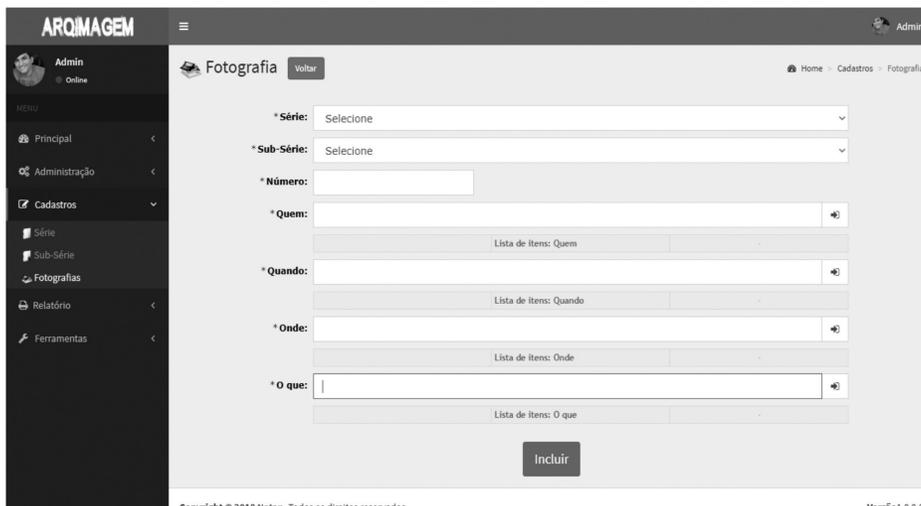
Figura 02: Tela de login do ArqImagem



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Na etapa de elaboração do banco de dados, dividimos cada item da representação pautando-se nos questionamentos, segundo Smit (1996), registrando os termos gradativamente. À medida que íamos dialogando com Zezita de Matos, identificando as pessoas, os lugares e o tempo, íamos descrevendo as imagens, conforme visualizadas na tela de cadastro (**Figura 03**).

Figura 03: Tela de cadastro de fotografias



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Quando uma palavra já estiver registrada no sistema, ela é recuperada, sem precisar digitá-la novamente na descrição da outra fotografia, possibilitando a recuperação dos termos já informados anteriormente sem que ocorra erros ou duplicidade de dados.

Nesta etapa, trabalhamos com os itens documentais individualmente, representamos foto a foto, a partir dos questionamentos, alimentando diretamente o sistema com as informações compiladas, associando as fotografias digitalizadas com as informações registradas, gerando uma codificação numérica em ordem crescente para cada subsérie (**Figura 04**). A digitalização da imagem foi realizada em resolução de 300 dpi e aplicação de correção das cores, caso necessário, o que trazia uma renovação para imagens desgastadas pela ação do tempo.

Figura 04: Destaque da tela de cadastro de fotografias

* Série: Trabalho

* Sub-Série: Teatro

* Número: 41

* Quem:

Lista de itens: Quem	
Antônio Mariano	X
Tarcísio Pereira	X
Fernando	X

* Quando:

Lista de itens: Quando	
1990	X

* Onde:

Lista de itens: Onde	
Caruaru -pe	X

* O que:

Lista de itens: O que	
Realizando Pesquisa De Campo Para O Espetáculo: Macambira	X

Alterar

Fonte: Elaboração própria (2018).

É importante destacarmos que muitas fotografias apresentavam em seu verso algumas anotações, datas, dedicatórias, nomes, informações que auxiliavam no momento de descrevê-las. Nesses casos, nós digitalizamos

tanto a frente como o verso da fotografia. Na **figura 05**, podemos verificar em destaque a tela de cadastro do arquivo de imagem digitalizada, onde é possível incluir mais de um arquivo para a mesma fotografia, permitindo registrar os versos das fotografias que, em muitos casos, contêm informações e notas pessoais que valorizam ainda mais o documento iconográfico.

Figura 05: Destaque do cadastro de arquivos de imagem



Identificação	Principal	Opções
0003	Sim	
0004	Não	

Fonte: Elaboração própria (2018).

Com as fotografias descritas, cadastradas e digitalizadas, iniciamos a organização física das fotografias organizando-as em álbuns que recebem uma codificação e a quantidade total de fotografias que eles suportam. O sistema imprime, para cada álbum, etiquetas correspondentes à codificação das imagens com suas respectivas descrições. A etiqueta de identificação das fotografias tem seu código associado à legenda composta pelo primeiro item de QUEM com o primeiro item de ONDE.

Para a recuperação de uma fotografia, o sistema busca a partir do termo pesquisado, faz uma varredura em todas as fotografias que têm relação à palavra pesquisada, exibindo a imagem, sua codificação e identificando em qual álbum físico ela se encontra, viabilizando a sua recuperação de maneira digital, bem como analogicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas considerações finais, refletindo as palavras de Oliveira (2009, p. 44-45), ao afirmar que: “O acumulador de seus papéis é uma espécie de autor de si mesmo, pois ao acumular seus documentos, elimina outros, deixando um itinerário pelo qual gostaria de ser reconhecido ou visto.”

Trabalhar com as fotografias do acervo da atriz Zezita de Matos, na perspectiva da elaboração e aplicabilidade do repositório digital **Arquimagem**, possibilitou-nos conhecer seu itinerário, suas relações, as fotografias acumuladas por ela ao longo da vida. Imagens que narram um pouco de Zezita para o mundo, um pouco do mundo para Zezita.

Constatamos, pois, a importância da intersecção da tecnologia, como possibilidade de viabilizar o acesso e uso da informação imagética. Mesmo o repositório estando ainda em fase de aplicação junto ao acervo, já conseguimos perceber na prática a sua eficiência, e o melhor, a viabilidade da recuperação das imagens de forma rápida e segura por parte da titular do arquivo.

REFERÊNCIAS

ARRAES, B. H. R. et al. Tecnologias da Informação e Comunicação Como Recurso Interativo na Perspectiva da Ciência da Informação

Revista Eletrônica Informação e Cognição, v. 6, n. 1, p. 3-15, 2007.
ISSN:1807-8281

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Capítulo 6, p. 115-129. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC).

CAMARGO, A. M. de; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: IFHC, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CORDULA, A. C. C. **Políbio Alves entre contos e encantos**: o fascínio do vivido na perspectiva da escrita de si. Dissertação de Mestrado (Programa de

Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.262f.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2010.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. 6. ed. São Paulo: Addison-Wesley, 2011.

HEYMANN, L. Q. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, n. 36, jul-dez, p. 43-58, 2005.

LACERDA, A. L. de. Fotografia e valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.115-138.

LACERDA, A. L. de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, jan/mar 2012. p. 283-302.

MANINI, M. P. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da Imagem**, Londrina, ano 4, n. 8, p. 77-87, 2011.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/dominiosdaimagem/index.php/dominios/article/view/127/90>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MANINI, M. P.; PAIVA, L. F. A fotografia como documento em arquivos brasileiros: os casos do Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Distrito Federal. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2010. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANCIB, 2010.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **José Simeão**: escritos de uma trajetória. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. 2v.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.

RIBEIRO, O. B.; VIDOTTI, S. A. B. G. Otimização do acesso à informação científica: discussão sobre a aplicação de elementos da arquitetura da informação em repositórios digitais. **BIBLOS**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 105-116, abr. 2010. ISSN 2236-7594. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1309>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ROUILLÉ, A. **A fotografia:** entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

MARIZ, A. C.; SILVA, T. B. da. Documentos fotográficos em arquivos Pessoais: construção teórica e tratamento. In: MALVERDES, A.; et al. **Arquivos fotográficos:** reflexões sobre sua abordagem. Córdoba: Redes, 2018. Libro digital, PDF.

SMIT, J. W. A representação da imagem. **Informare:** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 2, n. 2, p. 28-36, 1996. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/3191>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SONTAG, S. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TONELLO, I. M. S.; MADIO, T. C. de C. A Preservação de Arquivos Fotográficos como Pressuposto à Reconstituição da Memória. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2017, Marília (SP).



Fonte: Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal

9 NARRATIVAS VISUAIS E FOTOBIOGRAFIAS: reflexões sobre a prática dos cientistas da informação no século XXI

*Kelly Cristiane Queiroz Barros
Dulce Amélia de Brito Neves*

INTRODUÇÃO

Esse capítulo se inicia com um alerta: essa é uma mirada “pós-moderna” sobre as práticas profissionais de profissionais da informação, que exercem suas funções em arquivos, com documentos fotográficos, entretanto, nosso objetivo é refletir sobre uma característica inerente à atividade de mediação do conhecimento realizado na Ciência da Informação e entendemos que faz parte do protagonismo dessa área de conhecimento.

Mudanças epistemológicas no contexto da pós-modernidade e os impactos do desenvolvimento acelerado das tecnologias da comunicação e informação são fenômenos que levaram à mudança do objeto de estudo e pesquisa, que seguiu o sentido da análise dos documentos para a informação, mudanças nas metodologias, práticas e na formação dos profissionais dos arquivos e que são questões que vêm sendo discutidas pela Arquivologia no século XXI.

No contexto do início do século XXI, colocamo-nos a pergunta: Como os arquivistas se adaptam às especificidades e necessidades dessa sociedade? Essa pergunta nos leva a refletir sobre algumas características da pós-modernidade: ênfase na noção de processo, o questionamento das certezas, a reflexão sobre o próprio conhecimento (metaconhecimento), a diluição das fronteiras disciplinares, o questionamento da objetividade e da neutralidade, o embate entre discursos, a concepção dos discursos como narrativas com um subtexto ideológico, a compreensão do mundo como um processo de leitura, a valorização das múltiplas linguagens, pluralidade

cultural e os hibridismos, a dependência tecnológica e a multiplicação de fenômenos marcados pelo prefixo “des” (descontinuidade, desmembramento, deslocamento, descentralização, desmaterialização, entre outros) (SANTOS, 1988; HUTCHEON, 1991).

Não podemos deixar de ter em nosso horizonte que o desenvolvimento da tecnologia é e sempre foi relevante para o desenvolvimento da Arquivologia e da própria Ciência da Informação. A história dessa área de conhecimento é inseparável da história da tecnologia de registro do conhecimento e nesse capítulo nos deteremos em uma tecnologia específica que deixou de ser considerada um documento arquivístico de caráter especial e tornou-se documento onipresente e que, muitas vezes, substitui outros gêneros documentais: fotografias.

Nosso porto de partida foi a compreensão dos arquivos pessoais como locais de guarda de vestígios sobre as vidas dos sujeitos enquanto atores sociais, sendo os documentos fotográficos capazes de nos apresentar uma narrativa visual sobre essas vidas, narrativa que é construída também através das escolhas realizadas pelos profissionais da informação que trabalham com as informações contidas nesses documentos.

Esse texto nasceu da reflexão sobre a prática de organização e descrição do acervo fotográfico do editor paraibano José Simeão Leal e escritora de dissertação de mestrado sobre redes de sociabilidade e imagens fotográficas (BARROS, 2012). Aqui, será abordado o seguinte tema: imagens fotográficas e as possibilidades de leituras em correlação com as práticas de mediação inerentes à Ciência da Informação, tendo como referência a metodologia denominada Fotobiografia.

Durante as pesquisas que resultaram na dissertação, algumas questões se tornaram relevantes para a compreensão do protagonismo dos profissionais da informação: a primeira delas foi a consciência da responsabilidade que envolve esse profissional diante de problemas de preservação da memória individual e coletiva; a segunda, a questão da representação de imagens significar traduzir as informações imagéticas em textos escritos e como toda tradução pressupõe escolhas, perdas e acréscimos; a terceira, a percepção dos profissionais da informação como agentes ativos no processo de leitura dos documentos por seus usuários.

Essas questões nos levaram a perceber a proximidade da prática desses profissionais às de um biógrafo ou fotobiógrafo ao organizar sequências de eventos e da narrativa sobre uma pessoa. Essa analogia foi o mote que nos levou às reflexões que aqui apresentamos.

Na primeira parte deste texto, discutiremos os pressupostos teóricos e metodológicos das fotobiografias de acordo com três áreas de conhecimento: a Psicologia, a Antropologia e os Estudos Literários. Na segunda parte, analisaremos as aproximações e distanciamentos das práticas que adotamos no processo de descrição e catalogação das imagens do acervo de José Simeão Leal, comparando-as com o objetivo de refletir as práticas dos profissionais da informação.

CONTEXTO DE SURGIMENTO DAS FOTOBIOGRAFIAS

Segundo Silva (2009, p. 2), “As biografias estouraram no Brasil a partir da década de 1960. De lá para cá, os escritos da vida do ‘outro’ se proliferaram e tornaram-se cada vez mais comum no mercado editorial brasileiro”. Para a autora, o que se destaca neste gênero de produção é a preocupação com o mercado editorial.

Consideramos a fotobiografia um gênero literário específico, seus precursores foram Gilles Mora e Claude Nori, que a praticavam na primeira metade da década de 1980 (SILVA, 2009). Até então, o conjunto de fotografias era elemento pós-textual e, como tal, tinha a função de auxiliar e fortalecer a argumentação dos autores, entretanto, não podemos deixar de destacar a intertextualidade entre imagem e texto e entre imagem e imagem que estrutura estes gêneros.

Nesta seção, não desejamos fazer uma retrospectiva sobre a relação entre psicologia e imagens, mas discutir uma linha de psicoterapia específica praticada pela psicóloga e sexóloga espanhola Fina Sanz (2007) que criou a terapia denominada Fotobiografia, entretanto, não podemos deixar de fazer uma referência à relação entre psicologia e imagens encontradas nas obras freudianas (AUTUORI; RINAUDI, p. 2014).

Segundo Sanz (2007, p. 40), “a FB [fotobiografia] é utilizada no campo da saúde como ajuda terapêutica e para facilitar o autoconhecimento

e a mudança”¹². Criada na década de 1980, na Espanha, a fotobiografia é um método de Terapia de reencontro (Reencuentro), utilizada no contexto do desenvolvimento da psicologia sexual (sexologia), com aplicação no campo da Psicologia Clínica. Por esse ponto de vista, a fotobiografia se constitui a partir de álbuns de fotografias. Esses são entendidos como a materialização de um conto pessoal e narram a história da pessoa e de sua família. É um relato das origens pessoais e, como narrativa, é construída como uma trama com definição de espaços, tempos e movimentos, característica que Diehl (2002) destaca como intrínseca à memória. Relaciona-se, também, ao tempo (momento), ao espaço (lugar) e ao movimento (busca por novas informações). Portanto, o álbum de fotografias é um álbum de recordações memoráveis.

A fotobiografia também é associada a um filme. De acordo com Sanz (2007, p. 61), “fazer uma FB é como se víssemos uma sessão intensiva de vários filmes, um depois de outro”¹³. As referências literárias e fílmicas utilizadas para descrever esse método não devem nos fazer esquecer que a Psicoterapia também é utilizada para fazer o indivíduo reviver emoções e recordar lembranças esquecidas, para conseguir uma cura. Esse ponto de vista nos remete à fotografia, pois, de acordo com Kossoy (2005), a imagem fotográfica exerce a função de ‘start’ para a memória, sendo ela uma espécie de ‘gatilho memorialístico’, levando o indivíduo ao autoconhecimento e a cura. Já para Ricoeur (2007), a dinâmica entre o lembrar e o esquecer permite que o esquecimento supere grandes traumas coletivos e a cura de “feridas simbólicas que pedem uma cura” (RICOEUR, 2007, p. 92), que mancham a história da humanidade, exemplificado pelo autor através da história da violência e do Holocausto.

A fotobiografia é descrita como uma prática de recapitulação, pois “Recapitular na FB é rememorar sua vida, passo a passo, reatualizar as lembranças, reviver as emoções, sentir as dores, despedidas pendentes, as

12 “la FB se utiliza en el campo de la salud como ayuda terapéutica y para facilitar el autoconocimiento y el cambio” (SANZ, 2007, p.40).

13 “Hacer una FB es como si viéramos una sesión intensiva de varias películas, una tras otra” (SANZ, 2007, p. 61).

frustrações, os conflitos vividos, as emoções positivas e negativas”¹⁴ (SANZ, 2007, p. 230). Nesta perspectiva, a fotobiografia é o produto do encontro da leitura de imagens (primeiro passo) e história de vida, construída e narrada a partir das imagens selecionadas (segundo passo), de acordo com as etapas determinadas pelo terapeuta.

O paciente é incentivado a contar a ‘outros’ a sua história de vida utilizando determinadas fotografias, escolhidas por ele e recolhidas dos álbuns familiares ou pessoais. A intenção é fazer o paciente selecionar as imagens com maior carga emocional, positiva ou negativa, que evocam lembranças significativas. Entretanto, o terapeuta delimita três cortes temporais ou períodos de vida para os quais deveriam ser escolhidas entre 10 e 15 imagens: infância, adolescência e idade adulta. Nesta seleção, o paciente pode ou não estar representado nas imagens.

Após a etapa de recolhimento e seleção de imagens, o paciente é estimulado a falar sobre as lembranças evocadas a partir da imagem. Nesta etapa, o discurso oral e o visual acontecem simultaneamente em um dinâmico processo de evocação.

Segundo Ricoeur (2007, p. 45), evocação é “[...] o aparecimento atual de uma lembrança. É a esta que Aristóteles destinava o termo *mneme*”. Evocação se distingue da recordação pelo esforço de memória que a recordação exige, por isso, diz-se que a evocação é semelhante a uma afecção, advém sem muito esforço, enquanto a recordação é uma busca.

Na abordagem antropológica, tomamos como modelo de análise a proposta metodológica definida por Bruno (2009). A autora desenvolve a concepção de *Fotobiografia* (sic) como uma interseção entre a instância das imagens e da memória; em suas palavras, a “fotobiografia pode ser compreendida como uma imagem-memória” (BRUNO, 2012, p. 91). O conceito imagem-memória é utilizado para a construção de histórias de vida. Por essa perspectiva, as imagens são compreendidas como carregadas de memórias e são somadas aos depoimentos orais. A autora investiga como essas pessoas escolhem e organizam, isto é, como ‘formam’ (a imagem

14 “Recapitular en la FB es recordar tu vida, paso a paso, reactualizar los recuerdos, revivir las emociones, sentir los duelos, despedidas pendientes, las frustraciones, los conflictos vividos, las emociones positivas y negativas” (SANZ, 2007, p. 230).

enquanto ‘forma’) e ‘montam’ (a problemática da ‘montagem’) as fotografias por elas escolhidas, com vistas à evocação e transmissão de sua própria existência (BRUNO, 2009, p. 1).

Nesta abordagem, o fotobiografado realiza as operações de escolha e de descarte para o processo de construção de uma narrativa visual, em um percurso de idas e voltas do olhar ao registro imagético, que é complementado com relatos orais. Na sua pesquisa, Bruno (2009) teve a colaboração de cinco informantes idosos, na faixa etária de 70 a 80 anos de idade, residentes na cidade de Itaguatinga, que possuíam imagens fotográficas em seus objetos pessoais formando o que a autora denominou “baú fotográfico”. O resultado final seriam pequenos “filmes” que narram a história de vida de cada indivíduo. Em seu desenvolvimento, a abordagem descreve 14 etapas que se retroalimentam através da montagem, desmontagem e remontagem das sequências de imagens feitas pelos próprios informantes, permitindo uma nova leitura a cada modificação deste quadro. Assim como na abordagem psicológica, este é um processo dinâmico que segue os fluxos da rememoração.

O início do processo se efetiva com a escolha de 20 fotografias “[...] das quais mais gostassem e que melhor pudessem representar as suas trajetórias de vida” (BRUNO, 2009, p.27). A primeira sequência/montagem foi acompanhada de uma apresentação oral guiada pelo pesquisador. A próxima etapa representa o retorno à primeira narrativa (as 20 primeiras imagens) para nova seleção (eliminação) e segunda montagem, agora contendo 10 fotografias. Nesta segunda montagem, cada imagem é organizada em uma prancha em que são levadas em consideração as ausências, ou seja, os espaços antes ocupados pelas fotografias eliminadas, agora, substituídas por espaços em branco. As 10 imagens que permanecem são ordenadas em três sentidos, horizontal, vertical e circular, dando origem a três leituras diferentes.

A leitura na horizontal “consiste em ler o conjunto das fotografias como se as imagens fossem ‘enunciados’ (visuais) da memória, ‘frases’ (visuais), ou ainda, como se, linha após linha compusesse um texto” (BRUNO, 2009, p. 35). De acordo com a autora, esta é a leitura a qual estamos mais acostumados.

A leitura da prancha em que as imagens são apresentadas em uma disposição circular “nos oferece múltiplas interpretações, em função das infinitas associações possíveis entre imagens, a partir de traçados diagonais, lineares, transversais, perpendiculares e também circulares” (BRUNO, 2009, p. 36).

A autora utiliza a metáfora da navegação para explicar o processo de rememoração que se segue ao reconhecimento, à identificação e nomeação (de pessoas, lugares etc.). Por este ponto de vista, quem participa deste processo de montagem/desmontagem/remontagem procura

[...] impressões, sinais, vestígios que permitiam este reconhecimento, a identificação e a nomeação. Acompanhando o percurso vivenciado por quem rememora o pesquisador é transportado para um filme de vida, às vezes, muito próximo do quadro da fotografia, como numa cena de cinema que surge na tela. (BRUNO, 2009, p. 29)

Esta abordagem permite a reflexão sobre o que a autora denomina arquitetura da memória, entendida como as maneiras pelas quais os indivíduos revivem suas memórias e as organizam através da sequência de imagens fotográficas sobre pranchas. A *Fotobiografia* seria a materialização do trabalho da memória (BRUNO, 2012).

Em contraste às duas abordagens discutidas até o momento, na abordagem literária, o indivíduo/usuário/titular do acervo imagético está fisicamente ausente do processo de construção de sua fotobiografia. Esta abordagem tem o perfil mais historiográfico e documental, visto que adota a mais ampla variedade de fontes de informação.

Segundo Gotlib (2007, p. 208), as imagens que constituem uma fotobiografia são selecionadas “[...] em função de uma linha narrativa que privilegia cronologicamente um repertório de imagens ligadas a fatos e levanta sugestões de sua leitura a partir de critérios examinados ao longo da elaboração do trabalho”.

O fotobiografado é colocado como protagonista, o fotobiógrafo/pesquisador é o narrador que realiza uma montagem, ou seja, ele monta e dá forma à história de uma vida, com um ponto de partida e um ponto de

chegada. Por trás dessa montagem houve um momento em que o fotobiógrafo/pesquisador atua como colecionador de imagens e, posteriormente, torna-se organizador desse material de forma cronológica.

Contar a história de vida de um indivíduo torna-se a ação de mostrar uma versão do indivíduo, aquela que o usuário lerá e o levará a novas interpretações. O fotobiógrafo/pesquisador agrega significados novos com a utilização de imagens de diversas origens (arquivo pessoal e arquivos públicos, matérias jornalísticas, fotocópias de documentos, imagens encontradas em outras publicações) fazendo a conexão dessas imagens com a história de vida. São imagens de cidades, paisagens, pessoas, correspondências, bilhetes, livros etc., que se cruzam com imagens da(o) protagonista em todas as fases de sua vida, atuando nos múltiplos papéis sociais vividos por ele (em família, entre amigos, em atividades profissionais, intelectuais, artísticas, em momentos íntimos etc.).

A escolha desses “flashes” ou fragmentos de vida, mesmo que as imagens não estejam diretamente ligadas às experiências de vida deste indivíduo, contextualizam e apresentam as origens sociais e culturais dele, de sua família, dos seus antepassados mais distantes, reforçando a função documental dessas imagens. Nesta função, mesmo obras de arte figurativas ou abstratas têm a função de referência visual sobre espaço e tempo.

As três abordagens que descrevemos, apesar dos apagamentos da memória e da inferência de quem estuda as fotografias, têm estreitas ligações com as noções de tempo, espaço e com sua falsa “transparência”. As fotografias são vestígios daquilo que Barthes (1984) destacou, pois elas afirmam que aquilo que está representado existiu ou aconteceu.

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM SUA RELAÇÃO COM AS IMAGENS

Segundo Miriam Manini (2008), haveria uma polêmica entre os profissionais da informação que pesquisam e realizam o tratamento de imagens fotográficas, que envolve a necessidade ou não de pesquisas de informações para além das imagens a serem representadas, informações textuais ou contextuais que dão suporte ao documento imagético.

[...] há os que defendem a simples e objetiva atuação desse profissional em colher no documento os dados encontráveis e simplesmente preencher alguns campos da extensa ficha apresentada. De outro, há os que defendem uma participação mais ativa e efetiva do profissional na busca extensiva de dados para obter da imagem uma completude informativa: é preciso contextualizar a imagem. (MANINI, 2008, p. 128)

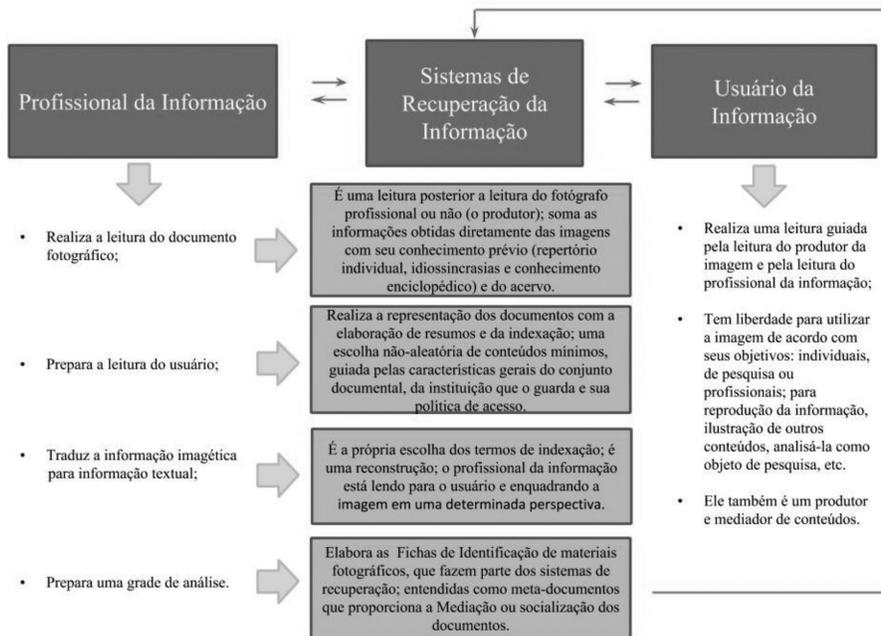
A proposta que a mesma autora defende situa-se neste segundo grupo, a Análise Documentária de Fotografias (ADF), que ainda é uma das principais referências da área para o tratamento de imagens fotográficas. Sua importância se dá por constituir-se de um conjunto de procedimentos e categorias que guiam a análise dos conteúdos e das representações, do conteúdo e da forma (dimensão expressiva). A informação textual é tão importante quanto a imagética, pois nos auxilia na contextualização da imagem. Segundo Manini (2002), há alguns tipos de texto que podem estar relacionados à imagem fotográfica: o título, a legenda, anotações no verso, dedicatória, categorias que são qualificadas como informações externas. Há, também, informações sobre a composição de imagens: iluminação, planos, cor, ambientação, foco etc.

Parte-se do pressuposto de que a fotografia é fundamentalmente um *documento*, entretanto,

[...] só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático, respeitando a organicidade do fundo a que pertence. (MANINI, 2008, p. 127)

A ilustração I demonstra a dimensão pragmática da representação da informação imagética, de acordo com ADF e uma dimensão subjetiva:

Ilustração 1: A agência dos atores envolvidos no processo de representação e recuperação da informação



Fonte: MANINI, 2008.

No ato de organização da informação, realizam-se atividades cognitivas que resultam em tomadas de decisões utilizando, entre outros elementos, o raciocínio lógico e a criatividade (FERREIRA; DIAS, 2004). Lembremos que, de acordo com Minayo e Gomes (2010, p. 16), a articulação criativa é uma característica relevante na pesquisa científica: “a marca da criatividade é nossa ‘grife’ (ou seja, nossa experiência, intuição, capacidade de comunicação e de indagação) em qualquer trabalho de investigação”.

É consenso que, em seu trabalho, o cientista da informação precisa levar em consideração o processo de leitura e compreensão de textos. De acordo com Santaella (2012, p. 79), há três níveis de leitura de uma foto: o primeiro é aquele que nos provoca algum tipo de sentimento; o segundo é o da identificação dos motivos fotografados, de reconhecimentos de traços; e o terceiro, é o da leitura da imagem ou interpretação. Para a autora,

Ler uma foto é lançar um olhar atendo àquilo que a constitui como linguagem visual, com as especificidades que lhe são próprias. Significa fazer do olhar uma espécie de máquina de sentir e conhecer. Assim, uma vez diante da fotografia, trata-se de buscar a unidade melódica de suas luzes, linhas e direções, suas escalas e volumes, seus eixos e suas sombras, enfim, contemplar a atmosfera que ela oferta ao olhar, pois a significação imanente dos motivos e temas fotografados é inseparável do arranjo singular que o fotógrafo escolheu apresentar. (SANTAELLA, 2012, p. 79)

Para Ferreira e Dias (2004, p. 440), “embora o texto carregue um sentido pretendido pelo autor, ele é polissêmico e, como tal, oferece possibilidades de ser reconstruído a partir do universo de sentidos do receptor, que lhe atribui coerência através de uma negociação de significados”.

Portanto, há uma negociação de sentido envolvendo o autor, o leitor, o texto e o contexto (conhecimento linguístico e de mundo do leitor) que leva ao ajustamento do leitor aos novos contextos e à construção de um novo conhecimento. A interpretação, por outro lado, “configura-se como um nível mais profundo de desvelamento de significados, no qual o leitor participa mais ativa e intensamente enquanto sujeito de uma história” (FERREIRA; DIAS, 2004, p. 440).

A fotografia em sua polissemia possui uma falsa transparência (LEITE, 2000). Mesmo diante desta característica, em nossa vivência profissional, o trabalho com documentos arquivísticos avulsos, incluindo-se imagens fotográficas, recuperados de acervos pouco organizados desperta em nós

[...] o ímpeto de atribuir sentidos às coisas do mundo e que a ausência de relações de significado entre estas coisas o perturba [o ser humano]. A mente humana necessita organizar as vivências e experiências de modo significativo e articulado, buscando relações até mesmo entre acontecimentos que não revelam ligações ou correspondências evidentes entre si. (FERREIRA; DIAS, 2004, p. 440)

De acordo com a análise que nos propomos, a análise de fotografias em sequência facilita a comparação, ratificação ou retificação, portanto, torna mais fácil sua identificação e contextualização (MANINI, 2002). Guerra e Pinheiro (2009) já destacaram que a ideia de montagem sobre folhas ou fichas, a separação da documentação por tema e a necessidade de definição de uma sequência temporal para representar pessoas e objetos (diacronia) já faziam parte da proposta de Paul Otlet para a organização do conhecimento mundial, portanto, uma prática que já deveria estar incorporada ao universo da Documentação e da Ciência da Informação.

Segundo Ferreira e Dias (2004, p. 441), este processo de ordenação “permite destacar a *malha* ou *teia* de significados que o leitor é capaz de estabelecer dentro do horizonte de possibilidades”. De maneira similar, a fotobiografia não prioriza a categorização da informação, mas dá ênfase à ordenação das imagens fotográficas, sua contextualização e a construção de uma narrativa sobre um sujeito.

A abordagem que o profissional da informação define para o tratamento das informações imagéticas perpassa algumas etapas que se aproximam da construção de uma fotobiografia. Iniciemos nossa reflexão por uma definição de informação imagética.

[É o resultado dos] processos cognitivos que se dão a partir da percepção de índices ou pontos de referência visuais como forma, proporção, cor, ângulos, bidimensionalidade ou tridimensionalidade, perspectiva, além de envolver processos complexos de evocação e interpretação. (BARROS, 2012, p. 41)

Segundo Cintra et al (2002), a sociedade contemporânea vivencia uma alta velocidade na produção de informações e, como consequência, uma alta taxa de obsolescência de conhecimento. Neste contexto, é necessário que as informações sejam confiáveis, atualizadas e disponíveis,

[...] é indispensável um trabalho sistemático que se compõe de um conjunto de operações em cadeia, isto é, operações marcadas por íntima relação entre cada uma das etapas: as últimas operações estão ligadas às primeiras.

Numa extremidade da cadeia estão os documentos que serão tratados e, na outra, os resultados desse processo expressos em produtos documentários do tipo: referências, descrições de documentos, publicações secundárias e terciárias. (CINTRA et al, 2002, p. 24)

Segundo as autoras, este trabalho sistemático consiste em duas etapas: a primeira, caracterizada pelos procedimentos de aquisição ou identificação dos documentos (localização, triagem e escolha); na segunda etapa, ocorrem as operações de controle e registro do material ou tratamento intelectual, também entendidas como análise documentária (descrição bibliográfica, descrição do conteúdo, estocagem, busca e difusão).

De acordo com Novellino (1996), a representação da informação se baseia na sumarização do documento, entendido como o destaque da essência do documento, e envolve dois passos: o primeiro é a análise; o segundo, a atribuição de conceitos ao documento analisado. Entretanto, a representação da informação imagética se reveste de uma complexidade que leva os cientistas da informação a realizar escolhas metodológicas específicas. Entendemos que a representação da imagem vai além da simples descrição, pois trabalhamos diretamente na construção e para a construção de significados e com a interferência dos contextos de uso das imagens, prática que comparamos à ação de colocar uma legenda nas imagens.

Sobre esse tema, Heymann (2012) destaca as práticas das pessoas que trabalham com documentos, como os documentalistas e gestores de acervos, implicando processos de construção do objeto que conhecemos como “arquivo”. Essa visão crítica sobre a função dos arquivos e dos profissionais que neles trabalham fortaleceu-se na década de 1990 e entende “arquivo” como “um agente na construção de ‘fatos’ e ‘verdades’, como lócus de produção – e não simplesmente guarda – de conhecimento, como dispositivo do exercício de poder” (HEYMANN, 2012, p. 23).

Se avaliarmos as práticas de formação de arquivos pessoas, a problemática se torna mais complexa no momento da determinação da procedência e finalidade das imagens, pois, respeitando suas particularidades,

Nos arquivos, é recomendável e necessário que a fotografia seja tratada sob determinado aspecto, como documento igual aos demais: deve compor arranjos, ser descrita, ser classificada, ter seu lugar nos instrumentos de pesquisa e se tornar passível de recuperação e acesso. (MANINI, 2008, p. 128)

Podemos considerar que a descrição de um conjunto de imagens fotográficas, como a escritura de um texto, convida o leitor à sua leitura. Para Lara (2001, p. 6), “o trabalho classificatório procede por sucessivas aproximações, num processo inferencial e a partir de hipóteses. As inferências se desenvolvem por sucessivas aproximações e reformulações à regra”. O processo inferencial favorece a resolução de problemas e geração de uma nova informação.

Em nosso entender, o próprio processo de representação da informação imagética se inicia antes dos dois passos descritos por Novellino (1996). Para justificar esta afirmação, descreveremos as etapas do trabalho desenvolvido na representação da informação imagética realizada no Acervo José Simeão Leal (AJSL).

POR UM ARRANJO FOTOBIOGRÁFICO

A facilidade e a “normalidade” com que vivemos com as imagens digitais que nos cercam, que produzimos, compartilhamos, apagamos, salvamos nas nuvens, acumulamos, esquecemos sua existência e os contextos de sua produção, não devem esconder a imensa tarefa a ser realizada nos arquivos que guardam as inumeráveis fotografias em variados suportes.

Nossa pesquisa iniciou com o objetivo de analisar o conjunto de fotografias de um arquivo privado pessoal. A representação das redes de sociabilidade de José Simeão Leal a partir das informações das imagens foi nosso objetivo central inicial, entretanto, foi necessária a organização deste arquivo que era definido, até então, como Massa Documental Acumulada (MDA).

O acervo fotográfico de José Simeão Leal foi transferido do Rio de Janeiro para a Paraíba no ano de 2008, doze anos após seu falecimento. Tal fato dificultou o contato com testemunhas que trouxessem informações relevantes sobre os eventos captados pelas lentes das câmeras, descartando assim os relatos orais como fonte de informação.

À semelhança da abordagem literária, foram necessárias informações complementares encontradas em outros arquivos, em matérias jornalísticas, em diversas fontes de informação para contextualizar aquilo que as imagens informavam.

Como na abordagem antropológica, foi necessária uma ampla ordenação e reordenação do conjunto de imagens para delimitarmos uma sequência narrativa coerente e significativa sobre José Simeão Leal, prática justificada pela falta de orientação deixada pelo próprio editor paraibano sobre como organizar seu arquivo pessoal¹⁵.

Ao abordar o acervo pela primeira vez, voltamo-nos às ações que impedissem que os suportes fossem destruídos pelo tempo, desleixo ou má intervenção. Em seguida, realizamos a limpeza e o acondicionamento. A primeira organização, na realidade, foi uma pré-classificação com a função de agrupar os documentos fotográficos separando-os dos diversos tipos de documentos contidos no acervo (documentação em suporte papel, objetos tridimensionais, obras de arte e livros).

Significativo número dessas fotografias não tinha conexão com outras imagens do mesmo acervo (*avulsas*) ou anônimas, a exemplo de estar “sem autor declarado, local e data, onde a própria identificação do que é relatado já é difícil” (LEITE, 2000, p. 85). Nesta etapa, contabilizamos 850 fotografias que deveriam ser ordenadas, acondicionadas e seu conteúdo representado.

Tomamos a decisão de que as imagens fotográficas seguiriam os princípios adotados para a organização da correspondência que estava separada em duas grandes áreas ou duas dimensões: vida privada e vida

15 Não é comum encontrarmos indicações para a organização dos arquivos pessoais, sistematizadas pelo próprio ‘dono do acervo’. O arquivo do político Gustavo Capanema é uma exceção, pois o sujeito que o constituiu deixou orientações para sua organização ou um “meta-arquivo” (GOMES, 2000).

pública. As fotografias seriam arranjadas de acordo com as informações biográficas que tínhamos sobre José Simeão Leal. Com o quadro que correlaciona dados biográficos, espaço e tempo, definimos uma linha cronológica e iniciamos a montagem das narrativas pelas imagens que nos informavam sobre a vida privada do indivíduo, os ambientes familiares e os membros de sua família.

Quadro 1: Dados biográficos

Nº	REFERÊNCIA ESPAÇO-TEMPORAL	FUNÇÃO QUE EXERCEU
1	Recife / Rio de Janeiro; 1928 – 1933	Estudante de Medicina;
2	Rio de Janeiro / João Pessoa; 1933 – [?]	Médico;
3	João Pessoa; 1938 – 1943 [?]	Policial-médico;
4	João Pessoa; 1940 – 1943	Chefe do Serviço de Recenseamento da Paraíba;
5	João Pessoa; 1940 – 1943	Pesquisador – Inquérito alimentar na Paraíba;
6	João Pessoa; 1940 – 1943	Pesquisador de Cultura Popular na Paraíba;
7	João Pessoa; 1941 – 1944	Diversos cargos de diretor no Departamento de Serviço Público da Paraíba (DASP);
8	Rio de Janeiro; 1947 – 1965	Diretor do Serviço de Documentação do MES/MEC;
9	Rio de Janeiro; 1949 – [?]	Membro de comissões do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro;
10	Rio de Janeiro; [?]	Diretor da Escola de Comunicação da UFRJ;
11	Rio de Janeiro; 1949, 1950	Comissário Coordenador de Exposição das Bienais de São Paulo;
12	Rio de Janeiro; 1953, 1954, 1955	Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil;
13	Rio de Janeiro; 1958	Membro da Comissão Nacional de Folclore (CNFL);
14	Rio de Janeiro; 1958	Aluno da Escola Superior de Guerra (ESG)
15	Rio de Janeiro; 1961	Membro da Associação Internacional de Crítico de Arte;
16	Rio de Janeiro; 1976	Presidente da Associação Brasileira de Crítico de Arte;

17	Rio de Janeiro; 1961	Membro do Conselho Técnico do Museu Nacional de Belas Artes;
18	Paris e Nova Deli e Paris; 1951, 1956 e 1960	Representante do Brasil no exterior – Conferências da UNESCO;
19	Santiago do Chile; 1965 – 1967	Adido Cultural do Brasil no Chile;
20	Veneza; 1950	Representante do Brasil na XXV Bienal de Veneza;
21	Rio de Janeiro; década de 1950 a 1990	Artista-Plástico;
22	Rio de Janeiro; 1971 – 1979	Diretor da Escola de Comunicação da UFRJ;
23	Rio de Janeiro; 1969	Professor da Faculdade de Letras da UFRJ;
24	Rio de Janeiro; 1979	Diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

Fonte: adaptado de OLIVEIRA (2009); BARROS, 2012, p. 107-108.

Segundo Santaella (2012, p.80), “valores temporais e opções espaciais podem ser tomados como guias para a leitura da imagem fotográfica” na medida em que qualquer ato fotográfico recorta um espaço e congela o tempo: “o que ficou lá capturado interrompeu o *continuum* da existência dos seres e das coisas. Mas ganhou, com isso, a eternidade e a possibilidade de ser reproduzido em infinitas cópias” (SANTAELLA, 2012, p. 80).

Como afirmamos anteriormente, a escolha por um quadro com dados biográficos e corte espaço-temporal nos ajuda na definição de sequências de imagens ou, de acordo com os princípios da abordagem antropológica, montagens; entretanto, preferimos utilizar a expressão “sequência narrativa” para denominar cada montagem. A cada nova sequência de imagens, chegaríamos às informações sobre um determinado evento, em um mesmo espaço e tempo determinados.

Sempre partindo do quadro acima, definimos as sequências narrativas para todo o acervo. Iniciamos pelo momento em que o indivíduo se distancia da família e começa a construir novos laços de sociabilidade: das imagens de José Simeão Leal em família aos 16 anos de idade a José Simeão Leal como artista plástico, atividade que passou a se dedicar após a aposentadoria.

Em determinado momento, deparamo-nos com a sincronia: representação de atividades e papéis sociais que se desenvolviam no mesmo

período da vida de José Simeão Leal. Foi necessário que esses múltiplos papéis que o indivíduo assumiu durante a vida fossem ordenados de forma diacrônica: primeiro o médico, depois o editor do Ministério da Educação e Saúde, o intelectual e assim por diante de acordo com a narrativa por nós priorizada.

Nas tomadas de decisão nasciam as questões: O que era mais relevante? Suas atividades como médico ou sua atividade como produtor cultural? O que seria primeiro ordenado e representado? Nossa decisão de observar primeiramente a imagem e retornar aos dados biográficos nos auxiliou nessas escolhas. A prioridade era aquilo que as imagens nos informavam, ou seja, os indícios ou pistas visuais (cor ou esmaecimento da imagem, perda de suporte, interferência do fotográfico na constituição da imagem, na existência ou não de bordas, representação dos indivíduos etc.).

Para melhor compreensão, essas pistas ou indícios são observados quando percebemos:

- 1) informação escrita localizada sobre o suporte, em seu verso ou sobre a superfície sensibilizada; 2) informações sobre data de produção da imagem que integrou a própria representação, como placas com indicação do dia em que tal fotografia foi tirada, como ainda hoje são utilizadas para a utilização de fotografias em documentos oficiais; 3) contextualização dessas fotografias a partir da comparação com outras imagens localizadas em documentos pessoais que fazem parte do AJSL (passaportes, documento de identidade, carteiras de sócio de agremiações, carteiras de motorista, entre outros); 4) observação da passagem do tempo através das mudanças no referente da imagem que sua representação evidenciou, como, por exemplo, surgimento de bigodes no rosto adolescente, os sinais de amadurecimento do indivíduo adulto, características visuais que foram confrontadas com informações contidas em outras imagens fotográficas que poderiam confirmar ou não o momento de produção daquela imagem, em um exercício necessário de intertextualidade. (BARROS, 2012, p. 102)

Após a constituição das sequências/montagens, chegou o momento de ampliar as informações sobre as imagens fotográficas com a coleta de informações de outras fontes tentando demarcar a intertextualidade. Neste ponto, o aprofundamento na pesquisa em outros suportes de informação, como cartas, cartões e matérias jornalísticas, nos permite agregar informações às imagens e contextualizá-las com maior precisão. O próprio acervo José Simeão Leal conta com uma grande quantidade de matérias jornalísticas com criteriosa identificação da data e nome do veículo de circulação. Podia-se, então, observar que algumas imagens fotográficas preservadas no acervo haviam sido publicadas em jornais de circulação nacional ou local, fornecendo mais informação sobre personagens e contexto de produção das imagens. Nesta etapa do trabalho, foram agregadas informações externas ao universo imagético, o que nos remete à abordagem literária que discutimos anteriormente.

O resultado desse percurso foi a feitura do catálogo de imagens fotográficas onde foram agregadas informações sobre o suporte, a dimensão expressiva das imagens, a identificação dos sujeitos, a delimitação de tempo e espaço na representação imagética, indicação de sequência de imagens e definição de termos indexadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente dos arquivos públicos, os arquivos privados possibilitam maior liberdade na definição de projetos de comunicação e educação e maior conhecimento sobre seus donos. É um espaço que permite maior criatividade e interação com os visitantes/usuários.

O tratamento da imagem fotográfica também se assemelha, em alguns pontos, ao próprio ato de produzir a fotografia. No momento do 'clique', o fotógrafo amador ou profissional possui muitas possibilidades de enquadramento, ângulo, distância do objeto e cores. Como demonstramos anteriormente, o profissional da informação também se defronta com tomadas de decisões que têm como finalidade fazer a mediação entre as fontes de informação e os usuários.

Na Ciência da Informação, a representação de imagens se define como o processo de descrição e indexação de imagens. Entretanto, entendemos que esse processo se reveste de uma importância muito maior na medida em que pode interferir nos contextos de uso das imagens pelos usuários ou instituir uma memória ou um esquecimento. No processo de tratamento das informações imagéticas, é necessário refletir sobre a maneira pela qual o cientista da informação está direcionando a interpretação da imagem ou escrevendo a história de vida do sujeito que acumulou as fotografias em seu acervo.

Em momento algum, abordamos José Simeão Leal como biografado ou fotobiografado. Ele foi o fio condutor da análise de uma fonte de informações visuais. Ao definir uma sequência lógica para as imagens fotográficas, deparamo-nos com uma infinidade de possibilidades de interpretações e acabamos por “escrever” uma versão da história de vida do indivíduo em meio às redes de sociabilidades.

Semelhante às abordagens psicológica, antropológica e literária que discutimos, concordamos que a imagem tem o poder de trazer ao presente uma versão do passado, mas através da representação e nunca fiel ao acontecido. Da mesma forma que o esquecer acompanha o lembrar, inúmeras imagens permanecem em silêncio, não permitem a contextualização e não deixam os cientistas da informação passarem do nível superficial de leitura. Estamos limitados por este silêncio.

Por fim, após o confronto das metodologias discutidas acima, muito distante da perspectiva da Psicoterapia, a Ciência da Informação não busca uma cura imediata para uma ‘doença’ individual, mas realiza a intermediação entre os estoques de informação e os usuários. Ousamos dizer que trabalha em uma zona de conflito por onde perpassam disputas de memória, afirmações de deveres de memória e de abusos, discursos contraditórios e politicamente engajados, afirmações e reafirmações de identidades.

REFERÊNCIAS

- AUTUORI, S.; RINAUDI, D. A Arte em Freud: um estudo que suporta contradições. **Boletim da Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil – v. 34, n. 87, p. 299-319. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000200002. Acesso em: 05 jul. 2018.
- BARROS, K. C. Q. **Rede humana de relações**: relações de sociabilidade a partir do acervo fotográfico de José Simeão Leal. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BRUNO, F. **Fotobiografia**: por uma metodologia da estética em Antropologia. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2009. Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Instituto de Artes (Tese de doutorado). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000470077>. Acesso em: 19 ago. 2012.
- BRUNO, F. Uma antropologia das ‘supervivências’: as fotobiografias. In: SAMAIN, Etienne (org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora Unicamp, 2012. p. 91-106.
- CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Polis, 2002.
- DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- FERREIRA, S. P. A.; DIAS, M. da G. B. B. A leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 439-448, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a11>. Acesso em: 18 jul. 2014.
- GOMES, Â. de C. Capanema: o ministro e seu ministério. In: _____ (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 13-47.
- GOTLIB, N. B. **Clarice Fotobiografia**. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- GUERRA, C. B.; PINHEIRO, L. V. R. A imagem fotográfica como documento: desideratos de Otlet. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 10, 2009: João Pessoa. **Anais do X ENANCIB**. João Pessoa: UFPB,

2009. 16 p. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/69/1/PinheiroGENANCIB2009.pdf> Acesso em: 02 ago. 2014.

HEYMANN, L. Q. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra capa/ FAPERJ, 2012.

HUTCHEON, L. **Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac / Editora Hucitec, 2005. p. 39-45.

LARA, M. L. G. de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, L. S. de *et al.* **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: Editora UFF, 2010. p. 33-56. (Estudos da informação; v.1).

LEITE, M. L. M. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. 2 ed. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2000. (coleção Texto & Arte; 9).

MANINI, M. P. **Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários** (Tese de doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

MANINI, M. P. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTELO, L.; MORENO, N. A. (Orgs). **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina, PR: EDUEL, 2008. p. 119-183.

MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOVELLINO, M S. F. instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

NOVELLINO, M. Sallet F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **José Simeão Leal: escritos de uma trajetória**. João Pessoa. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, 2009. (CD-ROOM).

ORTEGA, C. D. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. Encontro Nacional

de Pesquisa em ciência da Informação (14). **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2287>. Acesso em: 12 out. 2013.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SANTAELLA, L. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANZ, F. **La fotobiografía: imágenes e historias del pasado para vivir con plenitud el presente**. Barcelona: Editorial Kairós, 2007.

SILVA, D. C. Narrativas biográfica e fotobiográfica no livro *Lamarca o capitão da guerrilha*. Encontro Regional de Estudante de Letras/NE, Feira de Santana, 2009. **Anais...** Disponível em: <http://www.uefs.br/erel2009/anais/denisesilva.doc>. Acesso em 12 mar. 2013.



10 AFONSO PEREIRA E SUAS FACETAS: um mergulho na memória social sob a perspectiva do acesso e uso da informação

Cely Alana Carvalho Modesto

Ana Cláudia Cruz Córdula

Alba Lígia de Almeida Silva

Geysa Flávia Câmara de Lima

INTRODUÇÃO

No escopo dos arquivos, permeados de memórias, é importante conhecermos a relação dos usos e dos usuários desta unidade de informação. Entender quem são os usuários a quem o arquivo serve, viabiliza a possibilidade de traçarmos estratégias de acesso e uso, seja por meio da elaboração dos instrumentos de pesquisa bem como das ações que aproximem o usuário do conteúdo informacional.

Nesse contexto, citamos, como exemplo, a elaboração de produtos de informação, como: vídeo, *folder* explicativo, até mesmo a elaboração de redes sociais, como meio facilitador no processo de viabilidade do acesso e uso da informação, os quais permeiam os documentos de arquivo.

O arquivo analisado nesta pesquisa trata-se de um arquivo pessoal, de caráter permanente, que possibilita o acesso a informações não apenas sobre a vida de seu titular, mas, sobretudo, de suas relações e contribuições de cunhos cultural, político e social no cenário da Paraíba.

Estudar o usuário da informação é entender “... como, e para quais fins os indivíduos usam informação, e quais os fatores que afetam tal uso” (FIGUEIREDO, 1994, p. 7). A partir das necessidades informacionais, os usuários buscam os documentos com a finalidade de suprir as suas demandas. Segundo Robredo (2003), o conhecimento do comportamento dos usuários da informação é imprescindível especialmente para promover o planejamento, o desenvolvimento e a prestação de serviços que atendam às suas necessidades. Assim, conhecer as necessidades informacionais da

comunidade a ser atendida é um ponto de partida para o planejamento das ações do arquivo para com a sociedade, especialmente nos arquivos históricos e culturais.

Em um arquivo administrativo, sabe-se que a finalidade é gerar informações relevantes para uma instituição. Já os arquivos pessoais possuem características diversas e distintas. Então, a partir dessa dicotomia, vislumbrou-se entender essa relação do uso e do usuário, como também reconhecer e conhecer o tipo de usuário que frequenta o Arquivo Afonso Pereira.

Nesta perspectiva, buscamos contribuir cientificamente para ampliar as discussões em torno do uso e do usuário da informação nos arquivos pessoais no cenário da Arquivologia, bem como contribuir com a melhoria das ações que envolvem os usuários do AAP. Foi mister trazer à tona o mapeamento do usuário e, sobretudo, do uso da informação, assim como entender que tipo de pesquisas e de publicações os usuários realizaram a partir das informações coletadas no referido arquivo.

Portanto, a partir do exposto, emergiram como questionamento as seguintes problemáticas: *Qual a realidade do uso e do usuário no Arquivo Afonso Pereira? Que tipo de usuário utiliza o Arquivo Afonso Pereira? Com que finalidade?* Ante o exposto, para responder ao questionamento, traçamos como objetivo geral: Analisar o uso e o usuário da informação no Arquivo Afonso Pereira, e como objetivos específicos: Caracterizar o usuário da informação do Arquivo Afonso Pereira; identificar o que o usuário busca no arquivo e descrever quais os produtos gerados através dos estudos e das pesquisas realizadas no Arquivo Afonso Pereira. Para alcançarmos os nossos objetivos, delineamos os caminhos metodológicos como veremos no tópico a seguir.

TRILHA METODOLÓGICA

Pesquisar é um processo metodológico de investigação com a intenção de descobrir determinada questão. Ele começa a partir do surgimento da curiosidade ou problema encontrado pelo pesquisador, proporcionando assim a (re) construção do conhecimento humano. Nesse sentido, o presente estudo consiste em abordagem de pesquisa quanti-

qualitativa e com relação às fontes de pesquisa, ela foi caracterizada como pesquisa de campo e documental.

Inicialmente realizamos a pesquisa bibliográfica para buscar conhecimentos necessários para a realização desta pesquisa, onde nos ancoramos em aportes teóricos que versam sobre: arquivo pessoal, Afonso Pereira, acesso e uso nos arquivos, entre outras temáticas. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002).

Em seguida, realizamos a pesquisa de campo no Arquivo Afonso Pereira, localizado na Praça João XXIII, nº 78, no Bairro de Jaguaribe (Jardim Glória), na Cidade de João Pessoa – Paraíba. Conforme Marconi e Lakatos (2008) relatam, a pesquisa de campo é uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir melhor os seus objetivos da pesquisa, bem como direcionar o meio de coleta de dados, entre outros pontos que se materializam à medida que o pesquisador passa a conhecer a realidade do campo da pesquisa.

No tocante ao método, consideramos recorrer à pesquisa documental, que, segundo Marconi e Lakatos (2008), tem como característica principal o fato de que a fonte de coleta de dados pode ser adquirida em documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Nesse contexto, optamos por trabalharmos com os livros de registros do referido Arquivo, o que caracteriza a pesquisa como documental, haja vista que tomamos como fonte primária de informação os registros materializados nos livros.

Os dados foram coletados em única visita ao Arquivo Afonso Pereira por meio de fotos das páginas dos livros de registro, e sua análise foi realizada utilizando-se o *software Excel* com a elaboração de gráficos do cálculo dos dados obtidos.

Para cada abordagem científica, há um ou mais métodos apropriados ao objeto de escolha do pesquisador. Em nossa pesquisa, utilizaremos a abordagem quanti-qualitativa. Partimos do tópico a seguir para termos uma compreensão de quem foi Afonso Pereira bem como uma análise acerca das suas contribuições.

AFONSO PEREIRA: um homem de múltiplas facetas

Afonso Pereira nasceu em 30 de outubro de 1917, no município de Bonito de Santa Fé, microrregião de Cajazeiras, no estado da Paraíba, porém foi registrado apenas três meses depois, no dia 18 de janeiro de 1918.

Em sua trajetória, Afonso Pereira conheceu a jovem Clemilde Torres por intermédio de uma de suas amigas, Clizete Torres, em meio à Festa das Neves no ano de 1944. Afonso Pereira casou-se com Clemilde Torres Pereira da Silva dia 11 de fevereiro de 1950, tendo com ela, duas filhas, Maria das Graças Pereira da Silva, a sua primogênita, e Ana Flávia Pereira Medeiros da Fonseca (**Imagem 1**). Afonso e Clemilde possuem cinco netos, sendo três filhas de Maria das Graças: Daniella, Marcella e Priscilla; e dois filhos de Ana Flávia: Arnaldo e Bárbara.

Imagem 1: Afonso Pereira com a esposa Clemilde Torres Pereira da Silva e com as filhas, Maria das Graças Pereira da Silva (à esquerda) e Ana Flávia Pereira Medeiros da Fonseca (à direita).



Em sua trajetória de vida, Afonso Pereira atuou em diversos cargos públicos e privados exercidos em vários campos, como professor, parlamentar, magistrado, administrador, jornalista, entre outros.

Em 05 de novembro de 1943, Afonso junto com um grupo de admiradores da boa música criou a Sociedade de Cultura Musical da Paraíba. No ano de 1944, foi convocado para servir o exército, em plena Segunda Guerra Mundial. Ainda em 1944, no dia 9 de agosto, o professor Afonso Pereira criou o Teatro do Estudante, no qual desempenhou diversas funções ao mesmo tempo, dirigindo ensaios, selecionando elencos, dentre outras. Em 1945, criou a Orquestra Sinfônica da Paraíba e logo após, em junho de 1946, o Conservatório Paraibano de Música que tinha por finalidade manter e ministrar o estudo da música (SILVA, 2007). Exatamente 10 anos depois, juntamente com o empresário Teotônio Neto, eles criaram o jornal Correio da Paraíba e a Editora Teone. Na eleição de 03 de outubro de 1954, Afonso ficou na suplência de deputado estadual da Paraíba pelo Partido Socialista Brasileiro, assumindo posteriormente o cargo, sendo um político exemplar e sem faltar a nenhuma sessão neste período. Como deputado, também foi responsável pela criação da expressão 'ensino médio' estabelecida 40 anos depois pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). (SILVA, 2017).

No campo da educação, Afonso Pereira criou por meio da Fundação Padre Ibiapina mais de 160 escolas espalhadas em todo o território paraibano. A Fundação foi criada em 1954 e surgiu devido à necessidade da implantação e interiorização da educação no estado da Paraíba, através da criação de cursos profissionalizantes e de graduação (SILVA, 2017).

Silva (2017) relata que no ano de 1966, o professor Afonso Pereira tomou posse na Academia Paraibana de Letras e no dia 11 de agosto de 1977, Afonso resolveu fundar a Academia Paraibana de Letras Jurídicas da Paraíba, convocando os bacharéis em Direito para uma reunião. Entendendo a importância de Afonso Pereira para a educação, a cultura e a arte na Paraíba, optamos por elaborar uma síntese de seus feitos nas áreas de educação, música, teatro, direito, jornalismo, política.

QUADRO 1: Áreas de atuação de Afonso Pereira

EDUCAÇÃO	CULTURA	ARTE (MÚSICA E TEATRO) NA PARAIBA	DIREITO, JORNALISMO E POLÍTICA
<ul style="list-style-type: none"> • Um dos fundadores do Instituto Paraibano de Educação (IPÊ) que após alguns anos passou a ser Centro Universitário de João Pessoa (Unipê). • Um dos fundadores do curso de Direito da UFPB. • Criador e Presidente da Fundação Padre Ibiapina. • Professor do Colégio Lyceu Paraibano. • Professor de Alemão, Francês, Latim, Grego, Português, Geografia, Ciências Naturais, Direito Autoral, entre outras. <ul style="list-style-type: none"> • Diretor do Instituto de Educação da Paraíba. • Chefe de Gabinete da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) entre os anos de 1966 a 1968. • Assessorou a instituir 275 unidades de educação na Paraíba. • Em 17 de outubro de 2011, o professor Afonso Pereira foi homenageado pelo Senado Federal, então presidido pelo senador José Sarney, com o título de “Maior Professor do Brasil”. • Membro da Academia Internacional de Letras. • Presidente e introdutor, na Paraíba, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficial do Exército Brasileiro. • Presidente da Academia Paraibana de Letras (APL). • Membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. • Sócio honorário da Associação Norte-Rio-Grandense de Astronomia. • Provedor da Santa Casa de Misericórdia. • Membro da Academia de Letras Jurídicas • Oficial do Exército Brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundador e Presidente da Sociedade de Cultura Musical. • Fundador do Conservatório Paraibano de Música. • Fundador da Orquestra Sinfônica da Paraíba. • Fundador do Teatro do Estudante da Paraíba. 	<ul style="list-style-type: none"> • Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). • Jornalista e Membro da Associação Paraibana de Imprensa (API). • Diretor e Fundador do Jornal Correio da Paraíba (1953). • Membro do Conselho de Notáveis do Jornal Correio da Paraíba. • Deputado estadual.

Fontes: Dados da Pesquisa, 2018.

Assim sendo, Afonso Pereira deixou um legado importante para a sociedade brasileira e principalmente paraibana, percorrendo diversas áreas no âmbito educacional, científico, político e cultural. Seu legado está materializado em seu Arquivo, um espaço que viabiliza, por meio do documento, acessarmos informações a respeito do titular e seus feitos, sua contribuição especialmente para a educação na Paraíba. Após 90 anos de luta pela cidadania através da educação, Afonso Pereira da Silva faleceu dia 08 de junho do ano de 2008 às 23h58min (SILVA, 2007; SILVA, 2017).

ARQUIVO AFONSO PEREIRA: um mergulho na memória social

O Arquivo Afonso Pereira localizado no bairro de Jaguaribe, na capital João Pessoa, foi fundado em 1998, com a finalidade de reunir e disponibilizar para a sociedade o acervo documental produzido e recebido do professor Afonso Pereira, ao longo de sua vida e o seu compromisso com a educação, política e cultura paraibana no século passado. A iniciativa de criar e de manter um arquivo privado partiu da esposa, Clemilde Torres Pereira da Silva (**Imagem 2**), impulsionada pela importância documental e por uma vontade de presentear o seu esposo Afonso Pereira que completara 80 anos. Tendo em vista que ele era um homem que já tinha muitos bens materiais, decidiu criar o Arquivo Afonso Pereira.

Imagem 2: Clemilde Torres, esposa de Afonso Pereira da Silva



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Fotografia: Ana Cláudia Cruz Córdula

Consideram-se arquivos privados, conforme o Art. 11 da lei nº 8.159/1991, “[...] os conjuntos documentais produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991, p. 455). Nesse sentido, os arquivos dessa natureza existem com a finalidade de disseminar os papéis desempenhados por qualquer cidadão que desperte interesse para a sociedade, ao oferecer informações sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica e cultural do tempo em que viveu.

Ainda na compreensão do contexto conceitual e dimensional dos arquivos pessoais, Bellotto (2007, p.207) destaca:

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos, recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado [...]. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, literários, cineastas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Atualmente é considerado o maior arquivo privado pessoal do estado da Paraíba, e possui raro acervo arquivístico, cujo último levantamento, realizado em 2015, apontou cerca de 30 mil documentos, aproximadamente 10 mil fotografias e mais de 200 painéis, os quais se encontram preservados e conservados, entre outros documentos (CARVALHO; MAIA; OLIVEIRA, 2017).

A organização física dos espaços se deu a partir da denominação de salas temáticas, iniciando-se pela recepção (**Imagem 3**) e seguindo a divisão das salas por letras alfabéticas relacionadas aos aspectos temáticos da vida de Afonso Pereira.

Imagem 3: Foto das áreas do Arquivo

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Fotografia: Cely Alana Carvalho Modesto

Na **Sala A** estão o Gabinete e a Biblioteca pessoal de Afonso Pereira. Nesse espaço, encontramos livros de Direito Romano, Direito Autoral, obras raríssimas, além de títulos de literaturas francesa, latina e grega. A **sala B** possui documentos referentes a Fotografias Particulares, Produção Literária, Currículo – Documentação, Correspondências e de seu cargo como Deputado Estadual. Ela revela o Afonso Pereira cidadão. A **Sala C** é formada por documentos que retratam a memória do professor Afonso Pereira, permeada com a memória da educação na Paraíba. Esta relava o lado educador de Afonso Pereira. Ela é composta por fotografias, documentos convencionais, objetos tridimensionais, que trazem a relação dele com a Fundação Padre Ibiapina, Faculdade de Direito de Souza, Universidade do Sertão, Entidades Criadas e Assistidas, Ensino Rural e a Cultura Francesa. A **Sala D** é formada por documentos que versam

sobre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Academia Paraibana de Letras (APLPB), o Observatório Astronômico da Paraíba, a Associação Interamericana do Direito Romano, além de Congressos e Direito Autoral. A **sala E** reflete um espaço voltado para abrigar documentos que relacionam Afonso Pereira com o Centro Universitário de João Pessoa- UNIPE, o jornal Correio da Paraíba, a Estação Ciência, a TV Comunitária de Ingá, a Orquestra Sinfônica da Paraíba, o Teatro do Estudante, o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, a Sociedade de Cultura Musical, Conservatório Paraibano de Música, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Instituto de Educação da Paraíba, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual de Cultura, Conselho Nacional de Serviço Social, Santa Casa de Misericórdia e Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Espaço que remonta a uma relação íntima de Afonso Pereira com a educação, abraçando também a cultura e a arte na Paraíba.

O Arquivo possui também a sala da Imagem e do Som onde temos DVDs, CDs, LPs e Fotografias. Possui um Auditório (27 de abril) no qual são realizadas Conferências, Cursos e Lançamentos e há uma Biblioteca pessoal intitulada: Pereira da Silva.

A vasta e valiosa documentação pertencente ao Arquivo Afonso Pereira se destaca pela multiplicidade de ações desenvolvidas por ele. A iniciativa de mantê-lo aberto aos estudiosos e pesquisadores possibilita diferentes linhas de pesquisas a serem exploradas. Isso demonstra que vários outros registros sobre outros assuntos podem ser encontrados, não só aqueles de caráter biográfico (SOUZA; FREIRE, 2005).

O Arquivo Afonso Pereira está organizado, preservando importante acervo e oferecendo uma rica fonte para a pesquisa, a partir de documentos diversos que revelam a sua trajetória, mas, sobretudo, a história de suas relações com diversas instituições, sua luta pela educação, pela cultura e pela arte na Paraíba. São documentos dos mais variados gêneros, suportes, espécies e tipos, que se relacionam direta ou indiretamente às atividades desempenhadas pelo produtor no decorrer de sua vida, contextualizando não apenas sua trajetória acadêmica, mas também o ambiente em que viveu e que o possibilitou ao desenvolvimento de seu trabalho (OLIVEIRA; SILVA; SILVA, 2016).

Nesse contexto, o Arquivo Afonso Pereira faz parte de um investimento na criação de uma instituição de memória individual e coletiva para evitar que essa memória seja esquecida. Assim, essa Instituição de memória é composta por espaços que atendem a dois desafios: do ponto de vista patrimonial - perpetuar sua missão de preservação do pensamento intelectual, literário, político, histórico, enfim, dos saberes contidos na sua coleção; do ponto de vista cultural - oferecer à comunidade um lugar para estudos e pesquisas.

Diante do exposto, atendendo à importância dessa instituição, faz-se necessário que a sociedade tenha conhecimento sobre a mesma de maneira a utilizar como fonte de pesquisa e de espaço cultural. Assim, a concretização desta pesquisa revela uma nova interpretação que os arquivos podem oferecer à sociedade um local onde o cidadão pode ter acesso às informações de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento.

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO: alcançando o usuário, atingindo o objetivo do arquivo

Levando-se em consideração que estudo é o tempo aplicado ao trabalho científico ou literário, visando à obtenção do conhecimento, e o usuário é o sujeito que carece de algo para satisfazer às suas necessidades, fica fácil a compreensão de que estudo de usuário é o estudo voltado para o conhecimento das suas necessidades, isto é, das necessidades do usuário (GAMA, 2014).

A literatura relacionada ao Estudo do Usuário na área de Arquivologia ainda é muito escassa, quando se compara a outros temas de estudo e quando se compara à área de Biblioteconomia. Corroborando esse pensamento, Balbino e Rocha (2016) afirmam que a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Documentação abarcam a maioria dos estudos direcionados aos usuários, diferentemente do estudo na Arquivologia, visto que Galvino (2006) e Castro (2013) asseveram que os estudos de usuários são módicos.

Balbino e Rocha (2016) relatam que Jardim e Fonseca (2004) pontuam hipóteses derivadas de sua pesquisa a respeito da escassez no conteúdo do Estudo do Usuário no campo da Arquivologia, alegando que o usuário do documento arquivístico não é um ator efetivo do processo de transferência de informação e, sim, um objeto do acesso à informação. Não

há aprofundamento teórico e/ou prático quanto ao tema, os estudos estão focados no arquivo permanente, sendo escassos os estudos que verifiquem o serviço, os produtos e os usuários de arquivos.

Porém, é extremamente necessário que o Estudo do Usuário seja ampliado aos arquivos, pois a partir desse estudo pode-se analisar se há acesso e uso efetivo da informação.

Conforme afirma Figueiredo (1994, p. 7):

Estudos de usuários são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada.

Neste caso, consideramos o arquivo como um centro de informação. Quanto ao usuário do arquivo, ponderamos ser aquele que necessita de informação para desenvolver suas atividades, podendo ser classificado de forma mais conhecida em dois segmentos, como usuários internos e usuários externos. Os usuários internos são os que produzem os documentos, se caracterizam por organizar, recolher, conservar e difundir, são parte da instituição que gerou a documentação. Já os usuários externos são aqueles que utilizam o arquivo por algum motivo, para uso pessoal e acadêmico, por exemplo. Outros autores utilizam outras classificações, por exemplo, Sanz Casado (1994) que classifica usuários como: usuário real, que é aquele que utiliza presencialmente os serviços do arquivo; e sabe como e onde buscar as informações de que necessita; usuário potencial, sendo este o que não utiliza os serviços de arquivo, embora tenha a possibilidade; e usuário virtual, aquele que utiliza a distância os serviços do arquivo, valendo-se dos meios de comunicação, telecomunicação e da informática como a *internet*.

Quanto ao uso, Figueiredo (1994) relata que é o que um indivíduo realmente utiliza. Um uso pode ser uma demanda satisfeita, ou pode ser o resultado de uma leitura casual (*browsing*) ou acidental (por exemplo, uma conversa), isto é, uma informação reconhecida como uma necessidade ou um desejo, quando recebida pelo indivíduo, apesar de não ter sido

manifesta em uma demanda. Os indivíduos podem utilizar somente o que está disponível, o uso é, portanto, dependente, fortemente, da provisão e acessibilidade do serviço da informação.

Hernandes (2012) afirma que o objetivo dos estudos dos usuários é poder proporcionar ao profissional da área da informação planejar de forma adequada os serviços de informação para atender, da melhor forma possível, às necessidades das pessoas que utilizam tanto a biblioteca, como os arquivos e museus. Corroborando Cé e Pedrazzi (2011), elas destacam que o estudo de usuário, nesse sentido, é uma ferramenta importante no planejamento dos serviços de informação, já que conhecendo seus usuários o profissional da informação pode propor novas maneiras de tratar, organizar, criar políticas de acesso aos acervos, visando melhorar a qualidade de atendimento.

É importante conhecer a relação dos usos e dos usuários da informação, saber quem são os usuários e o uso, pois essas informações servirão para a unidade de informação traçar as estratégias de acesso e uso, através dos instrumentos de pesquisa, bem como analisar como é que esse arquivo está sendo acessado e por quem, quais são os produtos que ele está gerando. Os resultados dos estudos de usuários oferecem uma visão geral dos problemas ou tendências dos usuários.

USUÁRIO DA INFORMAÇÃO NO ARQUIVO AFONSO PEREIRA: analisando o arquivo enquanto fonte de informação e memória

O ponto de partida desta pesquisa foi realizarmos um levantamento de todos os usuários do Arquivo Afonso Pereira, a partir da compreensão da importância do uso e do usuário da informação no Arquivo. Logo, buscamos entender como foi traçado esse percurso ao longo dos anos.

Para alcançarmos os objetivos, foram analisados os seis livros de registro de usuários existentes (**Imagens 4 e 5**) no Arquivo Afonso Pereira e, a partir da análise dos resultados, encontramos a caracterização do usuário da informação do respectivo arquivo. Nesse percurso, identificamos os usuários e descrevemos os produtos gerados através dos estudos e das pesquisas realizadas no referido Arquivo.

Os dados obtidos foram estratificados em anos para uma melhor análise, especificando as visitas através de eventos realizados no Arquivo e visitas espontâneas, aquelas realizadas por um interesse específico.

Imagem 4: Primeiro livro de Registro de Assinaturas



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

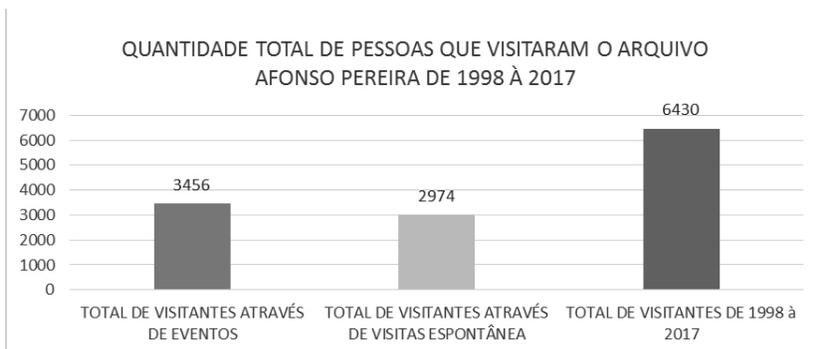
Imagem 5: Primeiro livro de Registro de Eventos



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Nesse contexto, no primeiro momento, buscamos observar um panorama geral com relação à quantidade de usuários que transitaram no arquivo ao longo de quase duas décadas de funcionamento. Para o presente artigo, consideramos analisar o intervalo de 19 anos, portanto, de 1998, ano de sua fundação, até o ano de 2017. Diante desse levantamento, elaboramos o **gráfico 01**, conforme segue.

Gráfico 01: Quantidade total de usuários que visitaram o Arquivo Afonso Pereira de 1998 a 2017



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Observamos que ao longo de dezenove anos, o Arquivo Afonso Pereira teve um total de 6.430 visitantes, dos quais 3.456 (53,78%) estiveram no arquivo em virtude da participação em eventos que ocorreram nas suas dependências. Ao passo que 2.974 (46,22%) usuários, estiveram no arquivo a partir de uma demanda pessoal, o que caracterizamos como visitas espontâneas, esses mais voltados para realização de pesquisas no Arquivo.

Diante do contexto geral dos usuários, ponderamos avaliar como se deu este panorama por ano, para visualizarmos em quais períodos houve uma busca maior por parte dos usuários no referido acervo, conforme veremos no **gráfico 02**.

Gráfico 02: Panorama geral de quantidade de usuários do Arquivo Afonso Pereira categorizados anualmente entre os anos de 1998 a 2017



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Diante desta fragmentação, podemos analisar como se deu o cenário do acesso e uso no arquivo Afonso Pereira, visualizando esse panorama, anualmente, desde a sua inauguração até o ano de 2017. Nesse contexto, destacamos os anos de 2004, 2010, 2014 e 2017, apresentando um quantitativo maior de visitas espontâneas, que são os usuários que estiveram no arquivo para suprir uma necessidade informacional específica, isto é, usuários que realizaram pesquisas no referido acervo, por uma demanda pessoal.

Por outro lado, com relação aos usuários que estiveram presentes no arquivo em virtude da participação em eventos, destacamos os anos de 2005, 2008, 2009, 2010 e 2012. Sobre este panorama, não podemos deixar de analisar os anos de maior acesso ao Arquivo, e, de uma forma

geral, independentemente do motivo, os anos que mais tiveram usuários foram os anos de 2008, apresentando um total de 706 usuários, seguindo com 2009, com um total de 727 e 2010, ano de maior fluxo de usuários no Arquivo Afonso Pereira nesses dezenove anos, apresentando um total de 884 usuários. Esse aumento da procura pelo arquivo, possivelmente, está relacionado ao fato de que o ano de 2008 foi marcado pela rememoração dos dez anos de falecimento do professor Afonso Pereira. Algumas solenidades ocorreram no arquivo, o que levou a um momento de evidência desse espaço de memória, despertando interesse de estudiosos, de literatas e da população em geral. Efeito observado nos anos subsequentes, 2009 e 2010.

Outro fato importante revelado pelos dados é que nos anos de 2000, 2001 e 2015, não ocorreu nenhum evento no arquivo, ocasionando uma redução no número de usuários. Esse período de 3 anos apresentou o menor índice, mostrando assim a importância da realização dos eventos para divulgação do acervo do Arquivo.

Buscando entender o acesso, mas, sobretudo, o uso deste arquivo, ponderamos analisar a materialidade das pesquisas realizadas no Arquivo Afonso Pereira. Para tanto, elaboramos o **quadro 2**. Por uma questão ética, optamos por indicar apenas as iniciais dos pesquisadores, isto é, dos usuários do arquivo.

QUADRO 02: Panorama das pesquisas realizadas no Arquivo Afonso Pereira

QUANTITATIVO	DATA	PESQUISAS (ASSUNTO/FINALIDADE)	USUÁRIO (S)
1	24/03/2006	Fundação Padre Ibiapina, com a Finalidade de produzir uma matéria jornalística para o jornal O Norte .	T. E. S. C.
2	08/05/2006	A Origem do Curso de Biblioteconomia na Paraíba com Finalidade de Colher Material para Apresentação de um Seminário .	E. F. N; T. S.; L. V; P. A.; T. S.
3	09/05/2006	Os Artefatos Arquivísticos como Elemento da Memória do Professor Afonso Pereira / Finalidade: Trabalho apresentado na Conclusão do Curso de Biblioteconomia na UFPB .	M. P. S. C. F.
4	17/06/2009	Pesquisa sobre a biografia do Professor José Rafael de Menezes que participou com Afonso Pereira da criação do CENEC.	V. C.

5	17/12/2009	Pesquisa sobre a biografia do musicólogo, genealogista e compositor Domingos de Azevedo Ribeiro.	J. A. F. B.
6	28/05/2010	Pesquisa sobre a UFPB, com o foco na Faculdade de Direito.	L. B. R. H. S; I. B. C.
7	31/05/2010	Pesquisa sobre a descrição em Nível de Entidade Custodiadora.	A; J; W.
8	01/06/2010	Elaboração de um instrumento de pesquisa, mais especificamente, um catálogo. Atividade de Conclusão da disciplina Arquivos Permanente (5º período do curso de graduação em Arquivologia-UEPB)	E. A. L; M. J. A. S; S. C. A.
9	17/08/2010	Pesquisa sobre o Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba entre os anos de 1950 e 1978.	P. A. F. C.
10	23/09/2010	Pesquisa Geral sobre o Arquivo Afonso Pereira	A. M; P. P.
11	2010	Aplicação de um questionário/Entrevista sobre o arquivo e seu acervo documental	C. B. M.
12	2010	Biblioteca privada particular de Afonso Pereira da Silva (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia - UFPB)	A. S. C;
13	02/06/2011	Pesquisa realizada sobre: Fotografia, memória, desenvolvimento, antropologia e análise sociológica.	S. R. A. H; K. C. P. S.
14	31/10/2011	Buscou informações sobre os usuários do Arquivo (Pesquisa)	J. D. R.
15	31/10/2011	Buscou informações sobre os usuários do Arquivo (Pesquisa)	P. L. M.
16	19/06/2012	Classificação do Arquivo para elaboração de um Guia da Instituição (UEPB) (Pesquisa)	A. C. C. F.
17	28/11/2012	Clemilde Torres e o Seu “Saber” Arquivístico. (Pesquisa)	A. C. C; B. A;
18	15/02/2013	Pesquisa para apresentação de Diagnóstico do Arquivo Permanente Afonso Pereira (Atividade de disciplina, curso de graduação em Arquivologia - UFPB)	P. F; N. R.
19	09/08/2013	Pesquisa para apresentação do artigo no Congresso de Gênero do PPGE, sobre Afonso Pereira: Homem de Cultura.	B. C. R. G.

20	15/08/2013	Investigar quais as técnicas e métodos são utilizados pelos profissionais que cuidam do Arquivo para manter o acervo conservado e como o mesmo foi organizado. (Pesquisa para disciplina do curso de arquivologia, UFPB)	Â. X; I. S; L. C; M. G.
21	10/12/2013	Pesquisa para conhecer a Vida de Afonso Pereira	R. F. S; J. E. S. A.
22	Sem Data	Relatório para a disciplina de Representação e Análise da Informação (UFPB)	D. M. S; J. S. A.
23	27/02/2014	Pesquisa sobre o Arquivo Afonso Pereira	A. D. S. S; A. K. S.
24	06/05/2014	Pesquisa para confecção da Fotobiografia do Prof. Afonso Pereira - Mestrado	E. F. G.
25	19/08/2015	Pesquisa para confecção da Fotobiografia do Prof. Afonso Pereira - Doutorado	E. F. G.
26	2015	Produtos e Serviços de Informações Arquivísticas: importância e aplicabilidade no Arquivo Afonso Pereira (TCC- curso de graduação em arquivologia -UFPB) (Pesquisa)	E. S. B. M.
27	2015	Pesquisa sobre as escolas públicas: Olivina Olivia, Instituto de Educação e Lyceu Paraibano	L. G. ; Y. V; C. R.
28	2015	Doutorado em História da Educação sobre o Instituto de Educação da Paraíba. (Pesquisa)	M. M. T.
29	13/10/2015	Mestrado em História da Educação Educação: Histórias e memórias da Professora Clemilde Torres Pereira da Silva (Pesquisa)	R. N. S.
30	2016	Documentário Afonso Pereira (Pesquisa)	C. L. B.
31	11/05/2017	Matéria Jornalística para Disciplina: Programação e Editoração Visual (UFPB)	F. C. M. G.
32	2017	Relatório da Visita ao Arquivo Afonso Pereira, realizada com a professora da disciplina Representação Descritiva da Informação Arquivística II (Graduação em Arquivologia -UFPB)	L. A; R. R; L. R; G. S.
33	18/10/2017	Pesquisa sobre a História do Atual Prédio da Reitoria da UFPB	L. P; F. G.
34	07/10/2017	Pesquisa sobre o Arquivo Afonso Pereira	M. F. A.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Além de pesquisas materializadas em forma de artigos, monografias, dissertações, entre outros, também ocorreram pesquisas que foram materializadas em livros, repercutindo, assim, no acesso e uso do Arquivo Afonso Pereira enquanto fonte de informação e memória.

Um dos primeiros livros publicados foi intitulado de ***Fundação Padre Ibiapina: semente fértil no solo da educação paraibana*** (Imagem 06), lançado em 2008, o qual retrata um pouco da história da Fundação Padre Ibiapina, fundada pelo professor Afonso Pereira. Esta obra é de autoria da filha de Afonso Pereira; da professora do Departamento de Ciência da Informação, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira e da bibliotecária, Ilza da Silva Fragoso.

Imagem 06: Livro publicado a partir de pesquisas realizadas no Arquivo Afonso Pereira



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dois anos depois, no ano de 2010, foi lançado outro livro, este remontando às relações de Afonso Pereira com o Teatro na Paraíba, o mesmo foi intitulado: ***Afonso Pereira e o Teatro do Estudante da Paraíba: educando pela arte dramática*** (Imagem 07). Esta obra retrata um pouco do envolvimento de Afonso Pereira com o teatro, trazendo à tona suas contribuições. Este livro teve como autoria as professoras Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira e Nilza Barbosa Rosa, além de Tatiana Losano de Abreu.

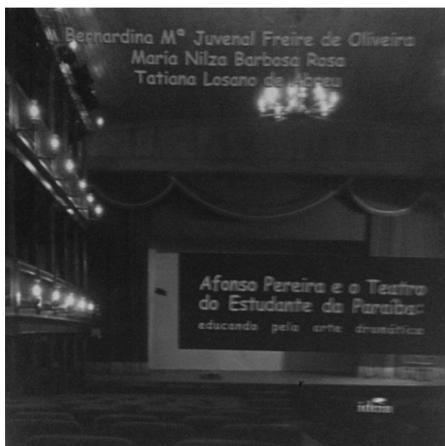


Imagem 07: Livro que retrata as relações de Afonso Pereira com o teatro na Paraíba

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já no ano de 2012, foi lançado o livro *Afonso Pereira e o campo musical na Paraíba*, abrangendo a relação entre Afonso Pereira e a música. Livro de autoria das professoras Bernardina Maria J. Freire de Oliveira e Maria da Vitória B. Lima, e de Guilliana Marques Moraes.



Imagem 8: Obra intitulada Afonso Pereira e o campo musical na Paraíba

Fonte: Dados da Pesquisa.

A produção de livros, provenientes de pesquisas realizadas no Arquivo Afonso Pereira, crescia, e no ano de 2013 foi a vez do livro *As marcas do caminho* (Imagem 9), que registra em pequenas partes as marcas deixadas por cada um dos reitores do Ipê/Unipê ao longo de mais de 40 anos de instituição.



Imagem 9: Livro sobre a história do UNIPÊ, fruto de pesquisas realizadas na documentação do Arquivo Afonso Pereira

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2015, foi lançado o livro *O sentido da vida: quando o amor procura* (**Imagem 10**), o qual retrata um pouco da história de amor a partir das cartas trocadas entre Afonso Pereira e sua esposa, Clemilde Torres, antes do casamento. Este livro é de autoria da própria Clemilde Torres Pereira.



Imagem 10: Obra que revela através das cartas o amor de Clemilde e Afonso Pereira

Fonte: Dados da Pesquisa.

No ano seguinte, em 2016, foi a vez de revelar a relação de Afonso Pereira com o jornalismo, logo, lançou-se o livro: *Afonso Pereira: uma voz no jornalismo* (**Imagem 11**). Esta obra relata um pouco da história de Afonso como jornalista e sua importância para o jornalismo paraibano. Esta obra é de autoria de Clemilde Torres.

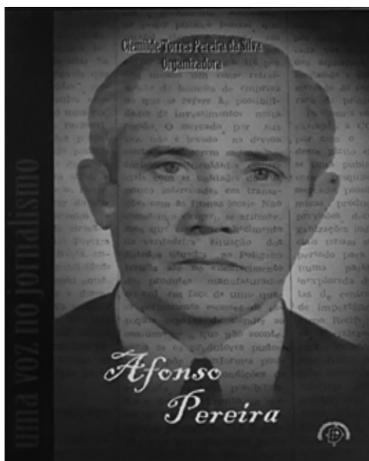


Imagem 11: Afonso Pereira: uma voz no jornalismo

Fonte: Dados da Pesquisa.

O ano de 2017 remonta a uma obra em homenagem ao centenário de Afonso Pereira, obra que tomou por base o acervo fotográfico presente no arquivo. Nesse sentido, foi lançado o livro intitulado: *Afonso Pereira da Silva: centenário fotobiográfico* (Imagem 12), também de autoria da senhora Clemilde Torres Pereira.

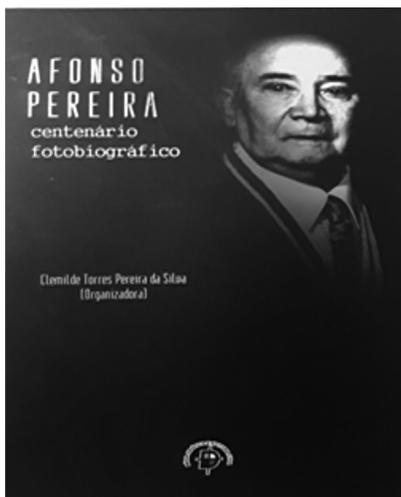


Imagem 12: Obra em homenagem ao centenário de Afonso Pereira

Fonte: Dados da Pesquisa.

Diante desse cenário que concretiza o uso das informações que permeiam o Arquivo Afonso Pereira, percebemos que ao longo de sua

existência este acervo serviu e serve aos pesquisadores como fonte de informação e memória, revelando, à medida que vem sendo utilizado, informações que versam para além da vida de seu titular, mas que subsidiam pesquisas em torno de outras temáticas, de pessoas, de lugares que tiveram relação com Afonso Pereira. A exemplo disso, identificamos pesquisas sobre: a Fundação Padre Ibiapina, a origem do curso de Biblioteconomia na Paraíba, a biografia do Professor José Rafael de Menezes, a biografia de Domingos de Azevedo Ribeiro, sobre a UFPB, com o foco na Faculdade de Direito, sobre o movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba, sobre Clemilde Torres, sobre as escolas públicas: Olivina Olivia, Instituto de Educação e Lyceu Paraibano, sobre a História do Atual Prédio da Reitoria da UFPB, bem como sobre a Educação na Paraíba. O que corrobora a ideia de que o arquivo revela para além do seu titular, revela suas relações a partir dos documentos produzidos e/ou recebidos ao longo de sua vida.

Nessa caminhada, pudemos constatar também que o Arquivo Afonso Pereira serve como uma espécie de laboratório, possibilitando um espaço de práticas no contexto das universidades públicas de João Pessoa (PB), seja no âmbito dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Educação, Jornalismo, entre outros. Viabiliza, também, a elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Dissertações, Teses, bem como a elaboração de trabalhos acadêmicos de uma forma geral, levando à publicação de artigos, livros, capítulos de livros, entre outros.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar o usuário da informação do Arquivo Afonso Pereira, identificar o que o usuário busca no arquivo e descrever quais os produtos gerados através dos estudos e das pesquisas realizadas no Arquivo Afonso Pereira.

Os resultados demonstraram que aproximadamente 53,78% são de visitas através de eventos e 46,22% são de visitas espontâneas. Ou seja, a maioria dos usuários foi ao Arquivo com objetivo apenas de ir a um evento e não por motivo de pesquisa ou curiosidade. Já as visitas espontâneas foram

realizadas por pessoas do meio acadêmico como professores, estudantes, universitários, mestrandos e doutorandos e esses visitantes espontâneos fizeram pesquisas e geraram produtos.

Diante do exposto, é inegável a importância do Professor Afonso Pereira e do seu Arquivo pessoal para a sociedade. Após as análises, percebemos que o Arquivo Afonso Pereira está sendo muito utilizado para outras finalidades, como eventos, que indiretamente promovem a divulgação do acervo. Acervo esse que conta com um vasto arsenal de informações que não tratam apenas da vida do Professor Afonso, mas também de outros assuntos nos quais ele teve uma relação, a exemplo da história do teatro na Paraíba. Ou seja, o Arquivo possui uma riqueza de informações acerca da cidade de João Pessoa, do estado da Paraíba, da cultura, da educação, da arte. Como a maioria das visitas espontâneas são feitas por pessoas do meio acadêmico, seria interessante fazer também um estudo a respeito do *marketing* do Arquivo Afonso Pereira para que ocorra uma maior divulgação do acervo e seus visitantes espontâneos sejam diversificados, pois qualquer cidadão pode ter acesso aos documentos contidos ali. É relevante destacar que os livros de registro sejam mais bem distribuídos para facilitar tanto a vida dos profissionais do Arquivo como também dos pesquisadores que venham a se interessar em pesquisar a respeito dos usuários do Arquivo Afonso Pereira. Destacamos que o AAP serve a qualquer cidadão, e principalmente aos pesquisadores, estudantes, universitários e professores. É necessária uma ampliação na divulgação desse acervo para que a sociedade tome conhecimento de sua existência e, assim, amplie-se a frequência das visitas espontâneas ao referido arquivo.

REFERÊNCIAS

BALBINO, G.M.S; ROCHA, E.C.F. Estudo de usuário interno em serviços de arquivos de recursos humanos: avaliação da qualidade de serviços e necessidades de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, out. 2016.

CARVALHO, F.B.F; MAIA, M.E; OLVEIRA, B. M. J. F. Difusão Cultural no Arquivo Afonso Pereira: o teatro do estudante da Paraíba e sua construção expográfica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 73-90, dez. 2017.

CASTRO, R. M. Estudo do perfil de usuário de um acervo arquivístico, XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação – Florianópolis-SC, **Anais...**, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1525/1526>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CÉ, Graziella; PEDRAZZI, Fernanda. Estudo de usuários como recurso para a difusão de um arquivo: o caso da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **Biblos**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 75-90, ago. 2012. ISSN 2236-7594. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2277/1501>. Acesso em: 10 out. 2018.

FIGUEIREDO, Nice. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília: Ibict, 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

GALVINO, C. C. T. **Estudo de Usuários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano**. Recife, 2006. Disponível em: http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Estudo_DeUsuarioApeje2006.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

GAMA, Y. M. S. **Uso da informação**: estudo de usuário realizado no arquivo do setor de escolas extintas da secretaria de educação da Paraíba. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed, Editora Atlas, São Paulo, 2002.

HERNANDES, C. P. **Metodologias Utilizadas nos Estudos de Usuários em Arquivos**. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação) – Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2012.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. K. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, ARTIGO 04, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, B. M. J. F. O; SILVA, S. L. A. S; SILVA, A. C. S. **Arquivo Afonso Pereira**: fonte de informação e registro da memória. XX ENEARQ RIO, 2016.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, SSRR Informações, 2003.

SANZ CASADO, E. **Manual de estudios de usuarios**. Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Madrid: Editora Pirámide, 1994.

SILVA, C. T. P. **Noventa anos de Afonso Pereira**. João Pessoa: Editora Unipê, 2007.

SILVA, C. T. P. **Afonso Pereira da Silva**: centenário fotobiográfico. João Pessoa: Mídia, 2017.

SOUZA, L. B. R. H.; FREIRE, B. M. J. Afonso Pereira: por entre as raízes da memória biblioteconômica paraibana, **Biblionline**, v. 1, n. 1, 2005.

11 O *RATIO STUDIORUM*: documento / monumento guardião de memória da educação

Danuta Carolina das Neves Correia
Bernardina M. J. Freire Oliveira

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a relação do *Ratio Studiorum*, considerado guardião da memória, especificando elementos para uma reflexão sobre a história da educação no Brasil, um discurso articulado às contribuições de autores que instigam reflexões para a temática. Ao subsidiarmos-nos da literatura científica da História, da História da Educação e da Memória Social, buscamos por meio de uma análise hermenêutico-dialética mostrar a influência do pensamento jesuítico na formação de nossas escolas, desde a criação da Companhia de Jesus, em 1549, por Inácio de Loyola.

Em linhas gerais, a proposta de estudo consiste em fornecer elementos para uma releitura do espaço jesuítico no Brasil, na atualidade, por duas perspectivas: a primeira propõe compreender o *Ratio Studiorum* como um campo com potencial de estudos e que ainda tem muito a contribuir para o conhecimento da memória da educação. A segunda analisa a questão do *Ratio Studiorum* como guardião da memória devido à sua importância para a memória da pedagogia.

O estudo do *Ratio Studiorum* como documento/monumento guardião da memória se apoia na influência de tal conjunto normativo tanto do ponto de vista pedagógico como administrativo para a pedagogia da Modernidade, fato apontado por Franca (1952, p. 6), quando este reconhece o *Ratio* como “um sistema pedagógico que tem em seu abono a prova decisiva de uma experiência multissecular”. E mais, caracteriza o estudo desse documento como “um trabalho com a segurança dos resultados mais positivos, [...] a certeza de deparar muitos destes elementos da pedagogia

perene que mergulha as suas raízes nas profundezas da própria natureza humana”. E, por fim, o autor ainda propõe aos educadores da atualidade que os “problemas agitados” por eles “encontrariam [...], num princípio ou numa sugestão do *Ratio*, a inspiração bem-vinda de uma solução feliz” (FRANCA, 1952, p. 6).

O *Ratio Studiorum* é um documento histórico de inegável importância para a educação desde o século XVI até a Contemporaneidade. Tal acervo normativo está impregnado da memória do longo período histórico em que foi construído, assim como da voz de cada um dos educadores religiosos, os quais foram autores ativos desse documento, que foi elaborado graças à colaboração de muitos, podendo-se dizer que foi “construído a muitas mãos”, inclusive considerando as alterações e revisões textuais propostas pelos educadores jesuítas espalhados pelos diversos colégios que a Companhia mantinha pelo mundo afora. Ressalta-se ainda que essa visão – a ação individual, e ao mesmo tempo coletiva, para a elaboração do *Ratio* – é o que o faz ainda mais fascinante enquanto guardião da memória, pois se desvela uma construção eminentemente já coletiva no fazer educativo.

Nos tempos atuais, a memória aparece como objeto de discussões públicas, sendo essencial para a criação de identidades individuais e coletivas. Assmann (2011, p. 20) esclarece que “o fascínio [...] pelo tema da memória parece ser uma evidência de que diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação”, de modo que, para a autora, a memória “é um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar” (ASSMANN, 2011, p. 20).

COLETIVIDADE NA ELABORAÇÃO DO *RATIO STUDIORUM*

A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 e instituída por meio da bula papal em 1540. Considerando que os primeiros Colégios da Companhia de Jesus (Colégio de Messina, fundado em 1548, e Colégio Romano, fundado em 1551) surgiram pouco tempo após esses fatos, tais instituições educacionais tinham o *Ratio* como documento norteador para

sua prática pedagógica e administrativa, logo, para o seu funcionamento. As Constituições da Ordem, publicadas por Inácio de Loyola e aprovadas pelo Papa Júlio III em 1550, além dos Exercícios Espirituais, aprovados em 1548 pelo Papa Paulo III, ambos os documentos objetivavam “regular a vida comum e o comportamento dos membros da Ordem”. As Constituições versavam especificamente sobre a “vida comunitária” dos jesuítas, “seus deveres e regras” a serem cumpridas pelos religiosos, enquanto os Exercícios Espirituais, como o próprio nome antecipa, abarcam a “espiritualidade de cada membro” que compunha ou pretendia ser partícipe da Ordem dos Jesuítas (TOLEDO, 2000, p. 182).

Franca (1952, p.16) aponta que Santo Inácio já demonstrava a preocupação com a atuação educativa dos jesuítas quando na IV Parte das Constituições de 1552, ele deixou delineadas “as linhas mestras da organização didática e [...] o espírito que deveria animar toda a atividade pedagógica da Ordem”. Entretanto, o autor afirma que o próprio Inácio de Loyola adverte que “as diretivas traçadas nas Constituições não eram, nem deveriam substituir um plano pormenorizado de estudos e um código prático de leis que lhes facilitasse e uniformizasse a organização” (FRANCA, 1952, p. 16). Desta feita, o *Ratio Studiorum* seria, no entendimento de Franca (1952, p. 17), “o complemento natural e indispensável das Constituições”.

Considerando apenas a vertente educativa da Ordem religiosa, tanto o Colégio de Messina quanto o Colégio Romano seguiam, separadamente, seus próprios critérios administrativos e pedagógicos para o funcionamento, tendo como norte apenas a IV Parte das Constituições escrita por Loyola. O padre Jerônimo Nadal atuou como reitor de ambos os colégios, primeiro em Messina e depois em Romano, onde também ocupou o cargo de prefeito de estudos. A experiência de Nadal à frente da gestão desses dois colégios o qualificou para, tomando como base as normas utilizadas nessas duas instituições, promover uma primeira tentativa de unificação, em termos de orientações administrativas e educativas dos colégios jesuítas, os quais já se multiplicavam tanto na Europa como nas suas colônias das Américas e da África, por meio de um conjunto abrangente de normas com o intuito de nortear esses colégios. Os esforços de Nadal foram finalizados com louvor pelo padre Claudio Acquaviva, o qual esteve à frente da Ordem como Geral

desde 1581, culminando na construção do *Ratio Studiorum* em sua versão final em 1599.

É preciso salientar que antes de 1599 houve outras empreitadas, conduzidas por Acquaviva com o mesmo objetivo de unidade educacional dos colégios jesuítas, sobretudo no que diz respeito às práticas de gestão pedagógicas desses colégios, uma espécie de normativa administrativa. Em 1586, Acquaviva enviou aos Colégios da Ordem uma primeira versão do texto proposto juntamente com a orientação de que se formasse uma comissão com os 5 professores mais bem preparados, a qual deveria, após análise, elaborar e devolver ao Geral um relatório contendo as devidas críticas e impressões acerca do documento. Posteriormente, em 1591, Acquaviva reenvia uma nova versão das regras já modificadas conforme as propostas da avaliação anterior. Cabe notar que a primeira versão se tratava apenas de um documento para uso interno, não apresentando nenhum caráter prático, enquanto a segunda versão trazia consigo a proposta de utilização pelos Colégios, como uma tentativa de testar as normas que o compunham. Passado o período de três anos, que compreendia o período de testes, proposto nas orientações do Geral, novamente era escolhida uma comissão para relatar as experiências e enviar o relatório a Acquaviva. Finalmente, observando todas as críticas e proposituras pertinentes, o Geral deu-se por satisfeito com a tarefa de construção coletiva e publicou a versão final do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, ou simplesmente *Ratio Studiorum* em 8 de janeiro de 1599. O *Ratio* configura-se como um conjunto 467 regras, as quais normatizavam e unificavam as atividades educativas e de gestão a serem adotadas em todas as instituições escolares que se encontravam sob a responsabilidade dos padres da Companhia de Jesus. Tais regras compreendiam “os planos, programas e métodos da educação católica”, privilegiando o dogma e a conservação da tradição da Igreja Católica daquela época (GADOTTI, 2005, p. 65).

O ideal maior da pedagogia jesuítica era a glória de Deus, ou seja, a “manifestação das perfeições e excelências divinas na realização perfeita dos planos da obra criadora e redentora”. Sendo essa obrigação abraçada pelos padres da Companhia de Jesus: “levar o homem ao conhecimento e à consecução deste [...] destino”, como a forma encontrada por esses

religiosos de “salvar o homem e glorificar a Deus” (FRANCA, 1952, p. 77-8). Por fim, Franca (1952, p. 78) constata que “o ideal educativo que norteia as atividades pedagógicas da Companhia” é a própria “realização plena da natureza humana elevada à ordem sobrenatural de acordo com os desígnios divinos”.

No *Ratio Studiorum*, afirma Gadotti (2005, p. 65), “[...] tudo estava previsto, incluindo a posição das mãos e o modo de levantar os olhos, para evitar qualquer forma de independência pessoal”. Manacorda (1992, p. 202) corrobora essa afirmação ao dizer que “a disciplina exigia que se obedecesse *perinde ac cadaver*”, isto é, controle total até a morte. A educação proporcionada pelos colégios jesuítos era integral. Nas palavras de Franca (1952, p. 71), “ao lado da instrução que desenvolvia e opulentava a inteligência” também estava prevista “a formação de outras aptidões e faculdades que aparelhavam o homem para a vida” como a arte da escrita e o teatro. Isto posto, pode-se perceber, corroborando Franca, que o *Ratio Studiorum* se compunha “num plano bem estruturado e harmonioso”, cuja capacidade agregadora fazia convergir todos os âmbitos das atividades educativas do colégio, a saber: administração, currículo, metodologia, distrações, unicamente visando a esta educação integral dos seus estudantes.

O método pedagógico jesuítico, o *Ratio Studiorum*, reunia num único documento as aplicações práticas e os estudos teóricos utilizados ao longo da história da Companhia de Jesus, sendo fundamental na compreensão das características da educação jesuítica. De acordo com o Padre Leonel Franca (1952), o objetivo principal do *Ratio Studiorum* era homogeneizar o ensino jesuítico nas diferentes regiões que a Companhia alcançou por meio de seus missionários.

Para Gadotti (2005, p. 72), o *Ratio Studiorum* “é um plano de estudos, de métodos e a própria base filosófica dos jesuítas, [...] e representa o primeiro sistema organizado da educação católica”.

No entendimento de Franca (1952, p. 44), o *Ratio Studiorum* trata-se de “um manual prático que preconiza métodos de ensino e orienta o professor na organização de sua aula”, cuja finalidade é formar “os novos estudantes no saber e em tudo quanto pode contribuir para o auxílio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderam” (Regra 1 do Reitor).

Cambi (1999, p. 261), por sua vez, caracteriza o *Ratio* como um documento elaborado a partir das “considerações pedagógicas contidas nas Constituições da Companhia”, tendo-as, assim, como a base do “programa formativo de caráter católico que se estende a todos os colégios jesuíticos do mundo”. Esse autor (1999, p. 293) salienta que o *Ratio* influenciou sobremaneira as “iniciativas escolares da Europa daquela época e também nas seguintes”, principalmente no que tange à “realização de um sistema público de instrução”.

Precisamente, devido à maneira que foi elaborado, o *Ratio Studiorum* carrega consigo essa concepção de ‘Modernidade’, e sua relevância também se estabelece quando se reconhece o intervalo de meio século empregado na construção dessas normas. Para a sua versão final, foram consideradas também as opiniões dos Reitores, as quais resultaram dos diversos relatos das experiências desenvolvidas no interior dos Colégios, e das comissões de professores que foram constituídas com a única finalidade de analisar o texto proposto caracterizando a sua construção coletiva. Por conseguinte, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que o *Ratio Studiorum* apresenta influência multissecular para a pedagogia moderna.

Os colégios jesuíticos trazem como novidade para o mundo da Modernidade um “ambiente educativo rigoroso e coerente, organizado segundo uma severa disciplina, mas aberto para fora através das cerimônias, dos prêmios e das disputas” (CAMBI, 1999, p. 263). Nota-se no texto de Cambi (1999, p. 263) a ênfase acerca da obediência e do “clima sensório e de vigilância próprio das instituições educativas dirigidas pelos jesuítas”. Isto, para o autor,

[...] representa os limites mais evidentes de uma experiência que, se tem o mérito de recolher os elementos ideologicamente mais neutros dos *studia humanitatis* e de introduzi-los no currículo formativo das classes dirigentes, exercendo assim uma grande influência sobre os costumes sociais da época, não consegue porém colher e representar as instâncias do mundo moderno para as quais serão necessárias novas orientações de pensamento (CAMBI, 1999, p. 263).

Acompanhando as colocações de Cambi, Franca (1952) também faz uma reflexão acerca do contexto histórico em que se dá a construção do

Ratio, qual seja a segunda metade do século XVI, a qual carrega consigo, e, por conseguinte, preenche o *Ratio Studiorum* com o “indelével o cunho do Renascimento” em que o período estava imerso. Franca explica essa inter-relação e essa interdependência entre a época histórica e o conteúdo humanístico do *Ratio* ao ressaltar que

Todo código de educação espelha necessariamente a fisionomia da época em que nasceu. Educar não é formar um homem abstrato intemporal, é preparar o homem concreto para viver no cenário deste mundo. As mudanças profundas neste cenário, acentuando novas exigências e focalizando novos ideais, refletem-se nos métodos e nos programas destinados a preparar as gerações que sobem para as necessidades imperiosas da vida (FRANCA, 1952, p. 75).

Dois princípios fundamentais, a educação humanista e a educação ativa constituem os valores perenes da pedagogia da Companhia. A finalidade da educação jesuítica abrange “todos os seus aspectos individuais e sociais, intelectuais e religiosos” (FRANCA, 1952, p. 79). Franca expõe as impressões de Ledesma quanto à existência das escolas serem necessárias como meios de

Subministrar ao homem a abundância de recursos para as exigências da vida; contribuir para a sábia elaboração das leis e boa administração da cousa [sic] pública; dar à própria natureza racional do homem todo o seu esplendor e perfeição; assegurar melhor a defesa, o ensino e a difusão da religião; e assim, com maior facilidade e segurança, encaminhar os homens ao seu último destino. (FRANCA, 1952, p. 78)

Como esclarece Franca (1952, p. 78), esse ideal humanista dos colégios da Companhia de Jesus confere ao *Ratio Studiorum* não apenas uma espécie de “solidez da verdade, mas um princípio unificador, uma hierarquia de valores, uma convergência de estímulos, uma eficiência de ação sobre as profundezas da consciência, que, indispensáveis e insubstituíveis, lhe asseguram um resultado definitivo”.

Na Organização Didática, encontram-se as 467 regras, distribuídas em 30 capítulos que compunham o *Ratio Studiorum* e abarcavam todas as atividades pedagógicas realizadas pelos educadores jesuítas em seus colégios, regulamentando “rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico: a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina” (MANACORDA, 1992, p. 202).

Existiam as regras do provincial, do reitor, do prefeito de estudos, dos professores, em geral, e, especificamente, por disciplina ministrada. Regras que tratavam da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos, e finalizavam com as regras das academias (SAVIANI, 2011). Ou seja, é perceptível que o *Ratio Studiorum* abordava os diversos aspectos existentes no colégio jesuítico, desde a organização administrativa do colégio às ações dos diferentes responsáveis pelas funções pedagógicas, além da própria disciplina que deveria ser obedecida pelos alunos. Isso é confirmado pela análise de Franca (1952, p. 43), quando o autor reconhece que “o *Ratio* não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios”, é, ao contrário disto, “uma coleção de regras positivas e uma série de prescrições práticas e minuciosas”.

No *Ratio Studiorum*, o currículo dividia-se em duas secções distintas: inferiores e superiores, chamadas classes, de onde derivou a denominação “clássico” a tudo o que dissesse respeito à cultura de autores greco-latinos, como apresentado a seguir (Quadro 1):

Quadro 1: Divisão Curricular dos Estudos ministrados nos Colégios da Companhia de Jesus

CLASSES	PERÍODO DE DURAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR
Inferiores	Seis anos	<ul style="list-style-type: none"> • Retórica • Humanidades • Gramática
Superiores	Três anos	<ul style="list-style-type: none"> • Filosofia Geral <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lógica ▪ Moral ▪ Física ▪ Metafísica ▪ Matemática

Fonte: Franca (1952).

Em relação ao seu plano didático-metodológico, o *Ratio* utilizava “o método da *praelectio* e da *concertatio*, acompanhados da atribuição de tarefas escritas e repetições orais a fim de reforçar a memória” dos estudantes (CAMBI, 1999, p. 262).

Franca (1952, p. 56) considera a metodologia como “a parte mais interessante e mais desenvolvida do *Ratio*”. Para este autor, “os processos didáticos adotados para a transmissão de conhecimentos” adicionados aos “estímulos pedagógicos” quando “postos em ação” asseguram “o êxito do esforço educativo”, pois possibilitam a orientação dos novos professores, além de “unificar o sistema de ensino e a tradição pedagógica da Ordem”. O padre Leonel Franca (1952) introduz seu estudo sobre o método pedagógico dos jesuítas apontando a importância de tais regras para a pedagogia da época moderna. Outros estudiosos, depois dele, como Manacorda (1992), Cambi (1999), Saviani (2011), também corroboram tal expectativa em relação ao *Ratio*, aceitando este papel do *Ratio Studiorum* como alicerce das legislações escolares que vieram posteriormente a tal método, sobretudo no que se refere ao ensino das primeiras letras, tido atualmente como ensino fundamental.

A grandiosidade pedagógica e doutrinária do *Ratio Studiorum* e, por conseguinte, da educação jesuítica afirma-se, pois, independentemente de “alguns retoques”, no texto integral que “permanecerá em vigor até a dissolução da Companhia de Jesus ocorrida em 1773 por razões políticas” (CAMBI, 1999, p. 262). O padre Leonel Franca (1952, p. 5) afirma veementemente que o Plano de Estudos da Companhia de Jesus foi de suma importância “no desenvolvimento da educação moderna”, uma vez que o *Ratio Studiorum* servira como modelo para a organização e funcionamento dos Colégios jesuítos existentes no mundo durante dois séculos, mostrando-se, então, um sistema de educação “exitoso”, o qual “soube enfeixar, nas suas grandes linhas, os elementos essenciais de formação do homem” (FRANCA, 1952, p. 77).

Toledo (2000) também corrobora esta impressão do *Ratio* como sendo um documento de suma importância, o qual “marcou indelevelmente tanto a educação quanto a pedagogia moderna” constituindo, para o autor, uma das “mais importantes referências documentais da gênese do mundo moderno” (TOLEDO, 2000, p. 182).

Até chegar ao seu modelo final, publicado em 1599, o *Ratio Studiorum* demorou meio século para ser elaborado, a partir da experiência pedagógica e do trabalho coletivo do corpo docente dos diversos colégios jesuíticos espalhados por grande parte da Europa e demais províncias atendidas pelos serviços religiosos e educativos da Ordem. Entre os principais responsáveis por este trabalho estão o padre Jerônimo Nadal, o padre Diogo Ledesma e padre Claudio Acquaviva.

Franca (1952, p. 23) compreende a elaboração do *Ratio* como sendo um imenso esforço coletivo para organização educativa da Companhia de Jesus, o qual representou uma “experiência rica, ampla, variada, que talvez constitua um caso único na história da pedagogia”. Na concepção desse autor, “dificilmente se encontrará na história uma sistematização geral do ensino que repouse, no espaço e no tempo, sobre a base de uma experiência tão largamente humana” (FRANCA, 1952, p. 77).

Seguindo a opinião de Franca, Toledo (2000, p. 182) reafirma que o *Ratio Studiorum* é resultante de “um longo, cuidadoso e amplo trabalho de planejamento da expansão jesuítica” em sua ação missionária de ordem religiosa católica, na Europa ocidental e em suas colônias de além-mar durante o século XVI.

Visando a uma melhor compreensão da forma de organização do *Ratio Studiorum* enquanto documento em sua totalidade, isto é, as suas 467 regras e todos os seus personagens pedagógicos, com base em Franca (1952), Saviani (2011) e Correia (2013, p. 28-29), reproduzimos um sumário (Quadro 2), o qual possibilita uma visão global da estrutura do *Ratio*, principalmente no que tange ao número de regras as quais regem a atuação de cada um dos atores previstos pelo Plano de Estudos dos jesuítas.

Quadro 2: Visão global da estrutura do *Ratio Studiorum*

REGRAS	SOMATÓRIO DE REGRAS
Provincial	40
Reitor	24
Prefeito de Estudos Superiores	30
Comuns aos professores das faculdades superiores	20

Particulares dos professores das faculdades superiores		49
• professor de escritura	20	
• professor de hebreu	5	
• professor de teologia	14	
• professor de teologia moral	10	
Professores de filosofia		27
• professor de filosofia	20	
• professor de filosofia moral	4	
• professor de matemática	3	
Prefeito de Estudos Inferiores		50
Exames escritos		11
Distribuição de prêmios		13
Comuns aos professores das classes inferiores		50
Particulares dos professores das classes inferiores		59
• professor de retórica	20	
• professor de humanidades	10	
• professor de gramática superior	10	
• professor de gramática média	10	
• professor de gramática inferior	9	
Estudantes da Companhia		11
Repetentes de teologia		14
Bedel		7
Estudantes externos		15
Academias		47
• regras gerais	12	
• regras do prefeito	5	
• regras das academias de teologia e filosofia	11	
• regras do prefeito da academia de teólogos e filósofos	4	
• regras da academia de retórica e humanidades	7	
• regras da academia dos gramáticos	8	

Fonte: adaptado de Franca (1952); Saviani (2011); Correia (2013).

O *Ratio Studiorum* era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas. Esse método educacional foi influenciado pela orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, pelo Movimento da Renascença e pela cultura europeia. Apresentava como peculiaridades a centralização e o autoritarismo da metodologia, a orientação universalista, a formação humanista e literária e a utilização da música (GADOTTI, 2005).

RATIO STUDIORUM: guardião da memória

Fala-se muito em memória, há, inclusive, nas palavras de Assmann (2011, p.20), “uma literatura técnica crescente e cada vez mais densa”. E o momento em que vivemos deste fascínio pelo estudo da memória evidencia que “diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação” (ASSMANN, 2011, p. 20). Para Candau (2014, p. 126), acima dessa “necessidade de memória”, parece existir “uma necessidade da ideia de memória que se manifesta sob múltiplas modalidades nas sociedades modernas”.

Ricoeur (2007) cita ao longo do seu livro um texto de Platão, denominado Filebo, o qual retrata um diálogo entre Sócrates e Protarco. Tal texto inicia-se com uma propositura de Sócrates acerca da memória:

Não é da memória e da sensação que se forma em nós a opinião espontânea e refletida? [...] Imagino que nossa alma se assemelha a um livro. [...] A memória no seu encontro com as sensações e com as reflexões que esse encontro provoca, parece-me então [...] escrever discursos em nossa alma e, quando uma reflexão escreve coisas verdadeiras, o resultado em nós são uma opinião verdadeira e discursos verdadeiros. Mas, quando aquele escrevente que há em nós escreve coisas falsas, o resultado é contrário à verdade. (RICOEUR, 2007, p. 33)

Com isto, Ricoeur (2007) compreende que essa busca pela verdade, provocada pela memória, a torna, por conseguinte, uma “grandeza cognitiva”.

Conforme Assmann (2011), “esse interesse pela memória como provedora de respostas sobre a própria origem e identidade” pode ser visto em diferentes períodos da História da humanidade, no século XIX, a partir da formação dos Estados nacionais; no Renascimento, com a “historiografia da Corte e da escrita da história das dinastias; entre o século XV e XVII, ao lado do ‘tempo sagrado da Igreja’ e do ‘tempo pragmático dos negociantes’ [...] era o ‘tempo dos arquivistas, cronistas e historiadores’, que procuravam no passado as raízes do presente” (ASSMANN, 2011, p. 53).

Le Goff (2013) apresenta-nos Santo Agostinho como um estudioso da memória, o qual “deixará em herança ao cristianismo medieval um aprofundamento e uma adaptação cristã da teoria da retórica antiga sobre a memória”. A memória, para Santo Agostinho, está intimamente e “profundamente” no interior do homem, “no seio da dialética cristã”, que originou, por sua vez, “o exame de consciência, a introspecção, e também a psicanálise” (LE GOFF, 2013, p. 407). O autor aponta ainda a importância de Santo Agostinho para o cristianismo da Idade Média, pois este filósofo da Igreja propõe “uma versão cristã da trilogia antiga dos três poderes da alma”, também defendida por Cícero: memória, inteligência, providência, as quais tornam-se: memória, intelecto e vontade, “que são, no homem, as imagens da Trindade” (LE GOFF, 2013, p. 408).

Candau (2014, p. 9) define a memória como sendo “uma recordação permanente do passado”. Ela, a memória, é, segundo o mesmo autor, uma capacidade inerente, inata ao ser humano desde sua gênese, decorrente de uma “organização neurobiológica muito complexa” (CANDAU, 2014, p. 21).

O conceito de memória de Le Goff (2013) guarda certa semelhança com a definição de Candau (2014), pois ambos os autores consideram as capacidades biológicas do ser humano ao se referirem à memória. Assim, Le Goff (2013) entende o conceito de memória como “propriedade de conservar certas informações” graças a “um conjunto de funções psíquicas”, as quais permitem que o ser humano atualize “impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387).

Ricoeur (2007) reafirma em trechos diferentes de seu livro que a memória refere-se, sobretudo, ao passado, devendo-lhe, inclusive, ser fiel ao mesmo. A memória, segundo o autor, é único recurso que existe

como referência ao passado. Ela, a memória, atua como uma guardiã da “profundeza do tempo e da distância temporal”, assim como da “relação representativa do presente com o passado”.

A memória formativa, também entendida como memória cultural, é aquela através da qual “o indivíduo se vincula a uma nação ou região específica. [...] supera épocas e é guardada em textos normativos” (ASSMANN, 2011, p. 17). A memória cultural não se mantém sozinha, pois

[...] precisa ser renegociada, estabelecida e mediada [...], readquirida. Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens [...], e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais. Sem estes não é possível construir uma memória que transponha gerações e épocas. (ASSMANN, 2011, p. 23-4)

Candau (2014) reafirma as conjecturas de Assmann (2011), pois, para aquele autor, a memória “recusa calar-se”. É, sim, “imperativa, onipresente, invasora, excessiva, abusiva”, e cujo “império se deve à inquietude dos indivíduos e dos grupos em busca de si mesmos” (CANDAU, 2014, p. 125). Ricoeur (2007, p. 130) explicita que foi graças à “audaciosa decisão” de Maurice Halbwachs que a memória passou a ser atribuída “diretamente a uma entidade coletiva”, ou seja, a um grupo ou sociedade. Para Assmann (2011, p.19), a memória cultural não se auto-organiza, ela é dependente de mídias e de políticas, é, pois, uma “memória viva” protegida em “monumentos, memoriais, museus e arquivos”, e trazendo consigo “o risco da deformação, da redução e da instrumentalização”. Candau (2014, p. 89) também corrobora esse conceito de memória viva; para esse autor, “a memória, portadora de uma estrutura possível de futuro, é sempre uma memória viva”. Estes problemas de “restrições e enrijecimentos” devem ser “acompanhados de crítica, reflexão e discussões abertas” para serem transpostos (ASSMANN, 2011, p. 19).

A memória social, chamada por Le Goff (2013) de “popular”, passa por “profundas transformações” durante a Idade Média, principalmente

devido à “difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual” (LE GOFF, 2013, p. 404). Segundo tal autor, as principais características advindas das metamorfoses da memória medieval são:

Cristianização da memória [...], repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento [...] de tratados de memória. (LE GOFF, 2013, p. 405).

A propagação da religião cristã na Idade Média, e, atrelada a esta, a expansão da própria Igreja Católica foi apoiada pelo movimento reformista, mas principalmente pela Contrarreforma, a qual foi auxiliada pelo processo de expansão marítima por meio das grandes navegações com o intuito de explorar “novos mundos” pelos povos europeus, resultando, com isto, no aumento de povos conquistados. Notadamente, ligada ao poder do Estado, estava a Igreja de Roma, pronta e a postos, com seu exército religioso com o intento de propagar a fé cristã aos recém-colonizados, por meio, principalmente de suas ordens religiosas, dentre as quais se sobressai em termos educacionais a Companhia de Jesus.

Assmann (2011, p. 24) afirma que “a constituição da memória se modifica juntamente com o estado oscilante de desenvolvimento” das mídias tecnológicas, as quais “fundamentam e flanqueiam a memória cultural como suportes materiais”. As mídias tecnológicas “compreendem sistemas de escrita [...] que [...] conservam material linguístico, [...] imagens [...] vozes e som”. A escrita é a principal mídia de armazenamento da memória desde a Antiguidade. Ainda segundo Assmann (2011, p. 24), a escrita “acompanha a língua, armazena coisas diferentes e de maneira diferente” quando comparada com as imagens. Candau (2014, p. 84) acredita que a utilização da escrita aprimora o processo de rememoração, uma vez que “o alfabeto cristaliza as possibilidades auditivas de organização e fornece uma forma classificatória particularmente eficaz”.

O advento da escrita transformou radicalmente o modelo de disseminação de conhecimentos existentes até então na humanidade, na chamada Pré-História, que estava reduzido na transmissão oral. A escrita foi, paulatinamente, rompendo as barreiras interpostas pelos costumes da época e se inserindo também na tradição da memória oral, inclusive como meio de resguardar o conhecimento mítico, popular, empírico, do esquecimento ao qual este estava sujeito, pois, com a escrita, o conhecimento torna-se independente da memória biológica, geralmente pertencente aos anciões, que a mantinha anteriormente.

É papel da memória buscar “rastros soterrados e esquecidos”, ao mesmo tempo que reconstrói e ressignifica essas provas para a contemporaneidade. É no período do Renascimento que a escrita passa a ser considerada “o instrumento mais importante para a construção” da memória da humanidade, tornando-se também um “meio de eternização” dessa memória (ASSMANN, 2011, p. 50-1). Le Goff (2013) compreende a história como sendo a “forma científica” da memória coletiva. Para esse autor, ambas as formas de conhecimento, memória e história, têm como objeto de estudo dois materiais: os documentos e os monumentos. O autor faz ainda uma distinção entre os dois itens, para ele, os monumentos são considerados “herança do passado”, enquanto os documentos são a “escolha do historiador” (LE GOFF, 2013, p. 485). Le Goff (2013) continua sua explanação afirmando que

Enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos, nos quais, submetendo-os à crítica histórica se baseava. (LE GOFF, 2013, p. 485, N.do A.)

A perpetuação da memória está vinculada ao ato da memória, o qual, de acordo com Candau (2014, p. 88), “isola os acontecimentos e os esvazia de duração”. Le Goff (2013) apresenta um retrato do desenvolvimento da

técnica da escrita no século XII, quando “o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória” (LE GOFF, 2013, p. 411). Esse autor traz o exemplo do uso da escrita como *medium* de memória na fala de Guido, conde de Nevers, em 1174, declarando que

O uso das letras foi descoberto e inventado para conservar a memória das coisas. Aquilo que queremos reter e aprender de cor fazemos redigir por escrito, a fim de que se possa reter perpetuamente na memória frágil e falível seja conservado por escrito e por meio de letras que duram sempre. (LE GOFF, 2013, p. 411).

Le Goff (2013, p.412) encerra a discussão enfatizando que “durante muito tempo, no domínio literário, a oralidade continua ao lado da escrita, e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval”, principalmente nos séculos XI e XII. No século XVII, os humanistas acreditavam que “a escrita e a impressão seriam suportes indispensáveis” para conservar as tradições, tornando-se assim, “a viga mestra da cultura” (ASSMANN, 2011, p. 215).

Entretanto, a autora observa que, desde a Antiguidade, a escrita já era essencial para a “preservação da memória” (ASSMANN, 2011, p. 84). No decorrer do século XVI, ocorre o que Assmann (2011, p. 100) chama de “reordenação da memória”, um processo no qual a memória das palavras foi sendo substituída pela memória das coisas “antes de perder, em meio a uma cultura científica fundada na escrita, sua posição central”. Assmann ainda faz outras considerações acerca da escrita e seu papel de destaque dentro dos estudos de memória:

O potencial da escrita consiste na codificação e acumulação de informações, para além de seus portadores vivos e em que independa de atualização [...] O problema da escrita consiste na acumulação de informações, que tende a ser ilimitada. Por meio de *medium* cumulativos, extracorporais e independentes

da memória humana, vai pelos ares o horizonte da recordação viva e corporificada e criam-se condições de existência para arquivos culturais, saber abstrato e tradição esquecida. (ASSMANN, 2011, p. 150).

De acordo com Assmann (2011), legibilidade e transparência foram as qualidades que fizeram com que a escrita fosse considerada “o melhor *medium* da memória” da Renascença. A opção pela escrita foi “um fator histórico decisivo na cultura ocidental e ingressou de maneira imediata na definição do que se denominou ‘história’” (ASSMANN, 2011, p. 236). Para essa autora,

Somente onde há escrita é que a memória cultural se diferencia entre o velho e o novo, o atual e o passado, tendo como primeiro plano uma memória funcional e como plano de fundo uma memória de armazenamento. Com o meio de registro da escrita não se amplia somente o escopo de cobertura da autoridade política, da organização comercial e da comunicação social; também se sedimentam resíduos de marcas linguísticas que podem ser descartados ou conservados e que podem ser preservados e administrados para diversos fins pelas gerações vindouras. Com a invenção da escrita surgiu a aspiração humana por uma eternidade secular, uma segunda vida na memória da posteridade. (ASSMANN, 2011, p. 382-3).

Foram a escrita e, sobretudo, o texto impresso, os principais responsáveis pela “socialização da memória”, bem como pela “possibilidade de estocagem de informações”, as quais, por sua vez, devido à sua imutabilidade enquanto meio de memória, poderiam permitir que os “referenciais coletivos” fossem bem mais eficazes que a “transmissão oral”. Os grandes textos possibilitaram “os princípios autorizados de inteligibilidade do mundo social”. A escrita torna-se, então, a “auxiliar de uma memória forte” e reforça “o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura”, reforça a “metamemória” (CANDAU, 2014, p. 108-9).

Já no Ocidente, Le Goff (2013) apresenta Leroi-Gourhan, autor que teve um papel fundamental na caracterização da revolução da memória pela imprensa:

Até o aparecimento da imprensa [...] dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor [...]. Com o impresso [...], o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação do que é escrito. (LEROI-GOURHAN, 1964-5, p. 69-70, apud LE GOFF, 2013, p. 418).

Neste momento histórico, de criação e aperfeiçoamento da impressão, o texto impresso ganha uma importância maior – de guardião de verdades –, as quais poderão ser mais facilmente passadas às gerações vindouras, bem como serem guardadas, arquivadas para quaisquer necessidades de consulta etc. É o momento de nascimento do documento e a paulatina transformação desse documento em monumento, quando ele torna-se um guardião de memórias. Podemos considerar o *Ratio Studiorum* como um exemplo de documento com status de monumento, exatamente pela importância do seu conteúdo para a pedagogia moderna, pela longevidade desse texto escrito e impresso, e que sofreu poucas alterações ao longo dos anos. Além disso, o *Ratio* foi elaborado seguindo uma forma peculiar, na qual houve a colaboração de muitos religiosos fluentes nas letras, nos estudos e respeitados na época, demandou um período de quase cinquenta anos, além de ter considerado em seu feitiço as peculiaridades e particularidades das principais Províncias da Ordem Jesuíta e do próprio contexto histórico vivido na época em que foi elaborado.

É interessante notar as palavras de Candau (2014, p. 107) quando afirma que “o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como

unidade única de estocagem de informações memorizadas”, razão pela qual ele “recorre a extensões da memória”. A escrita é um dos facilitadores para o trabalho a ser realizado pelos “portadores, guardiões e difusores da memória”, possibilitando a “transmissão memorial” (CANDAU, 2014, p. 107).

Entretanto, é necessário ter o entendimento de que a memória não é simplesmente um “recipiente protetor” do passado vivido, mas, sobretudo, uma “força imanente”, uma “energia com leis próprias”, a qual, devido a essa característica singular “pode dificultar a recuperação” ou até mesmo bloquear a informação. Assmann ainda reitera que a memória “pode ser controlada pela inteligência, pela vontade ou por uma nova situação de necessidade, e proporcionar uma nova disposição das lembranças” (ASSMANN, 2011, p. 34). No entendimento de Candau (2014, p. 74), “todo aquele que recorda domestica o passado e [...] dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial”.

Le Goff (2013) demonstra a importância do papel desempenhado pela memória coletiva para as sociedades, considerando as “grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”. Para esse autor, a memória coletiva se apresenta como “reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos” (LE GOFF, 2013, p. 435).

A Igreja Medieval utilizava-se livremente do poder que ela detinha sobre a língua utilizada nas academias e universidades na época, a saber, o latim, e do conhecimento reservado apenas aos membros de seus mais altos escalões, como instrumento de domínio e de submissão dos povos europeus naquele período histórico. Quando Martinho Lutero insurgiu com a Reforma Protestante contestando o uso do poder da Igreja como forma de dominação da sociedade europeia na Idade Média, ocorreu uma ruptura da hegemonia que a Igreja de Roma detinha até então.

Esse movimento reformista provocou, conseqüentemente, uma transmutação nos dogmas da Igreja Católica como a maneira encontrada por esta instituição secular de não perder a luta religiosa e, por conseguinte, diminuir o número de fiéis. E a Contrarreforma Católica veio utilizando-se da educação como forma de manipulação

da sociedade, a fim de impor a sua verdade absoluta, produzindo, com isso, pessoas mais dóceis. Para cumprir esse papel de disseminadores da verdade eclesiástica, a Igreja contou com o auxílio dos jesuítas, os quais construíram para normatização dos seus colégios o *Ratio Studiorum*. Um documento/monumento que tinha por finalidade e objetivo maior instruir o cristão em “todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor” (Regra 1 do Provincial), resguardado pela vontade incutida nas pessoas de alcançar a glória de Deus.

Nesse sentido, Le Goff (2013) expõe seu ponto de vista quanto à função principal da memória coletiva e a contrapõe ao uso feito pela Igreja na sua Contrarreforma, pois, para ele, “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2013, p. 437).

Ricoeur (2007) traz um conceito daquilo que é documento, no qual abarca qualquer vestígio que possa ser estudado e carregue consigo respostas concretas sobre o passado. Para Ricoeur (2007, p. 189),

Tudo pode tornar-se documento [...] os cacos das escavações arqueológicas e outros vestígios, [...] as informações tão diversas como tabelas e curvas de preços, registros paroquiais, testamentos, banco de dados estatísticos, etc. Torna-se assim documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado.

Para Le Goff (2013), o documento escrito num “suporte especialmente destinado à escrita” é uma forma de memória ligada à escrita. Segundo tal autor, “todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta” (LE GOFF, 2013, p. 396). Le Goff (2013) traz o conceito de Goody sobre documento/monumento, no qual a escrita se apresenta com duas funções principais, a saber: “o armazenamento de informações”, o qual possibilita a comunicação através do tempo e do espaço, ao mesmo tempo que “fornece ao homem um processo de marcação,

memorização e registro”; e na medida em que ocorre a mudança do suporte oral para o visual, também permite “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (GOODY, 1977, p. 78, apud LE GOFF, 2013, p. 396).

Le Goff (2013) defende que é mister considerar os documentos como monumentos, ou seja, “tratá-los de modo quantitativo” e “inserir-los nos conjuntos formados por outros monumentos”, pois compreende que “tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder” (LE GOFF, 2013, p. 485, N. do A.). É neste sentido que também corroboramos as ideias de Le Goff, uma vez que o *Ratio Studiorum* vem abarcar e se inserir no conceito de documento/monumento explicitado pelo autor. Para os padres que compõem a Companhia de Jesus, o *Ratio* é o documento que detém todo o poder relativo à forma do seu ensino e à formatação de suas instituições escolares.

Ricoeur (2007, p. 179) ainda acrescenta que um documento “está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem [...] um destinatário designado”, sendo assim, tendo acesso ao documento pretendido, basta saber o que procurar. As respostas estão guardadas, disponíveis para o pesquisador. O documento carrega consigo a objetividade, principalmente por ser considerado “essencialmente como um testemunho escrito”, e essa característica de objetividade do documento “parece opor-se à intencionalidade do monumento” (LE GOFF, 2013, p. 486). Entretanto, devemos transpor essa barreira do positivismo que considera documento apenas os textos escritos e aceitar que a memória é formada também por outras fontes menos tangíveis.

Le Goff (2013) cita em seu livro as razões propostas por Marc Bloch para que os documentos se perpetuem ao longo dos anos:

Os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de

serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (BLOCH, 1941-2, p. 29-30, apud LE GOFF, 2013, p. 493).

Essas palavras de Bloch explicam o porquê de até a atualidade estarmos com os nossos esforços de pesquisa voltados para um documento produzido no século XVI. É a importância e a significância do *Ratio Studiorum* para a concepção da pedagogia moderna que o torna tão interessante como objeto de estudo. As suas regras coesas e concisas conseguem agrupar todos os segmentos envolvidos no processo educativo que fazem desse documento um verdadeiro monumento, o qual, por isso mesmo, deve ser cada vez mais estudado e analisado sob outras perspectivas distintas das desse trabalho. O *Ratio* é um documento/monumento que não está esgotado de saberes e conhecimentos mesmo agora para o século XXI.

A partir de seus estudos sobre documentos, Le Goff (2013) depara-se com Paul Zumthor, autor que para Le Goff descortinou aquilo “que transforma o documento em monumento: a sua utilização pelo poder”. Le Goff compreende que “não existe um documento objetivo, inócuo, primário”, havia “a ilusão positivista (que [...] era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico” (LE GOFF, 2013, p. 494). É interessante ressaltar a visão desse autor quanto à origem real do documento, o qual “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2013, p. 495). Essa visão crítica pode ser comprovada no seguinte trecho

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O

documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é um monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 2013, p. 496-7).

Assim também foi com o *Ratio Studiorum*. Esse foi um documento elaborado segundo um propósito: unificar, organizar e consolidar as práticas da educação jesuítica nos diversos colégios da Companhia de Jesus espalhados pela Europa e suas colônias além-mar. O *Ratio* é um documento carregado de intenções: servia aos desígnios da Igreja sem qualquer pudor em fazê-lo e, com isso, reiteramos, tornou-se objeto de poder da Contrarreforma Católica. Nas palavras de Le Goff (2013), um documento como o *Ratio* pode ser considerado um “produto de um centro de poder, de um senhorio quase sempre eclesiástico, um cartulário deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas, sobretudo, enquanto instrumento de poder” (LE GOFF, 2013, p. 497). Apenas a análise do *Ratio Studiorum* – documento – enquanto monumento vai permitir a ressignificação da memória coletiva da sociedade em que foi construído e utilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Ratio Studiorum* é um documento ímpar em se tratando de educação, tendo sido um documento gestado no século XVI, mas que merece a atenção de educadores ainda hoje. Esse documento é digno de ter seu status elevado de documento para monumento, devido à sua importância para a memória da pedagogia, apenas pelo fato de o *Ratio* ser o que é, ou seja, por sua elaboração ter demandado quase meio século; ter sido construído por várias mãos; ter sido pensado, refletido, atendendo à opinião de cada um dos principais religiosos e educadores da Ordem Jesuítica do século XVI, os quais eram homens de valorosos saberes, em se tratando de contexto histórico, político e até mesmo geográfico e cultural;

considerando ainda a construção coletiva do texto que comporia o *Ratio*; sabendo que no corpo de regras que o compõem estão sumarizados todos os aspectos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem no que tange aos professores e demais profissionais dos colégios jesuítas, bem como o próprio funcionamento destas unidades escolares. Todas essas questões fazem do *Ratio Studiorum* um guardião de memórias.

Caracteriza-se ainda o *Ratio Studiorum* por ter uma visão da escola a partir da própria realidade dos Colégios, pois tal documento/monumento foi construído com a colaboração dos Provinciais, Reitores e professores que estavam atuando nos Colégios na época concomitante à sua elaboração. Foram os padres Jerônimo Nadal (Reitor, Prefeito de estudos e professor), Diego Ledesma (Prefeito de estudos e professor) e Claudio Acquaviva (Geral da Ordem) os principais nomes a serem lembrados como partícipes da elaboração do *Ratio*. Esses padres percorreram todas as etapas dentro da hierarquia da Ordem Jesuítica. E, ao longo do texto que compõe as 467 regras do *Ratio Studiorum*, percebemos o reflexo de uma Instituição hierarquicamente organizada, que é a Companhia de Jesus.

Essas observações nos fazem acreditar que o *Ratio Studiorum* é de suma importância para a memória da educação, e que o método pedagógico dos jesuítas possibilita a compreensão de aspectos importantes da organização dos colégios da Companhia de Jesus. Além de apresentar orientações sobre a metodologia e o conteúdo a ser trabalhado nos cursos, o documento trata da responsabilidade e dos procedimentos de gestão de cada membro do colégio e suas respectivas funções.

Ao analisar o *Ratio Studiorum* como guardião de memória, consideramos todo o contexto histórico em que este documento/monumento foi construído, ou seja, durante o processo de Reforma protestante e Contrarreforma Católica, além da importância dos membros partícipes da Companhia de Jesus enquanto “exército” da Igreja Católica dentro de luta travada nesse período histórico, a fim de não perder o seu status enquanto guardião da fé e da verdade absoluta. Entretanto, para que a Igreja continuasse como detentora do poder, esta instituição precisou se adequar à nova realidade, e para tal, utilizou-se das ordens religiosas, principalmente

da Companhia de Jesus e sua atuação educativa como instrumento de poder. E a Igreja de Roma soube se utilizar bem deste grande número de padres competentes dentro de sua ação educativa.

A partir desse momento, houve o aumento exponencial no número de Colégios da Companhia de Jesus, o que levou, conseqüentemente, à necessidade de uma normatização geral para unificar todos esses colégios dentro de uma única linguagem. O *Ratio Studiorum* é, pois, este instrumento que parece trazer a unidade necessária para a educação jesuítica. A questão fundamental acerca da linguagem é a da significância, que consiste no processo pelo qual os signos linguísticos podem se encher de significação. As significações são entidades ideais sob uma forma concreta de representação. Na particularidade das significações, o sentido do *Ratio Studiorum* se manifesta e, no âmbito do sentido, as significações foram e são constantemente (re)elaboradas.

Tendo percorrido com a Companhia de Jesus o caminho do *Ratio Studiorum*, fica nítido que o anúncio da fé apresentou-se como efetividade à prática, passando, é claro, da linguagem da fé cristã à linguagem pedagógica. Quanto mais nos aprofundávamos nos estudos do *Ratio*, mais víamos que esse sentido se fortalecia e o que ele traz dentro de si, afirmando-se com seu poder revelador. Diante disso, compreendemos o *Ratio Studiorum* como um caminho que nos possibilita encontrar o sentido de uma existência educacional, que foi capaz de conduzir toda uma Congregação durante décadas para enunciar o que crê, e ainda vive e pratica o que anunciava pela escrita e pelo discurso da fé, seja na formação do bom cristão, que era uma preocupação própria da época, seja na formação de profissionais capacitados.

O *Ratio Studiorum* apresenta ainda muitas nuances e olhares no âmbito da memória, a qual está intrínseca em todo o texto e contexto, em todos os indícios e sinais inerentes à construção desse documento/monumento. Assim, o *Ratio Studiorum* é um campo com potencial de estudos e que ainda tem muito a contribuir para o conhecimento da memória da educação.

REFERÊNCIAS

- ASSMAN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CORREIA, D. C. das N. **A gênese da supervisão escolar**: o Ratio Studiorum. 2013. Monografia de Especialização. Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa. João Pessoa, 2013.
- FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- GADOTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. revista. Campinas, SP: Unicamp, 2013.
- MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- TOLEDO, C. de A. A. de. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum*. *Acta Scientiarum*. v. 22, a. 1. p. 181-187, 2000.



Fachada do Museu Nacional (Rio de Janeiro, 2011)
Foto: Halley Pacheco de Oliveira

12 CULTURA E EDUCAÇÃO PARA MUSEUS E BIBLIOTECAS: perfil da produção acadêmica no Brasil

*Flávia Paloma Cabral Borba
Gilvanedja Mendes*

INTRODUÇÃO

As discussões e desdobramentos metodológicos sobre a educação não formal têm ganhado destaque no desenvolvimento de ações pedagógicas em equipamentos culturais, enquanto prática transversal e multidisciplinar, sobretudo em espaços que trabalham no campo da memória e do patrimônio. Tal associação decorre de um processo construído a partir do reconhecimento da função social que as instituições de cultura assumem enquanto local apropriado de práticas de construção do conhecimento e processos de ensino-aprendizagem.

Em outros termos, os conceitos e definições que hoje orientam a atuação desses espaços consideram, além das atividades de preservação, estudo e pesquisa, também a interação entre pessoas, lugares, símbolos, histórias, contextos e mais um complexo número de variáveis que compõe a estrutura de atuação das instituições culturais, muito mais próxima de uma agenda construtivista de consciência crítica da realidade e para além de um paradigma hegemônico. Ou seja, tanto o campo da educação passa a agregar em seu escopo a discussão da diversidade cultural e formas outras de processos educacionais fora do padrão escolarizado, quanto no campo da cultura onde suas instituições passam a assumir, também, o papel de agentes educadores.

Partindo então desse contexto, destacamos neste estudo uma reflexão sobre a produção acadêmica vinculada à atuação dos museus e das bibliotecas enquanto centros culturais, questionando o discurso da atuação dessas instituições no campo da memória e difusão cultural, orientadas para a prática social enquanto ação pedagógica.

Nesse sentido, percebemos uma prática social que tem se mostrado fecunda na relação entre educação e cultura. Contudo, nota-se também que, na construção de seus escopos normativos, a preocupação em desenvolver o potencial pedagógico que essas instituições possuem não acompanha um discurso integrado entre os dois campos (a educação e a cultura), em que é possível perceber certo isolamento na materialização de ações que, em tese, deveriam estar congregadas em ações orgânicas e multidisciplinares.

Assim, questionamos em que medida as pesquisas, nas esferas que tradicionalmente são as responsáveis pela produção/difusão do conhecimento no Brasil, têm visto esse fenômeno. Pensamos, então, que identificar o reflexo dessas tendências na produção do conhecimento, alinhadas pela intersecção do campo da educação e da cultura, nos desafia a entender certas particularidades que exigem um olhar atento quanto à percepção desse discurso que se constrói na prática cotidiana desses espaços. Dessa forma, a questão que norteia esse estudo é identificar quais as características da produção acadêmica no âmbito das políticas de educação e cultura para museus e bibliotecas. O estudo se justifica, principalmente, por não haver na academia uma definição delimitada do seu campo de análise, o que pode acarretar em certa medida em uma dispersão teórica em ambos os campos ou, também, a discussão em blocos isolados, que desconsideram o movimento orgânico e multidisciplinar que essa intersecção representa. Temos, então, como objetivo discutir o entrecorte desses dois campos no âmbito dos museus e das bibliotecas, destacando suas características e tendências a partir da produção acadêmica sobre a temática.

Nosso caminho teórico-metodológico considerou a perspectiva de “campo” teorizada por Bourdieu (2004), por onde se desenham forças e “estruturas das relações objetivas entre os diferentes agentes”. Em que lembram Azevedo e Aguiar (2001), é “o resultado do jogo de forças nele presentes que vai permitir, ou não, o avanço significativo da produção de conhecimento de que o campo se ocupa”. Dessa forma, este artigo pretende cumprir dois objetivos específicos: primeiramente, apresentar um panorama teórico dos equipamentos museus e bibliotecas enquanto espaços de educação não formal e, em seguida, identificar os pontos de convergência da produção intelectual sobre educação e cultura no Brasil que discutem

a interseção dos dois campos. Para o segundo, utilizaremos os resumos expandidos no universo de dois eventos acadêmicos que dialoguem com as duas áreas em questão (educação e cultura).

Para a indicação dos eventos acadêmicos, consideramos os perfis de equivalência quanto às suas formatações e estrutura, no sentido de minimizar possíveis incoerências, já que se trata de eventos em campos de atuação distintos. Assim, por serem eventos de projeção nacional, com periodicidade mínima bianual e com gerência e participação de públicos tanto na esfera profissional quanto acadêmica, utilizamos como referência os resumos expandidos aprovados nas 5 últimas edições do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT) e no encontro nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED). Nesses termos, iremos analisar as produções dos Grupos de Trabalho que são mais afinados com os elementos investigados.

Buscou-se, portanto, sistematizar essa produção e compreender em que medida a reflexão acadêmica no Brasil tem incorporado (ou não) as recentes discussões sobre as ações de educação não formal no campo dos museus e das bibliotecas. O tópico a seguir fará uma breve discussão sobre o tema, destacando as principais referências desse texto. Posteriormente, apresentaremos com detalhes resultados da análise da produção acadêmica dos dois eventos mencionados.

MUSEUS E BIBLIOTECAS: espaços não formais de educação

Confere-se a este tópico da discussão certa necessidade de iniciá-lo expondo alguns conceitos importantes, pois, além de desmistificar a concepção de que processos educativos ocorrem unicamente dentro do espaço escolar, da educação formal, temos condições de refletir sobre a expansão da práxis educativa, integrada a diferentes formatos contemporâneos de sociabilidade. Implica perceber, de uma forma ou de outra, considerando aqui a educação informal, que todo sujeito é agente de um ato educativo que independe de tempo e espaço: ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela – para aprender,

para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação, com uma ou com várias Educações (BRANDÃO, 1983).

No caso da educação não formal, onde se insere a atuação dos museus e bibliotecas, mais que reconhecer que “ninguém escapa da educação”, no seu escopo conceitual, destaca-se a perspectiva da intencionalidade, em que sua definição parte de um projeto pedagógico específico, pensado para atingir determinados objetivos educativos. Diferente dos espaços escolares, essa construção pedagógica desenvolvida nos espaços não formais, estrutura-se em signos linguísticos e códigos visuais dependentes de seus próprios contextos, a depender da identidade material e/ou simbólica de cada instituição “que atende a uma atuação pedagógica intencional, planejada e, principalmente, sistemática” (BORBA, 2017, p. 73). Assim, como complementa Jacobucci (2008), o termo “espaço não formal” tem sido utilizado atualmente por pesquisadores em Educação, professores de diversas áreas do conhecimento e profissionais que trabalham com divulgação científica para descrever lugares, diferentes da escola, onde é possível desenvolver atividades educativas.

Podemos inferir, então, que a escola é um espaço para a educação formal – planejada e referenciada por diretrizes curriculares definidas nacionalmente – e, instituições culturais para a educação não formal (GRINSPUM, 2000), ambas mediadas pelo elemento da educação informal, não planejada, que transversaliza as relações interpessoais, invariavelmente proporcionando experimentações, aprendizados e construções orgânicas relacionadas à interação com o outro e a “tudo que existe no indivíduo e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso” (SIMMEL, 2006, p. 60). As três definições apresentadas até aqui nos ajudarão a perceber que os processos de ensino-aprendizagem trabalhados em instituições culturais, apesar de estarem dentro do escopo da educação não formal, não se ausentam do universo dos demais. Vejamos a seguir como essas definições se materializam no âmbito dos museus e das bibliotecas.

Segundo Battles (2003), exemplo de grande influência exercida na cultura antiga, foi fundada durante o reinado de Ptolomeu Sóter, no século III a.C., para ser o espaço capaz de concentrar em si toda a sabedoria

acumulada pelo mundo grego e reunir, num mesmo lugar, todos os livros da terra, ação que produziu efeitos intelectuais, influenciou os modos da escrita, da leitura e a forma de gerir a memória da humanidade.

Aliada a um museu e a uma academia, em termos atuais, essa biblioteca seria uma combinação de centro de pesquisa, editora, instituto de estudos linguísticos, museu e repositório cultural, funções essas que muitas bibliotecas de hoje ainda estão por alcançar. (BRAGA, 2004, p. 25).

Constata-se que, da Antiguidade até a Idade Média, “dentre as finalidades das bibliotecas, não constava a difusão dos saberes para uma coletividade mais ampla” (BRAGA, 2004, p. 24), ou seja, as bibliotecas não eram concebidas para atender às necessidades do leitor, este era quase inexistente, pois os progressos instrucionais eram lentos, mesmo entre as classes privilegiadas.

Numa tônica semelhante, os museus, que estavam intimamente associados às bibliotecas, caminharam por diversas configurações. Originalmente, os primeiros museus se referiam a espaços de estudos científicos localizados em Alexandria e reservados a reuniões filosóficas de caráter pluridisciplinar (BOUILHET & GIRAUDY, 1990), sem guardar nenhuma relação com o ato de reunir coleções e disponibilizar ao público. As nove musas, que segundo a mitologia grega eram filhas de Zeus com a deusa da memória, Mnemosine, eram atribuídas às inspirações das ciências, das artes e da literatura. Por compor o universo do ensino e da pesquisa, esses templos acabaram por inaugurar, em moldes bastante diferentes dos que conhecemos hoje, os museus e as bibliotecas.

Mesmo tendo descendido de espaços de pesquisa, as diversas modificações da sociedade em que estavam inseridos, acabaram por lhes atribuir diferenciadas funções. Tomando as bibliotecas como exemplo, Martins (2002) reforça essa afirmativa quando diz que do ponto de vista intelectual, a humanidade se dividiu, por séculos e séculos, entre iniciados à palavra e os não iniciados, sendo compreensível que a presença de leitores circulando por espaços de leitura não fosse uma prática comum. Já no

que se refere aos museus, o colecionismo principiou o entendimento mais comum que temos desses espaços, associado sempre aos seus acervos, principalmente históricos e artísticos, para deleite dos intelectuais. O ponto interessante dessa discussão está, justamente, no desenvolvimento de outras percepções desses espaços, em que o princípio didático pedagógico começa a aparecer enquanto elemento catalisador, reflexo da função dos museus e das bibliotecas nas sociedades contemporâneas, compreendendo-as como ação social e cultural, situada em um determinado espaço-tempo (SANTOS, 2008).

Segundo Braga (2004), é nesse contexto que várias transformações são verificadas, por exemplo, os avanços na ciência e tecnologia, certa diminuição do analfabetismo, a criação de universidades e, conseqüentemente, a necessidade de atendimento aos estudos acadêmicos, os quais dentre outros fenômenos, contribuíram para uma revolução nas funções da biblioteca e dos museus, que se torna, progressivamente, um **centro de divulgação do saber** (grifo nosso).

A biblioteca passa a gozar, [...] do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas [...] (MARTINS, 2002, p. 323-324).

O museu é utilizado como um instrumento que, de um lado, denuncia a decadência e a tirania das antigas formas de controle, o ancien régime, e de outro, enaltece a democracia e o caráter público do novo regime, a República (LARA FILHO, 2006, p. 47).

A uma democratização do espaço, correspondia o preparo do ambiente para atender às especificidades próprias das necessidades sociais e das relações que os leitores, agora provenientes de classes diversificadas, passavam a ter com a leitura e a escrita. Desse modo, a biblioteca:

Não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o

papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade [...]. (MARTINS, 2002, p. 325)

Essa democratização começou a ser tendência também nos espaços museais que, dentre outras inovações, pregavam o aspecto educacional como elemento inerente às suas atividades. Destes, sobressaem quatro documentos, gerados por consequência de quatro importantes reuniões sobre a reestruturação do museu como um espaço de reflexão, que deram as principais direções rumo à efetivação como agentes de educação: as conclusões do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus (Rio de Janeiro/1958), a Declaração de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Quebec (1984) e a Declaração de Caracas (1992), dos quais, respectivamente, são referenciados trechos significativos a respeito da questão, citados por Araújo e Bruno (1995):

O museu pode trazer muitos benefícios à educação. Esta importância não deixa de crescer. Trata-se de dar à função educativa toda a importância que merece, sem diminuir o nível da instituição, nem colocar em perigo o cumprimento das outras finalidades não menos essenciais: conservação física, investigação científica, deleite e etc (p. 11);

Que o museu, agente incomparável de educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

- a) Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu;
- b) Deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente;
- c) Deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios áudio-visuais, os conhecimentos mais importantes;
- d) Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possui em muitos exemplares;
- e) As escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local;
- f) Deverão ser estabelecidos

programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (p. 20);

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições a funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico (p. 30); Que o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades críticas e cognitivas, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e coletiva (p. 36).

A Declaração de Santiago do Chile que, segundo Madeira (1997, p. 40), promove o rompimento do “culto aos objetos no museu-templo” e amplia o conceito de museus afirmando ser imperativo romper “com a usual perspectiva histórica, direcionada para o passado” é o que mais se aproxima quanto à estruturação efetiva de processos educacionais, garantindo a criação de setores específicos para o fomento de tais práticas, como também a articulação deste com as demais esferas museais.

A Declaração de Quebec e a Declaração de Caracas foram muito influenciadas pela Declaração de Santiago do Chile. Estas foram instrumentos de divulgação do Movimento da Nova Museologia e de atualização das práticas do século XXI. Esses eventos aconteceram permeados da criação de ecomuseus, museus virtuais, museus com acervos imateriais e com propostas que não mais se limitavam a projeções do passado. Com a criação de novos espaços, suas práticas educacionais foram se desenvolvendo a partir de novas perspectivas pedagógicas em que se subscrevessem as linhas gerais da definição mais atual dos museus, enquanto instituição permanente, aberta ao público sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento (ICOM, 2009).

Da mesma forma, ao desempenhar esse papel, a biblioteca também amplia o sentido da palavra “pública”, que passa a não se aplicar só à biblioteca

administrada por órgãos governamentais ou por entidades particulares, mas passa a ter uma noção de prestação de serviço público, entendido como “tudo o que deve comportar de flexibilidade e de adaptação a necessidades variadas” (CAIN¹⁶, 1939, citado por MARTINS, 2002, p. 326).

A ideia contemporânea de biblioteca é, portanto, a de um centro cultural. É o que afirma também Teixeira Coelho (1997):

se a biblioteca moderna e pré-moderna era o lugar da coleção, a biblioteca pós-moderna se apresenta (ou quer ser) como o lugar da informação, da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus modelos passados. (COELHO, 1997, p. 78).

Os centros culturais irão congrega essa perspectiva pedagógica como um modelo alternativo, que vem sendo desenhado e experimentado em diversos lugares do mundo. Abringam, ao mesmo tempo, a identidade individual e a coletiva, por isso a sua democratização é fundamental como instrumentos que possibilitam ao homem o contato com a produção cultural para fruir e produzir. Campos (1995) afirma que as bibliotecas entendidas como centros culturais, são núcleos de uma expressão cultural viva, criadas para propiciar e desenvolver uma dinâmica cultural, com o objetivo de favorecer uma ação cultural na qual importa a criação, e não apenas o consumo de cultura.

Quando se pensa nas bibliotecas e nos museus que vêm atuando como centros culturais espalhados pelo mundo, é possível observar uma tendência para o acúmulo de funções, o uso da tecnologia de forma a propiciar a criação de ambientes interativos e a espetacularização da cultura e da arte, visto que a cultura necessita de um espaço para si, pois é aquela que nasce da inquietação, do conhecimento, da reflexão compartilhada. Como coloca Milanesi (1997, p. 145), “os centros culturais são espaços para cultivar a capacidade de romper e criar”.

Assim, os centros de cultura, extensivo também aos museus, são espaços que aglutinam atividades de criação, reflexão, fruição, distribuição de bens culturais. Constituem um núcleo articulador e gerador de ações

16 CAIN, Julie. La civilisation écrite. In: Encyclopédie Française, v. 18. Paris: Larousse, 1939.

culturais de criação. Devem dispor de infraestrutura que permita o trabalho cultural e devem propiciar o encontro criativo entre as pessoas.

É importante observar que o desenvolvimento de uma nova perspectiva sobre a atuação dos museus e das bibliotecas não se deu como um fenômeno isolado, estando associado principalmente aos movimentos de fortalecimento de políticas sociais, dentre elas a educação, considerando o protagonismo do sujeito histórico-crítico, agora no centro do debate. Atualmente, políticas públicas específicas atuam no campo das instituições culturais como referência para atuação pedagógica. Um exemplo é a recente Política Nacional de Educação Museal (PNEM), publicada em 2017, que em seu eixo de atuação visa à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil.

Desta maneira, podemos concluir que o desenvolvimento de práticas pedagógicas no universo dos equipamentos culturais deu-se numa perspectiva progressiva, associada a outros avanços sociais, sobretudo a educação numa perspectiva integradora e transversal, bem como o reconhecimento desse discurso na apropriação de políticas e diretrizes específicas que garantam sua execução. Percebe-se, então, que o discurso no âmbito dos dois campos aparece registrado nos principais parâmetros de atuação da educação e da cultura, sobretudo se considerarmos os documentos que norteiam suas práticas (políticas de cultura e diretrizes curriculares). Contudo, não podemos deixar de deduzir, mesmo sendo um discurso legitimado em normas e referências, que precisamos discutir se estão arraigados em práticas concretas. Nesta relação, chamaremos de “enraizamento” a compreensão sobre a “medida que determinada ação pública interage e são incorporadas pelos diversos atores sociais/institucionais envolvidos na ação” (SOARES & BORBA, 2018, p. 579) para, então, problematizarmos a intersecção dos campos da educação e da cultura apresentados no tópico seguinte.

ESTUDO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Iniciaremos o debate expondo a estrutura dos eventos destacados como referência para esta análise. No universo da pesquisa em educação, sobre a Associação Nacional de Pesquisa em Educação, os Grupos de

Trabalhos, divididos em 23 GTs, socializam os conhecimentos produzidos por profissionais e pesquisadores em cada temática relacionada ao eixo educacional, além de servirem como referência para as atividades acadêmicas das reuniões anuais organizadas pela associação. Dentre os GTs que compõem a estrutura da ANPED, as temáticas de cada grupo de trabalho podem ser organizadas em alguns eixos estruturantes, ou, em outras palavras, em grandes esferas temáticas, tais como discussões relacionadas principalmente ao ensino, à sociologia/história/filosofia da educação, modalidades da educação básica, políticas educacionais, movimentos sociais, educação popular e temas transversais.

No que tange ao nosso interesse de pesquisa, os GTs que mais se afinam com o nosso objeto são: “Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos” (GT3), Estado e Política Educacional (GT5), “Educação Popular” (GT6), “Educação e Comunicação” (GT16) e “Educação e Arte” (GT24). Destes, fizemos um levantamento dos resumos publicados nas cinco últimas edições das reuniões anuais da Anped (2011, 2012, 2013, 2015 e 2017), investigando os trabalhos que discutissem, tanto no campo teórico quanto no campo da experimentação profissional, algum dos aspectos pedagógicos que compõe o campo da educação em museus e/ou bibliotecas e/ou sua intersecção. Desses, localizamos dois trabalhos relacionados ao nosso objeto de pesquisa, ambos apresentados no GT6 – Educação Popular. Foram: “A história de Brenda – de visitante a usuária do Museu da Maré” (2013) e “Educação Popular e Patrimônio Cultural – A complexidade entre museu, escola e comunidade” (2015). A discussão desses dois trabalhos se estrutura tanto na experiência construída pela própria instituição sobre seu trabalho pedagógico que desenvolveu na ação descrita no trabalho, como também discute a dimensão epistemológica dessa construção, sobretudo na pesquisa intitulada “A história de Brenda – de visitante a usuária do Museu da Maré” (2013).

Não identificamos nos demais grupos de trabalhos resumos que remetesse às atividades pedagógicas desenvolvidas em museus e/ou biblioteca, evidenciando um número bastante reduzido de trabalhos que discutam a atuação pedagógica desses equipamentos culturais, em um universo de cerca de 440 resumos aceitos e apresentados nos GTs analisados.

Percebemos também que grande parte dos trabalhos remete-se à educação escolarizada, principalmente a educação básica enquanto nível educacional e, também, à educação do campo e de jovens e adultos enquanto modalidades de educação que mais apareceram nas discussões submetidas à Anped. Contudo, é importante destacar que outras dimensões na discussão sobre educação e cultura apareceram em tópicos diferentes dos que estamos evidenciando nessa análise, tais como políticas de diversidade cultural, ciberculturas, educação não formal (nos mais diversos espaços: hospitais, igrejas, asilos...), movimentos sociais, cinema, fotografia, dança, música, etc. Apesar de esses temas apareceram de formas diversas, são elementos que, de alguma maneira, transversalizam a formatação do escopo pedagógico em centros culturais, mas que não se sustentam enquanto estudos direcionados à intersecção dos campos de atuação que evidenciamos nesta pesquisa. Em outras palavras, considerando o universo pesquisado, não há enraizamento e nem representatividade neste campo científico que subsidie a discussão em termos epistemológicos, expondo uma fragilidade na discussão dessa temática no campo da educação.

Já no universo do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – Enecult, maior evento internacional de estudos em cultura realizado no Brasil, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult), Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) e Faculdade de Comunicação, enquanto instância da produção acadêmica no campo da cultura, busca-se a promoção do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento no campo da cultura, espaço de intercâmbios acadêmicos, debates e construção de conhecimento transversal e multidisciplinar para os estudiosos da área cultural. Os Grupos de Trabalhos, divididos em 16 GTs, são coordenados por professores de instituições como a UFBA, Uneb, UFMG, USP entre outras. Dentre os GTs que compõem a estrutura do Enecult, as temáticas de cada grupo de trabalho também se organizam por eixos estruturantes, tais como: discussões relacionadas principalmente à pesquisa e experiências relacionadas ao espaço cultural latino-americano contemporâneo; à arte, suas compreensões e significados, formas de

representação e expressão; aos estudos socioeconômicos da cultura, economia da cultura, economia criativa, indústrias criativas, cidades criativas, indústrias culturais; à cultura e identidade; aos grupos, comunidades e manifestações tradicionais; às relações entre gêneros, sexualidades e culturas; à diversidade cultural; à organização da cultura, a formação em gestão cultural; ao patrimônio cultural material e imaterial e da memória social; às reflexões teórico-conceituais e/ou analíticos sobre políticas culturais nas mais diversas linguagens e manifestações (audiovisual, dança, teatro, circo, mídias, livro, leitura, literatura e bibliotecas, artes visuais, cultura popular, gastronomia etc).

No campo da cultura, os GTs do Enecult que mais se afinam com o nosso objeto são: “Cultura e Artes” (GT2), “Patrimônios Culturais e Memórias” (GT14), “Políticas Culturais” (GT15). Igualmente no que procedemos com os trabalhos da Anped, fizemos um levantamento dos resumos publicados nas cinco últimas edições do Enecult (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017), buscando identificar os trabalhos que abordassem, no campo teórico ou no campo das práticas profissionais, aspectos da ação pedagógica presentes no campo da cultura e da educação por meio de espaços de memória como os museus e as bibliotecas. Foram localizados 5 (cinco) trabalhos relacionados ao nosso objeto de pesquisa, sendo 1 (um) no GT2 – “A importância da mediação cultural em museus e espaços culturais como ação educativa para os diferentes públicos” (2016); 2 (dois) trabalhos no GT14, os quais são: “Patrimônio cultural africano e afrodescendente: um relato de experiências de pesquisa no museu afro-brasileiro/UFBA (2013) e “Museus e encenações teatrais para fins educativos: análise do espetáculo 13 de maio do projeto museu vivo na cidade” (2016); 1(um) no GT7 – “Museus virtuais: desvelando espaços educativos na *web*” (2015); e, por fim, 1(um) trabalho no GT15 – “Espaços culturais no subúrbio ferroviário de salvador/BA: o caso biblioteca Abdias Nascimento” (2015).

A discussão desses trabalhos se estrutura tanto no campo da reflexão teórica sobre a mediação, a ação educativa nos espaços de memória quanto na experiência construída pelas próprias instituições sobre seu trabalho pedagógico com o público, nas ações de preservação e divulgação dos seus acervos e no uso da tecnologia como aliada nesse trabalho.

Não foram identificados em outros grupos de trabalhos resumos que trouxessem abordagens voltadas às práticas educativas e/ou culturais desenvolvidas em museus e/ou bibliotecas, evidenciando um número bastante reduzido de trabalhos que trazem a discussão acerca do objeto de pesquisa aqui abordado, principalmente no universo da biblioteca que ainda é o equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros num cenário de pouca oferta de museus, teatro, salas de cinema. No universo dos 3 (três) GTs analisados, cerca de 380 resumos foram aceitos e apresentados, contudo, apenas 5 (cinco) trazem a discussão da temática objeto deste trabalho.

Percebeu-se também que grande parte dos trabalhos se remete à cultura nos territórios, nas manifestações culturais, na elaboração e no impacto das políticas públicas culturais, na preservação e gestão do patrimônio cultural, mas sem fazer a intersecção entre educação e cultura nos equipamentos presentes nas cidades, por exemplo. Faz-se necessário destacar que outras dimensões na discussão sobre cultura apareceram em tópicos diferentes dos que estamos evidenciando nessa análise, tais como: políticas de diversidade cultural, ciberculturas, movimentos culturais, nas ações e políticas voltadas às linguagens artísticas (cinema, fotografia, dança, literatura, música etc.). Contudo, é possível perceber que ainda há grande dificuldade em materializar ações que entrelacem a educação e a cultura em equipamentos que, em tese, deveriam congregam ações orgânicas e multidisciplinares, como é o caso das bibliotecas e dos museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja o reconhecimento, pelo menos no campo teórico, acerca da função social que as instituições de cultura assumem enquanto locais apropriados de práticas de construção do conhecimento e processos de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de ações pedagógicas em equipamentos culturais, enquanto prática transversal e multidisciplinar, não acompanha o discurso da integração entre os dois campos (a educação e a cultura). Pelo contrário, é notório ainda o forte isolamento na implementação de ações cotidianas em museus e bibliotecas que visem entrelaçar as dimensões tanto da cultura quanto da educação.

Com o levantamento da produção acadêmica dos últimos cinco anos da Anped e do Enecult, foi possível apreender que as pesquisas, tradicionalmente responsáveis pela produção/difusão do conhecimento no Brasil, ainda são escassas no que se refere à discussão teórica, compartilhamento e disseminação de práticas profissionais que abordem em que medida políticas e ações cotidianas têm se alinhado pela intersecção do campo da educação e da cultura na gestão de museus e bibliotecas.

Portanto, com base no universo pesquisado, fica evidente que há ainda pouca representatividade do campo científico que subsidie a discussão em termos epistemológicos, expondo uma fragilidade na discussão dessa temática no campo da educação e da cultura.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.; BRUNO, M. C. **A memória do pensamento museológica** – documentos e depoimentos. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional, 1995.

AZEVEDO, J.; AGUIAR, M. Â. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educ. Soc. [online]**, local, v. 22, n. 77, p. 49-70, 2001.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BORBA, F. P. C. Educação patrimonial como salvaguarda: alguns processos didáticos da mediação cultural em museus. In: TOLENTINO, Atila; BRAGA, Emanuel (org.) **Educação Patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017, p. 70-81.

BOUILHET, H.; GIRADY, D. **O museu e avida** – Um texto comentado e ilustrado com cinquenta desenhos originais. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1990.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAGA, M. de F. A. A biblioteca pública como um lugar de signos. **Infociência**, São Luis, v. 4, p. 21-34, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004283&dd1=1fbb0> Acesso em: 26 jun. 2013.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAMPOS, S. A. **As bibliotecas públicas são centros culturais ou os centros culturais são o milagre do século?** 1995. 104f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Centro de Ciências Humanas, UNI-RIO, 1995.

COELHO NETO, J. T. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

GRINSPUN, D. **Educação para o patrimônio: museu de arte e escola**. 2000. 157f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, 2008.

LARA FILHO, D. **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MADEIRA, I. V. Os museus e seus acervos como agente de educação e do desenvolvimento cultural. In: ALMEIDA, Cícero; ARNAUT, Jurema. **Museografia: a linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN: OEA, 1997, p. 38-50.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, L. **A casa da invenção**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, 94).

SANTOS, M. C. Museu e Educação: conceitos e métodos. In: _____ (org). **Encontros museológicos – Reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Coleção Museu – Memória e Cidadania. Salvador: Iphan. 2008, p. 125-146.

SIMMEL, G. A Sociabilidade: exemplo de sociologia pura ou formal. In: **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOARES, S. de P. L.; BORBA, F. P. O enraizamento como categoria de análise na pesquisa em política educacional. Política e gestão da educação básica, pós-obrigatória e da educação superior. **Anais...** do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, Organização: João Ferreira de Oliveira [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

13 MEMÓRIA DE IDOSO: trajetos de vida e de leitura na experiência de envelhecer – o direito de lembrar o passado no presente

*Edna Gomes Pinheiro
Eliane Bezerra Paiva
Marynice de Medeiros Matos Autran*

INTRODUÇÃO

A escritora Simone de Beauvoir (1976) disse em um dos seus livros que existe uma dificuldade na cultura moderna em abordar a questão do idoso, visto que a velhice é um tema insultuoso, repleto de preconceito, por isso, constrangedor.

Esse fato é perceptível, ao observarmos a contradição entre a busca da longevidade e a crescente marca de desprezo pensada no idoso. Essa incongruência fica evidente quando constatamos que a ciência busca, por um lado, a concretização da vida longa, mas, por outro, a economia aponta para a inutilidade do idoso limitado à sua condição de consumidor de produtos que prometem a realização do sonho da imortalidade.

Diante do exposto, Beauvoir (1976) adverte que só existem duas opções: morrer prematuramente ou envelhecer e desafiar o preconceito da velhice. Nesse viés, o brasileiro parece ter seguido o segundo caminho, “envelhecer”. É verdade, o Brasil está envelhecendo. A constatação, segundo alguns estudiosos no assunto, deve-se aos avanços da ciência, cujos resultados vêm garantindo o prolongamento do limite de vida.

Corroborando essa afirmação, o Relatório Mundial de Saúde e Envelhecimento, da Organização Mundial da Saúde, 2003 – conhecida como OMS, afirma que o Brasil conta com um percentual de 12,5% de idosos, e que até o ano de 2050 alcançará os 30%. Consequentemente, breve seremos considerados uma nação envelhecida. Todavia, num modelo econômico que valoriza o lucro e a produtividade, isso tem se tornado uma questão delicada, dado que o idoso é considerado, frequentemente, um inútil, improdutivo.

Daí o desprezo e o desrespeito a ele, quando cometemos falhas injustificáveis em relação à displicência ao maior direito do ser humano – o direito à vida.

Isso posto, o que fazer e o que esperar de uma sociedade que começa a envelhecer tão rapidamente? Que valores desaparecem e que outros surgem nesse constante processo da velhice? Memórias/lembranças são *ethos* que se estabelecem no resgate do passado como forma de reflexão sobre as maneiras de viver a vida e a relação consigo e com o outro, contra o desperdício de suas experiências? A velhice está sendo aceita como um fenômeno social no qual as pessoas estão preparadas para conviver com ele? É óbvio que não, visto que essas inquietações lançam desafios constantes na questão do abandono do idoso, evidenciada na solidão, na precariedade dos serviços e programas sociais e de saúde. Mas, afinal, o que a sociedade pode fazer para reverter o tratamento maléfico dispensado ao idoso.

Dessa forma, é básico criar instrumentos que favoreçam a participação, a independência e a dignidade do idoso, a fim de nutrir novos valores nessa conjuntura. Para isto, carece entendê-lo, no sentido estreito de descobrir o outro, de aceitar e identificar o outro, de estabelecer com o outro uma relação de troca legítima. Acreditamos que uma alternativa viável para banir a situação deplorável dispensada ao idoso, é incrementar políticas públicas de promoção, ressocialização e proteção/garantia dos direitos do idoso.

Um desses mecanismos que estão implementados é o Estatuto do Idoso – Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 –, destinado a regular os direitos das pessoas maiores de 60 anos, instrumento de união das legislações e demandas anteriores nas medidas de proteção e responsabilidade social. Ele representa um avanço, enquanto política pública, que busca minimizar um dos maiores problemas do idoso – a solidão. Por isso, propõe ser criadas nas áreas de educação alternativas que possibilitem a implementação de programas educativos como meio de “universalizar”, saberes específicos, o que caracteriza demandas atuais para fortalecer a relação memória e envelhecimento.

Situando o problema na sua dimensão maior, na medida em que a sociedade considerar que uma função social do idoso é **lembrar**, memorar momentos de outrora, nasce o ponto de partida sobre a memória no contexto

da velhice, calcado na crença de que as questões ligadas ao envelhecimento humano são, cada vez mais, necessárias em nossos dias, visto o aumento da população idosa no Brasil. Por conseguinte, é imprescindível considerarmos o idoso, levando em conta suas experiências e lembranças – tesouros comuns cujos depositários eles se constituem.

Nesse viés, a condução deste texto se justifica, sobretudo, pelo fato de contribuir com pesquisas na área da Ciência da Informação, em virtude de apresentar subsídios que permitem desenvolver novas intervenções relacionadas à memória e ao envelhecimento, colaborando para a promoção da informação e da autonomia dos idosos. Posto isso, com a finalidade de estimular o pensar científico sobre a temática em pauta, a pesquisa tem como objetivo resgatar as lembranças das histórias de leitura que demarcaram as histórias de vida dos idosos da Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância (AMEM), uma das mais conhecidas Instituições de Longa Permanência de Idoso – ILPI, do estado da Paraíba.

Para um ensaio de aprofundamento, esse objetivo expandiu-se numa perspectiva de articular o passado (velho) e o presente (novo) e tornar os idosos mais sensíveis ao direito de envelhecer, haja vista que cada tempo da vida tem seu propósito e sua beleza.

Neste estudo, não podemos prescindir do conceito de memória, atrelado, intimamente, com a presentificação de uma ausência no tempo, que se dá pela força do pensamento, capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado (PESAVENTO, 2002). A memória é uma evocação do passado no presente. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total.

A perspectiva metodológica que norteia a produção deste trabalho caracteriza-se como qualitativa quanto à abordagem e bibliográfica, por sua vez, quanto ao procedimento. Utilizamos, como técnicas de pesquisa, rodas de diálogos e de leituras e, como instrumento de pesquisa, a entrevista (com roteiro semiestruturado). Assim sendo, relata as “atividades e vivências” que partiram das experiências de projetos de extensão e iniciação à pesquisa desenvolvidos pelos autores do texto, na ILPI – *locus* desta pesquisa. Projetos estes que foram realizados na AMEM, com o propósito de conhecer as histórias de leitura como dispositivos produtores de conhecimentos e

de processos autoformativos, capazes de acionar afetos e perceptos¹⁷ na reconstrução da identidade dos idosos da AMEM.

Posto isso, ressaltamos que este texto busca compreender como os idosos ressignificaram suas vidas, tendo como referenciais, o contexto familiar, a infância, a escolarização, o trabalho, a trajetória de vida/trajetória leitora e a experiência de envelhecer, considerando as histórias de vida/leitura, advindas da memória e das narrativas de momentos vividos, jamais esquecidos, visto que a problemática delineada na investigação evidenciou a memória/lembança como *ethos* de idoso, que se estabelece no resgate do passado como forma de reflexão sobre as maneiras de evitar o desperdício de suas experiências, de viver a vida na relação consigo e com o outro.

O RITMO DA VIDA NO ENTARDECER DA VELHICE E DO ENVELHECER

A velhice é o resultado do envelhecimento, vulgarmente considerada como uma realidade que afeta somente uma parte da população, pois ela separa mais os idosos do resto dos concidadãos do que outros atributos cronológicos ou sociais. A velhice é, portanto, um processo pessoal inevitável, natural e indiscutível, na evolução da vida do ser humano. Por isso, deve ser compreendida em sua totalidade, visto que nessa fase sempre ocorrem mudanças fisiológicas graduais e progressivas.

Na Antiguidade, a velhice era comparada ao inverno sombrio, frio e improdutivo, o que significava uma desvalorização dessa fase da vida. Em algumas sociedades, os velhos eram abandonados ou se abandonavam nos desertos, nas geleiras, para apressarem sua morte (SINÉSIO, 1999). Por conseguinte, para se ter uma velhice tranquila era preciso encontrar piedade e compaixão nos outros e manter relações sociais significativas, pois a sociabilidade aparece como elemento principal do envelhecimento, haja vista o termo “velho” possuir uma conotação negativa ao designar as pessoas idosas.

17 Compreendido como um conjunto de sensações e percepções que vai além daquele que a sente (DELEUZE; GUATTARI, 1992).

Nesse sentido, Moragas (1997) afirma que há três concepções de velhice: a cronológica, a funcional e a etapa vital. Nesta última, a velhice é mais equilibrada e moderna. Baseia-se no reconhecimento de que o transcurso do tempo produz efeitos na pessoa, que entra numa etapa diferente das vividas dantes. Esta etapa possui uma realidade própria e diferenciada das anteriores, limitada unicamente por condições objetivas externas e subjetivas. Segundo o autor, a velhice suscita reações negativas e não é somente uma variável descritiva da condição pessoal do indivíduo, como a aparência física (traduzida pelo aparecimento de rugas e progressiva perda da elasticidade e viço da pele; diminuição da força muscular, da agilidade e da mobilidade das articulações; aparição de cabelos brancos).

Corroborando nesse sentido, Costa (1998) afirma que o processo de envelhecimento, assim como a velhice, é caracterizado pelo declínio das funções biológicas. Porém, o envelhecimento está relacionado a múltiplos fatores, tais como: fisiológicos, cognitivos, ambientais, sociais e culturais, atingindo diversos sistemas do organismo, observados em mudanças no desempenho de algumas habilidades e capacidades cognitivas.

Conhecer o significado dessa realidade, por meio das narrativas e das vozes dos idosos, é um caminho para entendermos o significado real da memória/lembrança no contexto da velhice e no processo de envelhecimento. Para tal, partimos da compreensão de que a velhice não é uma concepção absoluta, na medida em que o significado real das mudanças decorrentes do processo de envelhecimento é singular, como o modo de pensar, de agir e de questionar, passando pela interpretação de cada pessoa e como isto afeta a sua vida. Neste sentido, a direção e a amplitude dessas transformações devem ser pensadas, considerando a totalidade da pessoa, ou seja, o que ela sempre foi, antes desse processo, por isso a importância da memória no resgate do vivido/passado do idoso.

O envelhecimento é um processo comum a todos os seres vivos, onde ocorre uma série de transformações de ordem biológica, social, cultural e econômica. Mas, não existe um só envelhecer, e sim vários processos de envelhecimento, que têm diferenças de gênero, de etnia, de nível social e de cultura.

Conforme a OMS (2003), as políticas e programas de envelhecimento ativo são necessários para permitir que as pessoas continuem a trabalhar de acordo com suas capacidades e preferências à medida que envelhecem, e para prevenir e retardar incapacidades e doenças crônicas que são caras para os indivíduos, para as famílias e para os sistemas de saúde. Dessa forma, os países podem custear o envelhecimento se os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil implementarem políticas e programas de “envelhecimento ativo” que possibilitem aos idosos desfrutarem cada vez mais do tempo para não apenas viver mais, mas viver melhor. Serem mais ativos, participativos, atuantes, cientes de seus direitos e de sua importante função social de cidadãos mais velhos – *lembrar*.

MEMÓRIA E VELHICE: aspectos a considerar

Falar sobre memória implica refletir sobre a capacidade humana de reter experiências e fatos do passado e retransmiti-los às novas gerações por meio da voz, música, imagem, textos, enfim qualquer suporte informacional. Assim sendo, podemos dizer que ela se constitui em: 1) memória individual – aquela guardada por um indivíduo, inerente às suas vivências e experiências, contudo se alarga aos aspectos da lembrança de onde ela foi socializada, ou seja, do grupo social onde ela se formou; e 2) memória coletiva – expressa naquilo que chamamos de lugares da memória, monumentos, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas, que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma sociedade (SÁ, 2013).

Face ao exposto, o estudo da memória envolve um campo transdisciplinar vasto que se expande para o conceito de testemunho, considerado um jogo da memória. A natureza singular e subjetiva da memória é um fator inseparável do testemunho (BILA, 2008). Os testemunhos trazem um tipo de conhecimento específico sobre o passado, em especial a experiência vivida, a memória e o esquecimento (LACAPRA, 2005). A memória, por essa via, é um dever, porque se constrói e constitui-se no ponto em que o passado é disseminado através de estratégias e tentativas de não esquecimento.

Vale salientar que memória tem a ver com lembrança. Dessa forma, adentrar no conjunto compartilhado do passado nos faz emergir mais conscientes quanto aos problemas contemporâneos da vida e nos conduz, naturalmente, a ações conjuntas em prol da superação dos obstáculos e empecilhos da vida.

Corroborando essa asseveração, Penna (2001) afirma que o termo memória identifica-se como um processo de armazenamento de informações, cujas funções são cobrir outras funções como as de reconhecimento e evocação, as quais supõem executar condições de acesso às informações armazenadas. Enfatiza, ainda, que a noção de esquecimento está vinculada à experiência de tempo e da capacidade de ordenação e localização das informações evocadas.

Nessa direção, Tonglet (2007) assinala que para o processo de memória de reconhecimento é essencial a utilização dos mecanismos de lembrança por meio da recordação do objeto apresentado. A memória de reconhecimento caracteriza-se pela capacidade de identificar um estímulo, objeto, pessoa ou situação como algo conhecido, ou já vivido anteriormente (RUEDA; CASTRO; RAAD, 2011).

Olhando por esse ângulo, percebemos que, atualmente, diante dos processos de mundialização e da rapidez tecnológica, as pessoas vivem de maneira tão acelerada que não percebem o tempo passar, fato que as levam a sentir uma expressiva necessidade de “lembrar”, ou resgatar o passado. Frente a essa carência, a memória manifesta-se, possibilitando às pessoas habitarem esse tempo e vivê-lo com mais intensidade, numa relação dinâmica e renovadora. Assim, o trabalho com a memória possibilita uma transformação da consciência das pessoas direta ou, indiretamente, no que concerne à própria história e identidade.

Nessa vertente, a análise do texto indica que a função social da memória implica um trabalho de seleção e reconstrução realizado pelo sujeito no presente, delimitado pelas relações sociais em que esteve implicado durante a sua vida. Assim sendo, ao pensar a função social da memória, isso implica refletir para quais finalidades estas memórias estão sendo pesquisadas nas diversas áreas do conhecimento.

Desta maneira, constatamos que estudos e pesquisas sobre a memória – com ênfase no idoso –, têm papel fundamental, porque a memória dos idosos é portadora de um conjunto de referências sociais, que favorece e reforça identidades e os elos com o passado. É, pois, através da transmissão de histórias do vivido, oriundas das lembranças dos idosos, que a diversidade da sociedade se perpetua. Isso porque, eles passam o seu conhecimento, as suas experiências para gerações mais novas.

Nessa linha de raciocínio, Bosi (1994) afirma que é perceptível os idosos adquirirem na velhice um papel social relevante de resgatar as lembranças guardadas. E, assim, se tornarem a memória da família, do grupo, da instituição e da sociedade.

Na complexidade dessa asseveração, é pertinente afirmarmos que a velhice nos conduz, com confiança e firmeza, ao enfrentamento dos problemas atuais, porque permite a reconstrução de aspectos do passado e o resgate de tudo que ficou guardado, ignorado, silenciado.

A esse respeito, indagamos sobre os aspectos a serem considerados na articulação memória e velhice, valorizando as lembranças de idosos, levando em conta o processo de envelhecimento. Em primeiro lugar, é necessário articularmos essa relação, torná-la harmônica, tendo o idoso não como um “velho” remoendo fatos passados, mas como o idoso na representação de Bosi (1994) – aquele que, através de suas lembranças, contribui para a transmissão de histórias, ou seja, de toda espécie de conhecimento que possa carregar consigo e que, por meio da memória, possa ser acessado para unir o passado ao presente.

A relação velhice/ memória também é trazida por Viguera (1998), que pontua as seguintes funções relativas às reminiscências: favorecer a integridade; reforçar a identidade e aumentar a autoestima; permitir a ressignificação; estimular a elaboração das perdas; manifestar os êxitos da longevidade; e ajudar a manter a memória coletiva.

Todos esses fatores levam, em última análise, à concepção que temos acerca de nossa própria identidade, que é construída e reavaliada através dos tempos e do exercício da lembrança. Recordar os conteúdos que estão guardados na memória possibilita-nos reafirmar a nossa existência e

reconhecemos a nós mesmos, em razão das transformações vividas com a passagem do tempo.

Estabelecidas essas considerações e tomando, inicialmente, o interesse crescente de teorizações sobre “memória e velhice”, ousamos afirmar que a relação entre elas é muito mais complexa do que a síntese aqui apresentada. Daí a opção em reconciliar o simples e o complexo, pensar o tema sob a ótica da simplificação, tendo cautela de não ficar limitada a uma análise simplificadora. Assim sendo, desviamos-nos de algumas ambivalências no sentido de não fugir aos propósitos da pesquisa, visto acreditarmos que o conjunto dos princípios manifestados no texto constitui e representa o tema da pesquisa.

Cabe lembrarmos que a relação memória e velhice nos conduz às identidades individuais dos idosos – sujeitos envolvidos na pesquisa. Essa nos mostrou como estão sendo construídas e se metamorfoseando no processo do envelhecimento. Demonstrou, ainda, que esses indivíduos possuem identidades sociais diferenciadas, reconstruídas pela memória, cujas trajetórias de vida estão ancoradas no respeito às suas histórias de vida e experiências, especialmente, no protagonismo.

O LOCAL E OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

O *locus* da pesquisa se caracteriza um espaço de luta e sobrevivência para aqueles que não possuem um lar, tampouco uma família. A Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI), conhecida como AMEM, está localizada em uma reserva florestal nas proximidades da cidade de Cabedelo, na Paraíba. Lá residem idosos que foram abandonados pela família e que carregam consigo práticas e saberes provenientes de diversos âmbitos, pertencentes à sua história de vida.

A AMEM sobrevive por meio de doações da sociedade paraibana. Acolhe idosos de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, que não possuem condições de permanência em seu ambiente familiar, devido à fragilização e/ou rompimento de seus vínculos afetivos. A título de ilustração, registramos o local e os sujeitos da pesquisa.



Figura 1: AMEM, 2019

Fonte: Arquivos das autoras (2018).

Figura 2: Idosos residentes na AMEM

Fonte: Arquivos das autoras (2018)



Atualmente, residem na AMEM 47 idosos, entre homens e mulheres, cuidados por psicólogos, gestores/coordenadores, auxiliares de enfermagem. São assistidos por cozinheiros, auxiliares de serviços gerais, lavadeira, dentre outros. Não há critérios preestabelecidos para que os idosos residam na AMEM. Geralmente, são elencadas as seguintes exigências: ter vaga, haver adaptação por parte do idoso que se encontra em situação de abandono familiar.

A MEMÓRIA DE IDOSOS: desvelando histórias vida e de leitura – narrativas que demarcaram o tempo vivido

Neste capítulo, compartilhamos experiências, histórias de vida e de leitura, advindas das lembranças dos idosos da AMEM, vivenciadas durante

o período da pesquisa (2017/18). As narrativas foram registradas conforme lembradas e contadas pelos idosos, com seus vícios de linguagens e gírias, não levando em consideração a norma linguística padrão.

Assim, ouvimos dez idosos residentes na AMEM, de forma sensível, a fim de que cada relato fosse registrado com a fidelidade esperada. Para tal, realizamos rodas de conversas, com a intenção de fazê-los rememorar suas histórias de vida e de leituras, as quais foram contadas com orgulho de serem lembradas.

Iniciamos com um diálogo, buscando nos familiarizar com os sujeitos, no sentido de resgatar lembranças familiares, amizades, crenças etc., e, por conseguinte, estimular uma relação com o presente e o passado, de acordo com seus próprios valores e representações.

Acreditamos que ao narrar sua própria história, o homem ressignifica sua existência, bem como a daqueles que o escutam. Corroborando essa citação, Bosi (1994, p. 43) afirma que “[...] o narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam.” Dessa forma, quando trabalhamos com memória, estamos lidando com histórias, pessoas e lembranças. Se falarmos em memória, mesmo com a possibilidade de tropeçarmos em alguns aspectos, aludimo-nos a uma dimensão cognitiva e social, da lembrança. Referimo-nos a uma representação da própria vida, fator importante para a ideia de continuidade.

Lembrar é, então, não apenas reportarmo-nos ao passado, mas é também reatualizá-lo e reconfigurá-lo no presente, considerando-se que a vida é um processo onde cada um de nós é chamado a construir o próprio presente. Recordar o passado é olhar com juras e valores presentes aquilo que já passou. Por conseguinte, esse processo se dá através da memória e, particularmente, das lembranças que agimos no presente.

De acordo com Ferreira (1998, p. 221): “[...] Se a memória é justamente identificada com sensibilidades, inscritas, portanto, no campo da subjetividade, ela não se cristaliza na permanência pura e simples, mas é constantemente renovada pelos novos sentidos e significados que adquire no momento contemporâneo”.

Assim, discorreremos sobre o primeiro contato dos sujeitos. Nele, trouxemos os achados que possibilitaram caracterizá-los, sob o ponto de

vista do perfil sociodemográfico, considerando a tabulação das seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, número de filhos e número de rodas de diálogos que participaram.

Quadro1 – Perfil sociodemográfico dos participantes

IDOSOS	Sexo	Idade	Estado civil	Nº de filhos	Nº de rodas
IDOSO 01	M	76	solteiro	0	10
IDOSO 02	M	74	viúvo	3	12
IDOSO 03	M	73	viúvo	4	12
IDOSO 04	M	90	casado/separado	5	10
IDOSO 05	F	78	casada/separada	1	08
IDOSO 06	F	74	solteira	0	12
IDOSO 07	F	80	solteira	0	10
IDOSO 08	F	81	solteira	0	10
IDOSO 09	F	83	viúva	0	12
IDOSO 10	F	73	solteira	0	12

Fonte: Pesquisa direta – 2018.

Dos dez sujeitos que participaram deste estudo, predominou o sexo feminino (60%), com uma média de 71,3 anos de idade, 50% dos sujeitos são solteiros, têm como média 1 filho. No que se refere à participação no número de rodas de diálogo, a média foi de nove participações.

Nesse momento de caracterização do sujeito, buscamos, ainda, conhecer aspectos familiares, tais como: se tem parente vivo; se tem alguma religião; crença; se recebe visita de algum familiar ou amigo. Sobre esta indagação, vejamos os relatos:

“Eu não tenho nenhum parente vivo, minha mulher morreu. Eu morava na casa da minha patroa e depois que ela morreu eu vim pra cá, mas a família dela vem me visitar todo mês aqui, eu sinto falta da minha família, todos já morreram” (Idoso 03);

“Eu não recebo visita de ninguém não, e eu acho até bom, porque eles fizeram umas coisas que eu não gostei e é bom que eles não venham” (Idoso 01);

“Ah, tem uma prima minha que vem me ver todo mês, eu gosto que nós fica aqui conversando, mas quando ela vai embora eu fico meio triste, mas ai depois passa” (Idoso 08).

Posteriormente, passamos a registrar a narração de fatos e acontecimentos que foram rememorados pelos idosos. As lembranças do passado foram passagens que marcaram a trajetória da pesquisa. Nas rodas de conversas, consequência natural dos encontros, foi possível descobrir uma variedade de mundos e de experiências significativas da função social da memória no contexto da velhice.

Assim, recordando e registrando as narrativas dos idosos, passamos a categorizá-las para analisá-las, com vistas à obtenção dos resultados. A sistematização foi o meio escolhido para organizar e categorizar as informações pertinentes à história de vida e de leitura dos idosos envolvidos na pesquisa. Para tal, sedimentamos o processo de análise e interpretação dos dados, a partir do delineamento de eixos significantes¹⁸, detectados nas narrativas dos sujeitos. Dessa feita, vejamos:

Iniciamos as entrevistas com a pergunta: conte-me por que e como você chegou à AMEM. Caracterizamos o eixo 1, assim nomeado: Em busca de um porto seguro.

EIXO SIGNIFICANTE 1 – Em busca de um porto seguro: a chegada à AMEM	
IDOSO 01	Fiquei doente, nunca casei, quem me trouxe para a AMEM foi o SAMU. Passei mal, morava só e os vizinhos chamaram a polícia e mim levaram para o hospital, quando fiquei bom vim pra cá. Tenho dois irmãos: um homem e uma mulher, eles têm filhos e moram com eles. Eu moro aqui na AMEM 11 anos.
IDOSO 02	Vim pra cá, por conta da minha saúde. Tenho vários problemas e preciso de cuidados. Éramos nove irmãos, e uma irmã me trouxe para a AMEM. Tenho três filhos, dois homens e uma mulher, fui casado, mas hoje sou viúvo. Os meus filhos não moram em João Pessoa, eles não podiam cuidar de mim porque todos trabalhavam e estudavam, são formados graças a Deus. Resolvi morar aqui porque não queria incomodá-los, gosto daqui e sou bem cuidado por todos.

18 Construídos, a partir das perguntas, cujas respostas permitiram condensar os dados obtidos em blocos informacionais que serviram de subsídios para efetivar a análise e a interpretação do material empírico.

IDOSO 03	Sou viúvo tenho quatro filhos, três deles moram em Recife e um mora aqui, foi o que mora aqui em João Pessoa, que conseguiu uma vaga para mim aqui na AMEM. Os meus filhos trabalham muito, são casados e não têm tempo de cuidar de mim, estou aqui porque eu quero, eles não me forçaram a morar aqui, gosto daqui e sou bem cuidado.
IDOSO 04	Já faz cinco anos que moro aqui na AMEM, fiquei viúvo e não queria morar com meus filhos, que são cinco ao todo, mas também não queria morar só, então resolvi vir para cá, já tinha ouvido falar daqui e pedi para um dos meus filhos vir aqui conhecer e conseguir uma vaga para mim.
IDOSO 05	Fui casada por 22 anos e me separei. Tenho uma filha ela mora em Rio Tinto, a procurei, mas ela não quis ficar comigo, tenho cinco irmãos e morei com um deles seis meses, mas não deu certo, eu já conhecia a AMEM, estou morando aqui faz quatro anos achei melhor sou mais tranquila aqui.
IDOSO 06	Já conhecia a AMEM. Eu sofria muito quando morava com meus irmãos, tinha de 15 a 16 anos, visitava sempre esse lugar, cheguei aqui com 52 anos logo que me aposentei, não casei e não tive filhos, vivia de casa em casa sendo humilhada pelas minhas cunhadas era muito sofrimento não tinha liberdade para nada, então resolvi procurar o Lar. Aqui tenho mais liberdade.
IDOSO 07	Porque os meus pais morreram, eu era filha única. Eu morava em Santa Rita, depois me mudei para Bayeux, quando vi morar aqui no Lar ainda trabalhava. Foi decisão minha, pois não queria morar com parentes porque eu ia sofrer e servir de piniqueira para eles.
IDOSO 08	Porque eu não estava conseguindo ficar só, caía muito e me machucava, não casei, tinha um sobrinho que criei como filho. Ele casou e eu não quis morar com ele, eu já conhecia o Lar, participava das reuniões do Lar sempre que podia, vim morar aqui por que eu quis. Aqui tenho privacidade mesmo morando em uma instituição para idosos é melhor do que morar com parentes.
IDOSO 09	Cheguei à AMEM por que fiquei viúva, não tive filhos, não queria morar com empregada, falta de confiança nas pessoas e também medo de morar só, então procurei um Lar para idoso ouvi falar muito bem desta casa e resolvi morar aqui.
IDOSO 10	Por que eu morava só, não casei. Tive um AVC e tive que fazer algumas cirurgias que foram sete, então os meus irmãos acharam melhor e mais seguro eu vim morar na AMEM, porque todos trabalhavam e não tinha como cuidar de mim. No início não queria vir, chorei muito, mas fui me adaptando. Cheguei aqui em 12/2015, os meus irmãos vêm sempre me visitar, também me levam para passear e passar datas comemorativas com eles.

Os depoimentos que constam do eixo significativo 1 nos revelam a situação de abandono familiar, em que vivem os idosos da AMEM. Dizemos abandono porque o Estatuto do Idoso estabelece que mais de 30 dias sem visita é considerado abandono. Os parentes, portanto, devem ser acionados pelo Ministério Público. O abandono maltrata o corpo e a mente dos idosos.

Por meio dos relatos, observamos que a trajetória de ida para a AMEM foi marcada por transformações, causadas pelas perdas ou doenças. A predominância do sentimento de solidão pôde ser percebida, diante de todas as vicissitudes do processo de envelhecimento. É preciso refletir acerca de situações dessa natureza.

Precisamos ter consciência de que os idosos precisam ser respeitados e não apenas cuidados. As pessoas devem introjetar que a velhice é uma nova etapa da vida, na plenitude de toda a sua beleza, e não o seu ponto final (CASSIS, 2004). Esse fato nos faz lembrar que um dia podemos nos olhar e perceber que o tempo passou. O corpo e a pele já não são os mesmos, a disposição vai dando espaço ao cansaço e à insegurança, as experiências e vivências se transformaram em lembranças. Estamos diante da velhice.

Posto isso, preocupamo-nos em saber: do que os idosos sentem falta, do que sentem saudades? Assim, traçamos o eixo 2 – Lembranças e Saudades, relatos que podem ser vistos no quadro a seguir.

EIXO SIGNIFICANTE 2 – Lembranças e Saudades	
IDOSO 01	Toda minha família, né? Pois não tem mais ninguém vivo. Sinto falta deles.
IDOSO 02	Sinto falta da minha saúde. Olhe, me escute bem, não tem coisa mais preciosa nesse mundo do que a nossa saúde, por isso a gente tem que se cuidar bem direitinho pra depois não reclamar, porque é como aquele ditado né, que não adianta chorar pelo leite derramado, por ai já é muito tarde.
IDOSO 03	De nada.
IDOSO 04	Eu sou sozinho na vida, sempre fui, mas eu sinto falta da minha família.
IDOSO 05	Eu sinto falta de tudo, do amor, da amizade, do carinho que as outras pessoas tinha comigo, meus amigos que eu tinha que não era minha família.
IDOSO 06	Eu sinto falta da minha mãe... eu tô aqui porque eu perdi minha família de sangue, mas encontrei essa aqui, deixei tudo tudo, minhas casas, minhas plantas, isso é tudo passado, eu quero saber do agora, que eu tô bem.

IDOSO 07	Da vida de antes né. Dos colega. Somente.
IDOSO 08	Sinto falta de trabalhar, de ajudar na igreja eu era catequista e ensinava catecismo na igreja às crianças, sinto saudade.
IDOSO 09	Sinto falta do meu cachorrinho (ela chorou), da minha casa, fiz doação dos meus móveis, sinto falta da minha privacidade como assistir TV sozinha, gosto de ler, mas, não faço mais pois tenho problema na visão.
IDOSO 10	Sinto falta do meu carro, das visitas que fazia nos hospitais as pessoas que estavam doentes, sair para a praia, caminhar, ir ao cinema com as minhas amigas como fazia antes.

Face ao exposto no eixo significante 2, observamos que um dos grandes dilemas dos idosos é assumir para si mesmos que a velhice chegou e conseguir manter o ânimo mesmo depois de perceber que o corpo e a vida já não seguem no mesmo ritmo de quando eram jovens. Alguns sofrem e teimam em aceitar que a idade chegou.

Diante da pergunta realizada aos dez (10) idosos, constatamos que 40% dos sujeitos da pesquisa revelaram sentir saudade do trabalho; 50% afirmaram sentir falta da família, dos amigos; enquanto 10% afirmaram sentir falta do seu animal de estimação (cachorro).

Assim, em face dos relatos obtidos, constatamos que todos os idosos têm saudade de uma vida útil, viajar, passear, ser dono de si. Sentem saudades de alguém que se foi, de um sabor, de um tempo que não volta mais. Sentir saudade do passado é uma característica frequente nas narrativas dos idosos da AMEM, pois ficou nítida a presença das lembranças do passado que eles fizeram questão de relembrar, e de ter a sensação de querer algo que não eles não têm mais. Os relatos confirmam que como qualquer sentimento, a saudade é algo complexo e vivido por cada pessoa de forma particular. Além disso, ela se modifica a partir das experiências e das relações construídas ao longo dos anos.

Outra curiosidade diz respeito a desvelar as histórias de leitura guardadas na memória dos idosos. Tencionamos conhecer seus livros preferidos, retrato das suas vidas, a fim de delinear o eixo 3 a seguir:

EIXO SIGNIFICANTE 3 – Desvelando as histórias de leitura guardadas na memória. Minhas leituras: retrato da minha vida	
IDOSO 01	Só fiz o primário, mas não terminei porque trabalhava na roça, às vezes ia à escola e muitas vezes não ia, estudava na cidade e eu morava na roça, tudo era muito difícil. A história da cinderela é minha preferida porque me lembra quando era jovem e namorava, namorei bastante, não casei por que fui deixando para depois quando percebi já estava velho ai não quis mais casar.
IDOSO 02	Tenho curso superior em matemática e era professor. Das leituras que fiz, me lembro e gosto muito do pequeno príncipe, por que me confundia com ele. Era sonhador. Viajo nas minhas lembranças. Queria ser jogador de futebol, jogava muita bola com os meus amigos quando era jovem e sinto muita saudade deles e dessa época, sempre no final do dia nos encontrava no campo de futebol da cidade que morava para jogar pelada, meu time preferido é Botafogo da Paraíba e do Rio de Janeiro. Minha história preferida.
IDOSO 03	Minha história é a minha preferida é a Bela e a fera, porque acho ela emocionante, já assisti o filme várias vezes e se eu tivesse acesso assistia de novo por que não me canso da história, desde de adolescente que gosto desta história.
IDOSO 04	Leio pouco, no sertão na minha época era mais difícil estudar, eu morava no sítio e comecei a trabalhar na roça muito cedo. Gostava de ler tudo, porque todas as histórias me faziam viajar para outros lugares que eu não conhecia. Conheci muitos lugares e personagens maravilhosos que marcaram minha vida, eu era muito feliz quando lia, tenho ótimas lembranças, mas não me lembro de nenhum nome de livro, mas sei contar a história que eu mais gosto.
IDOSO 05	Lembro de muitas histórias que eu li. Gostava muito de ler. Só não leio mais porque a vista atrapalha. Sim, só não leio mais porque a vista atrapalha. Gosto de ler sobre política porque é importante saber como anda o nosso país, assisto os noticiários para ficar informado, me faz lembrar do meu pai por que ele gostava de política e aprendi a gostar com ele. Eu gostaria de ter me formado em psicologia, hoje sou arrependido de não ter estudado. O livro que eu li várias vezes foi sobre a vida de Juscelino Kubitschek.
IDOSO 06	A minha história preferida é a minha mesmo porque lembro da minha infância, dos meus pais principalmente da minha mãe que foi e será uma pessoa muito importante para mim. Ela era muito carinhosa e se preocupava comigo e meus irmãos, muito diferente do meu pai ele era muito grosso e bravo brigava com a minha mãe e com todos nós.

IDOSO 07	Fiz o curso superior em engenharia de alimentos, mas não concluí, tranquei várias vezes e perdi o curso. Gosto de histórias românticas. Não casei, mas tive pessoas que me apaixonei e lembro deles, como trabalhava muito e cuidava dos meus pais não tive tempo para mim. Foi por isso que não terminei meus estudos acabei perdendo meu curso porque tranquei várias vezes e os meus amores. Hoje vivo de lembranças. A minha vida é o meu livro preferido.
IDOSO 08	Não gosto muito de ler. Mas, consigo ler a Bíblia aprendi com o meu pai que era muito católico, foi quando resolvi ser freira, morei 12 anos no convento, mas não continuei com os votos ai sai. Porque os meus pais eram católicos e muito religiosos, como falei quase fui freira, morei no convento por 12 anos, lá na minha casa o meu pai lia a Bíblia para mim e meus irmãos.
IDOSO 09	Sempre fui muito estudiosa, sou educadora, tenho curso superior em português, matemática, taquigrafia e estenografia. Eu tinha uma escola. Não tenho uma história preferida, gosto de falar da minha vida, lembro quando estudava catecismo na minha cidade, tinha uma irmã chamada Adélia que era madre superiora do Lar da Providência, aprendi a rezar com ela. As pessoas da minha cidade me “endeusava” porque eu era muito inteligente, era procurada até por políticos para produzir discursos para eles. Também aprendi a fazer bonecas de pano com 7 anos de idade e também bordava.
IDOSO 10	Gosto de ler, também canto e gosto de músicas sacras. Não tenho história preferida, eu morava só e era uma maneira de trazer meus sobrinhos para a minha casa, eles chegava e logo pediam para eu contar historinhas para eles era muito bom porque me fazia lembrar da minha infância, pois era muito feliz, eu fiz crisma e eucaristia.

As narrações registradas no eixo 3 nos levam a crer que todas as histórias ditas como preferidas pelos idosos mantêm um elo intrínseco com suas lembranças. Constatamos que, apesar da velhice, eles ainda relembram a infância, visto que ainda existem resquícios dessa fase, em suas lembranças, bem como da juventude, dos seus relacionamentos, dos amores, que marcaram suas vidas, dos familiares, amigos, acontecimentos importantes, viagens e lugares. De fato, as histórias de leituras ainda permanecem oscilantes na memória, trazendo boas lembranças, o que para eles consistem em momentos de felicidade e satisfação, bem-estar e pacificação das emoções. Isso fortalece o nosso pensamento quando enfatizamos o dito das autoras: momentos vividos, jamais esquecidos.

Percebemos que a preferência por este ou aquele tipo de livro/leitura deve ser considerada nas histórias de leitura dos idosos, porque faz parte de suas vidas. São memórias que precisam ser resgatadas, enquanto houver vida, pois reviver o passado é viver duas vezes. Assim, entende Caldin (2009, p. 149) “ao difundir que os textos com lacunas devem ser preenchidos pela imaginação e emoções das pessoas”; em outras palavras, aqueles textos de fruição que proporcionem a passagem da lembrança para a fala falada e dessa à fala falante, provocadora de momentos catárticos. Isso tudo que vem da memória/lembrança contribui para conduzir o idoso a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo. Não se trata de fuga do real, de alienação, mas uma pausa, uma descontração, a fim de permitir que o imaginário flua de forma criativa, visto que a leitura acrescenta sempre algo à vivência do leitor.

Reconhecendo que essa ação é carregada de significado, abrimos espaço para discorreremos sobre as rodas de diálogo – momentos em que as lembranças dos idosos afloraram. Esses momentos foram vividos com toda a intensidade, descrevemos, então, uma das rodas desenvolvidas. A roda de diálogo proposta configurou-se como uma oficina didático-pedagógica com o objetivo de buscar na ludicidade uma forma de estimular o resgate da memória dos idosos participantes, no que se refere ao resgate da história de vida, advinda da memória dos participantes, a partir do poema de Cora Coralina.

ORAÇÃO DO MILHO

Cora Coralina



Senhor, nada valho. Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres. Meu grão, perdido por acaso, nasce e cresce na terra descuidada. Ponho folhas e haste, e se me ajudardes, Senhor, mesmo planta de acaso, solitária, dou espigas e devolvo em muitos grãos o grão perdido inicial, salvo por milagre, que a terra fecundou. Sou a planta primária da lavoura. Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo e de mim não se faz o pão alvo universal. O Justo não me consagrou Pão de Vida, nem lugar me foi dado nos altares. Sou apenas

o alimento forte e substancial dos que trabalham a terra, onde não vinga o trigo nobre. Sou de origem obscura e de ascendência pobre, alimento de rústicos e animais do jugo. Quando os deuses da Hélade corriam pelos bosques, coroados de rosas e de espigas, quando os hebreus iam em longas caravanas buscar na terra do Egito o trigo dos faraós, quando Rute respigava cantando nas searas de Booz e Jesus abençoava os trigais maduros, eu era apenas o bró nativo das tabas ameríndias. Fui o angu pesado e constante do escravo na exaustão do eito. Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante. Sou a farinha econômica do proletário. Sou a polenta do imigrante e a miga dos que começam a vida em terra estranha. Alimento de porcos e do triste mu de carga. O que me planta não levanta comércio, nem vantagem dinheiro. Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos paióis. Sou o cocho abastecido donde rumina o gado. Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece. Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta dos seus ninhos. Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor, que me fizestes necessário e humilde. Sou o milho.

Fonte: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/616/530>

Esse poema foi apresentado, lido e trabalhado com os idosos da AMEM, considerando a hipótese aceitável de que o milho, enquanto sujeito orante, seja a representação de determinados indivíduos ou grupos sociais, cujo valor não é reconhecido na sociedade, mesmo sendo indispensáveis para o seu desenvolvimento. No caso específico da pesquisa, nota-se, pois, que existe uma verossimilhança com os idosos. Corroborando esse pensamento, LAZZARETTI (2015, p. 90) afirma que

[...] o milho, como ser “necessário e humilde”, representa as pessoas que na sua simplicidade muitas vezes são marginalizadas e excluídas pela sociedade; e que, ao mesmo tempo, são exploradas por ela, exercendo trabalhos e funções indispensáveis, mas que são pouco valorizadas e reconhecidas. Não tendo o devido reconhecimento na sociedade, o milho como “eu poético” recorre a Deus em atitude de oração. No entanto, essa oração não é uma simples súplica de alguém que recorre à intervenção divina para alcançar o reconhecimento que a sociedade não lhe dá. Mas a oração proferida pelo milho é um

ato de agradecimento por sua própria vida, tanto por seus aspectos negativos como positivos, tanto por sua simplicidade como por sua utilidade.

No primeiro momento, apresentamos a oração do milho, propondo uma leitura, visando ao compartilhamento de informações, conhecimentos e experiências de vida. O segundo momento correspondeu à liberação de pensamentos e emoções que estavam reprimidos nas memórias dos idosos e que vieram à tona, a partir das reflexões, discussões e debates, inerentes ao poema apresentado.

Várias reflexões foram realizadas. A mais enfática foi a relação que os idosos fizeram do milho com as diversas lembranças das comidas da culinária, feitas por seus entes queridos, mães e avós, ou por eles mesmos, quando jovens. Lembraram, inclusive, de comidas regionais brasileiras feitas com o milho, a exemplo: do angu, polenta, broa de milho, farinha, dentre outras.

No terceiro momento, os mediadores de leitura, que estavam realizando a atividade, estimularam os idosos a resgatar as lembranças, a fim de revelar seus conhecimentos de culinária e suas experiências com o milho, as colheitas, os festejos, no intuito de, a partir da gravação desses relatos, criarmos um livro de receitas, a ser intitulado: *MasterChef* da AMEM: receitas que o tempo não apagou.

Como resultados qualitativos, percebemos o envolvimento dos idosos e a motivação em participar de atividades dessa natureza, as quais colaboram para melhorar o humor e as relações com os próprios colegas de instituição. Percebemos, também, a interatividade entre os idosos e suas lembranças, no que diz respeito às histórias de vidas que estavam guardadas e esquecidas e que vieram à tona para contribuir com o compartilhamento de conhecimentos, com a melhoria da autoestima e da qualidade de vida dos idosos.

(IN) CONCLUSÃO: em busca do ponto final

Não podemos deixar de frisar que a temática escolhida vem despertando o nosso interesse ao longo do tempo. Fato justificado, talvez,

pela possibilidade de trabalharmos ao mesmo tempo em sintonia com assuntos significativos, que merecem destaque: memória, idoso, leitura e velhice, mesmo sabendo que todas as suas facetas são difíceis de descrever e analisar cientificamente.

Percebemos que tem sido uma arte, em constante progresso, o estudo harmônico dessa relação, fato que é frequente, tendo em vista o crescimento expressivo do número de publicações científicas sobre tal assunto.

Perpassando pelo texto, observamos que os idosos se tornaram testemunhas de suas recordações, por sentirem que elas necessitavam ser socializadas por suas lembranças. Assim sendo, por meio do resgate de suas memórias, captaram o compasso social do tempo, o “seu tempo”, de forma peculiar. Isso ocorreu quando conseguiram descrever suas histórias de vida e de leitura de forma a serem recontadas e perpassadas às suas gerações. Dessa forma, as lembranças se desencadearam de forma livre e linear, desprendidas das amarras do tempo. Elas fluíram, trazendo em cena, a infância, a adolescência, as leituras, os amores, a casa onde moravam, a família, o cheiro das comidas, os locais de sociabilidade e a música - *a velha praça, o velho banco, as mesmas flores e o mesmo jardim* -, multiplicidade de elementos apontados como espaços de lembranças da própria vida, a fim de aceitar e entender melhor, a velhice, como algo natural e inerente ao ser humano, uma necessidade de viver dias melhores.

Constatamos que na pesquisa os idosos ao relembrem, encontraram novos significados e valores para as suas lembranças, porque ao acioná-las, conseguiram se tornar protagonistas de suas próprias histórias, passando a olhar o processo de envelhecimento com um novo olhar e a compreender a velhice como uma oportunidade de vivenciar novas experiências.

Diante do exposto, afirmamos que as questões de pesquisas foram respondidas, mediante os resultados apresentados, uma vez que ficou constatada a harmonia entre memória, leitura e velhice na vida dos idosos da AMEM, ajudando-os no enfrentamento das adversidades e estimulando o prazer de viver.

Assim sendo, esperamos que os resultados da pesquisa possam contribuir para instigar os pesquisadores a repensarem a amplitude e a complexidade dessa temática, no intuito de buscar alternativas efetivas

de ações transformadoras nos espaços dos idosos e da velhice, no âmbito da Ciência da Informação, visto a variedade de fatores de natureza social, cultural e política envolvidos.

Por fim, enfatizamos que no contexto da pesquisa o que realmente importa, nesse momento, é a sabedoria oriunda do viver dos idosos, enaltecida pelo saber viver a velhice. É preciso valorizá-la, conforme salientou Camus: “[...] Feliz é quem foi jovem em sua juventude, feliz é quem foi sábio em sua velhice. Todos desejamos chegar à velhice e todos negamos que tenhamos chegado. Não entendo isso dos anos: que, todavia, é bom vivê-los, mas não tê-los”.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **A velhice**: as relações com o mundo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.

BILA, M. N. S. **O resgate da memória em *Hasta no verte Jesús Mio***: hibridismo e Identidade. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 de jan. 1994. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2010.

CALDIN, C. F. **Leitura e terapia**. 2009. 216 f. Tese (Doutorado em literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PLIT0342-T.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

CAMUS, A. **Envelhecer**: envelhecer é o único meio de viver. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/OTg5OTc2/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CASSIS, C. O Velho. **Revista Cláudia**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 129-131, mar. 2004.

CORA Coralina: Eu sou a própria terra. **Correio Brasiliense**, Brasília, 20 dez. 1981.

COSTA, E. M. S., **Gerontodrama**: a velhice em cena. São Paulo: Ágora, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FERREIRA, M. L. M. Memória e Velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 207-222.

LACAPRA, D. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LAZZARETTI, J. A gratidão do humilde: uma análise do poema oração do milho de cora coralina. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 8, n. 1, jun., p. 90-91, 2015. ISSN: 2358-8403

MARINHO, M. dos S. Memória e envelhecimento: uma breve reflexão sobre a função da memória na velhice. **Revista Especial Acadêmica**, v. 15, n. 178, mar. 2016.

MORAGAS, R. M. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial da saúde e envelhecimento**. Brasília, D. F., 2003.

PENNA, A. G. **Introdução à aprendizagem e memória**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: <https://psicologado.com/abordagens/psicologia-cognitiva/envelhecimento-e-memoria-na-terceira-idade@Psicologado.com>

PESAVENTO, S. J. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **ArtCultura**, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 29, 2002.

RUEDA, F. J. M.; SISTO, F. F. Versão preliminar para o teste pictórico de memória: estudo de validade. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 223-231, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 22 ago. 2019.

SÁ, L. M. de. **Envelhecimento e Memória na Terceira Idade**. Disponível em: <https://cdn.psicologado.com.br/images/psicologado-noimage.png> alt. Acesso em: 20 ago. 2019.

SINESIO, N. B. O. **Universidade da melhor idade: uma proposta salesiana para idosos**. Campo Grande: UCDB, 1999.

TONGLET, E. C. **Bateria geral de funções mentais: BGFM-4 teste de memória de reconhecimento**. São Paulo: Vetor, 2007.

VIGUERA, V. G. de. La Reminiscencia: Suporte de Identidad en el Adulto Mayor. **Revista Tiempo**, v. 3, set., 1999. Disponível em: <http://www.psiconet.com/tiempo>. Acesso em: 20 ago. 2019.

14 USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA: transitando por entre os arquivos da ditadura no Brasil

*Rosilene Paiva Marinho de Sousa*¹⁹

*Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira*²⁰

*Marckson Roberto Ferreira de Sousa*²¹

*Guilherme Ataíde Dias*²²

1 INTRODUÇÃO

O período da Ditadura Militar no Brasil, de 1964 a 1985, pode ser considerado fértil para a reflexão sobre a (re)construção da memória, em que a base referencial desta se constitui do passado. Estando relacionada com o presente e com sua expectativa de futuro, a memória do indivíduo se apoia na história vivida, e não na história aprendida. Nesse sentido, esta pesquisa faz menção ao capítulo intitulado “Memória Exercitada: uso e abuso”, da obra *A Memória, a História, o Esquecimento* de Paul Ricoeur (2007). Para o referido autor, o exercício da memória constitui o seu uso. No entanto, no processo de (re)construção da memória histórica, a problemática da representação do passado evidencia a possibilidade do abuso, e é justamente no momento em que a forma que essa representação do passado passa a ser colocada, pelo viés do abuso, que a memória se expõe à intimidação.

19 Advogada. Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba; Mestranda em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. E-mail: adv.rpmsousa@gmail.com.

20 Doutora em Letras e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba e professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). E-mail: bernardinafreire@gmail.com.

21 Doutor em Engenharia Elétrica na área de Processamento da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor associado do Departamento de Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). E-mail: marckson.dci.ufpb@gmail.com.

22 Doutor em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e professor associado do Departamento de Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). E-mail: guilherme@dci.ccsa.ufpb.br.

A busca por possíveis caminhos para a construção da memória do período ditatorial evoca a seguir um traçado a partir da memória coletiva, a memória histórica, realizando algumas considerações em torno do papel do testemunho, do arquivo e da prova documental, para que as noções de rastro e testemunho possam garantir a continuidade da passagem da memória à história.

O objetivo seria buscar uma (re)construção da memória a partir do exame de uma tipologia dos seus abusos associados com aspecto da memória exercitada para que se possa colaborar no resgate e efetivação da memória histórica.

Existe uma lacuna em tornar pública a realidade do cotidiano da ditadura militar no Brasil, sem versões parciais ou outros tantos subterfúgios, e alegações que possam vir a ofuscar a verdade para conhecimento da sociedade e o efetivo exercício da cidadania. Esse silenciamento imposto pela tortura e censura, oriundo do referido período, é responsável, segundo Orlandi (1999), pelos “furos”, “buracos” na memória em que o sentido “falta” por interdição, sendo apagada, silenciada e interdita. A importância do acesso ao conteúdo da documentação desse período para a nossa sociedade e para os pesquisadores vislumbra-se enquanto garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos à memória, a partir do próprio acesso à informação.

A importância desta pesquisa está em discutir a preservação de uma memória histórica e coletiva, como fator de identidade de uma sociedade, sem abusos e possíveis silenciamentos, evidenciando a importância da proteção de direitos fundamentais como o direito à memória e ao acesso à informação.

2 INTERSECÇÕES DAS MEMÓRIAS

A complexidade em que se dão os estudos sobre a memória revela-se pela possibilidade de sua investigação por diversos ângulos e consenso. Segundo o entendimento de Rodrigues, Oliveira e Dias (2017, p. 8), os estudos que envolvem a memória “se apresentam como objetos profícuos de investigação sob diversos ângulos de abordagens. Trata-se, portanto,

de um campo de estudo caracterizado pela amplitude de disciplinas e perspectivas teóricas que se entrecruzam”.

O conceito de memória exposto por Barros (2005, p. 1) destaca que “memória é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações. A aquisição é também denominada de aprendizado.” Segundo Sousa (2012), corroborando o pensamento de Monteiro, Carelli e Pickler (2008), a memória no contexto de fenômeno social pode ser compreendida como a história, tradição, cultura de um povo, ou ainda como memória coletiva, por ser esta a memória de uma sociedade que ultrapassa a memória individual e biológica de um indivíduo.

Halbwachs (2006) afirma que a parte do histórico que o indivíduo tem do passado na memória considera-se bem maior do que se pode imaginar. Isto porque o indivíduo desde a sua época de infância, ao ter contato com a sociedade, percebe as lembranças do grupo que estão relacionadas de alguma forma aos acontecimentos constituintes de seu passado.

Nesse sentido, o título deste trabalho faz uma menção ao capítulo intitulado “Memória Exercitada: uso e abuso”, da obra *A Memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur. Segundo Sousa (2012), a relação constituída, em se tratando do direito de acesso à informação e à memória exercitada, está em estabelecer uma análise de uma tipologia dos abusos da memória intimamente relacionados à descontinuidade ligada aos efeitos da manipulação da memória e as barreiras de acesso.

Conforme exposto em Ricoeur (2007), o exercício da memória consiste no seu uso. Desse modo, o uso permite a possibilidade do abuso e é através do abuso que a memória se expõe à ameaça. Os abusos da memória tornam manifesta a problemática da representação do passado, tendo em vista que os abusos da memória são também abusos do esquecimento. Em outras palavras, o exercício da memória constitui o seu uso. No entanto, no processo de (re)construção da memória histórica, a problemática da representação do passado evidencia a possibilidade do abuso, e é justamente no momento em que essa representação do passado passa a ser colocada, pelo viés do abuso, que a memória se expõe à intimidação.

Nesse contexto, no plano da memória coletiva, os atos falhos, a exemplo dos ocorridos durante a Ditadura Militar, passam no plano da

memória coletiva a ser manipulados, afastando, desse modo, a lealdade do passado. Segundo Ricoeur (2007, p. 455), “pode-se sempre narrar os acontecimentos passados suprimindo-os, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”. O escopo seria buscar uma reconstrução da memória a partir do exame de uma tipologia dos seus abusos correlacionados com a memória exercitada para que o seu resgate possa se efetivar.

2.1 MEMÓRIA COLETIVA: o passado de si no e com o outro

No pensamento de Azevedo (2003), a base referencial da memória é o passado, entretanto está relacionada com o presente e com sua expectativa de futuro. São consideradas as reações que o indivíduo, em conjunto com a sociedade, possui em relação a uma lembrança que a constitui e a determina. Uma memória coletivizada ganha contornos distintos em cada rememoração. Dito de outra forma, cada vez que a memória pode ser visitada pelos atores que a possuem, pode ser reorganizada e reage ao presente de sua leitura e à perspectiva de futuro embutida nela.

Segundo Sousa (2012, p. 41), Ricoeur apresenta a distinção entre rememoração e memorização, destacando que na primeira, “ênfatiza-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido”; enquanto que na segunda, refere-se às “maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, marcada por um sentimento de facilidade, de desembaraço, de espontaneidade, podendo ser considerada como forma de memória-hábito”. O processo de memorização especifica-se pelo caráter construído das formas de aprender vislumbrando uma efetuação simplificada, tornando-se legítimo o projeto de delinear as formas de aprender do ponto de vista das técnicas de aquisição, e de tentar distinguir as lacunas pelas quais o abuso pode se insinuar no uso. A memória-hábito é uma memória exercitada, educada e moldada.

Segundo Sousa (2012, p. 41) em relação à memória manipulada, pode-se falar em abusos da memória:

[...] nesta, torna-se necessário buscar a causa da fragilidade da memória, em que a essa se acrescenta à propriamente cognitiva, resultante da proximidade entre imaginação e memória. Por assim dizer, como causas destacam-se a relação difícil com o tempo; o confronto percebido como uma ameaça, com outrem; a herança da violência legitimada por um estado de direito precário. Uma memória exercitada considera-se, institucionalmente, uma memória ensinada; já a memorização forçada encontra-se em benefício da rememoração das peripécias da história comum. Na memória obrigada, o dever de memória se encontra carregado de ambiguidades. (SOUSA, 2012, p. 41)

A referida autora esclarece que a relação memória coletiva e espaço passa a ser justificada por Halbwachs (2006) a partir do exercício da exemplificação no campo jurídico, econômico e religioso. Para Halbwachs (2006) no campo jurídico, destaca-se que os grupos jurídicos podem ser determinados pelos direitos e obrigações de seus membros. A ideia consiste em mostrar que o pensamento coletivo está relacionado com as condições das leis, por exemplo, com a condição do campo (relacionada ao direito de propriedade), uma diferença de situação no espaço conserva significado jurídico.

Neste sentido, Sousa (2012) ainda esclarece que a exemplo dos arquivos da Ditadura Militar, em que as provas documentais e mesmo a testemunhal estão na dependência do poder do Estado, observa-se muitas vezes que o Estado manipula as leis desde o seu processo elaborativo até a sua vigência, tornando-se uma barreira para o acesso à informação, entendendo o direito à informação, como um direito fundamental e inviolável de toda a coletividade. Este direito se movimenta de forma ativa e passiva, sendo que de um lado está à procura de informação e, de outro, em favor da possibilidade de todos o receberem.

Ricoeur (2007) reforça o papel assumido pela testemunha ao afirmar “*eu estava lá*”, referindo-se, assim, à história em relação à memória sob a ótica do espaço e do tempo. Detém-se ao momento, segundo o qual as coisas ditas oscilam do campo da oralidade para o da escrita, colocando-se então

a questão da validade da prova documental. Surge uma fenomenologia do lugar, em que um dos elementos fundamentais de uma investigação judicial ou científica passa a ser o espaço habitado.

Ricoeur (2007) aborda o testemunho como um processo epistemológico que parte da memória declarada e que se esclarece através de vestígios que permitem compreender o passado pelo presente. Le Goff (1998) considera a memória como elemento relevante da identidade individual e coletiva, sendo essa a própria preservação dessa identidade e, ao mesmo tempo, um instrumento de poder. Le Goff (1998) considera que toda memória é ao mesmo tempo histórica por sua temporalidade ao romper com o tempo linear e alcançar o tempo social. Apresenta uma distinção entre memória e lembrança, em que a primeira surge numa relativa situação de vida do sujeito. Já a memória, considerada seletiva, por operar com o passado voltando-se para o futuro, incluindo os grupos sociais, dota a sociedade de coesão ao conferir-lhe sentido, apresentando visibilidade pública como lugares de memória.

Quanto ao arquivamento do lado histórico e depoimento do lado judiciário, levam-se em consideração os seguintes aspectos: confiabilidade presumida; a asserção da realidade torna-se inseparável de sua vinculação com a autodesignação do sujeito que testemunha; a autodesignação se inscreve numa troca que instaura uma situação dialogal; criação do chamado espaço público, onde se confrontam vários testemunhos; insere-se uma dimensão de ordem moral destinada a reforçar a credibilidade do testemunho; o testemunho passa a ser um fator de segurança no conjunto das relações constitutivas do vínculo social. Le Goff (1998) também menciona o importante papel do arquivo, enquanto um instrumento que permite admissão na escrita da operação historiográfica, no qual o depoimento passa a ser tomado sob a perspectiva da coleta, conservação e classificação.

Ricoeur (2007) afirma que se entende arquivo como um lugar físico e social que abriga o rastro documental, estando o documento de arquivo aberto a quem interessar. Para esse autor, no que diz respeito à prova documental, as noções de questionamento são as primeiras que devem ser colocadas na elaboração da prova documental, por exemplo, as indagações do que provar para um documento ou um agrupamento de documentos.

E o que é, então, provado? Ele esclarece ainda que o esquecimento é sentido como um agravo à confiabilidade da memória.

Segundo Le Goff (1984), os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de controle da memória coletiva. A confiabilidade da lembrança decorre do enigma constitutivo de toda a controvérsia da memória, a exemplo de: a dialética da presença e da ausência na essência da representação do passado acrescida do sentimento de distância implícito à lembrança.

[...] a memória é vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações. (NORA, apud DECCA, 1992, p. 130).

Nesse contexto, torna-se necessário que o indivíduo possa se inteirar do conhecimento das leis e de sua relação com os fatos sociais, não consentindo que sua memória seja manipulada, e que este possa discernir entre as lacunas pelas quais o abuso pode se insinuar no uso.

2.2 MEMÓRIA HISTÓRICA: o testemunho, o arquivo e a prova documental

Segundo Halbwachs (2006), a memória do indivíduo se apoia na história vivida, e não na história aprendida, entendendo-se por história tudo o que faz com que um período se distinga dos outros. A memória histórica, por sua vez, corresponde aos fatos mais notáveis da vida nacional. Reduz-se a uma série de ideias abstratas, mas que o indivíduo pode completá-la, trocá-la pela ideia de imagens e impressões. Para Ricoeur (2007), a história é reconhecida como um recorte do tempo e se diferencia da memória por esta se estabelecer em sua totalidade.

Para que a realidade histórica seja atingida, terá que ser posta no ponto de vista do grupo, para que se possa entender como se incluiu no

círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Desse modo, é na memória histórica que o indivíduo tem que se fundamentar, uma vez que é através dela que um fato exterior à sua vida vem deixar uma impressão que, em si, é uma marca superficial, feita de fora.

Quanto ao testemunho, ao arquivo e à prova documental, no processo de (re)construção da memória, faz-se necessário destacar os seus papéis. Em se tratando do testemunho, ele não encerra sua trajetória apenas com a constituição dos arquivos, mas, também, no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens. Segundo Ricoeur (2007, p. 172), “o uso corrente das conversações comuns preserva os traços essenciais do ato de testemunhar” e traça alguns componentes que considera essenciais para essa operação.

Um primeiro componente seria a vertente da autenticidade da declaração pela experiência do seu autor (confiabilidade presumida, cuja apreciação se deixa assimilar à ordem das grandezas intensivas e comparadas) articulada sobre a asserção da realidade factual do acontecimento relatado, verificando-se que a factualidade atestada supõe uma fronteira nítida entre realidade e ficção. No segundo ponto, o que se atesta é a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais da ocorrência. O terceiro componente refere-se à realidade atestada pela testemunha de uma cena à qual diz ter assistido na posição de um terceiro relacionado a todos os protagonistas da ação. O quarto componente diz respeito à possibilidade de suspeita que passa a ser confrontada num espaço de controvérsias, aceitando responder a um chamado eventualmente contraditório. O quinto insere-se numa dimensão de ordem moral para reforçar a credibilidade do testemunho a partir de sua reiteração ou da manutenção da palavra. Por último, a estabilidade do testemunho faz-se como fator de segurança no conjunto das relações que constituem o vínculo social, em que, segundo Ricoeur (2007), o crédito outorgado à palavra de outro indivíduo faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado entendendo-o como senso comum e, desse modo, reencontrando a problemática da memória manipulada.

Ricoeur (2007) ainda expõe que o testemunho é originalmente oral, escutado e ouvido. O depoimento é a condição de possibilidade de

instituições específicas dedicadas à coleta, à conservação, à classificação de uma massa documental, tendo em vista a consulta por profissional habilitado. Dessa forma, segundo Ricoeur (2007), o arquivo apresenta-se como o lugar físico que abriga o destino do rastro documental. A Lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu art. 2º, esclarece que se consideram arquivos “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (BRASIL, 1991, *online*).

Um documento de arquivo deve estar aberto a quem interessar. Os testemunhos estão desligados aos autores que os criaram e devem ser submetidos aos cuidados de profissionais competentes para questioná-los, interpretá-los, defendê-los, e prestar-lhes socorro e assistência no sentido de torná-los preservados e acessíveis a todos.

Os documentos considerados permanentes, segundo a Lei 8.159/91, são aqueles conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados (BRASIL, 1991). Do mesmo modo, conforme exposto em Sousa (2012, p. 35), “além das confissões, as autobiografias, os documentos oficiais, os papéis secretos de chancelaria e relatos confidenciais de chefes militares, os documentos de arquivos constituem o rastro documental”. Segundo Ricoeur (2007), o documento pode ser compreendido como todo resíduo do passado. Para o historiador, o documento não está simplesmente disponibilizado, além de ser procurado e recuperado, ele deve ser circunscrito, e, nesse sentido, constituído documento pelo questionamento, convertendo-se assim em documento tudo o que pode ser questionado pelo historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado.

Nesse sentido, alerta Bourdieu (1996, p. 234) que é preciso compreender criticamente o “estatuto social de cada documento”, pensamento reiterado por Oliveira (2009, p. 36) ao reforçar que:

[...] todo documento deve ser, independente e continuamente interrogado, para que e para quem foi feito e porque foi arquivado, ou seja, atentar para as suas

mediações e práticas, seus usos e destinos, pois a maneira como se acumulam, organizam-se e se armazenam os documentos nos arquivos parece querer defrontar o pesquisador com um itinerário próprio, uma espécie de texto já codificado, com vistas a orientar sua própria leitura e interpretação.

Dessa forma, as noções de rastro e testemunho garantem a continuidade da passagem da memória à história; a descontinuidade ligada aos efeitos da manipulação da memória e as barreiras de acesso se constituem o abuso da memória expondo-a à ameaça, tornando manifesta a problemática da representação do passado, pois, para Ricoeur (2007), o exercício da memória é o seu uso.

3 ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR: usos e abusos da memória

A problemática que envolve a (re)construção da memória no período da Ditadura Militar torna-se evidente, tendo em vista as interferências que refletem os abusos praticados, principalmente em face dos rastros deixados, sejam eles por meio de arquivos, provas documentais e testemunhos.

Para Orlandi (1999), são os sentidos que se constroem com fronteiras, embora haja também fronteiras que impõem sentidos, referindo-se ao silenciamento imposto pela censura, tortura, bem como às agressões da Ditadura Militar à sociedade e à cidadania. Nesse contexto, a autora esclarece que sentidos historicamente viáveis foram politicamente interrompidos. Essa impossibilidade, posta pela censura e pela força, se naturaliza e funciona como um pré-elaborado limitativo a tal sentido de liberdade parecendo tornar-se impossível. Foram, desse modo, inviabilizados, silenciados e excluídos para que não houvesse uma significação no contexto da memória, para que a partir de então houvesse outros sentidos possíveis.

Orlandi (1999) destaca ainda que o que existe, dessa maneira, são “furos” ou “buracos” na memória, em que há ausência de sentido por interdição, sendo apagada, silenciada e embargada. O que existe é um esquecimento produzido sobre a memória, em que ela se ausenta. O autor afirma que:

[...] acontece que estes sentidos – excluídos, silenciados – não puderam e não podem significar, de tal modo que há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível. Não foram trabalhados socialmente, de modo que pudéssemos nos identificar em nossas posições. Do mesmo modo, ficam sem ser politicamente significados os feitos da tortura e do que resultou dela na nossa política. Toda vez que vamos votar, mesmo que nem pensemos nisso, o fato de que o Brasil é um país que tortura os dissidentes políticos faz parte de nossa memória e de nossos gestos políticos. Está fora da memória como uma sua margem que nos aprisiona no limite desses sentidos. O que está fora da memória não está nem esquecido, nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. (ORLANDI, 1999, p. 67).

A ênfase atribuída à abertura dos arquivos da Ditadura Militar está cada vez mais em evidência e, conseqüentemente, tornando-se importante para a realização de uma análise sobre as condições em que profissionais como historiadores, cientistas sociais, operadores do direito e profissionais da informação, que também se interessam pelo tema, encontram motivação para a liberação do acesso a esses acervos documentais (COSTA et al., 2007).

A relevância dessa documentação para a nossa sociedade e pesquisadores está intimamente pautada na garantia dos direitos fundamentais aos cidadãos a partir do acesso à informação, sendo dever do Estado proporcionar meios de acesso, por corresponder a um direito fundamental previsto na Constituição de 1988. No artigo 5º no inciso XXXIII, da Constituição, expõe que “[...] todos têm direito de receber informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral dos órgãos públicos, prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado” (BRASIL, 1988, *online*). Porém, antes de regulamentar o acesso, regulamentou-se o sigilo.

No pensamento de Baracchini (2008), boa parte dessa documentação, de caráter público, foi suprimida dos arquivos, destruída ou guardada em propriedades privadas. Além disso, consideram-se as condições inadequadas

dos arquivos, que na prática são guardados em verdadeiros depósitos de papéis velhos e amontoados, aglomerados; afinal, antes da expiração de alguns prazos de sigilo e do andamento de processos judiciais de resgate de direitos, este tipo de documentação não era consultado nem para fins administrativos nem por pesquisadores, ora por falta de conhecimento de sua existência, ora por impedimentos de caráter administrativo, político e legal.

A maioria dos documentos corresponde ao período de 1964 a 1985, caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que se opunham ao regime militar.

O período da Ditadura Militar funda-se em pesquisas sobre informações de pessoas que vivenciaram a restrição de seus direitos civis e que foram perseguidas e torturadas, o que pode estar associado ao fato de o Estado estar interessado em manter o sigilo dos documentos produzidos nesse período.

Conforme exposto em Brasil (2007), os órgãos de repressão dispunham sobre a vida e morte dos desaparecidos políticos, livremente, sem justificar a nenhuma autoridade, como tribunais, advogados, ou mesmo familiares e a nenhum setor da sociedade civil. O desaparecimento de presos políticos compreendia o sequestro e desaparecimento de opositores políticos dos regimes ditatoriais, não havendo vestígios ou provas ou ainda possibilidade da existência de dispositivo legal que pudessem ser acionados.

Ainda segundo exposto em Brasil (2007), a Lei nº 9.140/95 que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências, assinalou a responsabilidade do Estado brasileiro e o seu reconhecimento no assassinato de opositores políticos no referido período.

Conforme exposto em Sousa (2012, p. 45),

[...] o Estado brasileiro reconheceu de pronto, 136 casos constantes num dossiê organizado por familiares e militantes dos Direitos Humanos ao longo de 25 anos de busca, em que as informações foram levantadas tomando por base depoimentos de ex-presos políticos, agentes do Estado e pessoas envolvidas no processo de repressão, bem

como analisando reportagens da imprensa e documentos de arquivos públicos abertos para consulta.

Ainda segundo a referida autora, foi constituída pela Lei nº 9.140/95 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que examinou quase todos os casos apresentados, assegurando reparação indenizatória aos familiares das vítimas, e legalizando o resgate de um período que faz parte da história do Brasil. O referido “Dossiê” foi o marco para um rigoroso exame pela Comissão Especial que no exercício da sua competência, segundo Brasil (2007), evidencia a falta de colaboração de inúmeras autoridades governamentais, que sempre limitou o trabalho realizado.

A fase de análise e julgamento foi concluída em 2006, no que diz respeito aos processos relativos aos 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados à Comissão, bem como dos 136 nomes já reconhecidos no próprio anexo da Lei 9.140/95. A segunda fase consistiu na coleta de amostras de sangue de parentes dos desaparecidos ou mortos com o intuito de construir um banco de dados de perfis genéticos, vislumbrando a comprovação científica da identidade dos restos mortais que foram ou venham a ser localizados, ou de ossadas já separadas para análise; e, na sistematização de informações sobre a localização de possíveis covas clandestinas em áreas de prováveis sepultamentos de militantes na área rural.

Observa-se que as averiguações e o amparo legal sobre o assunto ainda apresentam limitações, reafirmando o desinteresse do Estado na apuração definitiva da violência marcada nesse período, uma vez que reitera a necessidade da ampla abertura do acesso a arquivos públicos para consulta e reconhecimento da realidade dos mortos.

Em se tratando de uma questão discutida e de ampla repercussão social, questões que envolvem a temática encontram-se sob o olhar das academias e das pesquisas científicas. O depoimento dos perseguidos políticos deixou transparecer o vácuo existente no sentimento dos cidadãos brasileiros, em desconhecerem os fatos reais da época vivida. Do discurso oficial, saem versões parciais ou outras tantas escapatórias e justificativas

que embaçam outras faces. Outro fator refere-se à lentidão com que o acesso a esses arquivos ou mesmo a documentação do período tem sido reiterada, sendo obvio que esse é um processo que se faz pelo silêncio.

Nessas circunstâncias, não é plausível que a União seja a melhor instância para a guarda de tais arquivos, uma vez que nem ao menos consegue manter o acervo pelo qual detém a importante incumbência de conservação, considerando o exemplo da Bahia, onde ocorreu em 2004, na base aérea de Salvador, o flagrante pela equipe da TV Globo, quando adentrou na referida unidade e registrou a destruição de documentação, sendo veiculada a matéria em rede nacional (AGÊNCIA ESTADO, 2004). Tendo sido denunciado posteriormente após avaliação por perito, que os resquícios do material queimado eram da época em que o país vivia o regime de exceção.

Diante do exposto, a conclusão inevitável é que se priorizam determinados setores em detrimento do interesse social que possui o conhecimento difundido de tais informações na busca de um significado constituído nessa memória, para que haja cidadania e, conseqüentemente, uma identificação do povo com sua nação. Espera-se que avanços sejam alcançados a favor desse direito ainda não concedido para que a reconstrução do passado seja possível a partir das memórias (re)construídas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu das reflexões acerca do capítulo intitulado “Memória Exercitada: uso e abuso”, da obra *A Memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur (2007). Nesse sentido, justifica-se a importância deste estudo pelo fato de expor um posicionamento sobre o objetivo da abordagem do exercício da memória e do tratamento e disponibilização de informações para o uso também do direito de defesa.

Para Ricoeur (2007), o referido exercício seria o seu uso. Desse modo, o uso permite a possibilidade do abuso o que torna a memória exposta à intimidação. Esses abusos remeteram a algumas questões que são relevantes na construção da memória histórica, uma vez que os referidos abusos da memória tornam manifesta a problemática da representação do passado.

Procuramos evidenciar nesta pesquisa a relação estabelecida em se tratando do acesso à informação, e a memória exercitada está em estabelecer uma análise de uma tipologia dos abusos da memória. É, pois, importante para essa compreensão a abordagem de temas, tais como: memória, memória coletiva, memória histórica e direito de acesso.

A ideia da distinção estabelecida por Ricoeur (2007), entre a rememoração e memorização, foi o ponto de partida, mostrando que na rememoração enfatiza-se o retorno à consciência de um acontecimento identificado como tendo antecedido o momento em que esta se declara tê-lo sentido, percebido ou conhecido; no que se refere à memorização, trata-se das maneiras de aprender que culminam em saberes, habilidades, poder-fazer, distinguida por um sentimento de simplicidade, de desembaraço, de espontaneidade, podendo ser considerada como forma de memória-hábito. O processo de memorização é explicitado pelo caráter estabelecido pelas maneiras de aprender objetivando uma execução simplificada, tornando-se legítimo o projeto de descrever maneiras de aprender considerando as técnicas de aquisição, e de tentar discernir as lacunas pelas quais o abuso pode se insinuar no uso.

O escopo seria trabalhar a memória manipulada, que só através dela pode-se falar em abusos da memória. Nesta, torna-se necessário buscar a causa da fragilidade da memória para tornar possível o acesso à informação pessoal de posse do Estado em relação aos direitos humanos e evitar o abuso destes direitos, bem como o de divulgar este tipo de informação que traz em si possibilidades de construção de memórias do período em que a mesma foi abusivamente silenciada. Propõe-se também a ofertar uma contribuição à bibliografia pátria e à sociedade, percorrendo sobre tema pouco discutido, embora relevante para a problemática da reconstrução do passado.

Nesse sentido, uma análise em torno do papel do testemunho, da prova documental e do arquivo em que as noções de rastro e testemunho possam vir a garantir a continuidade, da passagem da memória à história, a partir da importância reconhecida de um documento de arquivo e seu tratamento técnico e disponibilização. Pois este deve estar aberto a quem quer que seja, considerando o direito constitucional de acesso à informação

conforme previsto no artigo 5º da CF que prescreve em seu inciso XXXIII, que determina que todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou coletivo, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Os testemunhos extraídos pela abordagem da história oral foram, metaforicamente, desligados dos autores, devendo ser submetidos ao tratamento técnico de profissionais competentes para questioná-los, resguardá-los, e prestar-lhes socorro e assistência no intuito de torná-los preservados e acessíveis a quem interessar.

Dessa forma, compete aos interessados instigar o debate não apenas da abertura dos arquivos, mas, sobretudo, do tratamento técnico dispensado a essa mesma documentação com vistas a fortalecer o pensamento de que as lacunas da memória, provocadas pelo exercício da memória “falta” ou por “interdição”, a qual está sendo apagada, silenciada e interditada, deve-se, portanto, buscar um significado constituído para ampliar o direito e construção de cidadania, e, conseqüentemente, fortalecer a identidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Documentos da Ditadura podem ter sido queimados. Rio de Janeiro: Estadão, 12 de dezembro de 2004. Programa de TV. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,documentos-da-ditadura-podem-ter-sido-queimados,20041212p33347>. Acesso em: 04 ago. 2019.

AZEVEDO, P. B. **Ensino de história e memória social**: A construção da história-ensinada em uma sala de aula dialógica. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

BARROS, D. M. A memória. **Comciência**, n. 52, p. 1-4, mar. 2005. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/memoria/15.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2019.

BARACCHINI, A. P. **O Sigilo dos Arquivos Vinculados ao Regime Militar e o Direito Constitucional à Informação**: uma questão de cidadania. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*. Santa Maria, v. 3 n. 2, p. 120-133,

jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/6862>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 04 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BOURDIEU, P. A leitura: uma prática cultural. In: BOURDIEU, P.; BRESSONH, F.; CHARTIER, R. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 231-235.

COSTA, A. X. S. et al. Documentação da Ditadura Militar: memória e cidadania. **Anais de resumos do IX Encontro de Extensão da UFPB**. João Pessoa, 2007. CD-ROM.

DECCA, E. S. Memória e Cidadania. In: **Direito à Memória**. Departamento do Patrimônio Histórico: São Paulo, 1992.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 1 Memória/História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, M. E. V. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 9 n. 6 dez. 08. Artigo 02. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/6382>. Acesso em: 04 ago. 2019.

OLIVEIRA, B. M. J. F. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória. 2009. 2 v. Tese (Doutorado em Letras) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ORLANDI, E. P. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et. al.* **Papel da Memória**. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, A. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. de; DIAS, G. A. Memória e Visualização de Dados: explorando a memória dinâmica no contexto do Big Data. **G&A**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/mpgoa/article/view/37218/20015>. Acesso em: 04 ago. 2019.

SOUSA, R. P. M. **Memória Exercitada: o direito de acesso a informações no âmbito dos arquivos permanentes**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Alba Lúgia de Almeida Silva

Bibliotecária pela UFPB

Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Professora DCI/UFPB

Membro do GECIMP

Ana Cláudia Cruz Córdula

Arquivista pela UFPB

Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Doutora em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Professora DCI/UFPB

Membro do GECIMP

Aurekelly Rodrigues da Silva

Arquivista pela UFPB

Mestranda em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Bernardina M. J. Freire de Oliveira

Bibliotecária pela UFPB

Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Doutora em Letras – PPGL/UFPB

Professora DCI/UFPB, PPGCI/UFPB e MPGOA/UFPB

Líder do GECIMP

Carla Maria Almeida

Historiadora pela UFPB

Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Doutoranda em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Professora Substituta DCI/UFPB

Membro do GECIMP

Carlos da Silva Laureano

Graduando em Biblioteconomia pela UFPB

Membro do GECIMP

Cely Alana Carvalho Modesto

Arquivista pela UFPB

Danuta Carolina das Neves Correia

Graduada em Ciências Biológicas pela UFPB
Especialista em Supervisão e Orientação Educacional.
Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes pela UFPB

Dulce Amélia de Brito Neves

Bibliotecária pela UFPB
Doutora em Ciência da Informação pela UFMG
Mestre em Biblioteconomia pela UFPB
Professora do PPGCI/UFPB

Edna Gomes Pinheiro

Bibliotecária pela UFC
Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB
Doutora em Ciência da Informação – PPGCI/UFMG.
Professora DCI/UFPB
Membro do GECIMP

Edneide Carvalho dos Anjos

Graduada em Arquivologia pela UFPB

Eliane Bezerra Paiva

Bibliotecária pela UFPB
Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB
Doutora em Linguística – PROLING/UFPB.
Professora DCI/UFPB e PPGCI/UFPB

Ellen Pereira da Silva

Graduada em Arquivologia pela UFPB
Membro do GECIMP

Everton Fernandes de Lima

Graduando em Biblioteconomia pela UFPB
Membro do GECIMP

Flávia Paloma Cabral Borba

Graduação em Licenciatura Plena em História pela Fundação de Ensino Superior de Olinda, FUNESO
Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Católica de Pernambuco
Mestre em Políticas Públicas de Gestão e Avaliação da Educação Superior pela UFPB

Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

Bibliotecária pela UFPB

Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Doutora em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Professora DCI/UFPB

Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva

Graduada em Pedagogia pela UPE

Graduada em Biblioteconomia pela UFPE

Especialista em Formação de Gestores Culturais dos Estados do NE pela UFBA

Mestre em CI – PPGCI/UFPE

Membro do GECIMP

Guilherme Ataíde Dias

Pós-Doutor e Doutor em Ciência da Informação.

Mestre em Organization & Management pela Central Connecticut State University

Graduado em Ciência da Computação pela UFPB

Bacharel em Direito pelo UNIPÊ

Professor Associado DCI/PPGCI/UFPB

Jacqueline Dias da Silva

Arquivista pela UFAM

Especialista em Gestão de Documentos e Informações pela UNYLEYA editora e cursos

Arquivista da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Jefferson Fernandes Dantas

Arquivista pela UFPB

Arquivista da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Kelly Cristiane Queiroz Barros

Historiadora pela UFPB

Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

Doutoranda em Ciência da Informação PPGCI/UFPB

Marcílio Herculano da Costa

Arquivista pela UFPB

Graduando em Biblioteconomia pela UFPB

Membro do GECIMP

Maria Nilza Barbosa Rosa

Graduada em Pedagogia pela Associação Educativa Evangélica
Mestre em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB
Doutora em Letras – PPGL/UFPB
Estágio pós-doutoral em Ciência da Informação PPGCI/UFPB
Vice-líder do GECIMP

Marckson Roberto Ferreira de Sousa

Mestre e Doutor em Engenharia Elétrica pela UFPB
Engenheiro Elétrico pela UFPB
Bacharel em Direito pelo IESP
Professor Adjunto do DCI/PPGCI/UFPB

Marynice de Medeiros Matos Autran

Bibliotecária pela UFPB
Mestre em Biblioteconomia pela Dalhousie University, Halifax, Canadá
Doutora em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto em
convênio com a Universidade de Aveiro, Portugal
Professora DCI/PPGCI/UFPB

Nataniel José Amorim Fiuza

Graduado em Arquivologia pela UFPB

Nayana Rodrigues C. Mariano

Historiadora pela UFPB
Mestre e doutora em Educação pela UFPB
Estágio pós-doutoral em Ciência da Informação PPGCI/UFPB
Membro do Gecimp

Ronieli Victor da Silva

Arquivista pela UFPB

Rosilene Paiva Marinho de Sousa

Advogada
Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal
da Paraíba
Mestranda em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa

Sérgio Fredrich Rodrigues

Arquivista pela UFPB
Arquivista da UFOPA

Sheila Larissa Araujo da Silva

Arquivista pela UFPB

Uthant Saturnino Silva

Arquivista pela UFPB

Mestre em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB

EU

Este livro foi diagramado pela Editora UFPB em 2019,
utilizando a fonte Minion Pro.
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m².



As abordagens teórico-empíricas apresentadas nos capítulos desta coletânea refletem as nuances que medeiam as práticas de organização, preservação, disseminação, recuperação, acesso, uso e apropriação da informação, no âmbito das instituições memorialísticas, como os arquivos, os museus, as bibliotecas e os centros de documentação. Pois bem, depois desta breve narração e devido à infinda contribuição dos pesquisadores do GECIMP, convido-os ao deleite da leitura, navegando nesse rio de memórias, permeada de saberes de valor histórico e científico para a Ciência da Informação.

Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Medeiros de Sousa

ISBN 978-85-237-1466-6



9 788523 714666